

200206759

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

WAGNER CABRAL DA COSTA

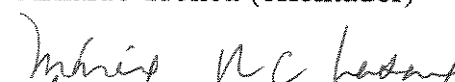
**Sob o Signo da Morte: decadência, violência e tradição em
terras do Maranhão**

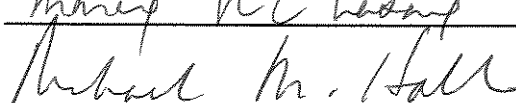
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Dr. Ítalo Arnaldo
Tronca.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
e aprovada pela
Comissão Julgadora em
05 / 12 / 2001

BANCA

Prof. Dr.  Ítalo Arnaldo Tronca (orientador)

Prof(a). Dr(a). 

Prof(a). Dr(a). 

Prof(a). Dr(a). _____(suplente)

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	TI UNICAMP
C823s	
V.	47632
TONER	837102
P.	
D	☒
PREC.	R\$ 11,00
DATA	07-02-02
N.º CPU	

2

CM00163815-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

C823s Costa, Wagner Cabral da
Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em
terras do Maranhão / Wagner Cabral da Costa. - - Campinas,
SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política regional – Maranhão. 2. Literatura – Maranhão.
3. Cinema e História – Maranhão. 4. Maranhão – História.
I. Tronca, Ítalo Arnaldo. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

“Ó meu deus que mundo difícil,
que lição árdua para meus
oito anos de então, cinquenta de hoje,
aprendendo a ler o mundo
em títulos de morte nos jornais...”

(Bandeira Tribuzi)

“Vamos, portanto, evocar a parte sombria, inquietante
e freqüentemente terrificante da história. Enquanto
nos dirigimos espontaneamente às dimensões positivas
das relações humanas, esquivamo-nos dos ódios, dos
fantasmas da morte e das hostilidades ocultas que
fazem parte da história”.

(Pierre Ansart)

AGRADECIMENTOS

- À Universidade Federal do Maranhão e à CAPES, que possibilitaram as condições materiais para a realização desta pesquisa.
- Aos colegas do Departamento de História/UFMA, pelo apoio prestado em nosso esforço conjunto de qualificação.
- Aos professores e colegas da linha de pesquisa “Jogos do Político: conceitos, representações e imaginário”, pelo fecundo ambiente acadêmico compartilhado.
- Ao meu orientador, Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca, pelo incentivo e liberdade criativa, e, especialmente, pela sugestão de novos horizontes para o ofício do historiador.
- Aos professores Michael MacDonald Hall e Sérgio Salomé Silva, que fizeram parte da banca de qualificação, pelos comentários e observações feitas.
- A Walter Bessa (*In memoriam*).
- Aos professores Regina Faria, Flávio Reis e Manoel Barros, pela leitura das primeiras versões, contribuindo com suas críticas e sugestões.
- A Moisés Matias, pelas indicações dos documentários e vídeos.
- Ao casal Jarbas e Márcia, e à pequena Mariana, que tão bem me receberam em Campinas, pois em “terra alheia, cabôco pisa no chão devagar”.
- A Elyjeane, leitora generosa e risonha das minhas “viagens” de escritor, pelo companheirismo e incentivo.
- Aos amigos da Unicamp: Alessandra, Almir, Catatau, Dema, Jean, Lore, Marcão. Eu não teria sobrevivido nesta *selva de livros* sem vocês!
- Ao amigo Henrique Borralho, pelas conversas sobre as *cousas* do Maranhão. Valeu *pigeone tournante*!
- Aos meus familiares e amigos em São Luiz, valeu por tudo!
- A Ana, *mes petites ailes*, pela força, amizade e carinho nesse ritual de passagem de um *cavaleiro Jedi*.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP: IFCH-UNICAMP, 2001.

RESUMO

Um estudo do panorama político do Maranhão no período 1945/1970. Discute-se a trajetória das Oposições Coligadas, frente heterogênea formada para combater a hegemonia política do *vitórinismo* no estado. São destacados dois momentos: o movimento popular conhecido como *Greve de 1951* (contra a fraude eleitoral) e a vitória oposicionista nas eleições de 1965 com o apoio da ditadura militar. Com o recurso a diversas fontes (jornais, memórias, literatura, cinema), procede-se à análise dos imaginários sociais (re)formulados e manejados pelas Oposições, com ênfase às representações sobre o Maranhão, os *maranhenses* e sua identidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Política regional – Maranhão; Literatura maranhense; Identidade regional; Cinema e História; História do Maranhão (1945/1970).

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP: IFCH-UNICAMP, 2001.

ABSTRACT

A study of the political panorama of Brazilian's state of Maranhão (1945/1970). It discusses the trajectory of "Oposições Coligadas", heterogeneous alliance formed to combat the political hegemony of *vetorinismo* in the state. Two moments are detached: the popular movement known as *Greve de 1951* (against the electoral fraud) and the victory of the oppositionists in 1965's elections, with the military dictatorship's support. It utilizes various types of sources (newspapers, memories, literature, cinema) to make an analysis of the social imaginaries (re)formulated and managed by the "Oposições", with emphasis to the representations about Maranhão, the *maranhenses* and their cultural identity.

KEYWORDS

Regional politics – Maranhão; Literature of Maranhão; Regional identity; Cinema and History; History of Maranhão (1945/1970).

LISTA DE FIGURAS

1.	O convite da Festa	19
2.	Em “campanha de libertação”	21
3.	“O Maranhão será <i>Terra em Transe</i> ”	26
4.	O “Maranhão das ruas”	75
5.	Mapa imaginário da <i>Ilha Rebelde</i>	87
6.	A Praça da Liberdade	97
7.	O Paralelo 38	119
8.	A bandeira de “Bota pra Moer”	121
9.	Prisioneiros no Palácio dos Leões	125
10.	“Nossa trincheira é um túmulo”	145
11.	“Os mortos cada vez mais governam os vivos”	146
12.	“Não há nada no mundo tão invisível como os monumentos”	149
13.	A <i>Ilha Rebelde</i> volta às ruas	156
14.	“Os clarins da banda militar”	171
15.	“Lembrança do Maranhão Novo”	186
16.	TV Eldorado apresenta: “As cifras que choram”	200

SUMÁRIO

1.	Um catálogo limitado de um sem-fim de coisas	11
2.	O “Dia da Independência do Maranhão”	17
	“O Maranhão será Terra em Transe”	23
3.	“Diplomava-se o candidato com o atestado de óbito do concorrente”	31
	“Os mortos agradecem a tranquilidade nestas eleições”	64
4.	A “Campanha de Libertação” e a invenção da <i>Ilha Rebelde</i>	77
	O mapa da Ilha: rebeldia e imaginário	88
	A demarcação de territórios simbólicos	115
	Nas trilhas do sagrado	127
5.	“O Diabo na Terra onde até o Sol mente”	151
	Outro retrato em branco e preto, a maltratar provincianos corações	155
	O cotidiano nos “campos de concentração”	170
	O “Embaixador da Miséria”	197
6.	Fontes e bibliografia	219

1. Um catálogo limitado de um sem-fim de coisas

“A liberdade do possível inclui o real, não ignora o real: abraça o real, vai até as entranhas do real e tira do real os desejos de alguma coisa que o real ainda não é. Este delicado jogo de invenção o romancista pode fazê-lo, mas o memorialista e o historiador têm pudor de inventar, pois espera-se que ele conte os fatos como aconteceram. Pode interpretá-los, mas não deveria inventar nada. Em princípio, não deve inventar episódios” (Alfredo Bosi).

Apesar das evidências em contrário, esta dissertação é voltada para a história política. Não se engane o leitor com o arrazoado confuso formado pelos títulos, subtítulos, citações díspares e outros que tais – eles não foram jogados ao acaso, mas sim dispostos segundo uma estranha lógica que somente vai se desvelando aos poucos, na medida em que vários fios forem tecidos e reunidos, convergindo para pensar os **signos da morte** que assombram a história maranhense. O leitor, talvez, possa mesmo encontrar outras possibilidades de interpretação, com o que ficaremos bastante satisfeitos...

Assim, trata-se de uma pesquisa sobre os processos de (re)construção e manipulação dos imaginários políticos (BACZKO, 1984) no estado do Maranhão, distante província no antigo norte, hoje nordeste, do país. A investigação cobre um período que a historiografia local consagrou como sendo o do *vitorinismo*, expressão forjada para designar o domínio da cena política estadual pelo senador pessedista Victorino Freire (1945/1965), um predomínio permanentemente contestado por uma aliança política bastante heterogênea (quer socialmente, quer a nível partidário) – as Oposições Coligadas. Formada em fins da década de 1940, esta frente ampla oposicionista se manifestou, especialmente durante os processos eleitorais, por quase duas décadas, até ascender ao poder em meados dos anos 1960, “acontecimento” que teria dado origem a uma “nova etapa” da história política maranhense, o *sarneísmo* (organizado em torno do hoje senador pelo Amapá, José Sarney).

Contada dessa forma pela historiografia regional, a trajetória das Oposições Coligadas supõe implicitamente uma teleologia, qual seja, a de um movimento político ascendente, que foi progressivamente fabricando e conquistando espaços de poder até produzir uma ruptura com o *status quo* estabelecido, alterando de forma radical a estrutura política com a derrota do *vitorinismo*. Esta concepção pressupõe uma relação antitética (e

maniqueísta) entre os dois grupos envolvidos na arena política: de um lado, Victorino Freire e seus pares, encarnando a **Ocupação**, um projeto autoritário e contrário às *tradições* maranhenses, perpetuando-se no poder através da violência e da fraude eleitoral; e, do outro, as Oposições Coligadas, depositárias das legítimas *tradições* de liberdade e cultura da terra timbira, consubstanciando um projeto liberal, progressista e “salvacionista” para o Maranhão – a **Campanha de Libertação**. Dualidade que reforça a teleologia, confluindo para situar como ruptura e descontinuidade o *événement* de 1965: a eleição de Sarney ao governo do Estado (personagem que, por sua vez, assumiria ares messiânicos).

Se pudéssemos falar em uma linha-mestra que orientou nossa pesquisa, em termos da análise da política maranhense, talvez seja esta: a crítica dessa concepção linear e evolucionista esposada pela historiografia oficial (ou oficiosa), procurando desconstruir seus pressupostos, relativizando (ou mesmo negando) o sentido de ruptura histórica, afirmando as continuidades, as semelhanças entre vitorinistas e oposicionistas (envoltos num **jogo de espelhos**, em que um reflete de muitos modos a imagem do outro).

Paralelamente, uma outra preocupação, analisar os processos de reinvenção do Maranhão. Pois, entendendo a luta política como um campo de competição e disputa em torno das representações que orientam a percepção / significação do ser social, verificamos que os imaginários sociais sobre o Maranhão, os maranhenses e sua identidade político-cultural foram recorrentemente acionados, instrumentalizados e reformulados pelos diversos grupos, em especial pelas Oposições Coligadas, com vistas à canalização dos desejos e esperanças coletivas, à construção da legitimidade (ou ilegitimidade) do exercício do poder político. No decorrer do processo em pauta, (res)surgiu uma idéia-imagem do Maranhão em que pontificam o que denominamos de **signos da morte** (decadência, violência e tradição), construindo uma meta-história regional, com seus mitos particulares constantemente atualizados, sua peculiar concepção cíclica da história como realização no tempo de passadas promessas (sempre abortadas), implicando na convivência de diferentes temporalidades e no estabelecimento de um “sentido” para o Maranhão. Assim, procuramos perceber a historicidade dessa **meta-narrativa maranhense**, algumas de suas implicações em diferentes campos (em particular na esfera política), evidenciando seus limites e contradições.

O resultado dessas inquietações (e de outras mais) encontra-se agora em suas mãos, caro leitor. Não esperamos que esta dissertação dê conta de toda a complexidade envolvida nestas questões, nem pretendemos esgotar qualquer tema. Mas sim, pensar e estimular o debate sobre a história regional, extrapolando (e negando), quando necessário, qualquer espacialidade e/ou periodização, sugerindo implicitamente, aqui e ali, formas alternativas, outros *olhos de ver*. Para tanto, nossa narrativa (livre e não-linear, logo adiantamos) dividir-se-á em quatro capítulos, cada qual possuindo uma estruturação interna própria.

Dessa forma, começamos pelo fim, pelo *événement* que supostamente teria encerrado um ciclo histórico: o ***Dia da Independência do Maranhão***, ou, em termos mais inteligíveis, a posse do novo governador em 31 de janeiro de 1966, data apontada como o *clímax* de todo o processo de luta antivitorinista. A questão norteadora seria a seguinte: como os próprios contemporâneos compreenderam e interpretaram este momento? Qual a estrutura de significações subjacente ao simbolismo político do “acontecimento”? Perguntas que ficam no ar, esperando, talvez, ser desenvolvidas ao longo da dissertação...

A descrição da festa e do carnaval popular combina-se ao destaque concedido a um registro específico: o documentário *Maranhão 66*, do cineasta baiano Glauber Rocha, “obra de encomenda” sobre a posse e a realidade estadual de então. A “descoberta” desse curta-metragem no decorrer das pesquisas abriu novas possibilidades de discussão, envolvendo as relações entre história e cinema, entre *verdade* e *ficção*, bem como sobre a linguagem cinematográfica e a *Eztetyka da Fome* glauberiana. A análise do documentário adquire interesse ainda por seu ineditismo, pois o mesmo somente é citado *en passant* na cinematografia do diretor, talvez porque desvele algumas novas contradições do “mito” e do “gênio” do Cinema Novo (e ele as tinha em demasia), emprestando sua câmera a um político tão controverso.

O capítulo ***Diplomava-se o candidato com o atestado de óbito do concorrente*** será dedicado a uma sucinta exposição do panorama político estadual no período 1945/1970. A lógica da narrativa acompanhará o dualismo já apontado (vitorinistas x oposicionistas), procurando identificar quem são esses atores políticos, sua configuração

partidária, suas bases sociais, estratégias e articulações. Destacaremos o padrão de relações estabelecido entre as forças locais e o centro político nacional, na medida em que *vitorinismo* e *sarneísmo*, qual irmãos siameses, foram, cada um a seu modo, produtos da vontade do poder federal e da utilização patrimonialista da máquina pública. Tal padrão evidenciaria uma certa “incapacidade” dos grupos locais de organizar a disputa política em seus próprios termos, situação que estimularia o “apelo ao centro”, conformando o que chamaremos de **estratégia periférica**. A análise da política estadual se concentrará em dois momentos decisivos na trajetória das Oposições: a *Greve de 1951* e o *Dia da Libertação* em 1966 – estabelecendo um primeiro ponto de vista sobre os mesmos, que se desdobrará e deslocará nos capítulos seguintes.

Assim, em ***A Campanha de Libertação*** faremos uma imersão na *Greve de 1951*, movimento oposicionista contra a posse de um governador considerado ilegítimo, o vitorinista Eugênio Barros. A *greve geral e pacífica*, caracterizada por sua grande capacidade de mobilização de massas, paralisou a capital durante 15 dias em fevereiro-março e 18 dias em setembro-outubro/1951, gerando o temor e a expectativa de uma *guerra civil* e conquistando as atenções da grande imprensa nacional. Neste capítulo, o ângulo de abordagem privilegiado será o processo de invenção da *Ilha Rebelde*, dos imaginários sociais produzidos e veiculados pelas Oposições Coligadas. Assim, a complexa trama de interesses da *greve geral* (já montada no capítulo anterior) será reconstruída a partir de outras cenas, outras tomadas.

Elaborando um mapa vivencial e narrativo, convidamos o leitor a passear pelos lugares significativos da experiência da *balaiada urbana* e seus **signos da morte**: a lógica dualista e maniqueísta, as apropriações e releituras locais do liberalismo e do trabalhismo, a fabricação da memória coletiva, a redefinição da identidade regional através da reescrita da história e da tradição, a sacralização do discurso político. Nesse *mapa da Ilha Rebelde*, uma atenção especial será conferida à ressignificação dos textos urbanos, propondo-se um itinerário que começa na *Praça da Liberdade*, espalha-se como os mexericos do DIVA, atravessa o *Paralelo 38*, expropria literatura e memória, percorre monumentos históricos e bairros operários, até desembocar no cemitério do Gavião, finalizando os passos da Quaresma cívica.

Nesse ponto, uma advertência torna-se necessária para evitar futuros mal-entendidos. Embora denominado de *Greve de 1951*, o movimento teve um caráter essencialmente político, tendo um espectro partidário bastante diversificado (PSD/ UDN/ PSP/ PTB/ PR), além de ser socialmente heterogêneo, dele participando trabalhadores (e seus sindicatos), mas também setores das camadas médias urbanas e do empresariado, além de políticos e intelectuais. Em virtude disso, optamos por fazer uma análise “homogênea” dos imaginários políticos, tomando por base as formulações das lideranças e dos jornais antivitorinistas. Nesse sentido, a construção de uma visão interna do movimento, contudo, ainda uma visão “de cima”, da cúpula oposicionista (se pensarmos segundo a estrutura de classes).

Com isso, não pretendemos apagar as diferenças sociais e partidárias, nem negar a “voz” a qualquer dos atores envolvidos (“os de baixo”), menos ainda postular, de antemão, qualquer subordinação pura e simples das “massas” aos “demagogos” líderes “populistas” das Oposições Coligadas. Pesquisas ulteriores poderão aprofundar estas temáticas, contribuindo para complexificar a análise, bem como criticar e relativizar nossas próprias sugestões e hipóteses. Esses novos estudos poderão, por exemplo, na esteira da revisão crítica das relações entre trabalhadores e populismo no Brasil, buscar “compreender os trabalhadores nos seus próprios termos, como viam e viviam seu mundo social e como, em sua consciência, respondiam a esse mesmo mundo”.¹ Devido às características da pesquisa, abrangendo um período mais amplo e colocando-se outras questões, contentamo-nos em fazer algo como “**compreender os oposicionistas nos seus próprios termos**” (daí, alguns detalhes, tais como, a univocidade e o tom épico da narrativa desse capítulo). A pergunta seguinte poderia ser: qual a apropriação que “os de baixo” fizeram desse imaginário oposicionista, utilizando-o e mesmo subvertendo-o segundo suas próprias experiências e expectativas? “Ganha um doce quem souber”...

No último capítulo, *O Diabo na terra onde até o sol mente*, voltamos ao ponto de partida, ao *Dia da Independência*, à esta altura também um outro possível **signo da morte**, inserido numa estrutura de enredo circular. Inicialmente, fazemos uma releitura do

¹ Cf. a coletânea *O populismo e sua história* (FERREIRA, 2001), especialmente o artigo de Fernando Teixeira e Hélio da Costa sobre as contribuições recentes da história social do trabalho para a revisão dos mitos do período 1930/1964, elaborando uma visão alternativa sobre a classe trabalhadora nos “anos populistas” (SILVA & COSTA).

simbolismo político do *événement* à luz da discussão dos imaginários sociais. Aproveitando o *retrato alegórico* composto por *Maranhão 66*, acompanhamos o debate político e estético em torno do documentário, o qual colocou a identidade regional em xeque e evidenciou as estratégias de diferentes atores sociais: da metáfora dos *campos de concentração* à construção da *Sarneylândia* pelo novo César, das representações imagéticas de São Luiz ao esporte do *aticismo maledicente*, passando pela reacionária *campanha anticomunista* e pelas *alegorias do subdesenvolvimento* do Cinema Novo.

O experimentalismo e as estratégias de agressão da *Eztetyka da Fome* também são analisados, por meio da problematização da linguagem do documentário e suas propostas de *cinema-verdade*. A imbricação entre história e cinema possibilitou lançar ainda um olhar sobre as nebulosas e instáveis fronteiras entre *verdade* e *ficção*, aproximando intencionalmente *Maranhão 66* e *Terra em Transe* (longa-metragem crucial na filmografia de Glauber Rocha). Discutimos, portanto, a polissemia intrínseca à linguagem cinematográfica, geradora de uma rede de interpretações diversificada e de um problema hermenêutico absolutamente atual.

Por outro lado, a decupagem / desconstrução do polêmico documentário foi acompanhada por uma técnica narrativa que envolveu fragmentos aleatórios, vozes descontextualizadas (polifonia), temporalidades cruzadas, efeitos de estranhamento, jogos comparativos entre personagens reais e ficcionais; vivenciando o problema enunciado por Jorge Luis Borges (n'O *Aleph*): "*construir um catálogo limitado de um sem-fim de coisas*", tarefa impossível, pois, "*essa enumeração caótica só pode ser simulada, e cada elemento aparentemente casual tem de estar vinculado a seu contíguo por uma secreta associação ou por contraste*". Assim, conscientemente, experimentamos e tensionamos as possibilidades da escrita (pós-moderna?) do historiador e das (im)possíveis construções de "sentido" para a história do Maranhão. Pois, em *terra onde até o Sol mente, vede que verdade falarão aqueles sobre cujas cabeças e corações ele influi*.

2. O “Dia da Independência do Maranhão”

“Feriam-me o nervo óptico e a retina
Aponevroses e tendões de Aquiles,
Restos repugnantíssimos de bílis,
Vômitos impregnados de ptialina.”
(*Os Doentes*, Augusto dos Anjos)

31 de janeiro de 1966, segunda feira. A cidade de São Luís do Maranhão acordou em festas com a posse do novo governador, José Sarney Costa, eleito com ampla maioria de votos no pleito de 3 de outubro de 1965 pelas Oposições Coligadas, num processo em que contou ainda com o beneplácito da recém instalada ditadura militar.

Os jornais da oposição – **Jornal Pequeno**, **O Imparcial** (Diários Associados) e **Jornal do Dia** – saudaram a data de posse de maneira efusiva e entusiástica em suas manchetes. Seria o “Dia da Independência do Maranhão”, o “nosso 7 de Setembro”, o “Dia da Queda da Bastilha”, o “Dia da Esperança”, a “Hora da Libertação”, em que a “Cidade em Festas”, numa autêntica “Festa do Povo”, receberia o novo governador para dar início a um “Maranhão Livre e Progressista”, um “Maranhão Novo”.¹

O significado de tão pomposas manchetes já estava dado no calor da hora: a ascensão de Sarney ao poder representaria “a mudança radical numa estrutura político-administrativa marcada por 20 anos ininterruptos de corrupção”, sob a tutela política do senador Victorino Freire (PSD); seria ainda “... um protesto contra o abandono a que foi relegada a nossa terra, tão imponente em sua tradição cultural, tão bela em sua fisionomia histórica,..., tão frágil, como um brinquedo, nas mãos dos governos irresponsáveis”.² Em outro artigo, o jornalista Lago Burnett, então no **Jornal do Brasil**, complementa que o Maranhão “conseguiu se libertar sozinho, depois de 20 anos consecutivos de submissão ao regime de opressão e injustiça social”, “conseguiu emergir da longa noite de dominação vitorinista, de incompetência administrativa, de descalabro econômico, de mediocridade política”.³

¹ Cf. os seguintes jornais: **Jornal Pequeno**, 29/01/1966; **Jornal do Dia**, 28 e 29/01/1966; **O Imparcial**, 30 e 31/01/1966.

² Lago Burnett, “O significado da vitória”. In: **Jornal do Dia**, 30/01/1966, p.9.

³ Lago Burnett, “Maranhão não pode ficar só depois da Libertação”. In: **Jornal do Dia**, 08/02/1966, p.5. Artigo transcrito do **Jornal do Brasil**.

Interpretação histórica ainda hoje repetida em círculos palacianos, sua idéia central é que com a eleição e posse de Sarney, “o vitorinismo, como sistema de prática política e administrativa [dominante entre 1945 e 1965], estava definitivamente aniquilado no Maranhão inteiro”.⁴ O “Dia da Independência” marcaria o início de uma nova era de “progresso com justiça social”. [Voltaremos a essa questão em momento mais apropriado...]

Ocorrendo em plena temporada pré-carnavalesca, a posse contou com uma programação bastante variada. Começando com uma salva de foguetes à zero hora, em frente à residência da família Sarney, na rua do Passeio, significando, segundo um colunista, que “a partir daquele instante uma nova era será contada para o Maranhão”.⁵ A queima de fogos deu início ao “carnaval popular”, com a multidão a cantar o *jingle* de campanha, o baião “Meu voto é minha lei, para Governador José Sarney”, em ritmo de samba.⁶

O espetáculo político-carnavalesco teve continuidade ao longo de todo o dia, com Missa em Ação de Graças na Catedral Metropolitana; jogo de futebol com portões abertos no estádio Santa Izabel, o “clássico” Seleção de Ribamar x Ícaro Sport Club (da Base Aérea).⁷ E ainda, “cinema para o povo”, com sessões gratuitas em todos os cines da capital; abertura dos portões do Palácio dos Leões (sede do governo) para visitação pública; almoço de confraternização, com um churrasco oferecido pela diretoria do Clube Jaguarema. À tarde, houve o compromisso de posse perante a Assembléia Legislativa (à época funcionando no prédio da Biblioteca Pública, na praça Deodoro), seguido de revista das tropas da Polícia Militar do Estado, parada e desfile militar. Logo após, a população desceu em passeata até a Avenida Pedro II, onde houve o comício de posse, encerrado com o desfile das Escolas de Samba e dos Blocos Tradicionais do carnaval maranhense.

⁴ BUZAR, 1998:499.

⁵ Coluna “Jámenes escreve: Diário da Cidade”, in **Jornal Pequeno**, 26/01/1966, p.4.

⁶ **Jornal Pequeno**, 01/01/1966, p. 1. O *jingle-baião*, de autoria do poeta popular João do Vale, tornou-se marca registrada do político, que o utilizou sistematicamente em suas campanhas, pois bastava substituir o “governador” por “deputado”, “senador”... Cf. PASCHOAL (2000:202, 206).

⁷ A expressão “Seleção de Ribamar” guarda um duplo sentido de difícil compreensão aos “não iniciados” nas “cousas” maranhenses: de um lado, faz referência à cidade de São José de Ribamar (localizada na ilha de São Luís), centro de peregrinação e homenagem ao Santo Padroeiro do Maranhão; por outro lado, se reporta ao nome de batismo do político José Sarney (e de alguns milhares de seus conterrâneos) – José de Ribamar...



Posse do Governador SARNEY Festa do Povo

PROGRAMA

Dia 30/1 — Horário: brasileiro de verão:

8 hs. — Salva de foguetões; 9 hs. Salva de foguetões;
9 hs. Missa Campal na Igreja da Sé, celebrada pelo Arce-
bispo Metropolitano, D. João José de Almeida e Albuquerque
com a participação do Coral do Maranhão; 11 hs. sessão
cinematográfica em todos os cinemas da cidade; 11 hs.
partida de futebol no Estádio Santa Isabel; 16 hs. Com-
promisso de posse perante a Assembleia Legislativa do
Estado; 18 hs. Solenidade de transmissão do cargo de Go-
vernador na Praça Pedro II; 23 hs. baile oferecido aos vi-
sitantes no Grêmio Littero Recreativo Português (Sede
Esportiva) e em todos os clubes populares. (Todo o pro-
grama será no horário brasileiro de verão).

AO POVO MARANHENSE

O convite da Festa

FIGURA 1. A Comissão Central dos Festejos convida para a "Hora da Libertação".

A vitória de Sarney e Dino nas "urnas livres" "levaria o Povo ao Governo".

In: *Jornal do Dia*, 30/01/1966, p.12.

A comemoração prolongou-se noite adentro com a realização de bailes carnavalescos: um mais restrito, para os "visitantes", nos salões do prestigiado Grêmio Littero Português (onde se reunia a fina flor da "sociedade" local); outros bailes nos "clubes populares", com entradas franqueadas ao povo. A Comissão Central dos Festejos, organizadora do evento, fez questão de lembrar a todos que a festa era "para quem quizer havendo máscaras e tudo mais", contornando dessa forma a grande "polêmica" do carnaval

daquele ano, a proibição de máscaras nos clubes carnavalescos, decretada pelo prefeito Eptácio Cafeteira, visando a “defesa dos costumes sadios e da moralidade de comunidade”.⁸

Mas o ponto culminante das festividades foi a solenidade de transmissão do cargo, no Palácio dos Leões, seguida do comício na praça Pedro II (em frente ao Palácio dos Leões), em que, durante cerca de 30 minutos, o governador Sarney discursou em rede de rádio e TV, “debaixo de verdadeiro bombardeio de foguetes e ao som de tambores, das Escolas de Samba, e das palmas da multidão incalculável, que lotava a referida avenida”. Segundo um comentarista, o espetáculo foi “indescritível”, com “mais de 100 faixas e cartazes, com dísticos, sintetizando as esperanças do povo no seu novo governante”. Povo, que, “em delírio”, ouviu o pronunciamento de Sarney, “registrando-se empurrões, gritos, requebros dos integrantes das escolas de samba, charangadas, etc”.⁹ Era o transe coletivo.

Panis et Circencis. Os eventos da festa “cívico-popular” foram minuciosamente planejados pela Comissão Central dos Festejos, contando com a participação dos comitês de bairro, sindicatos, governo estadual, prefeitura de São Luís, delegações do interior do estado. Para assegurar a massiva participação popular, além de todos os atrativos oferecidos, foram utilizados outros artifícios. Foram decretados ponto facultativo nas repartições estaduais e feriado municipal pelo prefeito Cafeteira. Em nota oficial, a Associação Comercial do Maranhão conclamou as “classes produtoras”, o comércio, a indústria e os bancos, a suspenderem suas atividades no dia 31.¹⁰ Ademais, os bondes, principal meio de transporte coletivo, circularam de graça durante todo o “dia da Independência”.

Feriado, Festa, Transporte, Carnaval: sucesso de público. O jornalista José Oliveira, em sua coluna “Carnaval”, assinalou que “segunda-feira foi um dia de muita pagodeira... Foi realmente um dia infernal para a turma que gosta da pagodeira de momo”. Os “clubes populares” -- Urussanga, Saravá, Carcará, Estrela Dalva, Tri-Campeão, Nosso

⁸ *Jornal Pequeno*, 26/01, p.4 e 02/02/1966, p.1. O deputado federal Eptácio Cafeteira foi o autor do projeto de Emenda Constitucional que restabelecia a autonomia política das capitais, com eleição direta dos prefeitos (dentre todas as capitais, somente São Luís ainda não possuía tal prerrogativa). Aprovada a Emenda em abril de 1965, com o prestígio advindo da campanha pela autonomia, Eptácio Cafeteira foi eleito prefeito da capital no pleito de 3 de outubro de 1965, pelo Partido Republicano (PR). Cf. BUZAR (1998:487-490) e PAIVA (1999:59-79).

⁹ *Jornal Pequeno*, 01/01/1966, p.1

¹⁰ *O Imparcial*, 28/01/1966, p.1

Clube do Anil – abriram as suas portas para “receberem gratuitamente os foliões maranhenses... Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos também estiveram dando as suas voltas pelo centro da cidade. A enchente nem se conta”.¹¹



Em “campanha de libertação”

FIGURA 2. Comício na ilha de São Luís: “O povo do Cacape de Raposa saúdam o gov. Sarney”.
Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

Feriado, Missa, Futebol, Carnaval: sucesso de público e crítica. Show de cidadania, pois, segundo a crônica do jornal **O Imparcial**, “incalculável massa humana, numa concentração cívica inédita na História do Maranhão, ocupou literalmente toda a vasta extensão da praça Pedro II... Por ali desfilaram numerosos cordões carnavalescos, blocos e

¹¹ **Diário da Manhã**, 02/02/1966, p.2

escolas de samba, transformando o ambiente em verdadeiro carnaval, tão grande era a alegria do povo”.¹²

Feriado, Cinema, Política, Carnaval: críticas da crítica. Analisando a festa, o jornal **Diário da Manhã** (ligado ao ex-governador Newton Bello, derrotado nas urnas) afirmou em artigo que “mesmo com a temperatura baixa a cidade teve que assistir a um verdadeiro ‘show’ em praça pública e a queima de três mil dúzias de foguetes que marcaram, com o epíteto de festim popular, a posse do Sr. José Sarney”. Apesar de “candidato pobre”, com “modesta campanha”, “o rapapé de posse” teria orçado, segundo “experts em finanças”, em “pouco mais ou menos na bagatela de 25 milhões de cruzeiros sangrados por adiantamento aos cofres públicos do Estado, numa antevisão do que será o próximo quinquênio administrativo”.¹³

Feriado, Carnaval, Literatura: aplausos da crítica. A festa, entretanto, não terminaria por aí, pois na semana anterior, **O Imparcial** dava conta de que “eleito presidente da Academia Maranhense de Letras, em sessão do mês de dezembro, o acadêmico Sarney Costa tomará posse na próxima terça-feira [1º de abril], em hora a ser anunciada previamente”.¹⁴ Contudo, o evento acabou sendo adiado para o dia 11 de abril, quando o acadêmico Sarney, eleito para a Academia aos 22 anos de idade (1952), finalmente tomou posse na presidência da “Casa de Antonio Lobo”.

¹² **O Imparcial**, 01/02/1966, pp. 1-2.

¹³ **Diário da Manhã**, 25/01, p.2 e 01/02/1966, p.3

¹⁴ **O Imparcial**, 27/01/1966, p.1.

“O Maranhão será Terra em Transe”

“E vencemos! As coisas que vi naquela campanha! Uma tragédia muito maior que nossas próprias forças... eu, agora a teu lado, pensava nos problemas que surgiriam e me perguntava como responderia o Governador eleito às promessas do candidato”.
(Paulo Martins, *Terra em Transe*)

Em meio às batalhas de confete e serpentina, em meio às “pessoas na sala de jantar”, deve ter passado despercebida a muitos a presença em São Luís do jovem cineasta Glauber Rocha, que veio, juntamente com o produtor Luís Carlos Barreto e equipe, para a cobertura da posse de Sarney. Com exceção de uma rápida nota no **Jornal do Dia** (30/01/1966), em que se misturavam a inúmeros outros convidados especiais, não há qualquer outra referência nos jornais antes da posse. Apesar disso, suas atividades na cidade foram intensas ao longo de toda a semana seguinte.

Poucos dias depois, os jornais davam conta da “avant-premiere mundial” do filme *A Hora e a Vez de Augusto Matraga* do diretor Roberto Santos, vindo de uma premiação no Festival de Brasília. Produzido e distribuído por Luís Carlos Barreto (DIFILM, a distribuidora do Cinema Novo), o filme teve uma sessão especial no Cine Éden (o mais antigo e luxuoso da cidade) em homenagem ao governador José Sarney, anunciada com estrépito pelo **Jornal do Dia**: “Cinema Nacional Homenageia Sarney”.¹⁵ O acontecimento mexeu com a vaidade local, pois o filme, já premiado em Brasília e candidato do Brasil em Cannes, seria “exibido pela segunda vez no país e no mundo o que muito representa para a cultura maranhense”.¹⁶

O anúncio da “avant-premiere” foi acompanhado de críticas bastante elogiosas ao filme e ao chamado “Novo Cinema Brasileiro”, o qual, segundo a coluna social “Passarela”, “ganhou uma maturidade surpreendente, lançando para o mercado nacional e internacional filmes de uma qualidade artística superior a qualquer expectativa e que mostram facetas ainda desconhecidas do talento de uma nova geração ativa e cheia de idéias”.¹⁷ Além de *A Hora e a Vez*, foram acertados contratos com a Empresa Roxy

¹⁵ **Jornal do Dia**, 03/02/1966, p.1 e 04/02/1966, p.1.

¹⁶ **Diário da Manhã**, 02/02/1966, p.2 e **Jornal do Dia**, 02/02/1966, p.5.

¹⁷ A coluna social “Passarela” saía regularmente no JD. Ver **Jornal do Dia**, 04/02/1966, p.2.

(proprietária de vários cinemas) para a exibição de “uma série de lançamentos nacionais da nova linha”, inclusive *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (de Glauber Rocha) e *Menino de Engenho* (de Walter Lima Júnior, com produção de Glauber). Nessa articulação com as firmas exibidoras, o papel de Luís Carlos Barreto adquiriu relevo, pois a criação da DIFILM surgiu do reconhecimento, por parte dos cinema-novistas, da importância do mercado exibidor e da necessidade de inserção no mesmo.¹⁸

Mas, sobretudo, a semana foi utilizada para a realização na capital e no interior (Bacabal) das tomadas do documentário para cuja realização foram contratados, um curta-metragem exibido como cine-jornal denominado *MARANHÃO 66: posse do governador José Sarney*.

Nessa época, Glauber Rocha já ascendia à condição de mito devido ao vertiginoso sucesso internacional de *Deus e o Diabo*, lançado em 1964, às vésperas do golpe militar. O sucesso, contudo, não era suficiente para bancar a produção de seus filmes. Por conta disso, em 1965 e 1966, faz dois “trabalhos de encomenda”, os documentários *Amazonas*, *Amazonas* e *Maranhão 66*.¹⁹ Em texto sobre as raízes de *Terra em Transe* (seu próximo filme, de 1967), no sugestivo tópico “em busca do ouro”, o próprio Glauber relata que num determinado momento de 1965, “as propostas em volta, eu fugi do Festival [Internacional do Cinema, na Guanabara]”, tendo ido “para o Amazonas fazer um documentário de encomenda para sobreviver, voltei ao Maranhão para fazer outro documentário e quando pude ter o mínimo de dinheiro para organizar meu tempo...”, começou a reescrever o roteiro de *Terra em Transe*.²⁰

José Sarney, em depoimento de 1985, quando da fundação do Espaço Glauber (hoje Fundação Tempo Glauber, responsável pela preservação da memória do cineasta), narra seu convite ao diretor para fazer o documentário:

“com humildade, aceitou. Quando o filme foi apresentado ao público, em um cinema de arte, há quase 20 anos, a reação inicial de desconfiança transformou-se

¹⁸ RAMOS, 1987:355.

¹⁹ BENTES, 1997:36.

²⁰ ROCHA, 1982:240.

em aplausos. Por quê? Porque ao invés de filmar minha posse, filmou o Maranhão, seus casebres, suas ruas, sua miséria e sua esperança”.²¹

Como veremos, a reação ao documentário foi mais complexa e diversificada... De concreto, da relação de amizade então iniciada entre o jovem cineasta (27) e o jovem político (35) resultou ainda, segundo Sylvie Pierre, “a ajuda particular de José Sarney para o financiamento de *Terra em Transe*”.²² Na verdade, a ajuda não foi tão particular assim, conforme pode ser visto nos créditos do filme, em que se agradece ao Banco do Estado do Maranhão (BEM), um dos patrocinadores.

As relações entre o documentário e *Terra em Transe* foram além da intrincada questão do financiamento. Em sua biografia de Glauber, a pesquisadora Ivana Bentes aponta que, com o documentário, “Glauber teria oportunidade de acompanhar os bastidores de uma campanha política, a eleição de José Sarney. O resultado reverteria para a ficção exuberante de *Terra em Transe*, o melhor estudo cinematográfico sobre populismo, messianismo e burguesia nacional”.²³ Do ponto de vista técnico, a experiência também foi importante, pois no documentário é utilizado o recurso de isolar o ruído do som da câmara, considerado uma conquista técnica do Cinema Novo.

Em uma de suas poucas referências, Glauber comenta que o curta foi “importante para mim. Uma experiência muito útil para *Terra em Transe*, porque pela primeira vez filmei com som direto e porque participei das etapas de uma campanha eleitoral”.²⁴ Glauber exercita a linguagem do filme-documentário, dialogando com as técnicas do “cinema-verdade” europeu, cujas idéias vinham sendo discutidas desde fins dos anos 1950 pelos cineastas brasileiros, dada a sua proximidade com o primeiro discurso cinema-novista (tomadas em som direto, entrevistas a populares, câmera na mão).²⁵ Nesse sentido, *Maranhão 66*, ao se apresentar como “reportagem cinematográfica”, se constitui num teste da linguagem e numa crítica da forma do cinema documentário. [Retornaremos oportunamente a este tópico.]

²¹ SARNEY, 1996:213. Segundo o seu depoimento, a 1ª exibição do documentário teria ocorrido no Cine Payssandu, no Rio de Janeiro, para um público de cinéfilos que inicialmente vaiou o curta-metragem.

²² PIERRE, 1996:211.

²³ BENTES, 1997:36.

²⁴ Apud SISKIS, 1999:3.

²⁵ RAMOS, 1987:362-5.



“O Maranhão será *Terra em Transe*”

FIGURA 3. Comício da Pedro II: ao centro, José Sarney acenando; à direita, Glauber e sua equipe.
 Ao fundo, o Palácio Episcopal e uma das torres da Igreja da Sé (Catedral Metropolitana).
 Foto de Rubens Barbosa (Jornal do Brasil), Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

De *Maranhão 66*, também, foram inseridas algumas tomadas e sons (som direto) em uma das seqüências de *Terra em Transe*, aquela da campanha, eleição e posse de *Felipe Vieira* (José Lewgoy) como governador da província de Alecrim, no país atlântico de Eldorado. [Analisaremos em detalhe esta seqüência no capítulo 5] Segundo Rossini Corrêa a proximidade filme/documentário seria ainda maior. Baseando-se em entrevista com o político Edson Vidigal, o sociólogo sinaliza a idéia de que a matéria-prima do filme foi retirada da trama política maranhense, com a correspondência inclusive entre atores reais e ficcionais: José Sarney seria o líder populista *Dom Felipe Vieira*; Bandeira Tribuzi, o amargurado intelectual de esquerda *Paulo Martins*; Victorino Freire, o líder reacionário e

conservador *Dom Porfirio Díaz*.²⁶ Apesar de insustentável, uma vez conhecida e analisada toda a complexa trama de *Terra em Transe*, esta afirmação remete à necessidade de uma investigação mais elaborada das interfaces entre as duas películas glauberianas...

Mas, ao que parece, havia ainda outras pretensões na associação entre Glauber e Sarney: o Maranhão seria *Terra em Transe*, embora num sentido mais modesto. Em 1º de abril de 1966, o **Jornal do Dia** noticiava que “São Luís do Maranhão será incluída no roteiro de filmagens do cineasta Glauber Rocha, que estará aqui em meados de maio próximo acertando as necessárias providências para as tomadas das cenas que integrarão *Terra em Transe*... Esta informação foi dada pelo próprio Glauber Rocha aos jornais da Guanabara”. O cineasta foi apontado na reportagem com um dos mais ativos colaboradores do “chamado Cinema Novo, fugindo à chanchada,... e utilizando o cinema como instrumento de cultura para o povo”.

A esperada “segunda experiência cinematográfica” de Glauber no Maranhão se seguiria ao “documentário de quinze minutos, que está concluído, [retratando] o imenso potencial econômico do nosso Estado”.²⁷ Apesar de publicada no tradicional dia da mentira, a matéria gerou expectativa na cidade e já no dia seguinte, o mesmo jornal, na coluna social “Passarela”, informava que “possivelmente no próximo mês de maio, Fernanda Montenegro e Orlando Vilar estarão filmando em São Luís, sob direção de Glauber Rocha”.²⁸ Se concretizado o intento, com certeza ainda mais orgulho teria sentido a “cultura maranhense”...

Nem uma nem outra previsão se confirmou, entretanto. Por razões várias, *Terra em Transe* acabou sendo rodado em apenas um mês no Rio de Janeiro, com Glauce Rocha e Jardel Filho no lugar dos atores mencionados. Já a presunção de que o documentário mostraria “o imenso potencial econômico” do Maranhão, se convertendo em peça de propaganda, foi logo dissipada, quando da exibição em São Luís do curta-metragem. Arma de propaganda política e econômica, sim, mas em sentido diametralmente oposto, como veremos.

²⁶ CORREA, 1993:286.

²⁷ “Maranhão será Terra em Transe: filme de Glauber”. In: **Jornal do Dia**, 01/04/1966, p.5.

²⁸ **Jornal do Dia**, 02/04/1966, p.2. O nome correto é Leonardo Vilar.

Até então, ao que parece, apenas um círculo restrito de pessoas com acesso ao governador e ao cineasta tinha noção do conteúdo de *Maranhão 66*. Com exceção de uma breve menção em artigo de Lago Burnett, nada mais pudemos localizar entre fevereiro e março que fizesse referência ao curta-metragem. Segredo bem guardado, apenas entrevisto nas palavras de Lago Burnett, ao comentar que o cineasta estava “fazendo um documentário para o Governador das **condições em que o Estado foi deixado por seus antigos donatários**”, seguido da lembrança de que, daí a cinco anos, seria necessário compará-lo com os resultados da administração Sarney.²⁹

Assim, num domingo, três de abril, dois meses após as filmagens, *A Posse do Governador José Sarney* estreou nas telas do luxuoso Cine-Teatro Éden, caindo como uma bomba na pacata capital maranhense. Na véspera, o **Jornal do Dia**, em sua coluna dedicada à programação dos cinemas, já anunciava a sua apresentação extra, como cine-jornal, precedendo a exibição de *O Rolls Royce Amarelo*, filme em cores com um “elenco internacional de famosas estrelas: Ingrid Bergman, Alain Delon, Rex Harrison, Jeanne Moreau, Shirley MacLaine”. Com produção de Luís Carlos Barreto, o documentário continha “uma visão impressionante editada por Glauber Rocha sobre o grande acontecimento político”.³⁰

No domingo, já preparando os ânimos para o que se veria nas telas, a manchete de 1ª página do mesmo jornal assinalava que “São Luís, seus azulejos e contrastes, o interior maranhense, a sua miséria e a grande festa que o Povo fez no dia em que levou José Sarney ao Governo do Estado – constituem os temas principais do filme”. Em breves palavras, a nota orienta o “olhar” do expectador, a “leitura” do filme, indicando a direção em que se deveria pensá-lo:

“O documentário **mostra o Maranhão que José Sarney encontrou**, hospitais abandonados, o homem desprovido dos seus direitos, ‘os mais sagrados da pessoa humana’, ‘obras’ como a ponte de São Francisco, o nosso potencial econômico simbolizado no babaçu, ‘flashes’ impressionantes do ‘dia da libertação’... O trabalho de Glauber Rocha e sua equipe sintetiza o **grito do Maranhão ao resto**

²⁹ Lago Burnett, “Maranhão não pode ficar só depois da Libertação”. In: **Jornal do Dia**, 08/02/1966, p.5. Daqui por diante, a menos que haja expressa indicação em contrário, os grifos ao longo de todo o texto serão nossos.

³⁰ **Jornal do Dia**, 02/04/1966, p.2

do Brasil, precisando de ajuda para não ficar sozinho, depois de vitoriosa luta árdua que durou vinte anos”.³¹

Contudo, apesar do esforço didático-político do jornal, a exibição de *Maranhão 66* gerou uma intensa polêmica na cidade, que se estendeu por semanas. As “estratégias de agressão” adotadas por Glauber no documentário, especialmente a montagem vertical (imagem e som independentes entre si) nas seqüências que acompanham o discurso de posse, acabaram surtindo o efeito desejado: estranhamento, problematização, paralisia. Em lugar dos aplausos unânimes a exaltar a genialidade de Glauber Rocha (conforme sugerido pela supracitada entrevista de Sarney), as reações do público à “estética da violência” foram bem outras.

“– Chocante! – é em geral o lacônico comentário de quantos assistiram ao curta-metragem *Maranhão 66*”, resumiu o colunista social de “Passarela”.³² Já a coluna “Jámenes escreve” publicou, “muito comentado o ‘complemento’ cinematográfico que está sendo projetado no Éden, mostrando apenas o lado podre do Maranhão. As opiniões se entrechocam com favoráveis e contrários à produção”.³³ Estas assertivas, vindas de jornalistas francamente favoráveis ao governo Sarney, foram até comedidas diante de outras opiniões. “Nem pretendo descobrir quem financiou e por que o fez, o filme criminoso que apresenta a nossa tão decantada, bela e atraente Capital na imagem mais grotesca, irreal e tendenciosa”, exclamou indignado o Monsenhor Ladislau Papp, professor da Faculdade de Filosofia³⁴. Fiquemos, por enquanto, apenas nestes exemplos.

Dessa forma, a polêmica foi exercitada em torno das diferentes correntes e opiniões políticas existentes na época, mas também, e especialmente, em torno das diversas representações sociais sobre o Maranhão e sua identidade. O documentário propiciou, em um curto espaço de tempo, uma verdadeira explosão vulcânica, em que o magma constitutivo dos imaginários sociais sobre o Maranhão se revolveu, expandiu, liquefez, volatilizou, com a (des)construção de novas e antigas significações e temáticas.

³¹ *Jornal do Dia*, 03/04/1966, p.1.

³² *Jornal do Dia*, 13/02/1966, p.2.

³³ *Jornal Pequeno*, 07/04/1966, p.4.

³⁴ Monsenhor Papp, “Documentário”. In: *Jornal Pequeno*, 07/04/1966, p.2.

Foi aberto, assim, um processo de acirrada competição em torno das representações e idéias-imagens, em que os imaginários sociais se constituíram simultaneamente em lugar e objeto dos confrontos sociais e políticos existentes em âmbito regional. Nas palavras de Bronislaw Baczko, “o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva, e, em especial, do exercício do poder. Simultaneamente, ele é o *lugar* dos conflitos sociais e um dos *objetos em disputa* nesses conflitos”.³⁵

A análise desse jogo político e discursivo será uma das fontes nutritivas deste trabalho. Antes, porém, em vista da melhor compreensão das questões envolvidas, faremos uma breve excursão panorâmica sobre o quadro político maranhense no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960.

³⁵ BACZKO, 1984:33 (grifos do autor). Tradução nossa do original: “l’imaginaire social est également une pièce effective et efficace du dispositif de contrôle de la vie collective, et notamment de l’exercice du pouvoir. Du coup, il est *le lieu* des conflits sociaux et *un des enjeux* de ces conflits”.

3. “Diplomava-se o candidato com o atestado de óbito do concorrente”

“Na noite do dia quinze
Desmoronou-se um castelo;
Nos braços dos seus amigos
Morreu Saturnino Belo.

A cidade a dezesseis
Amanheceu enlutada
No enterro, dez mil almas
Formando grande parada”.
(Jornal Pequeno, 01/01/1952)

A história política maranhense, no contexto do processo de “redemocratização” pós-1945, adquiriu algumas nuances que a diferenciaram, de certa forma, do “padrão” dominante na maioria das unidades da Federação. A primeira delas consistindo na diminuta participação do ex-governador e ex-interventor, Paulo Ramos (1936-1945), na definição das linhas mestras do sistema político-partidário estadual do pós-guerra. Com efeito, Paulo Ramos não foi bem sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB, legenda pouco expressiva a nível regional, pela qual foi eleito para um único mandato parlamentar (deputado federal, 1950/1954).

A saída de cena do ex-interventor, juntamente com outros fatores, permitiu a ascensão à chefia política estadual de um “preposto civil do poder central”, Victorino Freire.¹ Pernambucano de origem, suas relações com a política maranhense se iniciam em 1933, quando foi nomeado secretário de governo do capitão Martins de Almeida (recém-nomeado interventor federal), com a incumbência de organizar o Partido Social Democrático (PSD) com vistas às eleições de outubro de 1934 para a Câmara Federal e a Constituinte estadual. Os deputados, além das funções constitucionais, teriam a missão de eleger por via indireta o governador e dois senadores. Não conseguindo eleger o candidato pessedista ao governo maranhense, Victorino Freire regressa ao Rio de Janeiro, onde exerceu cargos na Câmara dos Deputados e no Ministério da Viação e Obras Públicas. Posições das quais se valeu para tentar “consolidar suas bases políticas no Maranhão através da canalização de verbas,

¹ A expressão é utilizada por MICELI, 1991:578-9.

de nomeações para cargos federais sediados no Estado e de outros expedientes”, enfrentando a hostilidade do interventor Paulo Ramos.²

Com o declínio do Estado Novo, Victorino retorna ao Maranhão como um dos articuladores da campanha do general Eurico Gaspar Dutra (de quem era amigo pessoal) à presidência da República. Entre suas tarefas estava ainda a (re)organização do PSD, agora um partido de bases nacionais em conformidade com a nova legislação eleitoral. Formado em aliança com chefes políticos tradicionais do estado (Genésio Rego e Clodomir Cardoso), o PSD obteve consagrada vitória em dezembro de 1945, elegendo os dois senadores e seis dos nove deputados federais constituintes (entre os quais se contava o próprio Victorino), além de influenciar na indicação do novo interventor estadual, Saturnino Bello.³ Estava dado um passo decisivo na trajetória ascendente de Victorino Freire ao comando político maranhense, com a posterior formação de sua corrente política, o *vitorinismo*.

Entretanto, a hegemonia política de Victorino foi permanentemente contestada, não somente pela oposição, mas também por dissidências gestadas no interior da própria corrente majoritária. A primeira crise interna deu-se com a ruptura de Genésio Rego e Clodomir Cardoso, que assumiram o controle do PSD, forçando o grupo vitorinista a abrigar-se durante algum tempo sob o manto de legendas de “aluguel”. A primeira das quais foi o PPB (Partido Proletário Brasileiro), pelo qual o grupo concorreu nas eleições de 1947, elegendo entre outros, Sebastião Archer para governador (1947-1951) e Victorino para o Senado da República. A segunda legenda de “aluguel” foi o PST (Partido Social Trabalhista), por onde foram apresentados os candidatos do grupo às eleições de 1950. Tal situação perdurou até 1954 quando Victorino Freire e seus aliados retomaram o controle do PSD maranhense. Convém salientar que, apesar dessa situação partidária anômala, a nível nacional as articulações políticas de Victorino Freire continuavam se dando com a cúpula do PSD.⁴

² MICELI, 1991:578.

³ BUZAR, 1998:45-51.

⁴ Sobre o PSD e suas “raposas políticas”, cf. HIPOLITO (1985:119-148). A autora destaca o papel dos diretórios regionais na organização interna do PSD, assim como o processo de oligarquização das chefias partidárias, citando o Maranhão como exemplo.

Nas palavras de José de Ribamar Caldeira, “o poder político era regulado de conformidade com os interesses do então Senador pelo Maranhão, Victorino Freire, que possuía ampla liberdade para manipular todo o sistema político do Maranhão”.⁵ Uma das condições fundamentais de sua hegemonia seria o conjunto de ligações estabelecidas na esfera federal, na medida em que o vitorinismo seria “resultante da posição ocupada pelo PSD dentro do sistema político do país”. Partido hegemônico na cena nacional, ligado de maneira umbilical às estruturas do Estado brasileiro, o PSD se caracterizava ainda “pela sustentação de mandonismos locais”, contexto que possibilitou ao político pernambucano tornar-se um “preposto civil do poder central”, um dos “coronéis do PSD, posição essa adquirida dado o controle político que exercia sobre o Maranhão”, transformado em “autêntica propriedade política” do partido. Nestes termos, o PSD/MA “chegou a se confundir com o próprio vitorinismo”.⁶

Além da hegemonia do PSD vitorinista, o quadro partidário regional se caracterizava pela existência de inúmeros partidos que, em maior ou menor grau, faziam oposição à corrente dominante, através de uma frente política denominada *Oposições Coligadas* (frente que reunia os grupos políticos tradicionais aliados do poder pelo vitorinismo ou seus dissidentes). As Oposições Coligadas se apresentaram em todos os pleitos ocorridos no período 1950/1965, tendo uma composição partidária variável segundo as conjunturas.⁷ Conforme definição elaborada por Neiva Moreira, a coligação não era de esquerda, porém “representava um passo à frente no quadro político e social do estado, dominado então pelas oligarquias rurais”. Era “inegavelmente um movimento progressista”, apoiado por virtualmente todos os sindicatos de São Luís (“inclusive os mais atuantes, como o dos Estivadores e Comerciantes”), desfrutando de “uma grande simpatia no seio da classe média e das populações marginalizadas dos subúrbios”.⁸

No seio da frente oposicionista, destacava-se o PSP, segundo maior partido e líder da oposição. Contando com o apoio político e financeiro do então governador paulista

⁵ CALDEIRA, 1978:59-60. Victorino Freire exerceu o mandato de senador por nada menos que 23 anos (1947-1970).

⁶ CALDEIRA, 1978:73-75.

⁷ Participaram da frente antivitorinista: PSP (Partido Social Progressista), UDN (União Democrática Nacional), PR (Partido Republicano), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático), PL (Partido Libertador), PDC (Partido Democrata Cristão), PTN (Partido Trabalhista Nacional).

⁸ MOREIRA, 1989:45.

Adhemar de Barros (líder nacional do partido, que buscava ampliar suas bases eleitorais em todo o país, visando alcançar a presidência da República), o PSP maranhense teria sido, segundo a análise de Caldeira, o “único que desenvolveu formas de populismo no Estado, sobretudo através do deputado federal Neiva Moreira”, centrando sua ação política na “oposição ao vitorinismo”, no “combate à corrupção eleitoral” e em “uma forma de paternalismo filantrópico junto às populações de mais baixa renda do Maranhão”.⁹ Autodefinindo-se como “populista” (sem a conotação pejorativa que este termo possui na atualidade), o PSP possuía amplas bases em São Luís, distribuídas em diretórios distritais, especialmente na periferia e interior da ilha. Estes diretórios, além das atividades político-partidárias, ainda mobilizavam a população em torno das necessidades do bairro, organizavam escolas primárias (a mais conhecida foi batizada de “Adhemar de Barros”, funcionando no bairro operário do Lira), escolas de corte e costura, postos de saúde, salas de recreação, torneios esportivos, cumprindo por estes meios o “programa social” do PSP.¹⁰

A penetração social do PSP garantiu a Adhemar de Barros expressivas votações no Maranhão, tornando-o o 2º mais votado nas duas vezes em que se candidatou à presidência (1955 e 1960). A agremiação adhemarista foi chefiada pelos deputados Clodomir Millet e Neiva Moreira, políticos considerados, na simpática análise de Rossini Corrêa, “autênticas bandeiras de combate”. O primeiro, “lutando pela moralidade dos costumes políticos maranhenses, semelhantes, ainda, aos da Primeira República”; enquanto o segundo, “lutando contra a opressão e a injustiça social, retirando a política maranhense do empirismo do compadrio e colocando a questão maranhense no processo nacional e popular da cogitada revolução brasileira”.¹¹

Ligava-se ao PSP um dos principais jornais oposicionistas, o **Jornal do Povo** (celebrizado no refrão de João do Vale, “Jornal do Povo descobriu outro roubo...”), fundado em abril de 1950, com financiamento de Adhemar de Barros e direção do deputado José

⁹ CALDEIRA, 1978:79-80.

¹⁰ Sobre a trajetória política de Adhemar de Barros, cf. DEBERT (1979:49-68) e SAMPAIO (1982). Este último inclui o manifesto e o programa do PSP, lançados no momento de sua fundação, em junho de 1946. Na definição de Adhemar de Barros, “ser populista, para nós, é dar à função social do Estado uma amplitude que não teve até agora. É governar dando oportunidade a todos e procurando elevar cada um de acordo com suas possibilidades, porém amparando cada um de acordo com as suas necessidades” (apud SAMPAIO, 1982:68). Para uma breve referência sobre a introdução das palavras “populismo” e “populista” no vocabulário político brasileiro, cf. FERREIRA (2001:111-6).

¹¹ CORRÊA, 1982:44.

Neiva de Sousa (depois substituído por Neiva Moreira, quando este adquiriu o controle). O matutino contou com a colaboração de numerosa equipe de jornalistas (dentre os quais pode-se mencionar, Bandeira Tribuzi, Celso Bastos, Franklin de Oliveira, Lago Burnett), tendo sido fechado no dia 4 de abril de 1964 por determinação da ditadura militar.¹² Contudo, apesar de considerado “progressista” pela maior parte da historiografia (por conta das posições nacionalistas e pró-reformas de base adotadas antes do golpe de 1964), na década de 1950, o **Jornal do Povo** compartilhava com toda a imprensa local, bem como com o clero, uma posição marcadamente anticomunista, fato evidenciado em inúmeros artigos que “denunciavam” e “combatiam” a sempre suposta “infiltração comunista”.¹³

Outro importante diário oposicionista foi **O Combate** (cujo dístico compunha-se dos conhecidos versos gonçalvinos), de propriedade da tradicional família Machado (cuja ativa participação na política regional remonta à Primeira República).¹⁴ O vespertino era o órgão oficial do Partido Republicano (PR – denominado localmente de “partido dos pés-rapados”), contando com inúmeros militantes da imprensa, tais como, Erasmo Dias (redator-chefe), Amaral Raposo, Antônio Justa, José Chagas.¹⁵ Em apaixonado ensaio, o poeta Nauro Machado afirma que Erasmo Dias, nos editoriais de **O Combate**, procurava “vergastar a imoralidade anquilosada que se encastelara no Poder, entronizando a corrupção, praticando a fraude, louvando os mentecaptos e promovendo os medíocres” – ou seja, denunciava o “despotismo” implantado no Maranhão pelo “gangster” Vitorino Freire.¹⁶

Embora nunca tenha conseguido derrotar eleitoralmente a máquina política de Victorino Freire (alicerçada sobre o PSD e amparada pelo uso sistemático da fraude eleitoral – na cognominada “Universidade da Fraude”), as Oposições Coligadas conseguiram eleger vários parlamentares, além de aglutinar em torno de si o apoio de diversos segmentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luís, as quais, em pelo menos

¹² MOREIRA, 1997:7-10.

¹³ RIBEIRO, 1997:85-89.

¹⁴ Sobre o grupo político *marcelinista* (assim denominado em função da chefia de Marcelino Machado), cf. CALDEIRA (1981) e REIS (1992). Há ainda o ensaio “Erasmo Dias, o agônico dos Apicuns”, de Nauro Machado, o qual, em função dos laços familiares e da vivência pessoal do autor, fornece um interessante painel “interno” da atuação desse grupo político nas décadas de 1940 e 1950. Cf. MACHADO, 1996: 144-215 (escrito originalmente em 1983).

¹⁵ CHACON (1985:149, 165-6) comenta que o Partido Republicano surgido no pós-45 seria uma “reliquia do Partido Republicano Mineiro ainda sob a chefia do ex-presidente Artur Bernardes [1922-1926]”, o “único a sair da tumba da República Velha”.

¹⁶ MACHADO, 1996:178.

um momento, chegaram a “explodir” contra os desmandos do grupo dominante, por ocasião do movimento político conhecido como *Greve de 1951*.

A greve foi um movimento articulado pelas oposições contra a posse do governador Eugênio Barros (PST), candidato ligado a Victorino Freire, “vitorioso” em eleições marcadas pelas denúncias de fraude. As Oposições Coligadas apresentaram como candidato Saturnino Bello,¹⁷ político e empresário rompido com o vitorinismo em virtude de sua não indicação como candidato a governador em 1950. Aproveitando-se das dissidências abertas no seio do grupo dominante, as oposições vislumbraram na candidatura de Satú Bello a possibilidade de finalmente alcançarem o governo estadual. Dessa forma, o pano de fundo dos acontecimentos seria “o padrão clássico da política maranhense, qual seja, as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados”.¹⁸

A campanha eleitoral de 1950 foi particularmente agitada e provocou forte interesse da população, pois além dos cargos estaduais (governador, senador e deputados) ainda estava em jogo a sucessão presidencial. Ao longo do ano, todos os candidatos à presidência estiveram em São Luís, realizando comícios e acirrando a disputa eleitoral. Contudo, o momento mais tenso se verificou em agosto de 1950, por ocasião da visita do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, em campanha a favor de Getúlio Vargas. Contando com elevado prestígio na cidade, devido à ação do PSP e do **Jornal do Povo**, Adhemar veio também ser homenageado pelas Oposições, sedimentando o caminho de suas ambições eleitorais futuras...

No entanto, todas as atividades programadas pelas Oposições para recepcioná-lo foram sistematicamente sabotadas pelos governistas. Assim, o chefe de polícia proibiu a realização do comício na praça João Lisboa (tradicional local de concentração pública), obrigando a transferência do mesmo, à última hora, para a praça Deodoro, com o objetivo de esvaziar a manifestação. Além disso, a praça João Lisboa foi ocupada pela cavalaria e por soldados da força policial, “com ordens de dissolver qualquer comício” ou outro tipo de

¹⁷ Saturnino (Satú) Bello foi interventor federal (1946/47) e vice-governador (1947/51) com o apoio de Victorino Freire.

¹⁸ RIBEIRO, 1997:93.

manifestação. A “sabotagem oficial” não ficou por aí, pois, quando Adhemar de Barros deu início a seu discurso, a luz elétrica do centro foi cortada, causando novos contratempos pelo “apagão”. Apesar de tudo, o comício foi realizado às escuras (debaixo de chuva fina), com o auxílio de um serviço de alto-falantes.¹⁹ Mas o pior ainda estava por vir...

“Terminado o discurso, o chefe do PSP é concitado pelo povo para uma passeata [da praça Deodoro] até à praça João Lisboa. Adhemar topa a parada, mas ao descer pela Rua da Paz, antes de chegar ao seu destino, ele, os líderes oposicionistas e o povo são encurralados por soldados da Polícia, que, armados, os obrigam a recuar... Prudentemente, o governador de São Paulo e os que o acompanhavam dão meia-volta, mas o povo parte para o confronto com os policiais e consegue invadir a Praça João Lisboa, onde investe contra o jornal governista, *Diário de São Luís*, na intenção de depredá-lo. A Polícia tenta impedir esse ato, mas não sem violência contra os populares que, com pedras e pedaços de pau, se defendem como podem... O conflito fez uma vítima: o operário João Evangelista de Sousa, morto em plena batalha campal e logo transformado em herói”.²⁰

O trágico incidente obteve imediata repercussão nacional, devido à presença do governador paulista, gerando pronunciamentos da imprensa e de parlamentares na Câmara e no Senado. Em telegrama ao ministro da Justiça, Adhemar de Barros denunciou o “revoltante atentado” ao povo, “agredido à bala pelas forças policiais colocadas de emboscada em pleno coração da cidade”, lavrando o seu “veemente protesto contra mais este crime premeditado contra os direitos sagrados do povo brasileiro”.²¹

Governo e oposição trocaram acusações. No *Diário de São Luís*, os governistas atribuíam à oposição a responsabilidade dos acontecimentos, por ter “açulado” o povo contra o jornal vitorinista, afirmando ainda que as balas que mataram João Evangelista e feriram inúmeras outras pessoas foram disparadas por “revólveres oposicionistas”. Já as Oposições, construíram outra versão dos fatos. Consoante o *Jornal do Povo*, o governo estadual planejava o “assassinato do governador de São Paulo” e tramara criminosamente o “massacre” do povo em praça pública.²² O matutino encerra com tintas tenebrosas, afirmando que “na **noite de São Bartolomeu** que baixou sobre a nossa Capital, escreveu o

¹⁹ “O PSP maranhense dirige-se à Nação”. In: *Jornal do Povo*, 09/08/1950, p.3.

²⁰ BUZAR, 1998:88-91.

²¹ *Jornal do Povo*, 05/08/1950, p.3.

²² *Jornal do Povo*, 05/08/1950, p.1-2.

Maranhão, por culpa do governo que o enxovalha, a mais negra página de toda a sua história".²³

Da exploração política da "chacina do largo do Carmo" pelas Oposições teria resultado, segundo Benedito Buzar, a transformação de Adhemar de Barros no "grande mito político" de São Luís, com o aumento significativo de sua popularidade.²⁴ Ademais, as Oposições, a partir do incidente, fabricaram "seu" primeiro "herói" e "mártir": o jovem João Evangelista de Sousa, "com 19 anos, funcionário público municipal, residente à Vila Macaúba, 76, filho de Silvério José Vieira e Marcelina Vieira. Morto com uma bala do revólver do Sr. Newton Belo que lhe atingiu o crânio e veio sair no nariz".²⁵ [Dada a importância política e simbólica destes acontecimentos, voltaremos aos mesmos quando da discussão do imaginário político das Oposições, no próximo capítulo...]

Assim, sob um clima de alta tensão, as eleições de 3 de outubro de 1950 se processaram. O grupo vitorinista, como fiel seguidor das diretrizes nacionais do PSD, apoiou o advogado mineiro Cristiano Machado para a presidência, garantindo-lhe a vitória no Maranhão, com pouco mais de 70 mil sufrágios. Já as Oposições Coligadas dividiram-se: no apoio à candidatura de Getúlio Vargas (PTB/PSP), que ficou em segundo lugar, com 58 mil votos; e no apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), terceiro mais votado, com cerca de 14 mil votos.²⁶ Mas os problemas não residiam propriamente nas eleições presidenciais...

"Pelo desenrolar das apurações, tudo levava a crer que Satú Bello seria o vitorioso. Mas, surpreendentemente, o TRE anula aproximadamente cerca de 16 mil votos da capital, ensejando a Eugênio Barros ultrapassar o candidato da oposição por cerca de 6 mil sufrágios... as Oposições passaram a defender ardorosamente a realização de eleições suplementares, após o que seriam diplomados os candidatos vitoriosos. Enquanto essa discussão ganhava corpo, acontece a fatalidade: Saturnino Bello, no dia 16 de janeiro de 1951, é vitimado por um enfarte cardíaco fulminante, deixando as Oposições na orfandade e o eleitorado da capital revoltado, a ponto de

²³ Noite de São Bartolomeu: episódio das guerras de religião na França (1562/98). Refere-se ao massacre dos protestantes franceses (ou huguenotes), iniciado em Paris a 24 de agosto de 1572 (Dia de São Bartolomeu), posteriormente se alastrando pelo interior. As estimativas apontam cerca de 3 mil mortos em Paris e 70 mil em toda a França.

²⁴ BUZAR, 1998:91.

²⁵ **Jornal do Povo**, 05/08/1950, p.1. Newton Belo: deputado estadual (1951-4), deputado federal (1955-60), governador (1961/1965). Era então vereador pela capital e Consultor Jurídico do Estado. Foi acusado pelas Oposições de comandar os soldados durante o confronto com o povo, além de, pessoalmente, ter disparado o tiro que matou João Evangelista. Cf. ainda a biografia do político pessedista em BUZAR (2001: 341-348).

²⁶ BUZAR, 1998:98.

creditar a morte do candidato aos juizes do TRE. Diante do novo quadro político decorrente da morte de Satú, o TRE decide não realizar as eleições suplementares, sob o argumento de que o eleitorado não poderia votar em candidato morto. Em vista disso, anunciou o resultado final do pleito e diplomou Eugênio Barros governador do Estado... Como dizia o Deputado Clodomir Millet, *“diplomava-se o candidato com o atestado de óbito do concorrente”*.²⁷

Pouco tempo depois, Eugênio Barros tomava posse no governo estadual (28/fev). Foi o estopim da “Rebelião do Maranhão”.²⁸ A cidade de São Luís tinha cansado de viver em paz. Em dois momentos, a capital ficou completamente paralisada, nos meses de fevereiro/março (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve de 1951 assumiu tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de, no mínimo, 3-4 mil pessoas na então chamada “Praça da Liberdade” (praça João Lisboa ou Largo do Carmo, o centro político ludovicense). Mobilizações populares que tiveram um formidável precedente: o cortejo fúnebre de Saturnino Bello (cuja morte súbita foi creditada ao “desgosto” devido às fraudes), acompanhado por milhares de pessoas (entre 30 e 40 mil, segundo os jornais oposicionistas). Isto, na pequena cidade provinciana de apenas 120 mil habitantes (ou seja, entre ¼ e 1/3 da população nas ruas!).²⁹

A compreensão da participação da “multidão” no decorrer da greve não pode ser desligada dos profundos impactos simbólicos e emocionais resultantes da morte do líder das Oposições Coligadas. Conforme sinalizado por Eleodorio Fernandes, “a disponibilidade especial” da população em “postar-se no Largo do Carmo por mais de trinta dias”, bem como “a solicitude da sociedade maranhense em fornecer alimentos aos insurretos, nos levam a considerar como elemento maior a comoção a que foi acometida a massa ‘revolucionária’ depois do falecimento súbito e inesperado de Saturnino Belo”.³⁰

Segundo Paulo Rios Ribeiro, a greve foi “a maior manifestação, jamais vista, da população de São Luís, com reflexos em alguns municípios do interior”, contando com a participação de vários setores da sociedade, desde trabalhadores, segmentos da classe média, estudantes, políticos, até “inúmeros empresários ligados à Associação Comercial do

²⁷ BUZAR, 1998:97-8,101.

²⁸ MOREIRA, 1989:51.

²⁹ RIBEIRO, 1997:12-3.

³⁰ FERNANDES, 1996:149.

Maranhão, que praticamente cindiu-se ao meio por conta do movimento”.³¹ Dada a magnitude e riqueza das manifestações e da mobilização da população ludovicense, a capital do Maranhão recebeu, nessa ocasião, a alcunha de *Ilha Rebelde* (às vezes, *Ilha Indomável*), pois foi “uma manifestação violenta da população de São Luís contra os excessos da corrupção eleitoral, então ostensivamente praticada no Estado”.³²

O desenrolar da greve foi caracterizado por inúmeros momentos de intensa mobilização e agitação popular. A 27 de fevereiro, a notícia da posse de Eugênio Barros desencadeou a primeira fase do movimento (de 27/02 a 14/03/1951). A multidão mobilizada na “Praça da Liberdade” começou um “quebra-quebra” no centro, cujos alvos foram aqueles espaços identificados com a situação no poder: residências de juízes do TRE foram depredadas, o jornal **Diário de São Luís** (porta-voz do vitorinismo) foi empastelado e incendiado, a Rádio Timbira (emissora oficial) foi atacada. Ao final do dia 28 houve confronto e tiroteio entre a multidão e soldados da Polícia Militar, resultando em inúmeros feridos e em um morto, o operário José Ribamar Prado de 17 anos, “logo identificado como símbolo da resistência popular e mais um cadáver a ser politicamente explorado pelas Oposições”.³³

O agravamento da situação levou o governo federal a manter a ocupação da capital por tropas do Exército. Inicialmente mobilizadas a pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para assegurar a posse do novo governador e garantir a ordem pública, estas tropas assumiram o policiamento da cidade, uma vez que as forças da Polícia Militar foram recolhidas ao quartel, visando evitar novos confrontos com a população. Com o passar dos dias, novos contingentes foram deslocados do Piauí e do Ceará, para substituir e reforçar os já cansados soldados do 24º Batalhão de Caçadores. Uma esquadrilha da FAB teria aterrissado no aeroporto do Tirirical. Chegou ainda, de Belém, a corveta *Cananéia*, trazendo fuzileiros navais para fazer a vigilância do porto e dos faróis.

Para assumir a chefia das operações, veio a São Luiz o próprio comandante da 10ª Região Militar (com sede em Fortaleza), o general Edgardino de Azevedo Pinta, que fez também as vezes de porta-voz do governo Vargas, procurando encontrar uma saída

³¹ RIBEIRO, 1997:12.

³² CALDEIRA, 1978:65.

³³ BUZAR, 1998:105. Em nossa narrativa nos apoiamos ainda em FERNANDES (1996), RIBEIRO (1997), BUZAR (1983).

conciliatória que pudesse amainar os ânimos e evitar o prolongamento da crise. A imprensa nacional chegou a falar em “dualidade de governo” ou em “intervenção branca” para descrever a situação, pois o poder “de fato” estava nas mãos do comando militar, cuja atuação seria indispensável “para assegurar a presença do governador no poder”.³⁴ Ocupação que o próprio Ministro da Justiça, Negrão de Lima, reconhecia como “irregular” e exorbitando o papel constitucional das Forças Armadas.

Apesar das interdições impostas, as manifestações continuaram ao longo do mês de março, ficando a cidade completamente paralisada. Alguns sindicatos (gráficos, estivadores, ferroviários), cuja liderança era politicamente ligada às Oposições, deliberaram, em assembléia geral, por sua incorporação ao movimento político.³⁵ A insegurança, a perplexidade e o medo fizeram com que a indústria, os transportes urbanos, o comércio, os bancos, o porto – enfim, tudo permanecesse parado. A inexistência de ações repressivas também contribuiu (indiretamente) para o sucesso do movimento, pois, “solicitado a intervir para fazer voltar os trabalhadores ao serviço”, o coronel Inimá Siqueira (em nome do Exército) declarou que “não poderia obrigá-los a trabalhar”, já que “sua função era de manter única e exclusivamente a ordem”.³⁶

Em alguns casos, houve o apoio ativo de empresários, que, usando de seu “paternalismo”, “na prática autorizaram os seus empregados a participar das manifestações, dispensando-os do trabalho, durante todo o período em que a paralisação se manteve”.³⁷ A greve provocou desabastecimento na cidade devido à escassez da oferta de alimentos, problemas no fornecimento de água e luz elétrica, além de sérios prejuízos a todas as atividades econômicas, abrindo a possibilidade de colapso total.

As Oposições proclamavam a continuidade da “Campanha de Libertação” do Maranhão a qualquer custo, ameaçando com a possibilidade de “intervenção federal ou

³⁴ **O Jornal**, Rio de Janeiro, 08/03/1951 (apud **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.46). Pertencente aos “Diários Associados”, o matutino maranhense, em seu suplemento dedicado à primeira fase da greve, transcreveu inúmeros artigos dos “Associados” cariocas **O Jornal** e **Diário da Noite**. A cadeia dos “Diários Associados”, sob o comando do todo-poderoso jornalista Assis Chateaubriand, era a maior do país, envolvendo jornais, rádios e tv.

³⁵ RIBEIRO, 1997:46-49.

³⁶ **O Estado de São Paulo**, 04/03/1951, p.4.

³⁷ RIBEIRO, 1997:54; 56-60.

guerra civil” (afinal, o “Exército da Liberdade” e seus “soldados” estavam a postos...). Já os vitorinistas procuravam assegurar os meios de garantir governabilidade a Eugênio Barros, literalmente isolado no Palácio dos Leões, exasperado a ponto de prestar “declarações patéticas” à imprensa: “Não sei se correrá sangue e se haverá muitas mortes. Eu próprio poderei tombar. Não deixarei, entretanto, o governo, sem que a isto me obrigue a Justiça Eleitoral”.³⁸

Ambas as facções estavam com as atenções voltadas para o Rio de Janeiro. Pois, na impossibilidade de um entendimento entre governo e oposição, o problema deslocou-se para as altas esferas da República, quer à espera do julgamento do processo (recursos e diplomação) pelo TSE, quer discutindo alguma das várias soluções provisórias postas à mesa de negociações, quer aguardando uma tomada de decisão por parte de Vargas (em favor da intervenção federal ou da retirada das tropas). Enquanto isso, repórteres e correspondentes de jornais, rádios e revistas chegavam do centro-sul do país para fazer a cobertura do “caso maranhense”.

Até no estrangeiro ouviram-se “ecos dos acontecimentos de São Luiz”, pois o Maranhão deu na **Time**! Duas matérias da revista norte-americana foram traduzidas e publicadas por **O Imparcial**, satisfazendo a “natural curiosidade” de seus leitores.³⁹ Vejamos o relato: “Brasil, Revolta no Norte. Os cidadãos da lânguida São Luiz... despertaram certa manhã da semana passada entre ruídos de brados, tiros e arrebatamento de vidros e peças de mobiliário”, pois nesse dia “o Estado se viu transformado em centro de uma sangrenta revolta em pequena escala”. Depois de eleições conturbadas e da posse de um governador ilegítimo, irromperam na cidade violentas manifestações de rua, com incêndios, tiroteios e mortes, sendo declarada “lei marcial”. A coalizão oposicionista apelou para o Supremo Tribunal Eleitoral, no Rio de Janeiro. Já em São Luiz, eclodiu uma greve geral. “Mercearias e

³⁸ A expressão é d’**O Estado de São Paulo**, 11/03/1951, p.4.

³⁹ **Time**, New York, 12 e 26/03/1951 (apud **O Imparcial**, 16/04/1951, p. 33, 57). O primeiro artigo foi criticado pelo jornal por sua displicência e erros de informação (6 mortos e 18 feridos pelas tropas federais!), tendo repercutido mal a ponto de gerar protestos na Câmara de Vereadores. Possivelmente, também, porque descreveu o Maranhão como uma região onde “ordinariamente” se produz “nada mais importante que algodão, peles, óleo de palmeiras e algum ocasional poeta (São Luiz gosta de se chamar a si mesma – *sic* – a ‘Atenas’ do norte do Brasil)”.

padarias – e até mesmo a Pensão galante de Madame Maroca – foram rigorosamente fechadas”.⁴⁰

A crise política provinciana ocupou lugar de destaque no noticiário da imprensa falada e escrita nacional, que relatou, analisou e discutiu os prováveis desdobramentos do caso, as alternativas à disposição do governo federal, bem como as repercussões para a frágil e mal-consolidada “democracia” brasileira. Acompanhemos brevemente este debate através das páginas do **Diário da Noite**, d’**O Jornal** (ambos da cadeia dos “Diários Associados”) e d’**O Estado de São Paulo**.

O ponto de vista dos jornais “Associados” foi sintetizado em editorial assinado por seu diretor, o jornalista Austregésilo de Athayde, no qual defendeu o princípio da supremacia da Justiça Eleitoral, como forma de garantir a “segurança das instituições democráticas” e a “autenticidade dos mandatos políticos”. Se o “caso maranhense” era de desconfiança em relação às decisões do TRE, então que se aguardasse a “manifestação do Tribunal Superior”, pois “agir por outra forma, sobretudo usando remédios heróicos, sob a coação de motins e greves, importa em criar um precedente de consequências incalculáveis”, não sendo “bom democrata” quem questiona, movido por paixões e interesses, o “caráter sagrado da Justiça”.⁴¹ Tal posição dos “Diários Associados” evoluiu no sentido da crítica e da reprovação da “aventura” promovida pelas Oposições Coligadas, pois “o que fizeram realmente foi torpedear a Justiça Eleitoral, solapando, portanto, os próprios alicerces da democracia”.⁴² Assim, “o exemplo do Maranhão foi péssimo”, na medida em que “abriu caminho a futuras maquinações... em favor de partidos que, tendo perdido nas urnas,

⁴⁰ A Pensão de Dona Maroca era uma das mais afamadas casas de prostituição da cidade. O episódio da adesão das prostitutas à greve geral é narrado por Neiva Moreira em suas memórias. O político do PSP teria participado de uma assembléia em frente à pensão de “Chiquinha Navalhada”, onde foi deliberada a paralisação da “zona”. Ao final, uma das participantes teria declarado: “a partir de hoje eles não vão ter mais nossos carinhos. Pode ser soldado, marinheiro, fuzileiro ou aviador”. [Ao que parece, os jornalistas também entraram na roda, conforme se lamentou o correspondente da revista *Time*.] Neiva Moreira conclui evocando a *Lisístrata*, de Aristófanes, em que “as mulheres de Atenas fizeram uma greve de sexo contra os maridos, para forçá-los à paz com Esparta. As de São Luís queriam contribuir para o nosso esforço de guerra” (cf. MOREIRA, 1989: 68-71).

⁴¹ **Diário da Noite**, 07/03/1951 (apud **O Imparcial**, 16/04/1951, p.45).

⁴² Entretanto, **O Imparcial** logo afirmou sua “neutralidade” diante do movimento político. Talvez marcado pelas vivas impressões deixadas pelo empastelamento do governista **Diário de São Luiz** nos dias precedentes...

encontrem padrinhos fortes para as suas pretensões de tomar o poder sem ter conquistado a maioria dos votos”.⁴³

Inverso foi o posicionamento adotado por **O Estado de São Paulo**. Na opinião do matutino, Eugênio de Barros seria um governador “criado pela politicagem”, “por obra e graça de uma das facções políticas que aspiram ao domínio do Estado”. Dessa forma, teve a validade de sua eleição contestada por uma greve geral, encontrando-se “imobilizado na sede do governo”, nada podendo fazer “para impor sua autoridade”. Nestas circunstâncias, a intervenção federal fazia-se necessária para evitar o risco da “guerra civil”, advindo da “tremenda anarquia” reinante no Maranhão. Desde que realizada consoante os preceitos constitucionais, a intervenção seria um “remédio normal”, porquanto a autonomia estadual não poderia “ir a ponto de comprometer a vida da Federação”, nem de prejudicar o funcionamento regular do regime democrático.

Neste ponto, o **Estadão** pretendeu manter sua coerência diante da questão em pauta, na medida em que havia defendido o mesmo (amargo?) “remédio” para o “caso paulista”, quando dos “desmandos do ex-governador [Adhemar de Barros]”. Segundo o matutino, se o governo do general Dutra houvesse, anos antes, decidido pela intervenção, “São Paulo não teria padecido o que padeceu, as suas finanças não estariam arruinadas”, nem por sua administração “teriam passado os homens que a desmoralizaram”.⁴⁴ Entretanto, o general presidente teria adotado, conforme SAMPAIO (1982:65), uma “rigorosa posição legalista”, baseado na convicção de que a medida “representaria a abertura de um precedente bastante sério, criando um impasse nas relações entre os governos estaduais e o poder central”. Nos principais partidos nacionais houve postura semelhante: a direção nacional da UDN manifestou-se contra a intervenção, divergindo da seção paulista do partido. Já no PSD, figuras de destaque assumiram posição antiintervencionista, a exemplo do então Ministro da Justiça, o político gaúcho Adroaldo Mesquita.

⁴³ **O Jornal**, 13/03/1951 (apud **O Imparcial**, 16/04/1951, p.48-9). Concluindo dessa forma, o jornal parece prenunciar *en passant* a trajetória da UDN (e suas articulações com setores militares), provocando inúmeras crises políticas ao longo do processo de “redemocratização”, crises que culminaram no golpe militar de 1964.

⁴⁴ **O Estado de São Paulo**, editoriais de 10 e 11/03/1951. Sobre a “campanha intervencionista” contra o governo de Adhemar de Barros (1947-1950), cf. SAMPAIO (1982: 57-67). A autora assinala que participaram da campanha as seções estaduais do PSD, do PTB e da UDN (partido ao qual **O Estadão** se afinava política e ideologicamente), tendo como eixos a crítica à política financeira e ao crescimento da dívida pública (em virtude das “grandes obras” adhemaristas).

Além destes tópicos, a imprensa nacional analisava outras possibilidades de desfecho da “rebelião do Maranhão”, tais como, a realização de novas eleições para o governo estadual (por determinação do TSE), ou uma (im)provável renúncia de Eugênio Barros (com vistas à apresentação de uma candidatura de “unidade” e “consenso” entre as facções), ou ainda um pedido de intervenção formulado pelo próprio governador maranhense. O espectro que se divisava no horizonte de todos era a eclosão da luta armada, pois assim afirmavam as lideranças oposicionistas em declarações “bombásticas” aos jornais do sul: “o povo está resolvido a morrer nas praças públicas, mesmo à fome” (Evandro Viana, político do PSP). Ou, “iremos a tudo, à guerra civil inclusive. Não interessa saber quem vai morrer ou quem sobrevive” (Neiva Moreira).⁴⁵

Contudo, o cerne da discussão residia no problema federativo já mencionado: a relação entre o Executivo Federal e os Executivos estaduais – questão nevrálgica que marcara de instabilidade a vida republicana desde os seus primórdios, das “derrubadas” de Deodoro e Floriano ao “sistema de interventorias” do governo Vargas (esboçado entre 1930-1937 e consolidado no Estado Novo), passando pela “política das salvações” de Hermes da Fonseca e pela “revolução constitucionalista” de 1932. [Problema que a historiografia clássica discutiu em termos do embate entre as tendências de centralização e de descentralização da vida política brasileira, podendo ser remontado ao processo de formação do Estado Nacional, ou mesmo ao processo de colonização...]

A questão da “organização federal” recebera um tratamento especial dos constituintes de 1946. Segundo o texto da Carta Magna, o Presidente da República poderia decretar a intervenção nos Estados somente em alguns poucos casos, dois dos quais teoricamente seriam aplicáveis ao “caso maranhense”:

- Art.7º, III – “pôr termo a guerra civil”;
- Art.7º, IV – “garantir o livre exercício dos poderes estaduais”, dependente ainda de “solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo, coacto ou impedido, ou de requisição

⁴⁵ O *Imparcial*, 16/04/1951, p.38, 45.

do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário" (art.9º, § 1º, II).⁴⁶

Em ambos os casos, o decreto presidencial seria imediatamente submetido à aprovação do Congresso Nacional (art. 10), o que implicava na necessidade de sondagens e negociações com os partidos majoritários nas Câmaras Alta e Baixa.⁴⁷ Do ponto de vista do governo federal, portanto, qualquer decisão em relação à crise maranhense significava riscos políticos a serem calculados, pois a opinião pública nacional, os partidos e a grande imprensa acompanhavam de perto a questão. Apesar da pequena importância do Maranhão no xadrez político nacional, qualquer rota de ação poderia aumentar a instabilidade e acirrar a crise do próprio governo Vargas.

Além das ponderações em torno do problema federativo e da defesa das instituições democráticas, a intervenção poderia realimentar as velhas suspeitas em torno das (inconfessas) pretensões do caudilho gaúcho em restabelecer a ditadura. Ademais, sempre havia o risco de rejeição do decreto pelo Congresso Nacional, uma derrota indesejada por um governo cujas bases de sustentação parlamentar eram demasiadamente frágeis. A opção de imediata retirada das tropas do Exército, por sua vez, gerava apreensões e ansiedades, pois o presidente poderia ser acusado de leviandade e irresponsabilidade (até mesmo de cumplicidade), caso se verificassem conflitos entre os rebelados e a polícia estadual. Nestes termos, o governo optou por uma linha de ação de menor tensão, qual seja, a continuidade da "intervenção branca" (a ocupação militar), mesmo que constitucionalmente irregular, enquanto o Ministro da Justiça, Negrão de Lima, atuava incansavelmente como mediador entre as partes em busca de uma solução negociada.

A "fórmula salvadora" (apenas temporariamente) consistiu no pedido de licença de Eugênio Barros (que viajou a seguir para o Rio de Janeiro), com o que assumiria o governo o presidente da Assembléia Legislativa, deputado César Aboud (PST), ligado ao

⁴⁶ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). A intervenção federal foi regulada nos termos dos arts. 7º a 14. In: BONAVIDES & AMARAL (<http://www.cebela.org.br/txtpolit.html>).

⁴⁷ Na Câmara Federal, o quadro partidário era o seguinte: PSD (112 deputados), UDN (81), PTB (51), PSP (24), pequenos partidos (36), num total de 304 parlamentares. Não dispomos de dados completos sobre o Senado, onde o PSD era majoritário, com mais de 50% (algo em torno de 35-38) de um total de 63 cadeiras (cf. HIPOLITO, 1985: 56-8).

vitorinismo, mas com livre trânsito nas hostes oposicionistas. Formando um governo de coalizão, César Aboud governaria o Estado enquanto a decisão final da crise não fosse tomada, com o julgamento dos recursos das Oposições pelo Tribunal Superior Eleitoral. Teve início, assim, uma batalha jurídica que se estendeu até o dia 03 de setembro, quando, por unanimidade de votos, o TSE reconheceu a legitimidade da diplomação de Eugênio Barros pelo TRE-MA.

Às vésperas da decisão, as Oposições convocavam a população para festejar na "Praça da Liberdade" a vitória sobre o vitorinismo. O veredicto adverso surpreendeu a todos, desencadeando novos protestos e fazendo surgir um novo "inimigo": a venalidade dos juízes federais. O líder republicano Lino Machado, comentando "a decisão criminosa do TSE", afirmou que "se procura impor uma ditadura judiciária para estrangular os direitos democráticos do povo". Porém, "contra esse brutal atentado ao regime representativo" e às "tradições liberais" da terra timbira, "se ergue a consciência coletiva do Maranhão", disposta "a todos os sacrifícios para preservar sua soberania".⁴⁸ A imprensa nacional, por sua vez, voltou a estampar declarações de oposicionistas predizendo "o recrudescimento da agitação popular... falando mesmo na iminência de uma insurreição armada".⁴⁹

Estava armado o palco para recolocar o "caso maranhense" na ribalta nacional, reacendendo o debate e preocupando autoridades civis e militares da República. Ainda em fins de julho, em telegrama enviado ao Comandante do 4º Distrito Naval, o Estado Maior da Armada comunicava ter recebido informes do comandante do 24º BC que "a aparente calma em que permanece o estado transformar-se-ia em violentas agitações caso o Tribunal reconheça Eugênio de Barros PT... Os agitadores da capital trabalham ativamente preparando as massas PT".⁵⁰ Antecipando-se a qualquer conflito, já no dia 09 de setembro foi reforçada a guarnição federal e retornava a São Luiz o general Edgardino Pinta. Dessa forma, estava de prontidão um pequeno exército: um corpo de fuzileiros navais, uma esquadrilha da FAB, batalhões vindos do Piauí e Ceará, além da guarnição local do 24º Batalhão de Caçadores.

⁴⁸ *Jornal do Povo*, 07/09/1951, p.1, 3.

⁴⁹ *O Estado de São Paulo*, 04/09/1951, p.3.

⁵⁰ Acervo CPDOC-FGV, arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.07.30.

Vários dias se passaram de novas negociações e “fórmulas salvadoras” que a nada conduziram, até que Eugênio Barros decidiu reassumir o cargo, anunciando que regressaria ao Maranhão em 18 de setembro. Imediatamente, o Ministro Negrão de Lima expediu instruções ao General Comandante da 10ª Região Militar, estabelecendo suas “normas de conduta” e orientando-o para qualquer eventualidade. Bastante detalhado, este documento “reservado” do Ministério da Justiça esclarece sobremaneira a posição do governo Vargas em face do problema federativo colocado pelo “caso maranhense”.

Assim, após relembrar a decisão do TSE e esclarecer as atribuições constitucionais do governador, destacando a função de “manutenção da ordem pública”, o ministro determinava que “a atitude da força federal sediada em São Luís deverá ser de expectativa e sobreaviso, guardando absoluta neutralidade ante os acontecimentos”. Mesmo se houvesse “perturbação da ordem”, prosseguia, caberia “ao governo estadual reprimi-la com seus próprios recursos”, ou seja, qualquer auxílio das tropas federais estava descartado. Tal conduta, esperava-se, permitiria que o governo federal pudesse sair “ileso” da crise, pois um decreto de intervenção, se necessário, estaria amparado na mais completa legalidade, conforme se depreende das instruções seguintes:

“8º) Se a desordem se prolongar ou se propagar, de forma a impedir o livre exercício do poder executivo, ao Governador competirá solicitar a intervenção nos termos dos artigos 7º, n. IV, e 9º, § 1º, n. II da Constituição Federal. Caso o Governador assim o faça, o General Comandante deverá tomar imediatamente as medidas necessárias para restabelecer a ordem pública, e aguardar novas instruções do Governo da União.

9º) Se a perturbação da ordem assumir as proporções de uma guerra civil e o Governador não solicitar a intervenção, o General Comandante deverá remeter ao Governo Federal minucioso relatório da situação, que o habilite a decretar a intervenção, nos termos do artigo 7º, n. III da Constituição. Como ‘guerra civil’ não se devem entender os conflitos episódicos entre a polícia e populares, mas as lutas armadas ou motins de maior duração, que impeçam as atividades normais dos cidadãos”.⁵¹

A “garantia da ordem” na chegada do governador, portanto, ficou a cargo da Polícia Militar, a qual organizou a recepção no aeroporto, ocupando ainda toda a área em volta do palácio do governo. Nesse ínterim, a população se concentrava no Largo do Carmo,

⁵¹ Acervo CPDOC-FGV, arquivo Negrão de Lima, NL mj 1951.01.17.

sendo concitada pelas Oposições a não permitir o retorno de Eugênio Barros. O confronto foi inevitável, com pancadaria, tiroteio e mortes, dando início à segunda fase da *Greve de 1951* (de 18/09 a 08/10). Os violentos e fatídicos episódios do dia 18 podem ser acompanhados através dos telegramas enviados ao Ministro Negrão de Lima.⁵²

12:00. “Minha impressão é que, apesar da grande proliferação de boatos, tudo decorrerá em ordem e paz”. (ass. gen. Edgardino Pinta).

15:00. “Reina na cidade absoluta calma”. Eugênio Barros chegará depois das 17 horas. O alto-falante das Oposições “continua convidando o povo a recolher-se às suas residências em greve pacífica de protesto”. (ass. gen. Edgardino).

17:40. “No momento em que o governador entrou no palácio, um violento tiroteio irrompeu dele, resultando feridos. Ainda se ignora se há mortos”. Saí do palácio, dirigindo-me ao quartel do 24º BC. “Vou descer com a tropa a fim de restabelecer a ordem”. (ass. gen. Edgardino).

19:05. Cortejo trazendo Eugênio do aeroporto era “formado de vários caminhões e outras viaturas cheias de soldados e indivíduos armados, inclusive com metralhadoras”. Na chegada ao Palácio dos Leões, “indivíduos armados em um dos caminhões atiraram contra um grupo de populares em frente ao Hotel Central”. Começou o tiroteio. Fui ao quartel e ordenei a ação da tropa para restabelecer a ordem. Polícia Militar recolhida “em virtude da indignação contra ela existente por parte da população”. Contagem: “há pelo menos três mortes já verificadas. Feridos, cerca de 20, alguns gravemente”. Policiamento da cidade feito pelo Exército. Aguardo novas instruções. (ass. gen. Edgardino).

19:40. Tribunal Regional Eleitoral foi incendiado e totalmente destruído. (ass. gen. Edgardino).

19:55. “Após percorrer [a cidade] com grande acompanhamento, sob entusiasmo cívico da população” ao longo do trajeto, “resolveram emboscados” no teto da

⁵² O Estado de São Paulo, 19/09/1951, p.3.

Prefeitura e outros edifícios “atirar criminosamente contra a minha comitiva, obrigando a reação da polícia militar”. Contagem: “estou informado de três mortos e cerca de 20 feridos, todos meus correligionários”. Acedi ao pedido do general Edgardino para “fazer o policiamento da cidade pelas forças federais”. Assumi o cargo. (ass. Eugênio de Barros).

21:30. “Cidade está em parte às escuras... o número de feridos no hospital de pronto socorro eleva-se a 39. A situação se apresenta mais calma, embora tenha ainda notícias de que há vários grupos que continuam com ameaças de incêndio”. (ass. gen. Edgardino).

Diante do caos estabelecido, configurou-se nova “intervenção branca”, não sabemos se por decisão pessoal do general Edgardino Pinta (desobedecendo, nesse caso, às instruções superiores – o que os telegramas citados deixam entrever), ou se em conformidade a novas ordens expedidas do Rio de Janeiro. De toda forma, a ocupação militar foi considerada necessária para evitar o alastramento dos conflitos e ainda mais vítimas. Por outro lado, tal atitude mantinha a “coerência” do governo federal em relação à questão: a opção por uma linha de menor tensão, considerada “neutra”, mesmo que inconstitucional, enquanto aguardava que rumos tomaria a crise política.

Dias depois, outro agravante. Os jornais oposicionistas noticiaram a irrupção de um movimento armado no interior. Surgira o “Exército de Libertação do Sertão”, composto por 12 mil homens em armas sob a liderança do “comandante-em-chefe” Raimundo Bastos (logo apelidado de “General Bastinhos”). O “Exército” teria assumido o controle de toda a zona do agreste, estabelecendo em São João dos Patos o seu quartel-general, enquanto conduzia os preparativos para avançar sobre a capital com o objetivo de derrubar o governo. Dezenas de homens se apresentavam aos postos de alistamento, enquanto armas, munições e equipamentos eram apreendidos. Em toda a região, chefes políticos vitorinistas eram presos ou fugiam para o vizinho estado do Piauí.⁵³

Em seu “Manifesto à Nação”, o líder do “movimento libertador” afirmava que só deporia as armas, “mediante a intervenção federal, prevista na Carta Magna”. O

⁵³ *Jornal do Povo*, 20/09/1951.

acontecimento foi saudado como o início do levante de massas, pois “o povo sofreu e o sofrimento de um quinquênio criou tais condições psicológicas e morais que está fora do alcance de qualquer um de nós fazer algo contra a avalanche que resvala para o plano inclinado da luta civil”.⁵⁴

Contudo, apesar da intensa e heterogênea participação popular, o movimento político de 1951 necessita ser analisado à luz da aguda disputa político-partidária, em que os grupos oposicionistas, sabedores de suas dificuldades (ou melhor, de sua impossibilidade) em chegar ao poder pela via eleitoral, procuram através da mobilização de massa justificar uma intervenção, vista como “saneadora” e “moralizadora” do processo político regional. Em função do fracasso de suas gestões junto ao TSE e esperando uma contrapartida de Vargas ao apoio que lhe foi dispensado nas eleições presidenciais de 1950, as Oposições retomam a greve geral, ao mesmo tempo em que reforçam as ameaças de guerra civil, ou melhor, de eclosão de uma nova **Balaçada** no Maranhão. Repetia-se um padrão já verificado em crises políticas anteriores: vedado o acesso ao poder pelo caminho das urnas, partia-se para tentativas golpistas, na esperança de produzir (“por cima”) uma reviravolta na política estadual. Dessa forma, os “boatos de guerra” espalharam-se como rastilho de pólvora pelo país afora...

“Milhares de maranhenses em armas contra o governo do sr. Eugênio de Barros”. Este o título sensacionalista d’**O Estado de São Paulo**, o qual teve o cuidado, porém, de ressaltar que “as proporções reais” do movimento ainda não eram conhecidas, sendo 12 mil homens segundo o “chefe dos insurretos”, um estudante de Direito e advogado provisionado.⁵⁵ Em verdade, Raimundo Bastos havia arregimentado apenas um punhado de homens para a revolta armada, cujo desencadear havia sido acertado por ele junto ao comando das Oposições em São Luís, visando recrudescer artificialmente o clima de “guerra civil”, de modo a justificar a intervenção federal (com base no art.7º, III, da Constituição).⁵⁶ Logo, desmentidos começaram a circular (juntamente com novos boatos). Assim, o Ministro da Justiça prontamente declarou que a agitação no interior não tomara “proporções de guerra civil”. Ao contrário, o “Exército de Dona Noca... não teria um efetivo de mais de 100

⁵⁴ Neiva Moreira, “Apelo a Eugênio Barros”, 22/09/1951. In: MOREIRA, 1997:71.

⁵⁵ **O Estado de São Paulo**, 21/09/1951, p.3.

⁵⁶ MOREIRA, 1989:75-7.

homens”, já tendo sido enviado um destacamento da polícia militar para prender o chefe rebelde.⁵⁷

Este episódio serviu para evidenciar uma característica bastante peculiar do “caso maranhense”, pois, em considerável medida, ele era apenas uma “**guerra de telegramas**”, uma “guerra” ilusória de boatos e **mexericos** envolvendo a tudo e todos, de polêmicas verbais, de estórias cadentes que riscavam num átimo os céus tropicais da ilha, estórias com um inconfundível “sabor local” (como veremos no próximo capítulo).⁵⁸ Tanto que o próprio comandante militar viu-se obrigado a assinar nota oficial em que afirmava categoricamente: “não devem ter guarida os boatos de qualquer natureza tendentes a desvirtuar os elevados objetivos da tropa federal”, nem “serão, em hipótese alguma, tomadas em consideração as informações anônimas escritas ou telefônicas”, complementando que a sua “autoridade vem-se exercendo numa linha de conduta de absoluta imparcialidade... sem preocupações partidárias nem simpatias pessoais”.⁵⁹

No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda acusou os jornais ligados a Getúlio Vargas de terem enviado ao Maranhão “energúmenos capazes de falsificar fatos, exagerar números, portando-se como maus jornalistas, mas excelentes provocadores”, os quais, agindo como “instrumentos do poder central”, inventaram uma “guerra civil” onde havia apenas “baderna” e “desordem”.⁶⁰ Segundo sua análise, a intervenção seria “uma porta que se abre à desordem, e ainda pior, à desordem dirigida, comandada por aqueles a quem a intervenção beneficia, no plano federal”.⁶¹ Ou seja, por detrás da “guerra de boatos” e da proposta de intervenção, o jornalista entrevia não somente os interesses locais das Oposições Coligadas,

⁵⁷ Dona Noca Santos: famosa “coronel de saias” do sertão maranhense (São João dos Patos), com quem Raimundo Bastos teria acertado detalhes da insurreição, por recomendação de líderes oposicionistas (cf. MOREIRA, 1989:76).

⁵⁸ A feliz expressão “guerra de telegramas” é d’O Estado de São Paulo, 22/09/1951, p.3.

⁵⁹ O Estado de São Paulo, 23/09/1951, p.4. Desta forma, o general se defendia das acusações formuladas por Victorino Freire e seus aliados de ter adotado uma postura favorável à causa das Oposições.

⁶⁰ O comentário refere-se ao jornal Última Hora, fundado por Samuel Wainer em junho de 1951, acusado por Lacerda de “ser sustentado com o dinheiro do Banco do Brasil para servir às provocações do sr. Vargas”. O jornal sofreu uma forte campanha por parte dos demais órgãos da grande imprensa (liderados por Lacerda e Assis Chateaubriand), que levou à criação de uma CPI na Câmara dos Deputados (em abril de 1953) para apurar as transações do jornal com o Banco do Brasil. Cf. o verbete “Última Hora” do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV, edição on-line).

⁶¹ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 01/10/1951, p.1 (apud BUZAR, 1983:174-7). O jornal foi fundado por Carlos Lacerda em dezembro de 1949, tornando-se um porta-voz das propostas da UDN e fazendo cerrada oposição ao getulismo. Cf. o verbete “Carlos Lacerda” do DHBB (CPDOC-FGV).

mas também escusos interesses do governo Vargas em criar o “caos” no país e assim sedimentar o caminho para o retorno à ditadura.

“Incendiada São Luís”. Agravando ainda mais a já tensa situação, a segunda fase da “rebelião do Maranhão” foi marcada por incêndios criminosos nos bairros populares, aumentando o pânico e a insegurança, deixando centenas de pessoas desabrigadas e forçando a população a estabelecer esquemas de vigilância para evitar a ação dos incendiários. As “Brigadas Populares contra o Fogo” organizavam barricadas na entrada dos bairros, impedindo a passagem de pessoas estranhas. Desconhecidos corriam o risco de linchamento. Pessoas vigiavam as casas dia e noite, comendo e dormindo nas calçadas.

Enquanto a periferia ardia em chamas, governistas e oposicionistas trocavam acusações, ao mesmo tempo em que militantes comunistas eram tachados de “incendiários”. Os vitorinistas argumentavam que os coligados pretendiam aumentar a intranquilidade na capital e no interior. Já as Oposições afirmavam que o Maranhão estava novamente mergulhado no “regime do terrorismo vitorinista”, com suas “mãos assassinas” e “métodos sinistros”:

“Às 13 horas, foi dado o alarme. Um grande incêndio lavrava no Goiabal... As chamas se propagavam de modo aterrador, atingindo dezenas de casas. Mulheres e crianças corriam aos gritos para todos os lados, enquanto os homens se empenhavam em retirar os utensílios, numa desesperada tentativa de salvar os seus haveres. O bairro transformou-se, dentro de uma hora, num inferno de chamas. As labaredas enormes e os grandes rolos de fumaça que se projetavam para os céus anunciavam a toda a cidade uma verdadeira catástrofe. Era mais um sinal trágico do governo criminoso do sr. Eugênio Barros, que, não satisfeito com o massacre do Paralelo, permite que os seus correligionários se vinguem de maneira tão bárbara do heróico povo de nossos subúrbios – sustentáculos do movimento de libertação que está empolgando todo o país”.⁶²

A militante comunista Maria Aragão foi presa e enquadrada na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de fomentar os incêndios; sem culpa formalizada, a médica permaneceu presa entre 5 de outubro e o Natal de 1951, pois foi a única excluída da anistia dada pelo governador aos oposicionistas após o término da greve.⁶³ Em suas

⁶² *Jornal do Povo* (edição de greve), 24/09/1951, p.1.

⁶³ BUZAR, 1983:120-1.

memórias, a líder do PCB narrou a discussão com o chefe de polícia por ocasião da prisão: “Ele disse que eu estava tocando fogo nas casas e eu o desmoralizei, dizendo que todo mundo sabia ser o governo que mandava fazer isso, como forma de vingança contra a greve e contra o repúdio que o povo lhe devotava”.⁶⁴

Quando ainda se discutia a questão através do “movimento de reivindicação das vítimas dos incêndios”, o poeta e estivador Luís de França, que “também teve sua casa incendiada” e “viveu instantes dramáticos, com todos os seus haveres destruídos, exposto a sol e chuva”, compôs o samba *Barracão Queimado*, expressão do “drama dos incêndios na música popular”.⁶⁵ Passadas mais de quatro décadas, em depoimento prestado ao Projeto *Memória de Velhos*, o compositor rememorou o episódio.⁶⁶ “Eu tava trabalhando a bordo e isso aqui queimou”, uns diziam que “era tocado”, outros que “gente ganhava dinheiro pra tocar fogo”, outros que era bomba, mas nunca vi uma bomba. “Queimou aqui [bairro do Lira], queimou ali em cima, queimou no Goiabal”. Então, “eu fiz um versinho sobre esta casa que queimou, que dizia”:

*Barracão Queimado*⁶⁷

Que tão grande golpe eu passei,*
Sofri tanto, que até mesmo não sei...
Queimaram meu barracão
E eu fiquei sem abrigo
Até parece que vou morar...
Meu amigo.

Ai, ai, que dor!
Meu barraco foi queimado
Não aparece quem queimou (bis)
[Que horror!].

Quantas noites ao relento
Eu dormi
Quando chovia, minha cabeça molhava
Quantos transe eu passei, meu amigo
Quem queimou meu barraco
Deve ter o castigo.

Ai, ai, que dor!
Meu barraco foi queimado
Não aparece quem queimou (bis)
[Que horror!].

⁶⁴ ARAGÃO, 1992:130.

⁶⁵ *Jornal do Povo*, 04/08/1954, p.1.

⁶⁶ Depoimento de Luís de França – marceneiro e estivador, poeta e compositor, integrante da velha guarda da Escola de Samba Turma do Quinto (bairro da Madre Deus). In: MARANHÃO. *Memória de Velhos* (v.2, 1997:51-6). O Projeto, desenvolvido pelo Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, publicou até o momento 4 volumes de memórias.

⁶⁷ Reproduzimos a versão publicada pelo *Jornal do Povo* (04/08/1954, p.1). Entre esta e a lembrada pelo próprio compositor (em 1997), há o acréscimo de “Que horror!” ao refrão e a mudança em duas estrofes que estão indicadas.

* “Veja o tormento que eu passei” (versão de 1997).

** “O resultado foi eu morar com meu amigo”.

Em meio ao caos generalizado, chegou a São Luís, em 26 de setembro, o “observador” Negrão de Lima, a fim de examinar pessoalmente a situação e elaborar um relatório circunstanciado que habilitasse o governo federal a tomar uma “decisão definitiva” para o caso (ou a retirada das tropas ou a decretação da intervenção). O deputado Gustavo Capanema, líder do governo na Câmara, explicando a iniciativa do presidente Vargas, afirmou que, antes de tomar a decisão da intervenção federal, era preciso se certificar da existência de uma “guerra civil no Maranhão”. Assim, o Ministro da Justiça “lá ficará o tempo necessário para inteirar-se do que ocorre e verificar se se trata efetivamente de guerra civil, e, neste caso, se o Estado se acha ou não em condições de debelá-la, sem necessidade de intervenção federal”.⁶⁸ Para recepcioná-lo, uma multidão se dirigiu ao Outeiro da Cruz, clamando por *Justiça, Intervenção e Liberdade*.⁶⁹

Deste momento conservou-se um precioso registro, que passaremos a analisar: o documentário denominado “O mundo em notícias”. Muito provavelmente produzido por uma equipe de reportagem deslocada do Rio de Janeiro para acompanhar o ministro em sua visita, o documentário (na forma de cine-jornal) objetivou informar a opinião pública nacional sobre a gravidade da crise política no Maranhão, servindo, ao mesmo tempo, como prestação de contas das ações do governo Vargas. Pois, conforme nota distribuída à imprensa, “com esse gesto, o sr. Presidente Getúlio Vargas deu a maior prova possível do seu empenho em resolver este grave problema, que tanto afeta a ordem pública”.⁷⁰

De forma impressionística, o documentário (7') não somente registra, mas principalmente constitui o “real”, produzindo as imagens de uma convulsionada cidade em chamas e do acentuado desespero popular. Para tanto, foram utilizados vários recursos narrativos de representação da “realidade” da capital. Assim, as primeiras cenas focalizam várias igrejas com suas torres centenárias: a Igreja do Carmo (na praça João Lisboa), a Igreja de São João e a Igreja da Sé, consagrada a Nossa Senhora da Vitória (Padroeira do Maranhão). A evocação imagética é acompanhada pela narração do locutor, em voz pausada e grave: “São Luís do Maranhão. Até a poucos dias, de suas numerosas igrejas, a

⁶⁸ *O Combate*, 29/09/1951, p.3 (apud BUZAR, 1983:88-9).

⁶⁹ *Indicador Maranhense*, 1952:55. Este “Anuário Independente”, dirigido por L. Borba Santos, publicou um “Diário do movimento grevista em São Luiz” (p.27-65).

⁷⁰ A nota do Ministério da Justiça foi reproduzida em *O Estado de São Paulo*, 25/09/1951, p.4.

ordem sossegada parecia espalhar-se para toda São Luís. O povo, sempre de **bem com Deus**, mantinha-se melhor com os homens”.⁷¹

Esta representação foi reforçada na sequência final, em que novas tomadas das igrejas acompanham a conclusão da narrativa jornalística de que São Luís “procura reentrar no ritmo habitual de sua vida, enquanto o coração dos brasileiros tem fé inabalável que a **paz justa e democrática** voltará a conviver com os seus irmãos maranhenses”. No cine-jornal, cidade e povo são representados como “ordeiros, pacíficos e obedientes às leis de Deus e dos homens”. Este seria o ritmo normal da cidade colonial.

Entretanto, São Luís vivia uma situação extraordinária, pois “parece que **cansou de viver em paz**”. Este enunciado introduz a nomeação e designação dos atores relevantes no processo político: o TRE (na figura de seu presidente), as Forças Armadas (general Pinta), a situação (Eugênio Barros e o PST), as Oposições Coligadas (PR/UDN/PSP/PSD/PL/PTB), o povo (o “homem da rua”, o “popular”). Movendo-se em meio a todas essas forças, um personagem “neutro”, o ministro Negrão de Lima, enviado pelo governo federal para “auscultar o pensamento” de todos e “colocar-se a par da verdadeira significação dos fatos”, visando encontrar uma fórmula capaz de “pacificar o Maranhão”.

Na sequência de conversas e negociações do ministro, destaca-se a presença da multidão, a “onda humana” a acompanhá-lo em sua caminhada. Assim, acontece o encontro de Negrão de Lima com o “**Maranhão das ruas**”, personagem que não poderia deixar de ser ouvido, conforme as prescrições do ritual político populista. Multidão que ocupa ostensivamente os espaços públicos, caminha em passeata, bate palmas, faz o “V” da vitória, “aguarda impaciente” a conclusão das negociações envolvendo o “outro” Maranhão (“dos gabinetes”, pode-se dizer) – povo mobilizado e manifestando por diversas formas sua “opinião” e suas “pretensões”. Numa rápida passagem, um “popular” segura um cartaz com os dizeres: “Fora Victorino e Eugênio”.

Logo após, o documentário concentra-se em outra questão: os incêndios na periferia de São Luís, envolvendo diversos bairros populares (Caratatiua, Lira, Goiabal,

⁷¹ Este trecho e os seguintes fazem parte da narração do documentário (grifos nossos).

Cavaco, Madre Deus, Floresta). A ação das bombas incendiárias. A impotência de bombeiros, soldados e populares em luta desigual contra os focos de incêndio. A agitação das pessoas em meio à fumaça e ao fogo. Centenas de casas de palha e pau-a-pique destruídas. A prisão de mulheres “postas à margem da sociedade” (prostitutas?), apontadas como incendiárias (os primeiros bodes expiatórios?). O surgimento dos “bandos precatórios”, organizados pelas donas de casa, solicitando ajuda para os flagelados e pedindo o fim da “fase caótica e desumana”.⁷² Estava “incendiada São Luís”, **cidade dos barracões queimados**.

“Os incêndios, mais as greves, falta de luz e água levam ao trágico a situação no Maranhão. Pessoas cuja situação financeira era quase miserável vêm-se na penúria extrema em consequência do incêndio... Completamente ao léu, a sensação de abandono é desesperadora. Enquanto alguns se descontrolam em cenas pungentes, outros colocam os trastes na rua prevenindo-se contra o alastramento do fogo... Muitas são as pessoas atingidas pela situação anormal, inclusive aquelas que, já no fim da existência, não mais esperavam surpresas como estas... O conformismo cruza os braços diante da desgraça. Paralisados, alguns moradores vêm a destruição do pouquíssimo que têm”.

A audibilidade da dor. Na seqüência dos incêndios, a trilha sonora torna-se mais perceptível. O tom épico da música instrumental produz o efeito de amplificar emoções e sentimentos, acentuando o caráter trágico dos eventos, intensificando a tensão, o medo e o desespero das pessoas atingidas. **A visibilidade da dor.** São imagens fortes, significantes, de homens, mulheres, crianças e idosos, desmaiados, carregados, descontrolados, chorando, tentando salvar seus poucos pertences, lutando contra os incêndios. Numa tomada, uma mulher é carregada com os braços estendidos, evocando de relance a imagem da crucificação. Em outra cena, uma senhora se equilibra por sobre madeiras e restos de casas, enquanto o locutor conduz o pensamento: “a esperança procura algo entre as ruínas”.

O conjunto destas cenas de forte apelo emocional forma um contraponto narrativo com as imagens das igrejas de São Luís, com sua paz celestial, sua ordem sossegada e temente a Deus. Contraponto que se acentua com a visão do porto paralisado e ocupado pelos fuzileiros navais, pois “em geral quando a cidade se agita, o cais do porto se

⁷² Benedito Buzar comenta que os “bandos precatórios” foram organizados por “senhoras da sociedade de São Luís, integrantes da corrente oposicionista”, percorrendo a cidade para angariar dinheiro, roupas e utensílios (BUZAR, 1983:90).

acalma". O enredo do caos prossegue com a enunciação da existência de conflitos armados em inúmeros municípios do interior: Pastos Bons, Passagem Franca, São João dos Patos, Barão de Grajaú, Mirador. São reproduzidos os "boatos de guerra" sobre o "Exército de Libertação do Sertão" e a ameaça potencial de um ataque à capital visando derrubar o governo estadual.

Assim, a narrativa do documentário se organiza em torno da oposição entre a ordem e a desordem, sempre ameaçadora e de consequências imprevisíveis. Para configurar a **desordem**, a reportagem produz idéias-imagens de guerra, destruição, medo, desespero e desolação: representação e prefiguração da **guerra civil** no Maranhão, que tantos transe estava a causar à população. Diante do acirrado conflito entre as facções locais, o maior perdedor seria o povo pobre e miserável da periferia, cujos apelos precisavam ser ouvidos, especialmente pelos poderes constituídos da República. Tanto que, dias depois, o vice-presidente Café Filho expediu um telegrama ao seu correligionário do PSP maranhense, deputado Neiva Moreira, conclamando as Oposições à busca de uma saída para a crise, porquanto ao sofrimento da população "não podem ser insensíveis aqueles que norteiam a sua atividade político-partidária pelo sincero ideal de servir ao país e de concorrer para a felicidade do povo". O país não pode ter tranquilidade "se em uma de suas unidades reinam o desassossego e o sofrimento".⁷³

Tragédia, destruição, morte. **Linguagem da dor** a embriagar os sentidos, provocar solidariedades e incitar à ação. Representações diversas a delinear, (in)formar e explicar a crise política no Maranhão através da linguagem cinematográfica, de suas estratégias narrativas. Por conseguinte, ao acentuar o caráter caótico e dramático dos eventos, o documentário buscou, talvez, preparar os ânimos da opinião pública nacional no sentido de uma posição favorável à intervenção federal. Em meio ao caos seria necessário um pulso firme para restabelecer a ordem e apaziguar o Estado, visando reencontrar "a esperança entre as ruínas".

Contudo, as possibilidades de conciliação eram cada vez mais remotas. Numa reunião com sindicalistas, o ministro Negrão de Lima declarou que "talvez fosse mais fácil

⁷³ Apud MOREIRA, 1989:85.

pacificar a [guerra da] Coréia do que conseguir-se um acordo em São Luís”.⁷⁴ Já no editorial “Política de sangue”, o analista político d’**O Estado de São Paulo** comentou que a crise maranhense “denuncia um dos vícios capitais da nossa vida política: o personalismo excessivo”, decorrente da “carência de nossa educação cívica”.⁷⁵ Aliás, prossegue, quem conhecesse o *Jornal de Tímon* (de João Francisco Lisboa) não ficaria admirado com o que estava acontecendo, pois já afirmava o misantropo sobre as eleições maranhenses no tempo do Império:

“Os nossos partidos são intolerantes e insaciáveis. Qualquer vitória lhes não basta, e ainda a completa aniquilação dos partidos contrários os deixaria talvez pouco satisfeitos e mal seguros de si... Se os nossos partidos fossem mais fortes, mais cheios de fê, menos divididos e multiplicados, não teriam tamanho medo uns dos outros e poderiam andar de ombro a ombro e em muito amigável companhia, procurando cada um alargar a sua influência, melhorar a sua posição e fazer valer os seus direitos sem negar os alheios. Nisto é que consiste a vida política; tudo mais é antes ausência dela, ou, para melhor dizer, a morte”.⁷⁶

E a greve geral prosseguia, agravando-se o problema do abastecimento: “falta carne, arroz, feijão, farinha e principalmente verduras e legumes. Já há fome em São Luís”, informou o correspondente d’**O Estado de São Paulo**, construindo um cenário tenso e desesperador. As mobilizações continuavam, envolvendo “numerosas representações dos sindicatos” que exigiam *Intervenção e Justiça*. Na véspera, foi realizada “uma passeata de 15 mil pessoas pelas ruas principais angariando donativos para as vítimas dos incêndios”, as quais eram estimadas em duas mil pessoas.⁷⁷

O retorno do Ministro da Justiça ao Rio de Janeiro em 28 de setembro centralizou todas as atenções. Em seu relatório, Negrão de Lima recomendava a “retirada das tropas federais por um prazo fixado a título de experiência”, por considerar desnecessária a intervenção. A opinião pública esperou uma imediata resolução do presidente Vargas. Contudo, tal não aconteceu, pois o que se viu nos dias seguintes foi a

⁷⁴ **O Estado de São Paulo**, 27/09/1951, p.3.

⁷⁵ **O Estado de São Paulo**, 20/09/1951, p.3.

⁷⁶ O editorialista se refere à obra *Eleições na Antiguidade e Eleições e partidos políticos no Maranhão* (publicado no mensário **Jornal de Tímon** em 1852), em que se traça um panorama crítico da vida política da província imperial nas décadas de 1830 e 1840 (cf. a reedição: LISBOA, s/d). Político liberal, jornalista e historiador, João Francisco Lisboa (1812-1863) pertenceu ao chamado “Grupo Maranhense” do Romantismo brasileiro (1832/1868).

⁷⁷ **O Estado de São Paulo**, 27/09/1951, p.3.

continuidade da indecisão, ora falando-se em retirada, ora falando-se em intervenção (os jornais chegaram a noticiar que o decreto estava pronto, faltando apenas a assinatura presidencial e a indicação do nome do interventor). Obviamente, tal paralisia foi duramente criticada pela imprensa. Assim, **O Estado de São Paulo** afirmou que, “na primeira crise política de envergadura sob o seu novo governo”, Vargas tergiversou, pondo em prática a estratégia do “deixa como está para ver como fica”, continuando, dessa forma, a praticar “os velhos processos de adiamento interminável dos problemas, de dubiedade e de muita vacilação, que toma até aspecto de abulia”.⁷⁸

Na dúvida, o governo federal manteve a inconstitucional “intervenção branca”, enquanto tentava negociar no Congresso Nacional o apoio parlamentar necessário à aprovação do decreto de intervenção. Dentre os partidos, somente os pequenos se pronunciaram abertamente: em notas à imprensa, os Diretórios Nacionais do PR, do PL (Partido Libertador) e do PSP (este, na pessoa do vice-presidente Café Filho), embora com restrições ao “amargo remédio”, se solidarizaram com o povo maranhense e apoiaram a intervenção; já o PST (Partido Social Trabalhista) de Victorino manifestou-se contra. Instado a se pronunciar a favor da intervenção, por iniciativa da secção maranhense, o Diretório Nacional da UDN formou uma comissão “para estudar o assunto”, que não chegou a qualquer conclusão. No Congresso, líderes udenistas afirmaram que o partido “não se pronunciaria antes de qualquer decisão”, esperando a resolução do governo Vargas para só então apreciá-la “em função dos mais altos interesses do país”.⁷⁹

Entrementes, prosseguia a “guerra de telegramas”. Em 1º de outubro, o jornal **Última Hora** publicou uma sensacional “denúncia”: por duas vezes, o jornalista Neiva Moreira teria se encontrado “secretamente” com Adhemar de Barros em São Paulo. Objetivo: buscar dinheiro e armas para a *guerra civil*. De imediato, fez-se o desmentido. Em carta manuscrita ao presidente, o senador Clodomir Cardoso procurou “desfazer mais uma intriga de que são vítimas as Oposições Coligadas do Maranhão”, afirmando que “o boato é de todo

⁷⁸ **O Estado de São Paulo**, 02/10/1951, p.3. Se na primeira etapa da *greve* o jornal havia apoiado a intervenção, já nesta segunda fase, adotou uma posição legalista, defendendo o respeito à decisão do TSE e a retirada das tropas federais, por não haver qualquer fundamento legal para a intervenção (cf. os editoriais dos dias 05/09, 20/09 e 03/10/1951).

⁷⁹ Os pronunciamentos partidários encontram-se nas páginas d'**O Estado de São Paulo**. Não localizamos qualquer informação referente ao PSD e ao PTB, contudo, as secções estaduais desses partidos pediram aos respectivos Diretórios Nacionais uma posição pró-intervenção.

em todo falso". Lembrando que o **Última Hora** era "um forte adversário" dos coligados, o líder pessedista afirmou que a falsa notícia somente veio a público "quando consideraram iminente a intervenção federal", de modo a criar hostilidades entre o presidente Vargas e seus "amigos" maranhenses. Segundo o senador, a política estadual não poderia continuar sendo "dominada pelo embuste", dos que, "por duas vezes, procuraram resolver, mediante a violência, o problema presidencial do ano passado: uma, eliminando o sr. Adhemar de Barros; outra, tramando contra V. Exc. mesmo".⁸⁰ Assim, concluiu, o tempo provaria quem seriam os "inimigos" do presidente, pois "Deus há de dizer quem o está iludindo. E Oxalá que o não diga já tarde".⁸¹

Paralelamente às ações da oposição, Eugênio Barros procurava desarticular a greve geral, buscando entendimentos com lideranças sindicais e propondo um governo de coalizão com os partidos coligados, através da oferta de cargos em seu secretariado e outras benesses. O governador também autorizou a Prefeitura a proceder a levantamentos dos prejuízos causados pelos incêndios, abrindo as portas do Palácio dos Leões para receber as vítimas e prestar-lhes ajuda financeira. A tática de esvaziamento da luta oposicionista produziu resultados, pois, segundo aponta BUZAR (1998: 176), "o desespero e a fome que invadiram os lares pobres não permitiam mais à população ficar vivendo ao sabor de um movimento que parecia não ter fim", com o prolongamento da greve, "o povo dava mostras de exaustão e de impaciência".

No Rio de Janeiro, Victorino Freire estabeleceu uma aliança com um personagem que se revelou fundamental: Amaral Peixoto, governador do Rio de Janeiro, presidente nacional do PSD, além de genro do presidente (esposo de Alzira Vargas). Segundo um analista político, o casal Amaral Peixoto era então o único "padrinho político" de Victorino junto ao Palácio do Catete. Por duas vezes, a imprensa noticiou a decretação da intervenção, apenas para desmenti-la no dia seguinte, pois a decisão havia sido adiada "a pedido do governador fluminense". As razões da aliança ligavam-se aos projetos políticos do "genro presidencial". Segundo a análise d'O **Estado de São Paulo**, "às custas do povo

⁸⁰ Clodomir Cardoso se referia aos conflitos de 3 de agosto de 1950, por ocasião do comício de Adhemar de Barros (a citada "Noite de São Bartolomeu"). Já a suposta conspiração contra a vida de Vargas teria surgido quando o então candidato a presidente visitou a capital maranhense, em 22 de agosto de 1950.

⁸¹ CPDOC-FGV, arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.10.01/2.

maranhense joga-se na realidade um 'round' preliminar da luta pela futura sucessão presidencial". A intercessão de Amaral Peixoto tinha o objetivo de arregimentar forças para sua campanha à presidência em 1955, selando um acordo com o grupo vitorinista.⁸²

Contudo, objetivos mais imediatos do governo federal também foram levados em consideração na resolução do "caso maranhense". Em carta ao presidente, datada de 26 de março de 1952, Eugênio Barros expôs às claras as bases do acordo Vargas / vitorinismo, celebrado poucos meses antes. Em sua correspondência, o governador maranhense reafirmou "o compromisso de apoiar, intransigentemente, o seu governo [Vargas] e seguir a sua orientação política, o que faço com o lastro do firme apoio da quase totalidade dos municípios do Estado". Ademais, lembrou, foi em virtude de sua recomendação pessoal que a bancada federal do PST (composta de 2 senadores e 10 deputados) assinou o "acordo parlamentar" de apoio ao governo. Eugênio Barros terminou a missiva evocando a sabedoria "franciscana". Assim, solicitou apoio para "a obra de restauração e soerguimento do Maranhão", para o que seria necessário dispor dos "postos federais" no estado, visando dinamizar as atividades da administração local, conciliando as duas esferas de poder.⁸³ *Pois é dando que se recebe...*

Comentando os episódios, anos depois, Neiva Moreira fez uma autocrítica da estratégia oposicionista em 1951. Segundo essa estratégia, *"a nossa libertação viria de fora para dentro, como aqui chegou de lá para cá – imposição do Catete a um Estado economicamente fraco e politicamente dividido – a nossa escravização"*. O jornalista concluiu, em tom decepcionado, que as Oposições haviam apostado todas as suas fichas, sem sucesso, na eleição de Vargas em 1950: "confiamos demasiadamente na '**estratégia periférica**'", isto é, "fizemos da vitória do sr. Getúlio Vargas uma solução para nosso drama". Entretanto, Vargas estava cheio de dívidas, inclusive "lastimáveis injunções de família", não demorando a olvidar-se dos "compromissos com os seus amigos do Maranhão".⁸⁴

⁸² *O Estado de São Paulo*, 02/10/1951, p.3. O acordo foi complementado pelo reingresso do grupo ao PSD, o que se deu somente em junho de 1954, depois de renhida luta pelo controle da seção estadual do partido, afastando as lideranças de Genésio Rego e Clodomir Cardoso. Cf. BUZAR, 1998: 193-8.

⁸³ CPDOC-FGV, arquivo Getúlio Vargas, GV c 1952.03.26. Mais especificamente, o governador pedia a indicação de seu cunhado, o engenheiro Alexandre Costa (então iniciante na política), para o cargo de Diretor da Estrada de Ferro São Luiz – Teresina, o que seria "um grande auxílio ao Governo do Estado, que dantemão, muito agradece a Vossa Excelência".

⁸⁴ Neiva Moreira, "Estratégia periférica na nossa luta de libertação". In: *Jornal do Povo*, 29/01/1954, p.2.

Estavam criadas as condições, portanto, da “pacificação” do Maranhão, com o término da greve geral. Na tarde do dia 04 de outubro, o Ministro da Justiça enviou um despacho ao governador Eugênio Barros, informando-o da resolução finalmente tomada. Diante das “reiteradas declarações de V. Exa. de que não existem motivos para a intervenção federal” e de que “se acha V. Exa. habilitado, com os próprios recursos do governo estadual, a manter a ordem e a tranqüilidade públicas”, o governo federal transmitiu ordens ao comandante da 10ª Região Militar “para assentar com V. Exa. as medidas que concretizem aquele objetivo, retirando-se as tropas federais do policiamento da cidade”.⁸⁵

Assim, na manhã do dia 05, uma sexta-feira, a cidade despertou ocupada pela polícia militar, tendo as tropas federais se recolhido durante a madrugada. Paulatinamente, o cotidiano foi sendo restaurado. No fim de semana, a imprensa ainda registrou alguns incidentes, pequenos incêndios e muitos boatos – mas nada que confirmasse os prognósticos pessimistas dos que falavam em novos conflitos e agitações em grande escala. Na segunda-feira, 08 de outubro, “São Luís acordava sob o ruído estridente do apito das fábricas. Era a restauração da vida normal da capital, com o chefe do Poder Executivo aparecendo como o senhor absoluto da situação. A greve terminara totalmente”.⁸⁶ São Luís do Maranhão voltava a conviver com “a paz justa e democrática”.

Sem a intervenção federal, a continuidade do movimento oposicionista tornou-se insustentável. O “Exército da Liberdade” esvaiu-se junto com o radicalismo verbal que lhe dera origem, desmobilizados os “soldados da Liberdade”. No **Jornal do Povo**, alguns dias depois, o jornalista Neiva Moreira fez um balanço da situação pós-greve, afirmando que, apesar dos objetivos não terem sido alcançados, houve um avanço considerável “na formação de uma nova consciência de força popular e de um núcleo de resistência que tem feito os prepotentes mudar de rumos e atenuar a arbitrariedade”.⁸⁷ No decorrer da greve foram sedimentados os eixos do discurso oposicionista: o combate à fraude eleitoral e à corrupção administrativa, preconizando a “**libertação**” do Maranhão do jugo opressivo da

⁸⁵ **O Estado de São Paulo**, 05/10/1951, p.3.

⁸⁶ BUZAR, 1983:118 (1998:183).

⁸⁷ Neiva Moreira, “O grave dever da oposição”, 11/10/1951. In: MOREIRA, 1997:76.

oligarquia de Victorino Freire – bandeiras de luta agitadas até meados dos anos 1960. Sem tanta dramaticidade, o cordel de “Zé Pequeno” satirizou os últimos dias do movimento.⁸⁸

À noite de vinte e nove
vibrou-se no Maranhão
as emissoras sulistas
falaram em intervenção

Seu Gegê, no dia trinta
o decreto não assinou
Eugênio lá de Palácio
do Zé Povinho zombou...

Na porta do Hotel Central
falaram os jornalistas
na coragem dos timbiras
acreditavam os sulistas

Eugênio, no dia dois,
foi lá na Capitania,
falar com os coligados
pra dizer o que sentia

Num assalto ao Matadouro
foi-se a carne traseira
os grevistas só deixaram
osso, sebo e dianteira...

No Palácio, o seu Eugênio
deu gaita em profusão
os soldados já rendidos
beijavam a sua mão

A turma do vinte e quatro
a cinco saiu da rua
ficou de guarda a Polícia
disposta a meter a pua

Zé Povo não disse nada
ficou de crista caída
Eugênio ganhou a luta
sem nova perda de vida

“Os mortos agradecem a tranqüilidade nestas eleições”

“Entre o fragor e o tumulto de um combate, pode parecer haver confusão e, na verdade, isso de fato não acontece... Esconder a ordem sob a capa da desordem é apenas uma questão de subdivisão...” (*A Arte da Guerra*, Sun Tzu).

Estava assim delineado o quadro partidário regional quando do ingresso de José Sarney no cenário político e cultural maranhense. O jovem bacharel em Direito pertenceu à chamada “Geração de 1945”, dos modernistas maranhenses, que renovou e vitalizou o ambiente cultural estadual no pós-guerra. Conforme aponta Rossini Corrêa, o modernismo (enquanto corrente estética) chegou ao Maranhão com mais de vinte anos de atraso, trazido pelas mãos do jovem poeta Bandeira Tribuzi, que em Portugal tomara contato com o movimento. São Luís vivia um momento de “efervescência cultural” resultante das intensas discussões travadas no Centro Cultural Gonçalves Dias, na Movelaria Guanabara ,

⁸⁸ *Jornal Pequeno*, edição especial, 01/01/1952, p.17-8.

nos suplementos dos jornais e nas revistas literárias, tais como *malazarte* (1948), *Saci* (1948), *A Ilha* (1949), *Letras da Província* (1949), *Afluente* (1950), entre outras.⁸⁹

A identidade da “geração modernista de 1945” foi formada em torno da idéia de “renascimento” cultural do Maranhão, numa tentativa de atualização das glórias da *Atenas Brasileira*.⁹⁰ A jovem intelectualidade citadina combinava a preocupação de difusão da estética e dos autores modernistas (Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Fernando Pessoa, entre outros), com a atitude de preservação e consagração da tradição maranhense, além da divulgação de sua própria produção literária (os “Novíssimos do Maranhão”), evidenciando o papel renovador auto-atribuído pela intelectualidade modernista.⁹¹

Na historiografia tradicional, essa geração foi geralmente representada como “portadora de um projeto coletivo para o Maranhão” e “somatório do gosto literário e da preocupação com os problemas econômicos e sociais” (sua nova tônica). Desse modo, a noção de “geração” exerce um papel importante no conjunto das imagens e representações sobre o Maranhão, delimitando socialmente um “dever simbólico” a todos e cada um, o dever de deixar o seu quinhão de contribuição às “glórias” da terra-mãe, a *Atenas Brasileira*.

No entanto, apesar de sua relevância em inúmeros conjuntos discursivos, a noção somente foi objeto de análise crítica recentemente, tarefa em que despontam os trabalhos de CORRÊA (1993) e GONÇALVES (2000). Artificial e inventada, a noção de “geração” pretende-se uma categoria “natural”, ao criar uma suposta continuidade e homogeneidade biológica e temporal, que se reproduziria socialmente enquanto continuidade horizontal de uma “mocidade”, de uma geração portadora de projetos coletivos, por sobre quaisquer outros tipos de divisões instauradas na sociedade (classe, sexo, partido, ideologia). Conforme a crítica de Maria de Fátima Gonçalves, é “como se estivesse reservado a essas ‘gerações’, autodefinidas e autoconsagradas em campos distintos [política e literatura], o papel de reabilitar o Maranhão”.⁹²

⁸⁹ Cf. CORRÊA, 1982 e 1989.

⁹⁰ Representação conferida a São Luís em virtude do expressivo movimento cultural existente no século XIX, cujo epicentro foi o “Grupo Maranhense” do romantismo brasileiro, com destaque para Gonçalves Dias e João Lisboa, dentre outros.

⁹¹ *malazarte* (Mensário de Cultura). São Luís, Ano I, nº 2, 13/08/1948, p.3.

⁹² GONÇALVES, 2000: 92.

Integrante, pois, do grupo modernista, José Sarney seguiu durante certo tempo sua “vocação literária”, atuando como repórter e redator do jornal **O Imparcial** (aonde chegou a dirigir o “Suplemento de Literatura e Arte”), publicando artigos, contos e poesias, até ingressar nas instituições por excelência consagradoras da tradição maranhense, a Academia Maranhense de Letras (1952), o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1958), a Comissão Maranhense de Folclore. Este ponto merece destaque, porque as análises sobre o personagem sempre enfatizam a conjugação da “vocação política” com a “vocação das letras”, realizando uma **síntese de duas tradições regionais, a política e a literária**. Assim, comentando seu papel no grupo modernista, um articulista pôde escrever que a José Sarney “caberia o papel de realizar a mais decisiva presença da Geração, pela sua dupla qualidade de escritor de talento e político de êxito fulgurante”.⁹³ Síntese expressa também nos cargos ocupados em 1966: o Governo do Estado e a presidência da Academia Maranhense de Letras – ritos de instituição, legitimação e consagração do personagem nos campos político e literário.⁹⁴

Como alhures, houve um processo de politização da discussão cultural, pelo qual uma parcela da intelectualidade transitou da esfera especificamente literária para as esferas do debate político e econômico, a militância cultural cedo se transformando em militância político-partidária.⁹⁵ Numa arena política dominada por padrões patrimoniais de dominação, a trajetória de José Sarney contou no início com o auxílio de “padrinhos” bem situados, conforme assertiva de Nascimento Moraes Filho: ele “foi uma flor de estufa, plantada e cultivada no Palácio dos Leões: apenas a criatura (José Sarney) engoliu o criador (Victorino Freire)”.⁹⁶

Em seu livro de memórias (*A laje da raposa*), Victorino estabeleceu sua versão pessoal do primeiro “salto de canguru” dado por Sarney na política maranhense: a eleição como suplente de deputado federal pelo PSD vitorinista em 1954, mandato que assumiu como titular no ano seguinte.

⁹³ Prefácio de “Governo e Povo”. In: SARNEY, 1970:7.

⁹⁴ Para uma análise acurada dessa questão, cf. GONÇALVES, 1998: 63-102 (cap.2).

⁹⁵ Para a análise da relação entre intelectuais e política, cf. CARVALHO (1990), PÉCAUT (1990), SEVCENKO (1995).

⁹⁶ Apud CORRÊA, 1993:234.

“Seu pai, o Desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejoso de ver seu filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao Governador Eugênio Barros no sentido de arranjar uma colocação para seu filho, José Ribamar Costa, ou José Sarney, como se assinava, no gabinete do governador... O Salto de Sarney, de assessor do governador a candidato a deputado federal, contando com o meu apoio, gerou incompreensões de outros jovens políticos do PSD, que se consideraram marginalizados por mim”.⁹⁷

Apesar da vinculação inicial com o vitorinismo, a carreira política do personagem foi marcada por idas e vindas entre governo e oposição até a década de 1960, quando se integrou em definitivo às hostes das Oposições Coligadas. Já na Câmara Federal, em 1955, integrou um grupo de deputados dissidentes do PSD que ingressaram na UDN. Nas eleições de 1958 foi eleito deputado federal pelas Oposições Coligadas (PSP/ UDN/ PR/ PDC). Em 1960, a UDN abandonou a frente oposicionista para apoiar a candidatura vitoriosa do PSD ao governo estadual (Newton Bello), obtendo em troca a nomeação de inúmeros cargos na administração estadual. Este posicionamento custou ao partido e, em especial, ao seu presidente estadual (José Sarney) as mais severas críticas por parte dos demais segmentos oposicionistas, que consideraram o acordo PSD/UDN espúrio.⁹⁸

Paralelamente, a UDN local deu sustentação à candidatura de Jânio Quadros. A ascensão deste à presidência possibilitou uma breve mudança no padrão de relações com o governo federal, pois “no lugar de Vitorino brilhava com intensa luminosidade em Brasília a estrela do deputado José Sarney”.⁹⁹ Sua condição de vice-líder do governo Quadros transformou o deputado udenista em porta-voz do governo Newton Bello (1961-65) junto ao Palácio do Planalto. Nesse ínterim, o parlamentar já havia alcançado alguns cargos importantes na cúpula partidária, tais como o de vice-presidente do Diretório Nacional da UDN e vice-líder da oposição ao governo Kubitschek. Sua participação na “Bossa Nova”, considerada a ala moderna e progressista da UDN, levou-o a aproximar-se das posições reformistas e nacionalistas, chegando a compor a Frente Parlamentar Nacionalista,

⁹⁷ FREIRE, 1978:273-4. Curiosamente, o personagem que depois seria o “herdeiro” das lutas da *Ilha Rebelde* (ao apresentar-se como candidato das Oposições Coligadas em 1965) não teve qualquer participação na *Greve de 1951*; embora, aos 21 anos, já cursasse a Faculdade de Direito do Maranhão.

⁹⁸ MOREIRA, 1989:91.

⁹⁹ BUZAR, 1998:409.

movimento político suprapartidário que buscava aprovar no Congresso Nacional os projetos de *Reformas de Base*.¹⁰⁰

Com as mudanças geradas pela renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961) e o advento da “solução parlamentarista” (com o retorno da hegemonia do PSD no plano federal), as relações entre o PSD e a UDN no Maranhão foram se deteriorando, até que, em março de 1962, o deputado José Sarney anunciou em nome do partido a ruptura da aliança. Dessa forma, nas eleições proporcionais de 1962, a UDN retornou às Oposições Coligadas, elegendo Sarney como o deputado mais votado da oposição e o 2º mais votado em todo o estado. Segundo a análise de Benedito Buzar, destacaram-se no pleito “a expressiva votação” de José Sarney e “a declinante votação do deputado Neiva Moreira [PSP] em São Luís, sua principal base eleitoral, resultado da virulenta campanha anticomunista decretada pelos setores empresariais e clericais”; concluindo daí que “Sarney ampliou seu espaço político, resultando-lhe invejável posição popular na capital”, credenciando-se, assim, a disputar as eleições para governador em 1965 como candidato das Oposições Coligadas.¹⁰¹

O segundo nome cogitado pelas Oposições era o do deputado federal Neiva Moreira. Em fins da década de 1950, este parlamentar havia alcançado certa projeção no cenário político nacional em virtude de sua participação na Frente Parlamentar Nacionalista, da qual foi secretário-geral. Esta guinada à esquerda provocou seu afastamento do líder nacional do PSP, o “bandeirante” Adhemar de Barros, e o conseqüente alinhamento com as posições nacionalistas e pró-reformas. Em seu livro de memórias (*O pilão da madrugada*), Neiva Moreira relembra-se de um cartaz da campanha de 1958 que sintetizava seu projeto político-ideológico: “Quem NÃO apoiar a Reforma Agrária, uma Política Externa Independente, a Nacionalização da Economia, a Liberdade Sindical, a Educação e Saúde para todos NÃO vote em Neiva Moreira”.¹⁰² A contrapartida do posicionamento radical foi tornar-se um dos alvos preferenciais da supracitada campanha anticomunista.

¹⁰⁰ No Manifesto da “Bossa Nova”, apresentado à Convenção Nacional da UDN (abril de 1963) e assinado por 23 deputados (entre os quais, os maranhenses José Sarney e Pedro Braga), o grupo fechou posição a favor das reformas agrária, tributária, bancária e urbana; da política externa independente; da democratização do ensino; do monopólio estatal do petróleo e do Plano Trienal apresentado pelo governo João Goulart.

¹⁰¹ BUZAR, 1998:421-2.

¹⁰² MOREIRA, 1989:96.

Paralelamente, o **Jornal do Povo** (matutino sob sua orientação) tornou-se o porta-voz no Maranhão das lutas e aspirações reformistas. Nas palavras de Rossini Corrêa, o jornal, sob a direção do poeta Bandeira Tribuzi, teria se transformado na "trincheira da resistência, onde foram defendidas a autodeterminação de Cuba, a liberdade de organização operário-camponesa e as perspectivas da revolução brasileira".¹⁰³ Resumindo a ação do matutino, Neiva Moreira conta em suas memórias que o **Jornal do Povo** "despertou o interesse pelos grandes temas nacionais... promoveu seminários para estudo da conjuntura econômica e política do país, instituiu o parlamento-escola, forja de novos lutadores sociais, deu espaço às lideranças sindicais".¹⁰⁴ Aliando a discussão de temáticas nacionais e internacionais, o jornal procurou ainda apoiar e divulgar as iniciativas de mobilização e luta de diferentes segmentos da sociedade maranhense.

No campo, com destaque para o vale do Pindaré, os trabalhadores rurais organizavam-se para lutar contra a grilagem e a invasão das lavouras pelo gado, defendendo a sua permanência na terra e a realização da reforma agrária. Foram criados inúmeros sindicatos de lavradores, bem como a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), sob a influência do PCB. Já se esboçava no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado precursor da Teologia da Libertação. Estes setores se fazem notar no Maranhão desde 1961, quando o padre Alípio de Freitas defendeu a palavra de ordem das ligas camponesas ("Reforma Agrária na lei ou na marra") em sua *Carta Aberta aos Lavradores*.¹⁰⁵ Outros exemplos de atividades pastorais do setor progressista foram a ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), a JAC (Juventude Agrária Católica), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a catequese avançada conduzida por D. Antônio Fragozo (Bispo Auxiliar de São Luís), considerado um dos expoentes da Igreja Progressista no Brasil.¹⁰⁶

Em São Luís, cresciam as mobilizações de estudantes, trabalhadores e intelectuais em torno das bandeiras nacionalistas e reformistas, que empolgavam o país às

¹⁰³ CORRÊA, 1993:256.

¹⁰⁴ MOREIRA, 1989:112.

¹⁰⁵ ALMEIDA, 1981:56. Colaborador regular do **Jornal do Povo**, o padre Alípio dedicou-se também a organizar as ligas camponesas no Maranhão.

¹⁰⁶ Sobre este ponto, cf. ALMEIDA (1981) e o meu próprio texto, COSTA (1994).

vésperas do golpe de 1964. A maior expressão dessas iniciativas foi a organização da Frente de Mobilização Popular (FMP), como órgão de coordenação da luta pelas reformas de base e pela constituição de um governo nacionalista. Fundada em fins de 1963, sob a presidência do poeta Bandeira Tribuzi, a FMP teve uma composição bastante diversificada, congregando entidades estudantis (União Maranhense de Estudantes), lavradores (ATAM), trabalhadores urbanos (sindicatos, Pacto de Unidade Sindical, CGT), associações de bairro, o Grupo Parlamentar Nacionalista, dentre outros.

A todos esses movimentos o **Jornal do Povo** dava visibilidade e expressão através de suas páginas, nas quais pode-se acompanhar o acirramento do conflito político-ideológico no país, bem como as diversas formas de manifestação política dos setores nacionalistas e reformistas locais, aglutinados em torno do matutino. Verificou-se, dessa forma, um amálgama entre o ideário político reformista e nacionalista e o discurso de oposição ao vitorinismo no Maranhão. Apenas a título de ilustração, pode-se citar o artigo “64: Luta e Vitória”, do então progressista deputado José Sarney:

“Nós, no Maranhão, no primarismo das nossas soluções e dos nossos problemas, somos uma parcela desse mundo em transformação, na busca de dias melhores. Aqui, os frutos da luta coletiva estão nascendo. As estruturas políticas não resistem mais a esquemas clássicos e quebram-se. A consciência da unidade das forças de renovação é cada dia maior. Unidade dos partidos e dos políticos com o sentimento do povo. Renovamos as nossas esperanças em 64. Sabemos que ele será um ano difícil, mas de vitórias. É impossível evitar a participação cada dia maior das imensas massas marginais no processo político. É a presença do povo exigindo dias melhores. Que esta consciência de luta e de vitória seja a tônica a guiar as nossas fundadas quimeras neste novo ano”.¹⁰⁷

Nas páginas do jornal foi lançada a candidatura do deputado udenista ao governo do Estado. Assim, em 25 de março de 1964, a manchete “Partidários de Sarney querem iniciar comícios em abril” dava conta que, em Brasília, “setores oposicionistas do Maranhão anunciam que está prevista para a segunda quinzena de abril a realização nos bairros de São Luís dos primeiros comícios do deputado José Sarney”, candidato à sucessão do governador Newton Bello.¹⁰⁸ A mesma nota afirmava que participariam desses comícios,

¹⁰⁷ **Jornal do Povo**, 01/01/1964, p.1. Em virtude de seu alinhamento pró-reformas, o deputado udenista tornou-se, no período pré-golpe, um estreito colaborador do matutino pessepista.

¹⁰⁸ **Jornal do Povo**, 25/03/1964, p.1.

além do candidato, os deputados federais Neiva Moreira, Alexandre Costa e Eptácio Cafeteira.

Contudo, nem as “massas marginais” entraram decisivamente no cenário político, nem as “forças de renovação” obtiveram vitórias, pois o quadro político foi profundamente reconfigurado com o advento do reacionário golpe militar de 1º de abril de 1964, evento significativo e de forte impacto na política maranhense.¹⁰⁹ Como veremos a seguir, a tomada do poder pelos militares foi de fundamental importância para a ascensão de Sarney na política estadual, pois, como assevera José de Ribamar Caldeira: “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local,... [ele] é diretamente produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA”.¹¹⁰

Convém destacar que esta primeira fase do regime militar brasileiro (compreendida entre a deposição de João Goulart e a edição do Ato Institucional nº 2 em outubro de 1965) foi caracterizada pela difícil convivência entre o governo militar e o sistema pluripartidário surgido no pós-45. O calendário eleitoral foi inicialmente mantido, havendo a perspectiva de realização de eleições presidenciais em outubro de 1965, juntamente com eleições para o governo de 11 estados (entre os quais o Maranhão). Porém, em julho de 1964, através da Emenda Constitucional nº 9 foi prorrogado o mandato do presidente e marcadas eleições presidenciais (que nunca aconteceram) para novembro de 1966. As eleições estaduais, no entanto, foram mantidas, atuando o governo Castelo Branco de modo a redefinir a estrutura de poder existente nas diversas unidades da Federação, redefinição operada com base nas configurações partidárias pré-existentes.

Os resultados eleitorais de outubro de 1965, com a vitória do PSD em cinco estados (incluindo os estados-chave de Minas Gerais e Guanabara), precipitaram uma nova reviravolta no jogo político, com o aprofundamento do regime autoritário via a edição do AI-2 e AI-3: o sistema pluripartidário foi extinto; foram estabelecidas eleições indiretas para

¹⁰⁹ A bibliografia sobre o período militar é vasta. Para a montagem de nosso sucinto quadro nacional utilizamo-nos principalmente de: ALMEIDA & SORJ (1984), FLEISCHER (1994), MARTINS (1988), SANTOS (1987), SKIDMORE (1988), SOARES & D'ARAÚJO (1994), STEPAN (1986 e 1988).

¹¹⁰ CALDEIRA, 1978:87.

presidente da República e governadores; além de uma nova onda de cassações e perseguições políticas. Como resultado foi criado um sistema bipartidário, em que se organizou um “partido da Revolução”, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e um partido oposicionista, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro); sistema mantido até o retorno do pluripartidarismo em 1979, no decorrer do processo de redemocratização do país.¹¹¹

Esquemáticamente, podemos dizer que o golpe militar produziu efeitos ao redirecionar a política maranhense em três sentidos. Em primeiro lugar, foi desencadeada uma forte onda repressiva que atingiu os setores nacionalistas e de esquerda. O **Jornal do Povo** e a **Tribuna do Povo** (jornal do PCB) foram fechados. Foram efetuadas prisões de dirigentes comunistas, líderes sindicais e outras pessoas consideradas “subversivas”. Comícios, passeatas e outras quaisquer manifestações públicas foram proibidos. Com a edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1), o deputado Neiva Moreira teve decretada a cassação de seu mandato e a perda de seus direitos políticos. Neiva ainda foi preso, partindo para o exílio (julho de 1964), somente retornando após a anistia em 1979. Mais realista que o rei, a Assembléia Legislativa ainda aprovou uma resolução declarando a perda dos mandatos de alguns deputados estaduais e suplentes em razão do “exercício de atividades comunistas” e da “prática de atos subversivos”.¹¹² Por conseguinte, os setores mais radicais das Oposições Coligadas foram expurgados e depurados.

Em segundo, o golpe provocou o acirramento dos conflitos e divisões internas do PSD maranhense. Ainda em 1962, um grupo de seis deputados federais abandonou o partido e entrou para o PTB, na esperança de obter apoio do então presidente João Goulart para suas pretensões de conquista do governo estadual (projeto abortado com o golpe militar). Mas a principal disputa centrava-se em torno do governador Newton Bello e do senador Victorino Freire, cada qual buscando controlar o PSD local e obter do regime militar o beneplácito necessário para eleger o novo governador. Em meio a intrincadas intrigas palacianas, com várias reviravoltas, verificou-se a ruptura entre as duas lideranças do PSD. Assim, Newton Bello lançou a candidatura do prefeito nomeado de São Luís, Costa Rodrigues (PDC/PL), enquanto Victorino Freire apoiou o deputado federal Renato Archer

¹¹¹ Sobre este ponto, cf. FLEISCHER, 1994:163-9.

¹¹² BUZAR, 1998:441-454.

(PTB/PSD), cujo nome havia sido vetado pelo presidente Castelo Branco. O vitorinismo estava cindido, o que aumentou as chances de vitória das Oposições, na medida em que diversos coronéis e chefes políticos do interior mudaram de lado e passaram a apoiar a chapa oposicionista.¹¹³

A terceira e decisiva reorientação do processo político foi o apoio prestado à candidatura de José Sarney (UDN/PR/PSP) pelo governo do Marechal Castelo Branco (1964/1967) – apoio explicado pelo fato da UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar. Dessa forma, algumas lideranças udenistas obtiveram acesso ao governo federal e atuaram, em conjunto com a facção militar “sorbonista” (grupo dos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery), no sentido de “sanar”, segundo sua ótica elitista, o sistema político brasileiro. Um dos objetivos perseguidos por essa estratégia foi eliminar as bases políticas dos partidos dominantes na “democracia” pós-45 (PSD e PTB), fechando-lhes o acesso à utilização da máquina estatal e desmontando a estrutura de poder do período populista.

No caso do Maranhão, o já dividido PSD vitorinista foi duramente atingido. O governo militar adotou várias medidas, tais como, a “intervenção branca” na Justiça Eleitoral, a convocação de tropas do Exército para garantir as eleições em todos os municípios, o envio de observadores militares para fiscalizar o pleito, além do apoio da máquina federal. Contudo, a mais significativa de todas, também por seu valor simbólico, foi a revisão determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, visando combater a “universidade da fraude” no Maranhão. O resultado desta revisão não se fez esperar:

“Dos 497.463 eleitores que votaram em 1962, foram extirpados mais de 200 mil fantasmas... A certeza de que o pleito de 1965 não apresentaria as irregularidades e as distorções passadas, motivou o imaginário popular a registrar no muro do cemitério de São Luís uma frase verdadeiramente lapidar: **Os mortos agradecem a tranquilidade nestas eleições**”.¹¹⁴

¹¹³ Um exemplo: o apoio de Gonçalo Moreira Lima (um vitorinista de primeira hora), chefe político do sertão do Itapecuru (zona abrangendo os municípios de Colinas, Passagem Franca, Buriti Bravo, dentre outros). O “capitão da Serra Negra” deu suporte à campanha das Oposições em sua região, entre outras coisas, porque era sogro do candidato a vice-governador, o médico e deputado federal (PSP) Antônio Dino. Cf. as memórias do “capitão” (OLIVEIRA, 1982: 181-3).

¹¹⁴ BUZAR, 1998:498 (grifo do autor).

Tantas e tão profundas mudanças introduzidas pelo regime militar na política maranhense surtiram o efeito desejado, propiciando a vitória oposicionista em 3 de outubro de 1965 (ver quadro).

Eleições para Governador do Maranhão -1965

Candidato	Número de Votos	%
José Sarney (UDN/PSP/PR)	121.062	49
Costa Rodrigues (PDC/PL)	68.560	28
Renato Archer (PTB/PSD)	36.103	14
Nulos e brancos	21.431	9
Total	247.156	100

Fonte: TRE - MA. Apud CORRÊA, 1993:282.

Passados quase quinze anos da *Greve de 1951*, a bandeira oposicionista da “moralização dos costumes políticos” foi empunhada pela ditadura militar, que, “**do alto**”, determinou a mudança das regras do jogo na política maranhense, reestruturando o sistema de dominação e provocando a alternância de grupos no poder. Confirmava-se, assim, a “**estratégia periférica**” propugnada pelas Oposições na crise de 1951, estratégia resultante do reconhecimento da condição periférica e dependente do Maranhão no contexto da Federação brasileira: “a **nossa libertação viria de fora para dentro**, como aqui chegou de lá para cá – imposição do Catete [presidente Dutra] a um Estado economicamente fraco e politicamente dividido – a nossa escravização [com Victorino Freire]”.¹¹⁵

Havia finalmente chegado o **Dia da Independência** do Maranhão. Agradecido, o governador Sarney, em seu “Discurso ao Maranhão Libertado”, enfatizou que “foi preciso que o Governo Federal iniciasse novos métodos para que a oligarquia do Maranhão ruísse, fosse abaixo, desmoronasse”. Complementando que a vitória das Oposições teria sido

¹¹⁵ Neiva Moreira, “Estratégia periférica na nossa luta de libertação”. In: *Jornal do Povo*, 29/01/1954, p.2.

impossível sem “a determinação do governo do Marechal Castelo Branco, no sentido de que as eleições fossem livres e que fossem limpas”.¹¹⁶



O “Maranhão das ruas”

FIGURA 4. Passeata por ocasião da posse, saindo da Praça Deodoro em direção à Praça Dom Pedro II. Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

Vitória eleitoral e consagração popular sob tutela militar, num curioso processo de “libertação pelo alto” (para usar, subvertendo, o termo das Oposições), em que o desejo oposicionista de uma intervenção federal “saneadora” e “moralizadora” dos costumes políticos finalmente se concretizou. Uma “vitória outorgada” nas palavras de José de Ribamar Caldeira, para quem a eleição de Sarney representou “apenas o *referendum* da sociedade civil do Estado para a consecução dos objetivos do Governo Central”, quais sejam, a “necessidade de inserção do Maranhão dentro do projeto político estabelecido pela

¹¹⁶ “Povo: inesgotável fonte de energia para alcançar o progresso” (in: SARNEY, 1970: 23-34). O discurso de posse foi publicado inicialmente no *Jornal do Dia* (01/02/1966, p.4-5), com o título de “Discurso ao Maranhão Libertado”.

Revolução de 1964”, através do “afastamento dos centros de decisão política de alguns Estados, de alguns coronéis tradicionais do PSD”.¹¹⁷

Sucesso da **estratégia periférica**, produzindo uma singular e paradoxal combinação entre autoritarismo e populismo. De um lado, a articulação com o centro político nacional foi essencial para a ascensão da nova liderança regional, bem como para sua posterior consolidação e perpetuação no poder – processo ocorrido a partir das relações estabelecidas com a ditadura militar e seu partido, a ARENA. Sob este aspecto, Sarney seguia uma trajetória de “preposto civil do poder central” bastante similar à de Victorino Freire vinte anos antes.

Mas, por outro lado, a condição de “herdeiro” do legado político das Oposições Coligadas e de portador de um projeto de reformas e modernização transformaram José Sarney em uma liderança de tipo popular/populista, capaz de arregimentar e canalizar em torno de si as energias e as esperanças de significativa parcela da população, para tanto manipulando os símbolos e as idéias forjadas pelas Oposições desde os anos 1950, assim como manejando as imagens e representações constitutivas dos imaginários sociais sobre o Maranhão. Processo essencial para a sua afirmação e consolidação enquanto líder político regional.

¹¹⁷ CALDEIRA, 1978:66.

4. A “Campanha de Libertação” e a invenção da *Ilha Rebelde*

“Estamos no ano 50 antes de Cristo. Toda a Gália foi ocupada pelos romanos... Toda? Não! Uma aldeia povoada por irredutíveis gauleses ainda resiste ao invasor. E a vida não é nada fácil para as guarnições de legionários romanos...”.
(*Asterix, o gaulês*, de Goscinny & Uderzo)

Em épocas de acentuada crise política se intensifica o processo de elaboração de representações sociais, símbolos e idéias-imagens (*idées-images*) por parte dos diferentes grupos em conflito, disputando a legitimidade do exercício do poder político. Por ocasião da *Greve de 1951*, o conflito colocou em jogo os imaginários sociais, bem como as relações de força em seu domínio, demandando das diversas partes envolvidas a elaboração de técnicas e estratégias simbólicas adaptadas às especificidades do conflito.¹

Assim, no decorrer da crise política de 1951, os atores sociais ligados às Oposições Coligadas produziram, (re)formularam, manejaram e difundiram (via os meios de comunicação de massa) todo um conjunto de representações políticas que buscavam desqualificar a autoridade do grupo vitorinista e exaltar a legitimidade das aspirações das Oposições. Tal conjunto de representações, conformando um imaginário político oposicionista, constituía-se de emblemas, bandeiras de luta, imagens, heróis, mártires; imaginário a projetar-se continuamente sobre o espaço físico da capital maranhense, que no mesmo processo é ressignificada, através da expansão e reescritura de seu “texto”: São Luís, *Atenas Brasileira*, *Ilha dos Amores*, agora *Ilha Rebelde*.

Conforme já indicado, a *Greve de 1951* foi um momento fundamental na definição dos eixos do discurso oposicionista: o combate à fraude eleitoral e à corrupção administrativa, preconizando a “moralização dos costumes políticos” no Maranhão e a democratização do direito de voto (a “verdade eleitoral”), com o que se pretendia obter a eliminação da **ocupação** vitorinista e alcançar a sonhada **independência** do Maranhão. As imagens acionadas pelo discurso oposicionista, portanto, conjugavam e articulavam, de forma complexa, ideais dos diferentes modelos de República (em discussão no país desde

¹ BACZKO, 1984:20-1;32-4.

os fins do século XIX) com as representações constitutivas dos imaginários sociais sobre o Maranhão.

De um lado, interpretados e adaptados às circunstâncias regionais, os ideais de “liberdade”, “ética”, “virtude”, “democracia” e “cidadania”, componentes do que se pode denominar de imaginário político da República.² Ideais controversos, avidamente discutidos e disputados pelas forças políticas e sociais em jogo na formação da República brasileira – presentes nos conflitos e tensões que marcaram a vida política do país durante toda a 1ª República (1889/1930); característicos do discurso político reformador dos anos vinte (que teve no movimento tenentista sua maior expressão), bem como do programa da dissidente Aliança Liberal em 1929/30. Ideário liberal, declinante no pós-30, período que assistiu à ascensão das teses autoritárias e corporativistas; porém, logo retomado com a (re)democratização do país ocorrida após a queda do Estado Novo em 1945.

Assim, as Oposições Coligadas possuíam um discurso político marcadamente liberal, com a defesa dos “ideais de liberdade”, da realização de “eleições livres e honestas” com a livre expressão do cidadão através do voto, defesa da “verdade eleitoral”, de “instituições livres”, das “virtudes cívicas”, da “apuração das responsabilidades” dos governantes por seus atos – em síntese, o “restabelecimento das franquias democráticas ultrajadas”. Liberalismo mesclado, especialmente no caso do PSP, a apelos e incentivos à participação popular e à conscientização política, com a discussão do programa populista de ampliação dos direitos sociais e trabalhistas (aproximando-se bastante do ideário do trabalhismo varguista, como veremos). Enfim, as Oposições conduziam uma “cruzada moral, política e social”, visando à “reintegração” do Maranhão “no regime da moralidade republicana”.³

Obviamente, esta formulação é esquemática e redutora, porque não incorpora a heterogeneidade social e as diferenças internas entre os partidos de oposição, bem como a discussão sobre a ausência no Brasil pós-45 (e até hoje) dos chamados “partidos ideológicos”. Nosso objetivo ao apresentá-la é tão somente indicar algumas linhas gerais de

² Sobre este ponto, cf. CARVALHO, 1990.

³ *Jornal do Povo*, 04/08/1951, p.2-3.

confluência entre o debate político regional e o debate nacional, mas também perceber o amálgama e cruzamento entre tais representações do universo político republicano e os imaginários sociais sobre o Maranhão, os maranhenses e sua identidade.

As estratégias simbólicas adotadas pelas Oposições seguiam uma lógica dualista e maniqueísta, com o objetivo de desqualificar a autoridade do grupo político dominante, centrando-se especialmente na pessoa do senador Victorino Freire. Pernambucano por nascimento, Victorino foi representado no discurso oposicionista como um “Invasor”, um “Intruso”, um “Monstro, que o enxurro da Fatalidade atirou para as nossas praias”.⁴ A Ilha de São Luís (e, por metonímia, o Maranhão) teria sido invadida e ocupada por um “aventureiro inescrupuloso”.⁵

As imagens se sucedem e acumulam, demonizando, criminalizando e animalizando o “inimigo declarado do Maranhão”, qualificado como um “pirata”, “bárbaro”, “carrasco” e “assassino”, ou então um “tirano”, “déspota sem entranhas” e “terrorista”, ou mesmo uma “aberração”, uma “infecção num organismo que já vinha combalido”.⁶ Há mais: “Caim”, “mafioso”, “gangster”, “tubarão”, “parasita”, [irmão] “Metralha”, “Senador Mentira Fresca”, “cabreiro do Moxotó”, “Senador de Moxotó”.⁷

Sobrepõem-se imagens metafóricas de diferentes tipos de discurso (político, médico, moral, policial, teológico), a compor uma figura grotesca, terrível, maquiavélica, ameaçadora – a personificação alegórica do próprio “mal”.⁸ Dessa forma, o Maranhão estaria sendo “vítima” não somente de um “mau chefe” ou de um “mau líder” (segundo a idéia dos “modelos formadores” de Baczko), mas especialmente de um “agente demoníaco”, o que remete a luta contra o vitorinismo aos termos da escatologia judaico-cristã.⁹ Não por acaso, a luta oposicionista é constantemente referida às idéias-imagens de “redenção”, “libertação”,

⁴ *Jornal do Povo*, 05/08/1950, p.2.

⁵ *Jornal do Povo*, 03/08/1951, p.5.

⁶ *Jornal do Povo*, 05/08/1950, p.6.

⁷ As referências à origem **não-maranhense** de Victorino Freire são excessivas. Além de “senador pernambucano”, expressões como “Senador de Moxotó” e similares tinham amplo uso. Moxotó é o nome de uma cidade e um rio localizados nas proximidades da cidade natal de Victorino, Pedra do Buíque na região agreste de Pernambuco.

⁸ Neste ponto, acompanhamos em parte a análise de FERREIRA (1994:64-7), sobre o discurso político de oposição a Getúlio Vargas na crise de agosto de 1954.

⁹ Sobre a escatologia judaico-cristã, cf. LE GOFF, 1996: 340-360.

“cruzada”, “jornada redentora”, contando também com seus “mártires” e “heróis” imolados no altar de “sacrifícios” da **Campanha Libertadora** (e até mesmo, eventualmente, com seu próprio “Messias”...). Estas e outras representações e práticas vão imprimir um caráter marcadamente místico e teológico ao discurso oposicionista, conforme veremos na sequência.

Um outro conjunto de imagens constitutivas da teia discursiva construída pelas Oposições pode ser apreciado na assertiva do jornalista Neiva Moreira de que “os **maranhenses livres** têm o seu encontro marcado permanentemente, no desejo comum de ver o último aventureiro que aqui vem à baía [de São Marcos] devolvido, com ficha de indesejável, aos portos de origem”.¹⁰ Como também nas páginas do **Jornal do Povo**, afirmando a “decisão do Povo de resgatar, com a luta e os sacrifícios, a terra que jamais poderia servir de pasto aos aventureiros e aos piratas”.¹¹ Trata-se das imagens militares da **Ocupação**, da “conquista” e da “pilhagem” que se lhe segue, efetuadas por um “Invasor”, um flibusteiro, um estrangeiro – em suma, um “outro”, **não-maranhense**, portanto sem identificação com a terra, sua gente e suas tradições.

A **Ocupação** (ou “Episódio”) teria sido resultante do “pavoroso interregno de misérias a que a República de Dutra nos reduziu”, num primeiro momento.¹² Mas passou a contar com aliados internos, os “agentes da ocupação”, “capangas”, “sicários” e “assalariados” de Victorino Freire, a formar a “camarilha da corrupção”. Seriam ainda “**maus maranhenses**”, “títeres”, “fantoques” e “bobos da corte”. A “fauna vitorinista”, composta de “morcegos”, “roedores”, “micos adestrados”, uma “quadrilha” de “usurpadores” e “salteadores”, a roubar e massacrar o povo do Maranhão.¹³

Nas representações acionadas pelas Oposições, a **ocupação** vitorinista seria um “regime de usurpação e crueldade”, “regime de terror” instalado à força “na mais **livre e culta** cidade do Brasil”.¹⁴ Regime que combinava o “feudalismo político” com a “opressão

¹⁰ Neiva Moreira, “Realidades políticas de 1952”. In: **Jornal do Povo**, 05/08/1952, p.3.

¹¹ **Jornal do Povo**, 03/08/1952, p.1.

¹² “Noite de S. Bartolomeu”. In: **Jornal do Povo**, 05/08/1950, p.2.

¹³ Euclides Neiva, “Rearticulação inútil”. In: **Jornal do Povo**, 30/03/1951, p.2-3.

¹⁴ Neiva Moreira, “Diante do tumulto do herói do povo”. In: **Jornal do Povo**, 03/08/1951, p.2,5.

social”,¹⁵ estabelecendo, nas palavras do jornalista Celso Bastos, uma “época de tirania, de domínio de sádicos, de império da roubalheira, de reinado da irresponsabilidade, de negação brutal de todas as **nossas virtudes cívicas**, das **nossas tradições** de decência política e de probidade administrativa”.¹⁶

Entrelaçada a estas, uma outra seqüência de imagens relativas à escravização do Maranhão. Com uso e abuso de metáforas relativas à brutalidade do sistema escravista: “chibata do ocupante”,¹⁷ “regime do chicote e dos massacres em praça pública”.¹⁸ Ou ainda, nos agitados dias de setembro de 1951, quando se afirma que “a situação que aí está é insuportável. Mas pior seria. O **chicote** da arrogância vitorinista não tem paralelo e, quando **um povo** está ameaçado de **perder a liberdade**, tudo mais carece de sentido e importância”.¹⁹ A violência, por conseguinte, era apresentada como o fundamento último da “hedionda ocupação totalitária”, sustentada com base numa “política de sangue e terror”.²⁰

Os quadros da “violência vitorinista” são pintados com fortes pinceladas na imprensa e na literatura: quadros realistas de “chacinas no interior, o crime avassalando nossas cidades, o terror destroçando famílias e aniquilando esperanças de melhores dias”.²¹ Cenas de tortura: “no Agreste, até de palmatória se torturavam homens e os caminhos do interior estão pontilhados de cruzes que atestam a presença brutal da polícia vitorinista”.²² Paisagens da destruição provocada pela passagem dos “hunos modernos”: “Victorino procura o mais bárbaro processo de vendita”, transformando “lares proletários num inferno de chamas” e devastando os “casebres dos nossos subúrbios mais pobres”.²³ Telas sangrentas de uma ditadura policial, a exemplo da “chacina do largo do Carmo”, na “Noite de São Bartolomeu”:

“A noite mais trágica do terror vitorinista. Ainda está nítida na memória do nosso povo o quadro dantesco do 3 de agosto, quando uma onda de banditismo se

¹⁵ Neiva Moreira, “Evangelista, legenda do homem simples”. In: **Jornal do Povo**, 03/08/1952, p.2.

¹⁶ Celso Bastos, “O dia da vergonha”. In: **Jornal do Povo**, 03/08/1951, p.2.

¹⁷ Neiva Moreira, “Povo, árbitro irrecusável”, 16/09/1951. In: MOREIRA, 1997:66.

¹⁸ Celso Bastos, “Povo versus fraude”. In: **Jornal do Povo**, 04/08/1951, p.3.

¹⁹ Neiva Moreira, “Ainda se deve crer na palavra dos homens”, 12/09/1951. In: MOREIRA, 1997:64.

²⁰ Neiva Moreira, “Quando o povo perde a paciência”. In: **Jornal do Povo**, 05/08/1950, p.6.

²¹ Neiva Moreira, “Anda é tempo de fazer o banditismo recuar”. In: **Jornal do Povo**, 05/08/1950, p.6.

²² Neiva Moreira, “Saudamos a glória desses valentes sertanejos”, 21/09/1951. In: MOREIRA, 1997:68.

²³ Celso Bastos, “Hunos Modernos”. In: **Jornal do Povo**, 26/09/1951, p.2-3.

alastrou pela cidade em trevas. Adhemar de Barros, mal saltava na capital do Estado, sentia a mais revoltante das realidades: um governo de bárbaros ordenando o fuzilamento de multidões pacíficas na praça pública... mal a impressionante onda humana confluía para o Largo do Carmo, os agentes do terror organizado começavam a chacina, com uma fuzilaria infernal, provocando pânico no seio de senhoras e até mesmo crianças que transitavam pela praça às primeiras horas da noite. Tudo fôra friamente calculado... Dentro de segundos caía, fulminado, um líder operário [João Evangelista]... Outros elementos do seio da multidão tiroteada caíam feridos, enquanto, em Palácio, os mentores da masorca comemoravam o acontecimento a champagne e a boas gargalhadas”.²⁴

Invasão, **ocupação**, opressão, saque, terror, violência, escravidão. Metáforas da guerra e do imperialismo a orientar a percepção e a compreensão dos acontecimentos políticos no Maranhão. O discurso oposicionista, seguindo sua lógica dualista, operava, portanto, a partir da construção de pares antitéticos, entrelaçados em vários níveis: **Ocupação** x Reconquista; “agentes da ocupação” x **soldados da Liberdade**; “pilhagem e saque” x “ética e virtude cívicas”; “tirania” x “democracia”; “escravidão” x “liberdade”. Imbricada em todas estas contradições, uma outra cumprindo um papel fundamental: a oposição entre “**não-maranhense**” e “**maranhense**”.

“Mas o povo reagiu – e mostrou que está disposto a não permitir que a récula de assalariados, que o **Intruso** custeia com os dinheiros do erário, permaneça à frente de nossos destinos, enodoando de **lama** e tingindo de **sangue** uma **tradição** de três séculos de luminosidades inalienáveis. Homens do povo pagaram com a vida o crime de se suporem livres, numa terra que tem um **Passado de liberdades e de grandes conquistas liberais**. Varou-os a fúria dos sicários – mas o sangue que lhes escorreu das veias, agora geladas para sempre, plantou, na **terra oprimida**, o marco da **Redenção** definitiva”.²⁵

Este editorial do **Jornal do Povo** é emblemático do processo de reconstrução e reinvenção da identidade regional do Maranhão efetuado pelas Oposições no curso da crise política do início dos anos 1950. Além da (re)apropriação dos temas da decadência e da tradição cultural (da *Atenas Brasileira*), constitutivos e constituintes do magma de significações sobre o Maranhão; novas temáticas e significações foram criadas e instituídas ao longo do conflito político, como parte das técnicas e estratégias simbólicas manejadas pelas Oposições Coligadas. Dessa forma, a criação, (re)produção, difusão e manejo desses

²⁴ **Jornal do Povo**, 03/08/1951, p.1-2.

²⁵ “Sangue na praça!”. In: **Jornal do Povo**, 05/08/1950, p.2.

imaginários sociais por parte da Coligação, buscava assegurar “em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças”.²⁶

A idéia de tradição foi apropriada e reinventada pelas Oposições, que produziu uma **releitura da história** do Maranhão, visando (re)constituir uma **tradição política** e um sentido para a história estadual, qual seja, o de permanente luta do “povo maranhense” pelas liberdades individuais e coletivas. Instituíam-se, portanto, um “Passado de liberdades e de grandes conquistas liberais”, com P maiúsculo – remontando às lutas contra franceses e holandeses, à revolta de Bequimão contra as arbitrariedades da Companhia de Comércio, às guerras de Independência conduzidas pelos elementos nativos, às lutas populares da Balaiada, às críticas ferinas dos costumes políticos efetuadas por Tímon (pseudônimo do jornalista e historiador João Francisco Lisboa).

Ao mito da “Idade de Ouro” da economia maranhense (fins do século XVIII e início do XIX) sobrepõe-se outra construção mítica, esta indefinida no tempo porque perpassando toda a história de “três séculos de luminosidades inalienáveis”. História de “virtudes cívicas”, de “tradições de decência política e de probidade administrativa”, enfim, de combates “para que não morresse a Liberdade em nossa terra, marcada com o sangue generoso de tantos mártires”.²⁷ Pois, “a vida é combate que aos fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”, versos de Gonçalves Dias transformados em dístico do jornal **O Combate**, ligado ao Partido Republicano (integrante das Oposições).

Tradição política e história regional (re)inventadas pelo discurso oposicionista, instituído e instituinte dos imaginários sociais. Tradição de crítica e de luta que estaria encarnada e atualizada nas idéias e nas práticas das Oposições, que se auto-representava enquanto legítima herdeira desse Passado heróico e combativo: quer nas ácidas “Vitorinadas” dos jornalistas José Chagas e Antônio Justa (publicadas em **O Combate**); quer nas manifestações político-eleitorais; quer na mobilização do povo em defesa de suas reivindicações – em suma, em toda e qualquer prática política e cultural dos **soldados da**

²⁶ BACZKO, 1985:312.

²⁷ Celso Bastos, “O dia da vergonha”. In: **Jornal do Povo**, 03/08/1951, p.2.

Liberdade (mas também das patentes superiores desse Exército imaginário...). Assim, com base na “decisão do povo de lutar pela eliminação do sistema de tirania vitorinista” a partir dos “ideais de liberdade”, foi formada a “**bandeira da Coligação**”, representada como “a união de todos os partidos vinculados às nossas tradições políticas”.²⁸

Reformulação da identidade do Maranhão, bem como do “povo maranhense”, a “jornada épica da Reconquista” assumiria, nessa perspectiva, as dimensões de um **resgate da tradição política** e de um reencontro do Maranhão consigo mesmo, numa retomada da visão cíclica da história regional. Aos **maranhenses livres** caberia a heróica e hercúlea tarefa de conduzir o processo de “reconquista de uma liberdade que mãos crapulosas macularam e subjugaram”, derrubando as “bastilhas da opressão”. Maranhenses livres em defesa de suas tradições aviltadas pela ação demoníaca do “Intruso” e de seus “agentes de ocupação”, os quais seriam responsáveis pela “lama” e pelo “sangue” derramado em solo tímbara, simbolizando “o despotismo, o opróbrio, a desfaçatez e a ignomínia”.²⁹

Heróicas e bravas mulheres maranhenses, participando ativamente do “movimento de redenção” de sua terra, com seu “espírito de resistência” e sua “generosidade”.³⁰ Afinal, mirem-se no exemplo daquelas mulheres de *Atenas*, com seu grande “heroísmo cívico”, a animar, “nesta luta desigual da força contra o direito, o esposo, o filho, o noivo, o irmão”, incentivando “quantos lutam contra a opressão que se abateu sobre a nossa terra”.³¹

Bons maranhenses, mobilizados em um movimento de autodefesa perante um inimigo que “não respeita a Convenção de Genebra” e exigindo o estabelecimento de um “Tribunal de Nuremberg” para julgar os “delitos de lesa-democracia” do vitorinismo. Maranhenses amotinados na *Ilha Rebelde*, em revide à violência policial durante o “massacre da Praça do Povo”, quando as “massas sagradamente revoltadas” travaram uma batalha campal contra seus algozes (usando, portanto, da violência legítima).

²⁸ Celso Bastos, “Povo versus fraude”. In: *Jornal do Povo*, 04/08/1951, p.3.

²⁹ “Preito de Saudade”. In: *Jornal do Povo*, 16/01/1952, p.2.

³⁰ *Jornal do Povo*, 16/03/1951, p.3.

³¹ *O Combate*, 02/03/1951, p.2.

Maranhenses em armas no interior, o mesmo interior de onde surgira o “grito de insurreição” da Balaiada, movimento que foi “fruto das injustiças sociais de uma época em que vivíamos sob a opressão de uma odiosa aristocracia rural” e que bem representa “a rebeldia da consciência libertária do Maranhão”.³² Homens livres organizados no “Exército de Libertação do Sertão”, deflagrando a rebelião, pois, “seríamos homens sem dignidade, cidadãos sem ardor cívico, enfim simples sombras, se não prezássemos o **patrimônio** de três séculos de lutas contra a Opressão”.³³

Resistência cívica (e não um simples “ato quixotesco”) ardentemente saudada na imprensa oposicionista, que afirmou que a zona do agreste sempre foi “um teatro de atos cívicos do nosso povo”. Ainda no século XIX, o município de Pastos Bons “se proclamou República”, e, desde então, todos os episódios da vida estadual contaram “com o entusiasmo dos sertanejos e a flama patriótica das suas cidades”.³⁴ Ligados “cada Soldado da Liberdade, do mais remoto ponto sertanejo ao grande núcleo de resistência, que é a Ilha indomável”, pela consciência dos enormes sacrifícios impostos pela “Batalha da Reconquista”.³⁵ Unidos, o interior e a capital, nessa “luta de vida e morte de um povo”, “um povo inteiro em marcha contra a opressão, vigilante contra o opróbrio, fiel à tradição maior da nossa província”.³⁶

A **Campanha de Libertação**, portanto, reveste-se do caráter de **luta em defesa do Maranhão, de sua Tradição e de sua História**. Em interessante artigo, o jornalista Neiva Moreira exemplarmente definiu o xis da questão, ao demonstrar a “incompatibilidade do senador Victorino com as nossas tradições”. Por isso, ele agiria com o objetivo de “liquidar” as tradições maranhenses, como forma de “impor a sua vontade”.³⁷ Victorino, na demoníaca descrição, aparece como um arguto leitor de Maquiavel que já vaticinara, em seus conselhos ao *Príncipe*, que “quem se torna **Senhor** de uma cidade acostumada a viver livre e não a destrói, que aguarde ser destruído por ela, porque ela sempre tem como refúgio de suas **rebeliões** a **palavra liberdade** e seus **velhos costumes**...”.

³² Celso Bastos, “Onda de lama contra a tradição secular”. In: *Jornal do Povo*, 24/02/1951, p.2.

³³ “Manifesto à Nação” do Exército de Libertação do Sertão. In: *Jornal do Povo*, 20/09/1951, p.4.

³⁴ Neiva Moreira, “Saudamos a glória desses valentes sertanejos”, 21/09/1951. In: MOREIRA, 1997:68.

³⁵ Celso Bastos, “Só acabará a luta com a vitória do povo”. In: *Jornal do Povo*, 23/09/1951, p.2.

³⁶ Neiva Moreira, “Saudamos a glória desses valentes sertanejos”, 21/09/1951. In: MOREIRA, 1997:68.

³⁷ Neiva Moreira, “Nós preferimos a obscuridade”. In: MOREIRA, 1997:31-2.

No artigo citado, pode-se entrever ainda a coexistência dos critérios a partir dos quais se efetuou a (re)invenção simbólica da tradição política estadual: de um lado, o “povo maranhense”, representado como “naturalmente” livre e patriótico, sempre disposto a se rebelar contra a injustiça e a opressão; de outro, os “homens públicos” da terra, de elevada moral e decência política, políticos capazes de se projetar no cenário nacional em virtude de suas qualidades pessoais, projetando simultaneamente o prestígio da terra-berço. Assim, em seu libelo antioligárquico, o jornalista contrasta a corrupção da “era de Victorino” com as “virtudes cívicas” republicanas que teriam caracterizado a palavra e a ação de políticos locais, tais como Urbano Santos, Benedito Leite, Luís Domingues, Magalhães de Almeida, Tasso Fragoso.³⁸

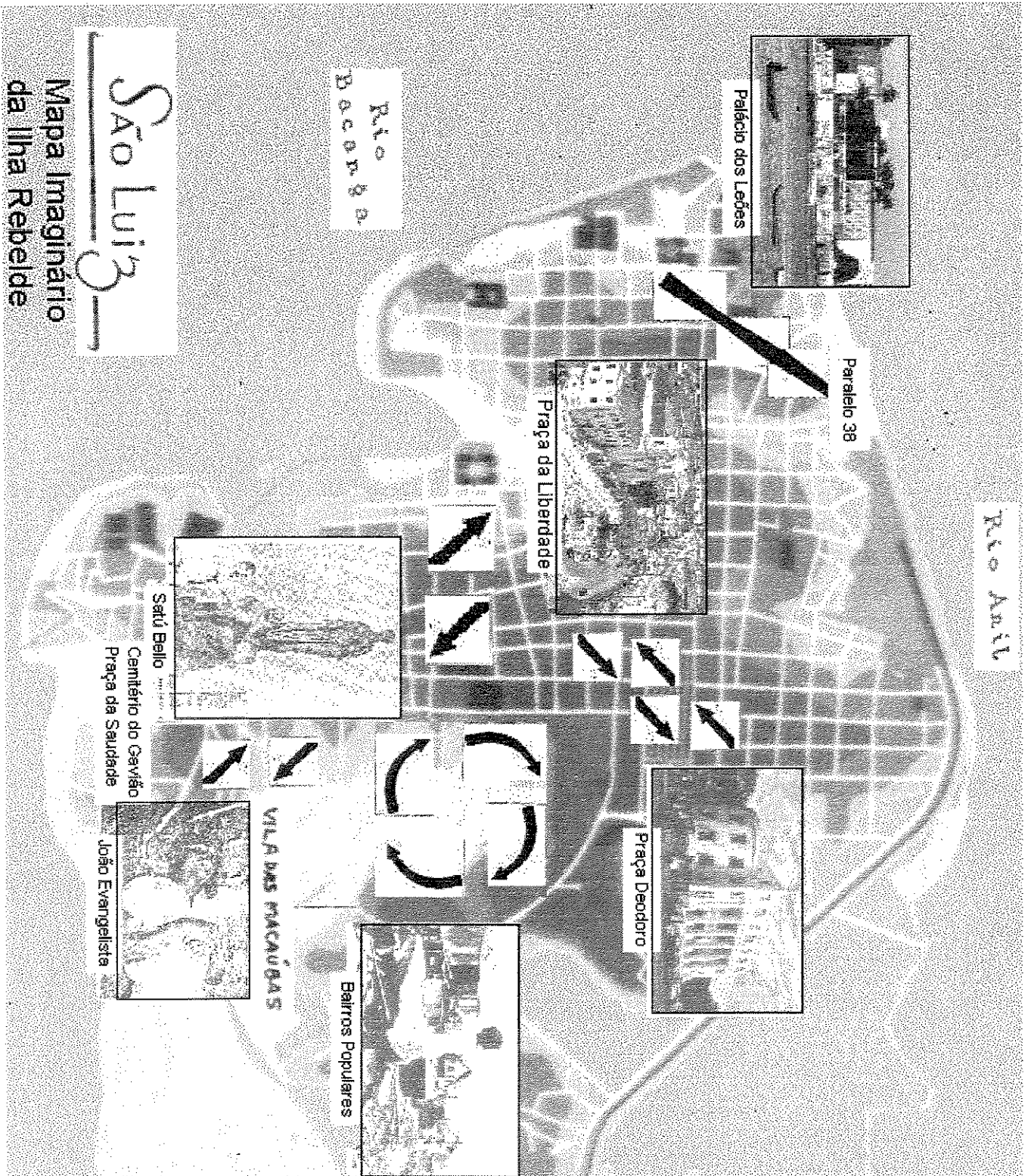
Este um elemento importante, entre outros: a preocupação com o **prestígio** e a **imagem externa** do Maranhão, imagem forjada especialmente através da **literatura** (*Atenas Brasileira*) e da **política** (ou melhor, de figuras políticas “notáveis”), ambas representadas como grandes tradições maranhenses. Victorino Freire não somente estava “mancomunado contra as tradições da nossa terra”, como também contribuía para reduzir o **conceito** do estado a nível nacional.³⁹

“Os líderes políticos, a imprensa, o rádio, o teatro, a rua Carioca popularizam a ‘copa e cozinha’ e o grupo de ‘domésticos’ que gravita em torno de Dutra. O nome do senador Victorino vem sempre ao lado e ele mesmo proclama que ‘não sairemos da copa’. Ora, Victorino é senador pelo Maranhão. Logo as honras dessa campanha de ridículo, descrédito e desprestígio que envolve a ‘copa’ e os ‘domésticos’ é, necessariamente, repartida com o nosso Estado”.⁴⁰

³⁸ Urbano Santos (governador, duas vezes vice-presidente da República), Benedito Leite, Luís Domingues e Magalhães de Almeida (governadores) – líderes políticos oligárquicos na 1ª República. Tasso Fragoso (general do Exército, revolucionário de 1930).

³⁹ “A luta da Redenção”. In: *O Combate*, 02/03/1951, p.1.

⁴⁰ Neiva Moreira, “Nós preferimos a obscuridade”. In: MOREIRA, 1997:31. Durante o governo Dutra (1946/50), a chamada “copa e cozinha” constituía o grupo áulico, com livre trânsito no Palácio do Catete. Como já afirmamos, o próprio Victorino Freire reconhecia na pessoa de Dutra seu grande “padrinho político”.



O mapa da Ilha: rebeldia e imaginário

“meu rosto agora
sobrevoa
sem barulho
essa fotografia aérea
Aqui está
num papel
a cidade que houve
(e não me ouve)...
uma tarde que houve numa cidade
aqui está
no papel que (se quisermos) podemos rasgar”
(*Uma fotografia aérea*, Ferreira Gullar)

Além da reconstrução identitária do Maranhão, a estratégia simbólica das Oposições buscou interferir na memória coletiva da população, através da fabricação de heróis e mártires da causa oposicionista (João Evangelista, Satú Bello, José Prado), bem como através da ressignificação dos espaços públicos da capital, momentos em que se explicita sua “atitude instrumental e utilitária perante os imaginários sociais”.⁴¹ Conforme já indicado, o “texto” da cidade foi reescrito segundo o imaginário oposicionista, resultando deste processo, cujo ápice foi a *Greve de 1951*, a idéia-imagem de São Luís enquanto *Ilha Rebelde*, povoada por irredutíveis maranhenses livres em luta incansável contra o invasor estrangeiro e seus associados locais. São Luís, no imaginário oposicionista, torna-se a cidade “mais **livre e culta**” do país, síntese das tradições regionais.⁴² Cidade onde a **palavra liberdade** e os **velhos costumes** adquirem plena significação, impregnando pessoas e lugares. Convém ressaltar que vários epítetos foram utilizados no decorrer do processo político para representar a ilha de São Luís e o próprio movimento das oposições – tais como **Ilha Heróica**, **Ilha Indomável**, **Ilha Insubmissa** –, contudo, a idéia-imagem que prevaleceu até os nossos dias foi a de *Ilha Rebelde*, breve instante de cristalização no interior do magma formador dos imaginários sociais.

Ao enfrentar o problema da legibilidade do texto urbano, partimos da afirmação de Baczko de que, “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas”. Com destaque para a arquitetura, a qual “traduz

⁴¹ BACZKO, 1985:300.

⁴² Neiva Moreira, “Diante do túmulo do herói do povo”. In: *Jornal do Povo*, 03/08/1951, p.2,5.

eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais ‘nobres’, etc”.⁴³ Para auxiliar nossa reflexão, construímos ainda um instrumento analítico clássico na abordagem do espaço: um mapa, mais especificamente um “Mapa Imaginário da *Ilha Rebelde*” – um dentre tantos mapas possíveis do mesmo processo político e simbólico. Mapa arbitrário, portanto, seleção do historiador em meio ao fluxo caótico dos acontecimentos, construção sobreposta a outras possíveis, alternativas ou não.

Mapa narrativo (e não descritivo), inspirado ainda na “psicogeografia das cidades” de Guy Debord, a qual “pressupõe a cidade como sendo também a representação que os cidadãos têm dela, isto é, a cidade enquanto usina do imaginário social”.⁴⁴ Debord propõe a construção de mapas imaginários, mapas vivenciais e narrativos, “onde os trajetos estão amarrados às histórias”, às experiências dos cidadãos na cidade e às “diferentes cargas afetivas que distinguem os diversos pontos das cidades”. Mapas não mensuráveis, que selecionam “lugares significativos da experiência urbana”, ligando-os através de possíveis trajetórias narrativas – mapas subjetivos, rastreando sensibilidades individuais e coletivas.⁴⁵

Em meio ao caos dos acontecimentos da “guerra de libertação” do Maranhão, os diversos atores sociais ligados às Oposições caminharam pela cidade e em seu caminhar reinvestiram os lugares de novos sentidos, erigiram monumentos e mausoléus aos seus heróis e mártires, estabeleceram fronteiras com o “campo inimigo”, planejaram investidas e recuos táticos, fizeram passeatas e romarias cívicas, projetando e inscrevendo na fisionomia urbana suas experiências, intervindo na memória coletiva, produzindo e difundindo o texto da *Ilha Rebelde*. Assim, na confecção do mapa imaginário, vagamos em busca de alguns desses lugares de forte densidade simbólica (alguns dos quais de significação ininteligível para a maioria dos ludovicenses de hoje, quase cinquenta anos depois), lugares reinventados pela experiência coletiva das Oposições, em virtude de sua releitura dos espaços urbanos, bem como de seu investimento simbólico sobre os mesmos. Nesse mapa alegórico, as setas são meramente indicativas de possíveis (ou impossíveis) trajetórias, sem

⁴³ BACZKO, 1985:313.

⁴⁴ ANDRADE, Carlos Roberto. *À Deriva: introdução aos Situacionistas*. Apud FREIRE, 1997:70.

⁴⁵ FREIRE, 1997: 70-1.

qualquer valor normativo; elas têm ademais o efeito de lembrar um outro tipo de mapa, de caráter militar, que busca mostrar a disposição e o deslocamento de tropas – no caso, o “teatro de operações” da “guerra civil do Maranhão”, uma das muitas imagens acionadas pelo discurso oposicionista para representar o jogo político e simbólico dos anos 1950.

Sem a pretensão historicista de “transportar insensivelmente” para a década de 1950, pedimos ao leitor que obedeça aos sinais luminosos de não fumar e apertar os cintos, olhando à sua esquerda (ou direita, tanto faz), onde está localizado o ponto inicial de nossa viagem narrativa pela *Ilha Rebelde*: a histórica e tradicional **Praça da Liberdade**, comumente conhecida então como Largo do Carmo ou Praça João Lisboa.

Desaguadouro humano, o Largo do Carmo era o principal ponto de confluência social, política e cultural da capital maranhense. Nas palavras de Domingos Vieira Filho, a praça João Lisboa seria “o **coração da cidade**, uma espécie de ‘city’ de São Luís, local obrigatório da passagem de todos os ônibus [e bondes], célebre pelas rodinhas de faladores da vida alheia e com um notável lastro de história”.⁴⁶ Já o geógrafo Aroldo de Azevedo, em sua viagem de 1950, aponta-a como o centro da zona comercial: “o comércio varejista e as melhores lojas da cidade acham-se concentrados em torno da vasta Praça João Lisboa (...), na rua Joaquim Távora e em parte da rua Osvaldo Cruz”.⁴⁷ Na praça e em seus arredores, estavam ainda localizadas as sedes da maioria dos jornais, bem como dos partidos políticos.

Ao longo do largo, nos fins de tarde, sucedia-se o “burburinho da multidão dispersa em pequenos grupos à porta dos cafés, à borda das calçadas, nos bancos das alamedas, à sombra das grandes árvores esgalhadas”.⁴⁸ Nos fins de semana, servia como ponto de encontro dos “brotinhos” e “bacanas” para flertes e bate-papos, de onde saíam para as “tertúlias dançantes” no Grêmio Littero Recreativo Português (clube da elite local, com sede social no largo) ou então para os vários cinemas localizados nas imediações, tais como

⁴⁶ VIEIRA FILHO, 1971: 107.

⁴⁷ AZEVEDO, Aroldo. “São Luís do Maranhão”. In: AZEVEDO & MATTOS, 1951:78. Em julho de 1950, Aroldo de Azevedo e Dirceu Lino de Mattos, professores catedráticos de Geografia da USP, realizaram uma “viagem de reconhecimento” ao Maranhão, percorrendo de trem o vale do rio Itapecuru (no qual conheceram as cidades de Caxias, Coroatá e Rosário) e depois visitando São Luís e Alcântara.

⁴⁸ MONTELLO, 1965:42.

o Cine-Teatro Artur Azevedo (rua do Sol), o Cine Roxy (rua do Egito), o Cine Rival (na própria praça), o Cine-Teatro Éden e o Cine Olympia (ambos na rua Grande).⁴⁹

O largo seria um dos “recantos mais aprazíveis da ilha”, onde funcionava o seu “**cérebro**”, “local de encontro de intelectuais e amigos que faziam rodas para comentar e censurar a vida da cidade, sentados nos bancos ou nos cafés que aí existiam”.⁵⁰ A boêmia letrada da cidade se reunia nos bares, onde “se discutia tudo, e a respeito de qualquer coisa se opinava, percorrendo vasta gama de assuntos em que a cultura e, principalmente a literatura, ocupava lugar especial”, a exemplo do Moto Bar, nascido “sob o signo da poesia”.⁵¹ Convergência entre política e poesia, pois no Moto Bar também se congregavam deputados, funcionários públicos, vereadores e militantes partidários em geral, discutindo animadamente (e/ou gastando fartamente) a *res publica*.

Convivência do profano e do sagrado. Dominando do alto de suas escadarias, estava a Igreja e Convento do Carmo, tridentária, cuja edificação remete aos primórdios da colonização portuguesa no Maranhão (1ª metade do século XVII). Uma das numerosas igrejas de onde “parecia espalhar-se a ordem sossegada para toda São Luís”, mas também profundamente ligada à história de lutas da cidade, como no episódio da expulsão do “invasor” holandês no século XVII. Baluarte português na luta contra o “flamengo aventureiro”, o Convento do Carmo valeria por si como “um monumento de magníficas tradições”.⁵²

Num trecho da praça foi erigida a estátua de João Francisco Lisboa – por “sobre os restos mortais do escritor a que serve de túmulo” –, aquele que foi uma “glória maior da *Atenas* do Brasil porque honra e glória de toda a nacionalidade”.⁵³ Apresentando-se como um “pintor dos nossos costumes políticos”, através do exame da vida político-partidária

⁴⁹ CRUZ, 2000. “Brotinhos” e “bacanas”: gírias para designar os jovens da elite. A autora menciona ainda a realização de “tertúlias literárias”, no Grêmio Litero, com concertos, recitais de poesia e outras atividades culturais.

⁵⁰ BRASIL. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos históricos do Maranhão**, 1979:88.

⁵¹ MORAES, 1995:124-8.

⁵² SERRA, 1965:67-8. O autor acrescenta que “os flamengos não lhe pouparam as torres e os paredões nos sucessivos bombardeios, mas o convento resistiu a todos os embates e os sinos seculares de suas torres tocaram, um dia, os repiques festivos da vitória, quando os invasores fugiram nas suas velas de hereges irreverentes. Estava livre a terra”.

⁵³ MEIRELES, 1964:48. Obra do escultor francês Jean Magrou, a estátua foi encomendada por iniciativa da Academia Maranhense de Letras e inaugurada solenemente em 1918 (MORAES, 1995: 266-7).

e de “sua influência sobre os costumes e a moral pública e privada”, o “moderno ateniense” Tímon (pseudônimo de Lisboa) recuperou no próprio nome a memória de seu ancestral helênico, apelidado de Misanthropo, homem que “votou um ódio tão entranhável ao gênero humano, e de maneira o reputava entregue aos crimes e aos vícios, que se pagava mais do desprezo que da estima dos homens”. A estátua, portanto, se constitui enquanto um “lugar de memória” da 1ª geração da *Atenas Brasileira*, monumento de louvor ao mordaz e polêmico Tímon, “um grego nascido e criado nas históricas margens do soberbo [rio] Itapecuru”.⁵⁴

História e memória, tradição e boêmia, poesia e política. Espaço múltiplo e polissêmico – assim o Largo do Carmo. Entretanto, sua carga simbólica possuía camadas ainda mais densas, o que pode ser visualizado também através da literatura regional. Nos romances da “saga maranhense”, expressão de seu projeto literário de (re)construção da identidade regional, Josué Montello estabelece uma relação especial com as cidades de São Luiz e Alcântara. Mais que simples cenários, as cidades são personagens, textos a serem percorridos e decifrados. Escrituras urbanas:

“— Repara como o povo vai chegando, à medida que cresce a sombra da tarde. Cada rua que aqui termina é um desaguadouro humano neste belo estuário. Ali pelas quatro, cinco horas, quando o sol quebra, até às seis, seis e meia, quando aparecem as primeiras estrelas, em dias lindos como o de hoje, dá gosto contemplar este Largo do Carmo rebentando de gente... Na literatura espanhola há a figura de um diabo coxo que destelha as casas e surpreende os seus moradores na mais flagrante intimidade... Neste nosso Maranhão, o Largo do Carmo faz a mesma coisa, — sem bulir nos telhados! ... Os segredos de alcova ... como que chegam aqui por irradiação telepática. Mesmo os que estão trancados a sete chaves! ... Há por aí quem tenha pavor desta praça. Comigo, passa-se o contrário: não posso viver sem ela. Dou-me bem à sombra destas árvores. Vivo a meu gosto entre esta gente, saboreando-lhe o aticismo da maledicência. Na companhia irreverente de amigos velhos, perco a noção do tempo...”⁵⁵

Na passagem selecionada de *A décima noite* (romance de 1959), o Largo do Carmo é representado como um agente demoníaco, “olhos e ouvidos” (e também a “língua ferina”) da cidade a devassar a intimidade e os segredos de todos os seus habitantes, os

⁵⁴ Trechos do “Prospecto” com que se abre *Eleições na Antiguidade e Eleições e partidos políticos no Maranhão* (*Jornal de Tímon*, 1852), obra que traça um panorama crítico da vida política provincial (cf. a reedição: LISBOA, s/d: 9-13).

⁵⁵ MONTELLO, 1965:99-100.

quais manteriam com esse espaço público uma ambígua relação de medo e apego. No romance, o Largo do Carmo personifica e condensa em si alguns dos atributos e qualificativos da identidade regional, ou, em outros termos, a praça se torna um “ponto de fixação” nos imaginários sociais urbanos: centro social, centro boêmio, centro cultural da *Atenas Brasileira*. Mas também centro de boatos e mexericos, que a inventiva imaginação popular batizou de DIVA (Departamento de Informações da Vida Alheia), talvez uma zombeteira versão local do DIP varguista (!?), onde diariamente dezenas de ludovicenses batiam o ponto.

Sob a presidência honorária de um intelectual e boêmio, no Largo se reuniam pessoas das mais variadas extrações e posições sociais, a exercitar seus jogos preferidos, o **aticismo maledicente** e a irreverência.⁵⁶ Assim, o autor traça um perfil psicológico da praça, de sua “ociosidade” e “malícia verbal”, pois que no Maranhão a gente é “um pouco linguaruda” devido ao “excesso de imaginação que não nos cabe no crânio e tem de sair pela ponta da língua” – esta a forma de contato do jovem Abelardo com o Largo do Carmo, depois de 18 anos de ausência da cidade.⁵⁷ Quem assim lho apresenta à praça é Emiliano Penha, amigo de seus pais (mortos na infância do rapaz), e agora seu amigo e cicerone pelos cantos e recantos da ilha de Upaon-Açu.⁵⁸ Já na apresentação do personagem, Josué Montello assinala o seu papel na estrutura narrativa do romance: Emiliano, como arquétipo do **intelectual ateniense**, é quem introduz e guia Abelardo nos mistérios e segredos da **maranhensidade**, construindo para o rapaz um mapa subjetivo de acesso ao **ser maranhense**. Assim, Emiliano Penha se autodenomina como um legítimo “produto regional, como o babaçu e o bumba-meu-boi”, além de “prosador e poeta, professor e tribuno, boêmio e devoto, membro da Academia, sócio do Instituto Histórico e presidente honorário deste Largo do Carmo!”.⁵⁹ Em suma, um “típico” habitante da *Atenas Brasileira*.

⁵⁶ Dada a relevância do vocábulo, pouparemos ao leitor a visita ao dicionário:

Aticismo. *sm* (do grego *attikismós*, pelo latim *atticismu*, *atticisso*): falar ou escrever com pureza ática / “falar grego” / emprego do estilo ático / elegância, pureza, delicadeza de estilo, tanto no falar como no escrever.

Ático. *adj* (do grego *attikós*, pelo latim *atticu*): conforme ao aticismo / relativo à Ática, à cidade de Atenas ou aos atenienses / que se refere ao aticismo, elegante, puro, límpido, grácil.

Fontes: MAGNE (1953:94) e Dicionário Formar (1966:521).

⁵⁷ MONTELLO, 1965:44-5.

⁵⁸ Nome indígena da ilha de São Luís (ou ilha do Maranhão), significa Ilha Grande.

⁵⁹ MONTELLO, 1965:43-5.

Um perfil psicológico similar foi construído por Astolfo Serra, em seu *Guia Histórico e Sentimental de São Luís* (1965), no qual o autor se propõe também a desvelar a “alma” e a “história” da cidade, pois a mesma “oferece curiosidades admiráveis... mas é preciso ter **olhos de ver** para admirá-la”. Caso contrário, o turista, sem orientação alguma, não verá nada, “achará tudo monótono; uma cidade como tantas outras das províncias do Brasil”.⁶⁰ Emprestando-nos seus **olhos de ver** (seu mapa subjetivo), Astolfo Serra nos conduz por São Luís, cidade que conservaria “carinhosamente suas tradições” e talvez fosse a “mais apegada ao passado” de todo o país. “Tudo nela é um culto. Algo de devoção, de ritualesco, de um ofício dominando a histórica cidade...”.⁶¹ Um dos “rituais maranhenses” sendo cotidianamente exercido no largo:

“*Mexericar* é uma das artes seculares da terra das palmeiras... o mexerico chega a ser até um esporte. É um jogo de espírito genuinamente maranhense... mexerico não é intriga, nem mentiras, nem é fuxico, nem tão pouco maledicência. É um *sopro de bom humor* na vida maranhense... Nas rodinhas do largo do Carmo o *mexerico* vive em plena floração. A sua proliferação é espontânea. Nasce, vive alguns instantes numa reunião; passa adiante já modificado; adota cores locais num mimetismo surpreendente. Esses deliciosos zum-zuns soprados sob a cidade vetusta agita-lhe a vida diária, provocando-lhe umas sacudidelas nervosas, dando-lhe arrepios de susto, mas também um *frisson* de estranha alegria coletiva...”.⁶²

Não somente a partir dos “esportes” do mexerico e do aticismo maledicente, voltados para questões de ordem pessoal e subjetiva, foi representado o Largo do Carmo. Em alguns momentos, essas mesmas “artes” poderiam assumir uma “perigosa” conotação política, sendo interpretadas como potencialmente “subversivas” pelas autoridades constituídas. Comentando a reforma efetuada em 1941 por ordem do interventor federal (Paulo Ramos), o advogado, folclorista e pesquisador da cultura Domingos Vieira Filho sugere alguns elementos para pensar um perfil político-psicológico do Largo do Carmo. Apesar da extensão da passagem, esta vale pelo acréscimo de novas imagens e significações, tecendo um texto cada vez mais polissêmico.

“[Na reforma], criminosamente as árvores de sombra, acolhedoras, amenas, testemunhas de muitos sucessos, foram cortadas numa razia dendrofóbica. O pretexto, pueril ou cretino se assim quiserem: a **sombra**, coisa edificante, atentava contra a segurança do Estado Novo nestas paragens porque sob essas árvores

⁶⁰ SERRA, 1965: 19 (grifo do autor).

⁶¹ SERRA, 1965: 201.

⁶² SERRA, 1965:159-160 (grifos do autor).

reuniam-se todas as tardes grupos de pessoas para **comentar a vida da cidade** em gossips [mexericos] inocentes. O medo de surgir dessas pacíficas reuniões algum carbonário teria levado a administração – foi a versão semi-oficial que circulou – a arrasar o arvoredado do largo do Carmo e a substituí-lo por acácias raquíticas, frágeis, enfezadas que nunca disseram ao que vieram... É que povoada de **sombra espessa, dadivosa, fresca, apazível...** a praça João Lisboa era **o coração, a alma, o centro nervoso** da cidade onde funcionava **um poderoso mecanismo de censura social, cadinho mágico, infalível** queurgia destruir para melhor poder afirmar, pela intimidação, o estatismo getuliano, garantido aqui, como em outras áreas do Brasil, por um ostensivo aparato policial...”.⁶³

“E o teu arvoredado / tão cheio de flores, / de que tinham medo / nossos ditadores. / Havia o pavor / às sombras cativas, / com gente as supor / como subversivas”.⁶⁴ Os versos do poeta José Chagas reforçam a estrutura de significações tecida em torno do Largo do Carmo. Aliás, abrindo um breve parêntese, a literatura de “Louvação à cidade de São Luís” é tão extensa que chega a adquirir o estatuto de um quase gênero literário. Embora algumas vezes assuma a forma de crítica dos costumes ou de governos, via de regra a literatura de “louvação” se circunscreve à construção de mapas imaginários da cidade sob o ponto de vista da **tradição**, num movimento de (re)instituição e reforço dos imaginários sociais sobre SanluisdoMará.⁶⁵

A estrutura narrativa dessas obras quase sempre consiste num convite a passear pela cidade, por certos itinerários instituídos pela tradição e pela história, momento em que os autores emprestam seus **olhos de ver** visando à “correta” leitura e interpretação do texto urbano. Literatura em verso e prosa que cumpre, portanto, uma dupla função: (in)formar ao visitante (os “de fora”) sobre as “coisas admiráveis” da cidade e notificar “aos de casa” qual a sua identidade enquanto maranhenses. Na construção do mapa imaginário da *Ilha Rebelde* não somente foram utilizados alguns desses autores, como também tomamos de empréstimo algo dessa estrutura de enredo (conforme o leitor já deve ter percebido).⁶⁶

⁶³ VIEIRA FILHO, 1971: 111-2.

⁶⁴ CHAGAS, 1994:55.

⁶⁵ Esta expressão foi consagrada através da música “Terra à Vista”, de autoria de Carlos Fernando e Geraldo Azevedo. Interpretada pelo último no LP *Tempo Tempero* (1984). É a música do “Xã, Xã, Xã”, preferida por meu sobrinho Felipe (de 4 anos), por causa do refrão: “San, San, San... São Luís do Mará...”.

⁶⁶ “Colamos” de: Arleth Nogueira da Cruz, Astolfo Serra, Bandeira Tribuzi, Benedito Buzar, Domingos Vieira Filho, Ferreira Gullar, Jomar Moraes, José Chagas, Josué Montello, Mário Meireles, dentre muitos outros que poderiam ser elencados.

Assim, se constituindo num espaço investido de densa simbologia, o Largo do Carmo/ Praça João Lisboa foi ressignificado no bojo do movimento oposicionista dos anos 1950, através da elaboração e acréscimo de novos sentidos e imagens. Muito embora fosse um logradouro onde tradicionalmente se realizavam comícios e manifestações políticas, tanto do governo quanto da oposição, o Largo do Carmo foi reapropriado simbolicamente pela Coligação de modo a identificá-lo com a causa oposicionista e com a tradição política estadual (de que as Oposições seriam herdeiras). Sendo assim, transformou-se, na produção discursiva oposicionista, em uma praça de guerra, a **Praça da Liberdade**, “símbolo de quatro séculos de lutas cívicas dos maranhenses”.⁶⁷

“**O Povo conquistou a Praça da Liberdade**”, eis a manchete do jornal **O Combate** no 6º dia da *Greve de 1951* (05 de março), comentando que “a ‘Praça da Liberdade’, desde o dia 28 [de fevereiro], conserva grande massa popular, demonstrando, assim, a onda de revolta que empolga a cidade...”. Em praça pública estava o povo da “Ilha heróica”, reunido em “assembléia permanente”, com a firme disposição de “resistir até a morte” contra a “força do cangaço” que dominava o estado. Homens e mulheres bravos e vigilantes na defesa dos seus direitos de cidadania, conduzindo o “movimento de redenção do povo livre do Maranhão”.⁶⁸

Dias antes, o jornalista Celso Bastos já havia afirmado a disposição de luta das massas populares, bem como ressaltado o caráter inédito do movimento: “Estamos diante de um episódio inteiramente novo na história da vida política do Brasil”. Porquanto não haveria maior exemplo de “resistência à opressão e à ilegalidade”: uma população em peso protestando contra a farsa eleitoral, “uma cidade inteira em greve, determinando a paralisação total das atividades, num movimento de mobilização de massa que excede a todas as expectativas”.⁶⁹ Enfim, um movimento sem paralelos na história brasileira...

⁶⁷ **Jornal do Povo**, 25/07/1953, p.1.

⁶⁸ **O Combate**, 05/03/1951, p.1.

⁶⁹ Celso Bastos, “Não nos renderemos jamais”. In: **Jornal do Povo**, 03/03/1951, p.2.

Diretor-Responsável
José Neiva de Sousa

Edição de hoje
4 Páginas

Número avulso
Cr\$ 1,00

JORNAL do POVO

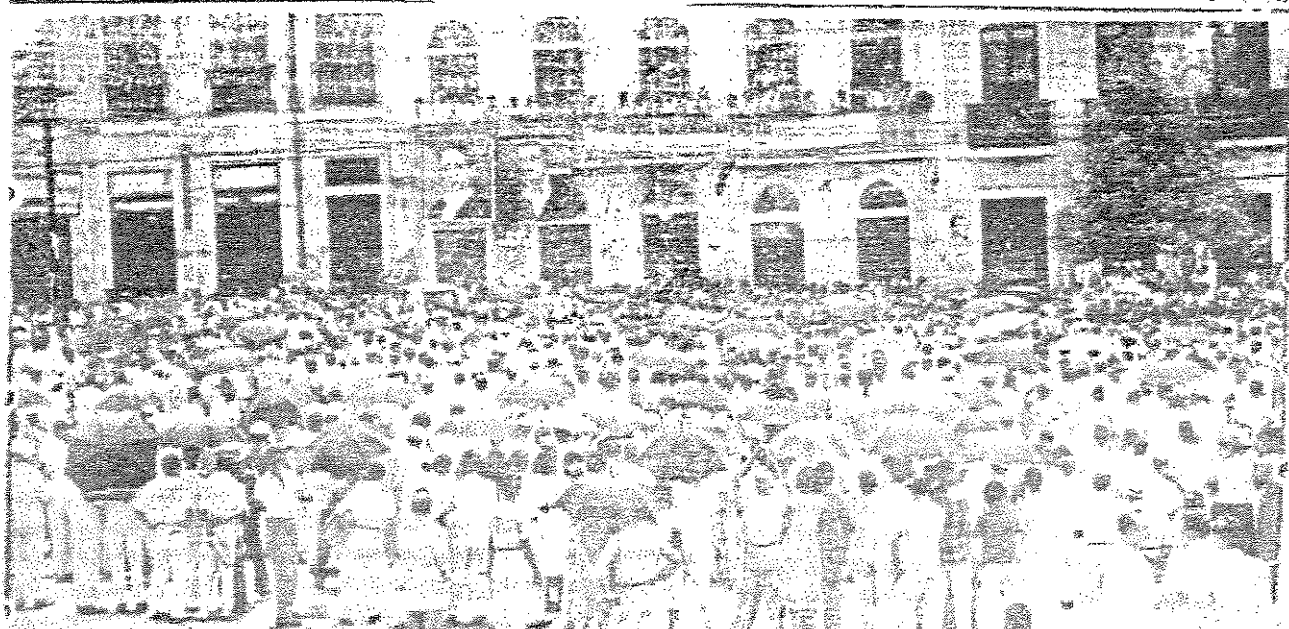
Ano 2

N.260

SÃO LUIZ

24-3-51

CONTRA A OPRESSÃO E A INJUSTIÇA SOCIAL



PARA LUTAR CONTRA OS CRIMES DO VITORINISMO, encarnado em Eugênio Barros — o governador que o povo não elegeu — foi que milhares de cidadãos da ilha rebelde, tal como vemos neste sensacional flagrante fotográfico, encheram a Praça da Liberdade, em reunião permanente, manifestando a firme decisão de ir a maiores sacrifícios para expulsar o intruso do Palácio dos Leões. O nosso povo, com a sua resistência sem precedentes, escreveu uma página épica, que orgulha toda a comunidade brasileira. Ficou a lição aos tiranetes que abusavam da tolerância popular.

FIGURA 6. Manchete do *Jornal do Povo*, 25/03/1951. “PARA GRITAR CONTRA OS CRIMES DO VITORINISMO, encarnado em Eugênio Barros — o governador que o povo não elegeu — foi que milhares de cidadãos da ilha rebelde, tal como vemos neste sensacional flagrante fotográfico, encheram a Praça da Liberdade, em reunião permanente, manifestando a firme decisão de ir a maiores sacrifícios para expulsar o intruso do Palácio dos Leões. O nosso povo, com a sua resistência sem precedentes, escreveu uma página épica, que orgulha toda a comunidade brasileira. Ficou a lição aos tiranetes que abusavam da tolerância popular”.

Dessa forma, logo nos primeiros dias da “greve geral e pacífica”, o histórico Largo do Carmo foi rebatizado: um batismo de fogo e de sangue, efetuado pelo “inédito” movimento de massas contra a posse do governador e as fraudes cometidas pela Justiça Eleitoral. Segundo as palavras do jornal *O Imparcial*, “praticamente, os cidadãos de São Luís ficaram em comício permanente na Praça João Lisboa, entre os dias 28 de fevereiro e 14 de março, isto é, no período de suas ruidosas manifestações”, acrescentando que o largo foi palco de “grandiosas concentrações populares”, sendo, em consequência, “crismado” pelo povo de “PRAÇA DA LIBERDADE”.⁷⁰ Para reforçar a idéia, a matéria de *O Imparcial* incluiu

⁷⁰ *O Imparcial*, suplemento-extra, 16/04/1951, p.1. Com o título de “Os acontecimentos de São Luiz” (com 72 páginas e farto material fotográfico), o suplemento se constituiu no relato mais completo e circunstanciado da 1ª fase da greve, produzido ainda no calor da hora. A narrativa do cotidiano da greve foi denominada de “Diário da Revolução Branca de São Luiz”, idéia-imagem formulada para caracterizar “o mais belo movimento de resistência cívica que já se viu em São

uma fotografia da multidão ocupando o Largo do Carmo, procedimento idêntico ao adotado pelo **Jornal do Povo**, em sua 1ª página do dia 25 de março (reproduzida acima).⁷¹

Ponto de fixação no imaginário social urbano, o largo foi o palco principal do “teatro de operações” durante a “guerra civil” maranhense, lugar de passagem obrigatória das tropas de **soldados da Liberdade**. A 26 de fevereiro, no “Largo do Povo” foi estabelecido o “Quartel General das Oposições Coligadas”, no sobrado de azulejos pertencente à vereadora Maria de Lourdes Machado (do Partido Republicano), “núcleo de resistência organizado para manter as classes populares permanentemente mobilizadas contra a posse de Eugênio Barros”.⁷² Velho casarão, em cujas sacadas de ferro tribunos exercitavam as artes da retórica e da hipnose das massas. Sobrado investido de densa simbologia no decorrer do movimento:

“Como se o povo, por uma só voz, dissesse o que se sabe belo e por isso verdadeiro: ‘minha alma é a minha casa. Eu sou o senhor da minha alma’. E aquele sobrado nº 102 e aquela praça em frente com a Igreja do Carmo ao fundo eram de fato, para o povo, **a sua casa e a sua alma**”.⁷³

No Quartel-General, foi instalado o serviço de alto-falante “A Voz da Liberdade”, utilizado pelos mais diversos oradores para discutir a situação política e conclamar as massas à resistência cívica, através de discursos inflamados, comunicados e palavras de ordem. A importância deste serviço aumentou com a adesão dos trabalhadores gráficos à greve geral, razão pela qual os jornais oposicionistas passaram a utilizá-lo para fornecer informações ao público.⁷⁴ O “cadinho mágico” e “infalível” estava sendo posto em funcionamento, demonstrando o poder subversivo e contestador da “língua ferina” do Largo do Carmo.

Luiz” e que “passaria à História” com o nome de “revolução branca”. No entanto, revelou-se equivocada a previsão, pois o que “passou à história” foram as representações criadas pelo imaginário oposicionista: *Greve de 1951 e Ilha Rebelde*.

⁷¹ Fundado por José Pires Ferreira em 1926, o jornal **O Imparcial** pertencia desde 1944 à cadeia dos “Diários Associados”, que contava ainda no Maranhão com o jornal **Pacotilha-O Globo** e a Rádio Gurupi (ver GALVÃO, 1999:38-42). Em relação à greve, o jornal apresentou-se como “neutro e objetivo”, embora fosse por diversas vezes acusado de defender as posições do grupo vitorinista. Sobre a posição dos “Diários Associados”, cf. o cap. 3.

⁷² BUZAR, 1983:24.

⁷³ MACHADO, 1996:184.

⁷⁴ Salvo engano, o **Jornal do Povo** não circulou entre 4 e 14 de março, enquanto **O Combate**, entre 6 e 13 (com exceção de algumas “edições de greve”, de formato reduzido).

Concentradas as tropas na **Praça da Liberdade**, dali foram deslocados “comandos” para atacar alvos identificados com o inimigo, exercitando a sagrada justiça popular: a depredação de casas de juizes do TRE (27/02), o fechamento das rádios Timbira e Ribamar (28/02), o empastelamento e incêndio do jornal vitorinista **Diário de São Luiz** (28/02). Ainda a 28, ocorreu um sério confronto entre manifestantes e a Polícia Militar do Estado, do qual resultaram inúmeros feridos e a morte do carpinteiro José Ribamar Prado (17 anos, residente no subúrbio Fé em Deus), atingido por uma bala no crânio em plena praça: “o pobre rapaz caiu fulminado na calçada da Livraria Universal, ficando a sua massa encefálica no cimento”.⁷⁵

No dia seguinte, “um espetáculo comovente”, pois, no meio da manhã, “repentinamente, silenciaram todas as vozes na praça João Lisboa”. Era um carro funerário que adentrava o largo, “empurrado por mulheres da resistência” e conduzindo o corpo de José Prado rumo ao cemitério do Gavião. Os sinos da Igreja do Carmo começaram a dobrar em finados, enquanto uma voz feminina fazia preces no microfone da “Voz da Liberdade”. À passagem do caixão, o povo ajoelhava-se, os homens “acenavam com os chapéus” e as mulheres “erguiam para os céus os braços súplices, em prece, à alma do nosso sacrificado conterrâneo”, mais um “mártir” da **Campanha Libertadora**.⁷⁶ “Grande massa popular” acompanhou o cortejo até o cemitério, numa homenagem “ao herói que tombara em holocausto à nossa causa”, jovem apontado como um “símbolo do sacrifício do nosso homem do povo, na defesa da nossa redenção democrática”.⁷⁷

Praça de paz, espaço político e religioso. No domingo, 04 de março (5º dia da “greve pacífica”), o largo amanheceu coberto de flores e velas, depositadas nos locais onde caíram mortos João Evangelista e José Prado, “heróis populares”. Afixado em frente à Livraria Universal havia um cartaz, onde se lia: “Aqui neste lugar tombou vítima da bala da polícia José Ribamar Prado”. Às 08:30 horas, foi celebrada missa campal em sufrágio das almas dos “mártires da libertação” (Satú, Evangelista e Prado), sendo o altar armado à entrada da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. “Milhares de pessoas assistiram a esse ato de piedade cristã”, oficiado por um frade capuchinho e pelo “grande orador sacro”, o padre

⁷⁵ **O Imparcial**, 16/04/1951, p.8.

⁷⁶ **O Combate** (01/03/1951, p.2,4) e **O Imparcial** (16/04/1951, p.7-9, 46).

⁷⁷ **Jornal do Povo**, 02/03/1951, p.4.

Hugo Lopes.⁷⁸ Largo do Carmo, local de culto e adoração das tradições cívicas da terra, (re)batizado com o sangue de mártires e com as chamas purificadoras das “massas sagradamente revoltadas”.

Praça de guerra, espaço de treinamento e (sobre)vivência. Com a paralisação de todos os serviços de transporte urbano da capital (ônibus, bondes e carros de praça), os **soldados da Liberdade** iniciavam bem cedo seu treinamento de combate, se dirigindo à pé até a praça João Lisboa. Formando, nas ruas e avenidas que levavam aos bairros populares, a certas horas do dia e da noite, “verdadeiras procissões de pedestres”. Distâncias razoáveis a serem percorridas: até a vila do Anil cerca de 9 km, para o Caratatiua quase 5 km, bairros mais próximos (Camboa, Madre Deus, Lira, Goiabal, Macaúba) somente uns 2 ou 3 km. Se dessem sorte, às vezes conseguiam pegar carona em algum dos caminhões alugados pelas Oposições para fazer o transporte gratuito até os subúrbios mais distantes (pela manhã bem cedo e à noite), mas os caminhões nunca eram em número suficiente.⁷⁹

Uma vez efetuada a marcha matutina, seguiam-se outras atividades do “esforço de guerra”: saída em “comandos” para enfrentar os “fura-greve”; discussão política; escutar as notícias ao pé do rádio; ligar-se no disse-que-disse do largo (esse diabinho maroto), “que tem antenas para todas as estações e radar para todas as presenças”; pensar no calor e na vontade de tomar um banho; beber um pouco d’água no chafariz recém-instalado na praça ou mesmo arriscar um pastel com garapa no bar do Chico. Pensar na sobrevivência cotidiana (afinal o desemprego andava aumentando na cidade...); incursionar pelo **Paralelo 38** ou então pelo “Canto Pequeno” – esquina famosa nas crônicas citadinas, bem próxima ao **Jornal Pequeno**, onde se ia saber e falar da vida alheia. [Afinal de contas, as velhas “artes” maranhenses precisavam ser cultivadas...].

Mais tarde, proteger-se um pouco do sol inclemente, pois o inverno terminou mais cedo esse ano (era tão bom quando havia a “sombra dadivosa e fresca” das árvores...). Às vezes, impacientar-se com os líderes oposicionistas, com a demora na definição de uma solução para a crise política; recusar na praça acordos e conchavos feitos em gabinete pela

⁷⁸ **O Imparcial**, 16/04/1951, p.13.

⁷⁹ **O Imparcial**, 16/04/1951, p.16, 37, 40.

cúpula do movimento (quebrando a hierarquia de comando); planejar assaltos (nunca realizados) ao Palácio dos Leões para retirar com as próprias mãos Eugênio Barros do poder. Ao crepúsculo, novo momento de fé, ao som de hinos religiosos. “Os sinos da Igreja do Carmo, cheia, naquele tempo, de muitas andorinhas, dobravam tristemente na hora do ângelus. O povo, em uníssono, se ajoelha. E reza”.⁸⁰

Manter as tropas mobilizadas durante todo o dia na **Praça da Liberdade** exigiu do “Alto Comando” das Oposições Coligadas um grande esforço de logística, pois “alimentar milhares de pessoas na praça pública para que não deixassem a greve” se tornou uma atividade fundamental.⁸¹ Atividade que foi ainda prejudicada pela escassez de gêneros alimentícios na cidade, consequência do próprio movimento. Visando amealhar recursos para a alimentação, foi constituído um fundo de greve (“Comitê do Fundo Econômico Pró-Libertação do Maranhão”) que percorria as ruas carregando lençóis brancos (onde se recebia o dinheiro), bem como negociava maiores colaborações de comerciantes e industriais da cidade (houve denúncias de que alguns foram “coagidos” a colaborar).⁸²

O quintal do QG oposicionista transformou-se então numa imensa “cozinha popular”, “que fornecia almoço para as classes pobres”.⁸³ Rapidamente se formavam as “cobrinhas” (enormes filas da “bóia”) em frente ao sobrado de azulejos. Os manifestantes comiam sua ração diária no chão e nas calçadas, indo, depois, tirar uma soneca numa sombra qualquer ou então fumar um cigarrinho, até que a sirene do QG voltasse a soar chamando para os “postos de combate”.

Ao final da primeira fase do movimento, depois de celebrado o acordo que afastou temporariamente Eugênio Barros do governo, colocando em seu lugar o deputado César Aboud (14 de março), enquanto se travava a batalha judiciária no TSE – ao final dessa primeira fase, como dizíamos, o balanço feito pelas Oposições Coligadas foi de uma decisiva vitória, balanço escudado na suposição do apoio de Getúlio Vargas às Oposições, desequilibrando a correlação de forças no TSE a seu favor ou, em caso extremo, decretando

⁸⁰ MACHADO, 1996:212.

⁸¹ *O Imparcial*, 16/04/1951, p.10.

⁸² *O Imparcial*, 16/04/1951, p.10-1,14.

⁸³ *Jornal do Povo*, 16/03/1951, p.2.

a intervenção federal. Estavam as Oposições confiantes, portanto, na conjugação de sua capacidade de mobilização popular (exemplarmente demonstrada ao longo da *greve*), bem como no sucesso de sua **estratégia periférica** a nível federal.

Assim, o **Jornal do Povo** proclamou a “Vitória do Povo” em sua edição de 15 de março (data em que voltou a circular), afirmando que, depois de 15 dias de “luta heróica do nosso povo contra a ilegalidade”, finalmente “Eugênio deixa o governo e o vitorinismo perde o monopólio das posições oficiais”. E complementando que a “greve pacífica” passaria à história “como um acontecimento popular sem precedentes”, “um exemplo impressionante da resistência do nosso povo ao despotismo”.⁸⁴ Já **O Combate** festejou a vitória das massas populares, aproveitando o ensejo para redefinir as fronteiras helênicas, pois a *greve* havia fornecido a “mais plena demonstração de que o Maranhão é mesmo a *Atenas* do Brasil, pelos seus talentos e pelo **espírito espartano** dos seus bravos filhos”.⁸⁵

Atenas pelo talento, Esparta pela combatividade: esta a formulação imaginária da *Ilha Rebelde*, fusão da tradição letrada e da tradição política do Maranhão. “O Signo”, nos versos do poeta Bandeira Tribuzi, pois, “*Cercada de águas e sonhos, / de glória, de maresia, / a ilha é sobretudo circundada / de Poesia*”. [Cidade dos vates]. “*Cada ilha só sobrevive / e afirma sua rebeldia / se sabe alçar a pura asa / da Poesia*”. [Cidade dos libertários]. “*Não há passado passado / (todo o futuro o proclama) / se foi passado na chama / da Liberdade*”. [Cidade da História e da Tradição, cantada pelo trovador em seu “Romanceiro da Cidade de São Luís”].⁸⁶

Ilha Rebelde, porção de terra cercada de musas por todos os lados, onde viveria uma “comunidade de homens livres”, um “povo heróico” e irredutível, que resistiu bravamente ao “invasor” até conseguir expulsá-lo de suas praias e devolvê-lo, com rótulo de indesejável, aos portos de origem. Resistência efetuada através de uma “greve pacífica”, representação cuja contrapartida é a legitimação da violência popular nos momentos em que esta ocorreu, pois esta violência foi sempre um movimento de autodefesa diante dos “usurpadores”. Dessa maneira, no “comício-monstro” da noite de 14 de março de 1951, pôde

⁸⁴ **Jornal do Povo**, 15/03/1951, p.1.

⁸⁵ **O Combate**, 14/03/1951, p.1.

⁸⁶ “O Signo”. In: TRIBUZI, 1986:229.

o deputado petebista Rui Almeida (observador enviado por Vargas) saudar a vitória popular, afirmando que “o dia de hoje há de passar à **História** como o **dia da nossa independência política**”, pois “ficou mais uma vez provado” que “não se brinca com o **povo**”.⁸⁷ Sequer sonhava o deputado que a ansiada “**Libertação**” do Maranhão (obviamente, nos termos em que esta foi representada no imaginário político das Oposições) somente ocorreria 15 anos depois, numa certa tarde de janeiro de 1966...

No entanto, a “**independência**” faltou ao encontro, pois o Tribunal Superior Eleitoral decidiu em setembro de 1951 pela legalidade e legitimidade da posse de Eugênio Barros no governo estadual, ratificando as decisões tomadas pelo TRE-MA. Este foi o estopim da segunda fase da *Greve de 1951* (setembro/outubro), na qual a construção imagética do heroísmo e rebeldia da **Ilha** se consolidou (em suas diversas denominações), apesar da derrota da causa oposicionista. Derrota que, muitos anos depois, foi lembrada com tristeza e amargura pelo poeta Nauro Machado (então um jovem de 16 anos): “É noite, agora, em São Luís”. Desalento e decepção.

“A greve cessa. Os soldados da liberdade depõem as armas (poucas) com que contavam. O prometido em homens e armamentos não lhes viera em socorro. E descem, cabisbaixos e frustrados, dos telhados do QG oposicionista... Homens choram. Alguns ainda pedem aos gritos por armas. Outros, que ouviram o matraquear da fuzilaria em frente ao quartel da Polícia, onde tombaram amigos ou parentes, se recusam a acreditar no fim [da] revolta...”.⁸⁸

Contudo, no início da segunda fase (set/1951) o sentimento generalizado nas hostes oposicionistas era bem outro. Ainda a euforia. Assim, Celso Bastos (em ardente e panfletário artigo no **Jornal do Povo**) conclamou mais uma vez os **soldados da Liberdade** a ocupar os seus postos de combate. Ao mesmo tempo, o jornalista procurou angariar apoio externo para a **Campanha de Libertação**, pois a opinião pública nacional tinha sua atenção voltada para o “caso maranhense”. Assim, ofereceu aos visitantes seus **olhos de ver**, compondo um mapa subjetivo da cidade e de sua “epopéia de resistência”, orientando o turista na percepção dos novos rituais cívicos: “Quem chega nesta capital com senso de observação não precisa mais de meia hora na **Praça da Liberdade** para sentir a altura do

⁸⁷ **O Imparcial**, 16/04/1951, p.25. O deputado federal Rui Almeida era maranhense, mas construiu sua carreira política no PTB do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

⁸⁸ MACHADO, 1996:213.

nosso termômetro político". São Luiz seria uma das cidades "mais politizadas" e "mais oposicionistas" do Brasil, quicá do continente, em virtude do seu civismo, consciência política e combatividade.⁸⁹

Nas representações formuladas pelo discurso oposicionista, um novo personagem adquire relevo e importância no teatro político: o **povo**, rebelde povo da ilha, reunindo em si os atributos da *maranhensidade*, quais sejam, a abnegação, a coragem, o heroísmo e o espírito de sacrifício necessários à luta em favor da justiça, da liberdade e, porque não dizê-lo, da tradição. O foco não está mais centrado nas "figuras políticas notáveis" ou nos intelectuais e literatos que fizeram as glórias passadas da terra-berço, mas na emergência desse novo ator social, o **povo maranhense**, a ocupar a praça pública com a mesma "naturalidade" com que o céu é do condor. O "Maranhão das ruas", discutindo as questões relevantes, exercendo a "censura social" e o "comentário da cidade", projetando o prestígio do Estado no conjunto da Federação.

Escrevendo da capital da República, Neiva Moreira destaca as "profundas simpatias" de todo o país à rebelião. A luta do povo de São Luiz havia elevado "a níveis inéditos a glória de ser maranhense", tanto que "uma grande empresa cinematográfica" estaria cogitando de "produzir um filme baseado no nosso movimento".⁹⁰ Pelo visto, a idéia de fazer um filme sobre a **Campanha de Libertação** (com um registro épico dos acontecimentos) foi aventada bem antes do documentário "Maranhão 66"...

Nesta versão local do populismo, a definição de **povo** foi elaborada, no mais das vezes, de forma lírica e emocional, pois pertencer ao mesmo transcendia as fronteiras de classe, de cor ou ocupacionais, tornando-se um sentimento, um estado de espírito, um identificar-se positivamente com o Maranhão e suas tradições.⁹¹ **Povo maranhense**

⁸⁹ Celso Bastos, "A Glória da Ilha". In: *Jornal do Povo*, 13/09/1951, p.2.

⁹⁰ Neiva Moreira, "Ponham o olho neles". In: *Jornal do Povo*, 25/03/1951, p.1.

⁹¹ Na discussão sobre a emergência da política de massas e o populismo no Brasil, cf. CHAUI (1994 e 2000), DEBERT (1979), FERREIRA (1994 e 1997), GOMES (1988), IANNI (1988 e 1989), INCISA (1995), SOUZA (1976), WEFFORT (1980). Para o estado recente da questão, cf. a coletânea *O populismo e sua história* (FERREIRA, 2001). Como já indicado na introdução, nosso objetivo neste capítulo não foi proceder a uma revisão crítica do conceito de populismo, mas sim, tentar "compreender os oposicionistas nos seus próprios termos". Por isso, nossa preocupação em perceber como diferentes noções presentes nos imaginários do período foram apropriadas e reinventadas pelo discurso oposicionista, mesclando-se às idéias de *maranhensidade*.

encarnado na figura do **soldado da Liberdade**, arquétipo, síntese simbólica das virtudes e das tradições coletivas, “cérebro, coração e alma de uma coletividade em peso”, onde se vê “o homem de pés descalços de braços dados ao industrial”, “o preto, o branco, o velho e o jovem, a criança e o adulto”, além da “senhora da mais alta esfera social, brandindo, no ar, sua sombrinha cara, ao lado da tecelã suburbana, que sacode no espaço, como uma lança, o seu tamanco punitivo”.⁹²

Em algumas variantes, esse amálgama discursivo se aproximou da forma de um cálculo político racional e utilitário, sem deixar de lado, contudo, uma forma mística e irracional de representação. Inúmeras análises da “guerra civil” assumiam o “mito do povo” como ponto de partida necessário para pensar o processo político regional em suas múltiplas dimensões. Seria, portanto, uma verdadeira “**revolução social**”, com o deslocamento de poder político “de uma pequena e aburguesada elite para uma ativa, operante, altamente politizada classe média e proletária”. Revolução de um povo “consciente de suas responsabilidades e certo do caminho que mais convém aos seus e aos interesses do Maranhão”.⁹³

Em outras ocasiões, foi nomeada a figura do **trabalhador** (ou do operário, em particular) como a quintessência do povo. Neste ponto, verifica-se a aproximação entre o discurso oposicionista e as imagens e representações sobre o “povo”, o “trabalho” e o “trabalhador” construídas durante o Estado Novo, processo que culminou na “invenção do trabalhismo”.⁹⁴ Assim, as Oposições se apropriaram do discurso trabalhista (defendido pelo PTB de Vargas, mas também pelo PSP de Adhemar de Barros), reelaborando-o sob a ótica da identidade regional e integrando-o ao conjunto de representações constitutivas dos imaginários sociais sobre o Maranhão. O trabalhismo, portanto, foi reinterpretado e adaptado às peculiaridades locais.

“Povo heróico do Maranhão! Povo glorioso de minha terra! Que não desmentiu as nossas brilhantes tradições de independência e de civismo! Que não maculou as cinzas de Bequimão!...”.

⁹² Amaral Raposo, “Nossa trincheira é um túmulo!”. In: **O Combate**, 05/03/1951, p.1.

⁹³ Neiva Moreira, “Falta-nos tempo para isso”, 26/09/1951. In: MOREIRA, 1997:73-4.

⁹⁴ GOMES (1988), especialmente capítulos V, VI e VII.

“Operários da Camboa! A vossa passeata magnífica, em que homens e mulheres, vibrando de entusiasmo, passeavam pela cidade o seu protesto contra o desrespeito à soberana vontade de um povo soberano, seria de si bastante para marcar esta esplêndida vitória da dignidade de um povo, cujos sentimentos de honra pretenderam calcar aos pés como coisa inútil”.⁹⁵

Este ufanista artigo de autoria anônima, ao destacar a manifestação dos operários da fábrica têxtil da Camboa, bem como outras falas que ressaltavam a participação do “cinturão operário” (ou dos “bairros populares”) da ilha durante a greve, revelam a complexidade da fusão efetuada entre as representações sobre a identidade regional e a identidade do trabalhador no interior do discurso oposicionista. Para não falar da presença destacada de inúmeros sindicatos, aderindo em assembléias à greve geral. As lideranças sindicais foram constantemente convidadas a participar de reuniões de discussão dos rumos do movimento, assim como reivindicaram e negociaram o pagamento integral dos dias parados após o término da *balaiada urbana*.⁹⁶

Voltando ao nosso passeio pelo(s) mapa(s) imaginário(s) da **Ilha**, podemos afirmar, portanto, que os espaços adquiriram novos sentidos, tornando-se “lugares significativos”, na medida em que foram representados enquanto espaços de participação e intervenção popular. São Luís, **pólis grega**, a exercitar a democracia direta em praça pública, na **Praça da Liberdade**. Espaço múltiplo e polissêmico, espaço trágico e épico. O texto urbano desliza semanticamente e incorpora novas significações, abrindo-se para múltiplas interpretações relacionadas às novas experiências vividas, possibilitando a construção de inúmeros mapas significativos – mapas imaginários da *Ilha Rebelde*. Desde os primórdios da **Campanha de Libertação**, observa-se a prática oposicionista de construção da memória coletiva, inscrevendo seus imaginários sociais no espaço através da elaboração, manipulação e difusão do texto da *Ilha Rebelde* e de seus “santuários”, locais de veneração e culto das tradições maranhenses.

⁹⁵ M.L. “O orgulho de ser maranhense”. In: *Jornal do Povo*, 03/03/1951, p.3.

⁹⁶ Sobre a participação sindical no decorrer da *Greve de 1951* só existe até o momento a monografia de RIBEIRO (1997:44-56). Este autor busca discutir “os limites da ação sindical”, argumentando que não houve propriamente uma “greve” (entendida como “suspensão coletiva do trabalho por iniciativa de empregados que reivindicam melhores condições de trabalho”), mas sim um “movimento social, com forte presença dos setores marginalizados da sociedade”, cujas insatisfações foram canalizadas para os objetivos políticos das Oposições. Assim, defende a tese da manipulação e subordinação, apontando que “o verdadeiro objetivo da cúpula dirigente do movimento” teria sido “conduzir com sutilezas e manobras os trabalhadores e seus líderes”. No entanto, sua pesquisa documental foi bastante limitada, o que compromete, segundo nosso ponto de vista, algumas de suas conclusões. A questão das relações entre classe trabalhadora e populismo no “caso maranhense”, portanto, permanece em aberto, necessitando de maior aprofundamento...

No caso do Largo do Carmo, este foi objeto de um processo de deslizamentos semânticos sucessivos, ensejados pela luta política e simbólica, até sua instituição enquanto **Praça da Liberdade**, espaço de múltiplas significações. Em fins de março de 1951, o “termômetro político” da cidade não era mais “apenas” uma realidade subjetiva para os milhares de **soldados** participantes da *greve*, na medida em que a **Praça da Liberdade** havia sido institucionalizada, como parte das técnicas simbólicas adotadas pela Coligação. Uma dessas técnicas foi inscrever na toponímia urbana a história do movimento oposicionista, num esforço deliberado de criação de “lugares de memória”, visando desenvolver uma “consciência comemorativa” e “bloquear o trabalho do esquecimento”, por meio da construção de suportes da memória coletiva.⁹⁷ Para levar adiante sua intervenção na toponímia da capital, as Oposições contavam com o controle da Câmara Municipal, onde dos onze vereadores eleitos em outubro de 1950, nada menos do que dez eram de partidos de oposição.⁹⁸

Dessa forma, ao término da primeira fase da *greve*, a vereadora Maria de Lourdes Machado (PR) apresentou um projeto de lei pelo qual seria dada a denominação de **Praça da Liberdade** ao trecho da praça João Lisboa entre as ruas Colares Moreira (rua da Paz) e Osvaldo Cruz (rua Grande, ou seja, o trecho bem em frente ao Quartel General das Oposições), “numa homenagem ao bravo povo da ilha que sustentou, no velho e tradicional Largo do Carmo, a maior de todas as campanhas cívicas da nossa história”.⁹⁹ [É curioso e importante notar que a denominação **Praça da Liberdade** (apesar de oficializada) sofreu um posterior processo de “esquecimento” (contrapartida do cessar de seus efeitos simbólicos), não estando mais incorporada à vida da cidade].

⁹⁷ A noção de “lugares de memória” encontra-se discutida em NORA (1983) e DE DECCA (1991).

⁹⁸ Composição da Câmara Municipal: 1 vereador ligado ao PST (vitorinista) e 10 das Oposições Coligadas (sendo 4 do PTB, 3 do PSP, 1 do PSD, 1 da UDN e 1 do PR). Informação colhida em depoimento prestado pelo ex-vereador petebista Walter Pereira Bessa (o mais votado nas eleições de outubro de 1950). Com uma memória e lucidez extraordinárias, tivemos o prazer e o privilégio de conversar com “seu” Walter sobre as cousas da política maranhense no período, em especial sobre a *greve de 1951*.

⁹⁹ **Jornal do Povo**, 16/03/1951, p.1. O projeto foi aprovado transformando-se na Lei nº 226, de 24 de março de 1951, publicada no **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, 30/03/1951, p.6 (daqui por diante **DOEM**).

Por sua vez, o vereador Reginaldo Telles (PSP) propôs que o dia 14 de março fosse considerado feriado municipal, por ser a “data consagrada à vitória popular”.¹⁰⁰ Com objetivo político similar, o vereador Heider Freitas (PSP) apresentou projeto de lei propondo a mudança de nome de alguns logradouros públicos: o Largo da Macaúba (na vila do mesmo nome) passaria a se chamar **Praça João Evangelista**; a travessa Santa Amélia (no bairro do João Paulo), se chamaria rua **João Moreno**,¹⁰¹ a rua Santo Antônio (no bairro Fé em Deus), se tornaria rua **José de Ribamar Prado**.¹⁰² Não por acaso, as mudanças de nomenclatura se verificaram nos locais onde residiam cada um dos “heróis do povo”, reafirmando positivamente sua identidade enquanto “bairros populares” e ligando suas trajetórias à luta antivitorinista. Na justificativa do projeto (que previa ainda a construção de um mausoléu para cada um deles) se afirmava que eles foram “vítimas das balas assassinas dos sicários vitorinistas”, sendo “a glorificação dos seus nomes em praça pública”, por conseguinte, “um ato de plena justiça”.¹⁰³ Esse decreto legislativo foi complementado com a concessão de pensões às progenitoras e viúvas das “vítimas da última campanha eleitoral neste município”, no valor de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) pagos em duodécimos.¹⁰⁴

O novo traçado toponímico da Ilha se completou com variadas homenagens a Saturnino Belo, ex-interventor e candidato opositor a governador em 1950, transformado em “mártir da libertação” após sua morte. Em abril, foi criada no “lugar Vinhaes” uma escola municipal denominada Saturnino Belo.¹⁰⁵ Em junho, um projeto de lei do edil Stênio Cunha (PTB) modificava a denominação da Avenida Gonçalves Dias, principal via urbana da Vila de Ribamar.¹⁰⁶ O projeto foi aprovado, com uma pequena ressalva da Comissão de Constituição

¹⁰⁰ **Jornal do Povo**, 16/03/1951, p.1. Apesar da notícia, não pudemos localizar no **DOEM** nenhuma lei (ou mesmo projeto de lei) versando sobre a criação deste feriado, pelo que supomos que a idéia tenha sido arquivada em embrião.

¹⁰¹ O carreiro João Batista dos Santos (vulgo João Moreno) foi barbaramente espancado e morto a tiros por guardas civis no bairro do João Paulo. O crime ocorreu em 28 de agosto de 1950, tendo o ancião vindo a falecer no Pronto Socorro em 03 de setembro (um mês após a morte de João Evangelista). O homicídio se deu por ocasião da visita do candidato Cristiano Machado (PSD) ao Maranhão, em companhia do senador Victorino Freire, sendo, dessa forma, mais um dos episódios sangrentos que marcaram o processo eleitoral de 1950. In: **Jornal do Povo**, 29/08/1950 e 05/09/1950.

¹⁰² Lei nº 225, de 24 de março de 1951. In: **DOEM**, 30/03/1951, p.5.

¹⁰³ **Jornal do Povo**, 16/03/1951, p.1. Essas iniciativas são citadas também por MOREIRA (1989:61) como tendo o objetivo de “honrar a memória dos mártires da oposição”.

¹⁰⁴ Lei nº 235, de 23 de abril de 1951. In: **DOEM**, 23/05/1951, p.3.

¹⁰⁵ Proposta do vereador Moysés Silva. Lei nº 239, de 25 de abril de 1951. In: **DOEM**, 23/05/1951, p.4.

¹⁰⁶ Lei nº 259, de 27 de junho de 1951. In: **DOEM**, 04/07/1951, p.4. O atual município de São José de Ribamar não havia ainda sido emancipado, estando sob a jurisdição da capital. Situada a 30 km de São Luís, a vila de Ribamar era o principal centro de veraneio da população. A festa de São José (santo padroeiro do estado), no mês de setembro, é uma das principais festas religiosas, atraindo milhares de fiéis (JORGE, 1950:168). Daí porque tantos José de Ribamar no Maranhão...

e Justiça em seu parecer: “o nome do grande poeta indianista” (Gonçalves Dias) não poderia ficar esquecido, pois “foi ele o autor da epopéia da nossa raça”. Razão pela qual foi feita a seguinte sugestão: que fosse “oportunamente dada a uma das muitas ruas daquele local o nome do inesquecível poeta”.¹⁰⁷ No breve conflito simbólico aberto entre as duas tradições maranhenses se fez a opção pela reafirmação de ambas.

Em julho, com base num abaixo-assinado dos moradores da rua da Carioca (no bairro do Monte Castelo), o vereador Walter Pereira Bessa (PTB), “atendendo ao povo, poder supremo no regime em que vivemos, A Democracia”, apresentou projeto transformando a denominação da artéria para Saturnino Belo. A profusão de homenagens gerou um parecer contrário do pessepista Heider Freitas, sob o argumento de que “o nome de Saturnino Belo não deve ficar em moda, como sinal de respeito”, devendo o “nome de vultos como o finado” ser colocados em poucos logradouros públicos, “onde possam permanecer séculos”. Afinal, já havia a avenida em São José de Ribamar, a escola no Vinhaes, uma praça em São Luís (a antiga praça da Alegria) e agora a rua da Carioca.¹⁰⁸ Contudo, apesar do parecer, o projeto obteve o apoio da maioria.¹⁰⁹ Iniciativas semelhantes foram adotadas em municípios do interior onde as Oposições Coligadas elegeram prefeitos e/ou tinham maioria nas Câmaras Municipais: em Tímon, a Praça do Comércio teve sua denominação alterada em homenagem à memória do “mártir da **Campanha Libertadora**”;¹¹⁰ em Coroatá, “cidade tipicamente oposicionista”, por proposta do vereador Anuar Trovão, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a mudança de nome da Praça 28 de Julho.¹¹¹

Obviamente, esta febre legislativa da vereação oposicionista na Câmara Municipal (correspondente ao seu investimento simbólico no espaço urbano) despertou a atenção do situacionismo, que contra-atacou através de sua maioria na Assembléia Legislativa Estadual: em fins de maio, o deputado Newton Bello (líder do PST vitorinista)

¹⁰⁷ **DOEM**, 11/06/1951, p.5. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) era formada pelos vereadores Walter Pereira Bessa (PTB, presidente), Heider Queiroz Freitas (PSP, relator) e Moysés Pereira da Silva (PSP).

¹⁰⁸ Projeto de Lei nº 73. In: **DOEM**, 08/10/1951, p.3. Não encontramos o ato legal que modificou a nomenclatura da Praça da Alegria (ou Praça Sotero dos Reis). Mas a mudança é confirmada também por VIEIRA FILHO (1971:176) e MELO (1991:17-8). Este último afirma que o nome “não ficou por muito tempo”, pois em 1969 “voltou a designação de Praça da Alegria, como é conhecida até hoje”.

¹⁰⁹ Lei nº 300, de 20 de outubro de 1951. In: **DOEM**, 03/11/1951, p.3.

¹¹⁰ **Jornal do Povo**, 19/05/1951, p.1.

¹¹¹ **Jornal do Povo**, 08/06/1951, p.1. Apenas para lembrar: 28 de julho é a data da “Adesão do Maranhão à Independência do Brasil”. A opção, nesse caso, se deu em favor da reinvenção da tradição política.

apresentou projeto de lei que retirava das Câmaras Municipais sua autonomia. A manobra foi imediatamente percebida e denunciada na imprensa de oposição: “a medida tem por objetivo principal ferir a soberania do povo de São Luiz”, na medida em que visaria “transformar os seus representantes no legislativo municipal em escravos dos caprichos e dos interesses inconfessáveis do vitorinismo”, ficando a Assembléia com “amplos poderes para anular todas as leis votadas por nossos vereadores”. As Oposições reagiram através da convocação de um “comício-monstro” na **Praça da Liberdade**, para o lançamento do “movimento popular em defesa da autonomia municipal”.¹¹² Dada a correlação de forças, a simples ameaça de nova convocação dos **soldados da Liberdade** às ruas foi suficiente para sustar a iniciativa da bancada do PST, que, pressionada, retirou o projeto.¹¹³

Na verdade, a disputa em torno dos espaços de poder no município já estava se desenrolando há algum tempo. Por ocasião do acordo que afastou Eugênio Barros do governo (celebrado a 13 de março), uma das condições impostas pelas Oposições foi a indicação de um novo prefeito da capital. Assim, tão logo assumiu interinamente o governo estadual, César Aboud indicou como prefeito o líder petebista Edson Brandão (que permaneceu no cargo até o mês de outubro).¹¹⁴ Aproveitando-se do controle sobre os poderes executivo e legislativo da capital e da maré montante de sua força política, as Oposições Coligadas submeteram à Assembléia, por meio do deputado José Maria de Carvalho (PR), projeto de lei estabelecendo eleições diretas para prefeito de São Luiz. A proposta foi calorosamente saudada pelo **Jornal do Povo**, que a apresentou como “um merecido **presente**” da Coligação “ao povo da *Ilha Rebelde*”, “à **estóica gente** da capital maranhense”.¹¹⁵

Esta, uma das recompensas simbólicas ao esforço e sacrifício dos irredutíveis combatentes. Em verdade, o discurso populista da Coligação oferecia ganhos materiais e simbólicos à população da Ilha. Em 1º de setembro de 1951, o **Jornal do Povo** fez um balanço dos benefícios obtidos com a greve geral de março e seus desdobramentos, de onde destacamos os seguintes: “luz e água para os nossos bairros proletários”; “chafarizes

¹¹² “O povo vai voltar a reunir-se na Praça da Liberdade”. In: **Jornal do Povo**, 31/05/1951, p.1.

¹¹³ **Jornal do Povo**, 01/06/1951, p.1.

¹¹⁴ BUZAR (1983:134) e **O Imparcial** (16/04/1951, p.23).

¹¹⁵ **Jornal do Povo**, 05/05/1951, p.1.

para a pobreza”; “serviços de terraplanagem, feitos pela Prefeitura, em vários subúrbios e bairros da capital”; “início dos serviços de drenagem da Vila Macaúba, onde as famílias proletárias habitam sobre a lama e água pútrida” [palafitas]; “terraplanagem [do bairro] da Floresta, além do início da construção de uma escola e uma capela”; “trabalho, em obras públicas, por parte da enorme legião de desempregados, que, segundo levantamento feito pelo Prefeito, sobem a cerca de 2 mil”.¹¹⁶

Desnecessário destacar os objetivos políticos práticos da proposta de eleições diretas, visto que as Oposições haviam obtido mais de 80% dos votos da capital nas eleições de 1950. Para efeito de nossa análise, importa inserir esta proposta (que não foi aprovada na Assembléia, ressalte-se) no conjunto das iniciativas visando a produção e difusão do imaginário político das Oposições, pouco importando, deste ângulo de análise, se as mesmas foram bem sucedidas ou não. Pois, em termos da eficácia simbólica do discurso, “os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram”, conferindo-lhes um sentido.¹¹⁷ A simples agitação da palavra de ordem da “autonomia da Ilha” já se constituía num elemento importante das técnicas de propaganda política adotadas. Palavra de ordem que ganhou força e adquiriu densidade simbólica em decorrência do grau de participação e mobilização popular durante a greve, motivando o fortalecimento da campanha em favor da autonomia municipal.

Por meio da fabricação de “lugares de memória” foi sendo tecido o mapa imaginário da *Ilha Rebelde*, num processo que teve ainda outros desdobramentos e utilizou outras técnicas simbólicas. No mês de agosto de 1951, quando se completava um ano do “massacre da Noite de São Bartolomeu”, a bancada oposicionista na Câmara propôs erigir no “histórico largo do Carmo” um “Monumento à Liberdade”, o qual evocaria “todas as lutas populares dos maranhenses, inclusive as da Balaiada e da Independência”, dando relevo à “**Campanha Libertadora**, com homenagens especiais a Saturnino Belo, Evangelista, Prado e outros mártires da grande causa”.¹¹⁸ No projeto de lei, encaminhado pelo vereador Heider Freitas (PSP), ficava estabelecido que o monumento (denominado de “Estátua da Liberdade do Maranhão”) deveria ter quatro faces “ornadas com inscrições de bronze que traduzam os

¹¹⁶ *Jornal do Povo*, 01/09/1951, p.1. Cf. também RIBEIRO, 1997:55-6.

¹¹⁷ BACZKO, 1985:312.

¹¹⁸ *Jornal do Povo*, 02/08/1951, p.2.

principais feitos históricos do povo deste Estado”, com especial destaque para o dia 16 de março de 1951 e para os “nomes dos três heróis populares que tombaram nos dias 3 de agosto, 3 de setembro de 1950 e 28 de fevereiro do corrente ano”.¹¹⁹

Em seu parecer sobre o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal elaborou melhor a proposta, estipulando de antemão quais seriam “os feitos históricos em que o povo, na **perene ânsia de liberdade**, [teria] tomado parte para impor as suas reivindicações políticas e sociais”.¹²⁰ Acompanhemos o seu percurso através da história estadual, recortando e selecionando eventos, interpretando-os e inserindo-os num processo linear que constituiria supostamente o sentido da evolução política do Maranhão – sentido construído a posteriori como parte do processo de reinvenção da tradição e da história estaduais. A proposta da CCJ correspondia às quatro faces com inscrições de bronze (de insofismável pretensão à eternidade...) da “Estátua da Liberdade do Maranhão”:

1. A Revolução de Manoel Beckman (1684): ele foi “o chefe que o povo escolheu, quando estava sendo vítima do governo, dos juizes e dos assentistas... E, quando todos os chefes da revolução fugiam, somente Beckman ficava, do que resultou subir ao patíbulo, de onde declarou **que morria contente pelo povo do Maranhão**”.
2. A Revolução da Balaiada: “em 1838, existiu no Maranhão um acentuado **espírito de rebeldia** e reação por parte de **liberais exaltados** contra os portugueses”.
3. A Adesão do Maranhão à Independência do Brasil (julho/1823): “o movimento que se processou disse respeito aos altos interesses políticos do povo que, não só se libertou do jugo da nação dominante, como importou num renascimento de suas forças econômicas e intelectivas. Com esse golpe, o **Maranhão reviveu política e intelectualmente**, tornando-se, como disse Carlos Reis, ‘**o viveiro de sábios do Brasil**, doutrinando com superioridade em todos os ramos do saber, até lograr o sugestivo título de *Atenas Brasileira*’”.¹²¹

¹¹⁹ **DOEM**, 06/09/1951, p.4. O projeto transformou-se na Lei nº 298, de 20 de outubro de 1951, publicada no **DOEM**, 30/10/1951, p.4.

¹²⁰ “Evangalista, Moreno e Prado são mártires da Liberdade como Bequimão”. In: **Jornal do Povo**, 11/08/1951, p.6.

¹²¹ Carlos Humberto Reis: político ligado ao Partido Republicano, pelo qual foi eleito deputado federal (informação prestada por Walter Bessa).

4. **A Campanha Libertadora:** “a grande reivindicação política de **16 de março**... o maior de todos os movimentos, porque o povo, consciente de seus deveres e direitos políticos, obrigou o Sr. Eugênio de Barros a deixar o Palácio dos Leões”. Um “**movimento de cunho cívico e moral**”, cujos **mártires** “tombaram diante da maldade daqueles que nos governavam”. Assim, “João Evangelista, João Moreno e José de Ribamar Prado perderam a vida, como Bequimão, confiantes na **liberdade da terra berço**”.¹²²

A (re)leitura da história do Maranhão, ao instituir uma tradição política secular e atribuir ao povo maranhense a “tarefa histórica” de luta permanente pela liberdade, produz paralelamente uma visão cíclica da história estadual, pois, a exemplo das lutas de independência, a **Campanha de Libertação** promovida pelas Oposições projeta para o futuro a possibilidade (forçando um pouco, diríamos, a necessidade histórica) de superação da situação de **decadência** política, econômica e cultural do Maranhão. O sucesso dos **maranhenses livres** em sua luta contra o vitorinismo é representado como um reencontro do Maranhão com seu passado de glórias e suas tradições, num processo de (re)nascimento do Estado. Afinal, “Se o sonho é de Liberdade / e a seiva se faz de sangue, / rosa brotará do chão: / um dia será verdade / o sonho de Bequimão”.¹²³

Com ligeiras variações entre um texto e outro, os episódios recortados e alinhavados pelo discurso oposicionista em sua (re)escrita da história regional foram: a conquista do Maranhão com a expulsão dos franceses (1615), a expulsão dos holandeses (1644), a revolta de Beckman (1684), as guerras de independência (1822-23), a Balaiada (1838-41). Por inúmeras vezes, o movimento grevista foi, não somente comparado com estes episódios, como também representado enquanto uma **segunda Balaiada** (ou uma **Balaiada urbana**). A narrativa histórica adotada, em suas diversas operações (seleção dos episódios, estratégias de figuração dos mesmos, estruturas de enredamento, processos de constituição de sentido), produz uma leitura liberal da história do Maranhão, entendida como a história de um povo que “sempre se distinguiu pela inconformação ao despotismo” e pela “resistência ao opróbrio das ocupações”.¹²⁴ Assim, o discurso histórico das Oposições, enquanto construção de uma “imagem do passado”, interpreta os acontecimentos,

¹²² **DOEM**, 06/09/1951, p.4. O parecer foi ainda publicado na íntegra no **Jornal do Povo**, 11/08/1851, p.6.

¹²³ Bandeira Tribuzi, “O Herói”. In: TRIBUZI, 1986:230.

¹²⁴ Celso Bastos, “Onda de lama contra a tradição secular”. In: **Jornal do Povo**, 24/02/1951, p.2.

(in)formando a direção em que se deve pensá-los, construindo um sentido essencialmente épico para a História do Maranhão (com maiúscula) e integrando a **Campanha de Libertação** como um episódio maior neste processo geral.¹²⁵

Por inúmeros caminhos e através de um texto plural, o sistema de representações sociais elaboradas e difundidas conduz o pensamento em torno de uma idéia chave, que está no centro do jogo político e simbólico: a emergência da *Ilha Rebelde* enquanto pré-figuração e antecipação do renascimento da *Atenas Brasileira*. Estas são imagens alegóricas que orientam o olhar e a percepção sobre a luta política em curso, (in)formando a sensibilidade e a subjetividade dos atores sociais envolvidos. Os imaginários sociais tecidos pelo discurso oposicionista cumprem aqui a função de “organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico”, intervindo não somente na construção da memória coletiva e na canalização das energias para as lutas políticas imediatas, mas também na “produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro”.¹²⁶ “Um sonho de Liberdade / que brilha sobre a cidade / e é chama pura que há de / um dia fazer verdade / o sonho de Bequimão”.¹²⁷

Voltando ao projeto da “Estátua da Liberdade” timbira (com sua particular carga simbólica), deve-se ressaltar que esta nunca foi construída, ficando apenas no plano das intenções e propostas, assim como a idéia do feriado municipal em 14 de março e algumas das mudanças na toponímia urbana (das quais a mais relevante foi o processo de “esquecimento” da **Praça da Liberdade**).¹²⁸ Este fracasso de algumas das estratégias simbólicas das Oposições está relacionado, sem sombra de dúvida, à sua derrota política em setembro/outubro de 1951, quando, após ter seu nome confirmado pelo TSE, Eugênio Barros

¹²⁵ Para uma discussão da idéia do texto histórico como “artefato literário”, cf. WHITE (1992, 1994a, 1994b). Analisando a estrutura de enredo da estória romanesca (da qual o épico é variante), WHITE (1992:24) comenta que esta “é fundamentalmente um drama de auto-identificação simbolizado pela aptidão do herói para transcender o mundo da experiência, vencê-lo e libertar-se dele no final – o tipo de drama associado à lenda do Graal ou à estória da ressurreição de Cristo na mitologia cristã. É um drama do triunfo do bem sobre o mal, da virtude sobre o vício, da luz sobre a treva, e da transcendência última do homem sobre o mundo em que foi aprisionado pela Queda”.

¹²⁶ BACZKO, 1985:312.

¹²⁷ Bandeira Tribuzi, “O Herói”. In: TRIBUZI, 1986:230.

¹²⁸ Em seu depoimento, o ex-vereador Walter Bessa (PTB) rememora que a construção da “Estátua da Liberdade” foi inúmeras vezes adiada, sob a alegação de falta de verbas, até ser esquecida... Relacionando tal insucesso ao fato de que os prefeitos da capital eram indicados pelo governador e não queriam se indispor com o mesmo.

reassumiu o governo estadual, passando a adotar uma política de conciliação e cooptação de setores oposicionistas e das massas populares.¹²⁹

A correlação de forças no plano político foi profundamente alterada nesse momento, entretanto, no plano simbólico, as Oposições forjaram um sistema de representações sociais envolvendo a identidade regional (e muito especialmente de São Luiz, ilha circundada de Poesia e Liberdade), que constituíram uma espessa camada simbólica no magma constitutivo dos imaginários sociais sobre o Maranhão. As derrotas particulares não devem obscurecer o processo de mais longo prazo, no qual os imaginários sociais (re)formulados pelas Oposições foram se impondo paulatinamente nos mais diversos campos, desde a historiografia até o discurso político (não somente de oposição), perpassando ainda as diversas áreas de produção cultural (especialmente a literatura regional).

A demarcação de territórios simbólicos

“Até aqui eu vim, mas daqui pra frente arranjem outro que seja mais doido do que eu...”
 (“Bota pra Moer”, anônimo cidadão de rua)

Mas vamos embora gente, siricora já cantou e ainda há lugares e coisas admiráveis para visitar em nosso passeio pelo imaginário da *Ilha Rebelde*...

Aproveitando nossa presença na **Praça da Liberdade**, podemos buscar seu pólo antitético no mapa do imaginário urbano. Desta forma, sigamos caminho pela Rua de Nazaré, passando pela praça Benedito Leite, até contemplar a ampla avenida Pedro II (antiga Avenida Maranhense), ao fim da qual se localiza, sobre um promontório, o Palácio dos Leões, sede do governo estadual e residência dos governadores – “como antes o fora dos Presidentes de Província, no Império, e dos Capitães-Generais, na Colônia”, assim chamado “pelos leões de bronze que lhe guardam as entradas”.¹³⁰ Nas palavras do historiador Mário Meireles, “estamos na sala de visitas da cidade; seu centro cívico e também

¹²⁹ BUZAR, 1998:173-186.

¹³⁰ MEIRELES, 1964:14.

seu berço”, pois foi ali que os franceses fundaram a “França Equinocial” (em setembro de 1612), seu abortado projeto de colonização em terras americanas.¹³¹ “Chão histórico da cidade”, segundo Domingos Vieira Filho, onde São Luís “começou historicamente”, para mais tarde “se alongar em caminhos-grandes, dos quais a rua dos Afogados e a Grande foram dos mais importantes”.¹³²

Na avenida Pedro II encontrava-se o centro administrativo da capital, pois, além do Palácio dos Leões, havia o Palácio La Ravardiere (sede do Executivo Municipal e da Câmara de Vereadores), o Fórum Clóvis Bevilacqua (do Tribunal de Justiça do Estado), a Delegacia Fiscal, o Banco do Brasil, a Capitania dos Portos.¹³³ Na extremidade da avenida próxima aos Leões, havia a rampa de acesso à avenida 5 de Julho (ou avenida Beira-Mar) e ao Cais da Sagração; na outra extremidade, conectada à praça Benedito Leite, localizavam-se a Catedral Metropolitana e o Palácio Episcopal. A catedral (ou, ainda, Igreja da Sé) foi construída em 1726 pelos jesuítas, sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, tendo a seu lado o Colégio Nossa Senhora da Luz (depois Palácio do Bispo); recebendo posteriormente a denominação de Nossa Senhora da Vitória, padroeira do Maranhão.¹³⁴

Lugares de poder e tradição, de história e religiosidade. Espaços igualmente ressignificados ao longo da **Campanha de Libertação**, em seu processo de reescritura do texto urbano, construindo outros tantos “lugares significativos” da **Ilha Indomável**. Antes, porém, uma breve advertência. Até aqui estivemos percorrendo (e tecendo) o nosso mapa imaginário a partir das idéias geradoras de pertencimento e identidade (**Praça da Liberdade**), todavia, as práticas e representações dos agentes sociais ligados às Oposições Coligadas também foram construídas a partir de relações de oposição e diferença, segundo a já mencionada lógica dualista e maniqueísta do discurso da Coligação.

¹³¹ MEIRELES, 1964:12.

¹³² VIEIRA FILHO, 1971:151.

¹³³ AZEVEDO, Aroldo. “São Luís do Maranhão”. In: AZEVEDO & MATTOS, 1951:79-80.

¹³⁴ A lenda do “Milagre da batalha de Guaxenduba”, na qual os franceses foram expulsos e que marca o início da colonização portuguesa na região: “a vitória, que parecera impossível, foi atribuída ao milagre dessa aparição – a Virgem Santíssima que acorrera em auxílio de seus filhos católicos contra os huguenotes franceses”, transformando areia da praia em pólvora. “A memória desse milagre ali está, na fachada da Catedral, perpetuada para a lembrança e edificação dos pósteros, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória” (MEIRELES, 1964:18).

“O povo, além de ocupar a praça [João Lisboa], fechou o acesso ao palácio do governo, estabelecendo entre o Hotel Central e a Praça Pedro II, o que se chamou o ‘**Paralelo 38**’, uma denominação em moda por causa da guerra da Coréia. O Palácio dos Leões fica no extremo daquela avenida, sobre a baía de São Marcos, ao lado da prefeitura e quase em frente ao Tribunal de Justiça. A avenida [Pedro II] tem três ou quatro quadras e era esse o **território** em que se movia o governo do sr. Eugênio Barros. **O resto da cidade e da Ilha estavam solidamente em poder do povo sublevado**”.¹³⁵

Paralelo 38, linha imaginária a delimitar fronteiras entre as áreas sob **Ocupação** e as áreas em poder dos **maranhenses livres**. Divisão e repartição de territórios políticos e simbólicos entre governo e oposição. Por meio da narrativa memorialística de Neiva Moreira ampliamos o mapa subjetivo da *Ilha Rebelde* – mapa resultante não somente dos investimentos simbólicos efetuados sobre a toponímia urbana durante a *greve*, como também do processo posterior de construção da história e da memória do movimento de 1951 pelos atores políticos identificados com o mesmo (processo no qual a autobiografia deste personagem se insere).

O **Paralelo 38** começou a ter existência concreta a partir de 28 de fevereiro, quando, após a concessão de forças federais pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tropas do 24º Batalhão de Caçadores tomaram posição nos principais pontos da cidade (especialmente nas imediações do Palácio dos Leões), com o fito de garantir a posse de Eugênio Barros, para tanto interditando o trânsito de veículos e pedestres ao longo da avenida Pedro II. Estando deflagrada a “greve geral e pacífica”, ficou sob a responsabilidade do Exército o policiamento e a “garantia da ordem” em toda a cidade, uma vez que as tropas da Polícia Militar foram recolhidas ao seu quartel para evitar novos confrontos com os manifestantes. Dessa forma, durante todo o desenrolar da *greve*, São Luís esteve sob o controle das Forças Armadas. Dada a amplitude e repercussão dos “acontecimentos de São Luís”, imagens e metáforas da guerra foram imediatamente acionadas, adaptando-se às formas e significações do imaginário grevista.

Guerra da Coréia, “Guerra Fria” entre Estados Unidos e União Soviética, “exércitos de libertação” atuando em inúmeros quadrantes do globo (dentre os quais se

¹³⁵ MOREIRA, 1989:55-6.

destacava o Exército Popular que fizera a Revolução Chinesa em 1949), **Campanha de Libertação** em terras maranhenses... Conflitos reais e virtuais compondo o imaginário coletivo de todo um período histórico, em que, segundo Eric Hobsbawm, “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais, que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”.¹³⁶ A par das reportagens sobre a situação nacional e local, a imprensa tinha o seu noticiário internacional praticamente tomado pelos relatos do conflito militar na distante Ásia, onde o “perigo vermelho” se fazia cada vez mais presente e inoportuno às “tradições democráticas” do Ocidente. No outro lado do globo, em terras da América portuguesa, um outro “perigo” (este às tradições cívicas do Maranhão) era representado pelos “ocupantes” e “usurpadores” entrincheirados, ou melhor, “aprisionados” no palácio do governo, consoante a fórmula cunhada pelos oposicionistas. “Tempo de guerra fria, de Mundo partido em ódios, de terror atômico – espada do juízo final, imensa ave de rapina sobrevoando o Mundo”.¹³⁷

Teve início, por conseguinte, o teatro de operações da “**Coréia maranhense**”, em que a presença ostensiva das forças militares nas ruas, nas praças, no porto e até nos céus da cidade, garantiu um precário e instável estado de equilíbrio de forças entre governo e oposição, enquanto não se negociava uma solução para a crise política regional. Como frisou o **Jornal do Povo**, “praticamente, estamos sob o regime de intervenção. **Intervenção branca**”, pois, “Eugenio de Barros, fantasiado de governador constitucional, lá está, nos Leões, cercado de sicários e de força armada, imponente como um peru de roda”. No entanto, prosseguia o editorial, “quem manda, para nossa tranquilidade, é o Sr. Comandante da 10ª Região Militar [general Edgardino Pinta], ora à frente da guarnição federal e da... Força Policial”.¹³⁸ Deslocando-se para esta capital, tão logo chegou, o general “Espingardino” fez instalar seu “Quartel General de emergência” nas dependências do Hotel Central,

¹³⁶ HOBBSAWM, 1995:224. A guerra da Coréia (1950/53) foi o primeiro grande conflito da “Guerra Fria”, contando com a participação de forças militares dos EUA, da URSS e da República Popular da China. Ainda hoje este conflito encontra-se inscrito na toponímia de São Luís, designando um populoso bairro da periferia, dividido ao meio por uma avenida: formando a Coréia “de cima” e a Coréia “de baixo”. À época, o bairro possuía um expressivo contingente de população operária, dada sua proximidade com a Fábrica de Tecidos Santa Izabel.

¹³⁷ Bandeira Tribuzi, “Breve memorial do longo tempo”. In: TRIBUZI, 1986:191-2.

¹³⁸ “Intervenção”. In: **Jornal do Povo**, 03/03/1951, p.2.

enquanto o Posto de Comando da tropa em serviço ficou instalado no Palácio do Arcebisado, ao lado da Igreja da Sé.¹³⁹

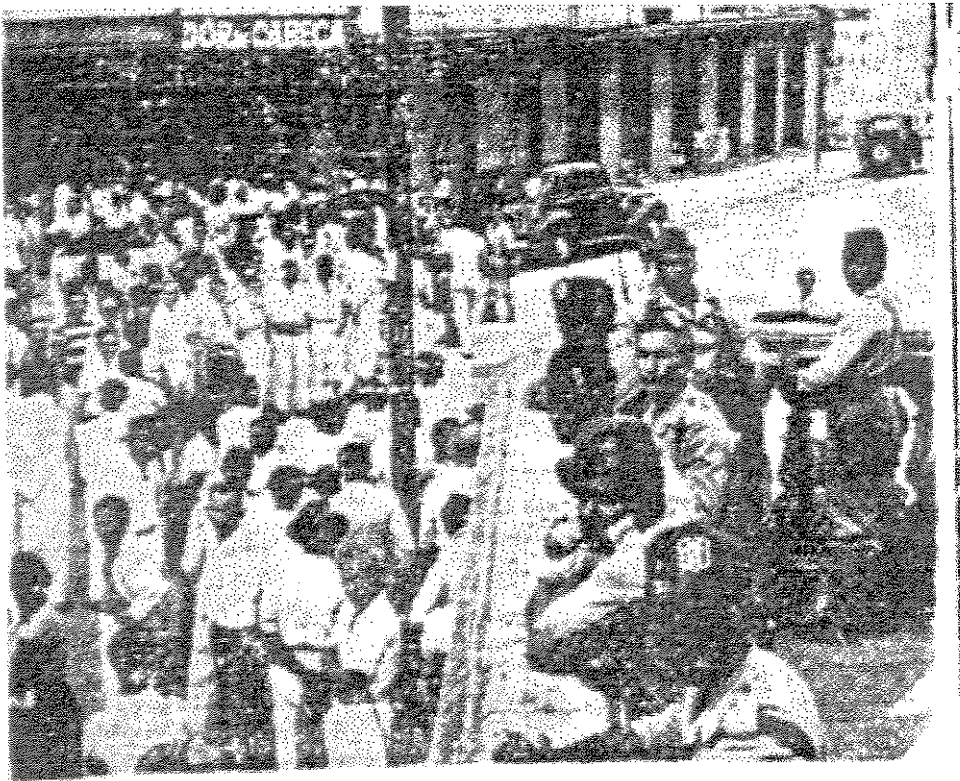


FIGURA 7. *Jornal do Povo*, 11/04/1951, p.1.

“O ‘PARALELO 38’ — a foto mostra um dos aspectos do movimento de reação popular à posse ilegal do Sr. Eugenio Barros. Vê-se o povo aglomerado junto ao ‘paralelo 38’, como ficou conhecida a linha divisória estabelecida pelo exército separando do resto da cidade a zona de Palácio onde estava virtualmente prisioneiro o falso governador”.

O papel das Forças Armadas durante a crise política não pode ser menosprezado, porquanto, ao “garantir a lei e a ordem” na capital (com a recomendação expressa do presidente Getúlio Vargas de não reprimir as manifestações, nem de “atirar contra o povo”), as tropas federais asseguraram (de forma indireta, obviamente) o sucesso das manifestações e mobilizações. A contrapartida da “greve geral e pacífica” empreendida pelas Oposições foi a “neutralidade” das Forças Armadas (obedecendo aos ditames do governo federal), que não atenderam aos reclamos do grupo vitorinista pedindo por uma ampla repressão ao movimento paredista.¹⁴⁰ Assim, por exemplo, o jornalista Marcelo Pimentel (do *Diário da Noite*) comentou as declarações do senador Victorino Freire de que não haveria uma greve no Maranhão, mas sim uma “coação generalizada”: “deseja o

¹³⁹ *O Imparcial*, suplemento-extra, 16/04/1951, p.33. O Hotel Central funcionava no maior edifício de São Luís até então: o Palácio do Comércio (sede da Associação Comercial do Maranhão), situado na praça Benedito Leite, ao lado, portanto, do **Paralelo 38**.

¹⁴⁰ O ex-vereador Walter Bessa lembrou em seu depoimento que as Oposições teriam conquistado a simpatia do general Edgardino Pinta ao acenar com a possibilidade de transformá-lo em seu candidato a governador, no caso de aprovada a intervenção federal e de realização de novas eleições para o governo estadual.

senador que a força federal impeça as manifestações populares, obrigando o comércio e os trabalhadores a voltarem às suas atividades normais”.¹⁴¹ Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, a “intervenção branca” das Forças Armadas não assumiu quer a forma da intervenção federal (almejada pelas Oposições Coligadas), quer a forma de uma repressão direta às manifestações de massa (conforme as pretensões do grupo no poder). Postura que, conforme a ocasião, agradou e/ou desagradou a ambos os grupos em conflito.

Lugar de diferença e demarcação de territórios simbólicos, o **Paralelo 38** foi ainda espaço de concentração dos **soldados da Liberdade**, constantemente mobilizados, face a face com os soldados de infantaria (estes fortemente armados), para pressionar e exigir a saída de Eugênio Barros do governo. Palco de operações de guerra, transitória e instável linha divisória, sempre tensionada, esticada, estendida. Cordão de isolamento a separar os combatentes da **Campanha de Libertação** do objeto de seus desejos, esperanças e frustrações – confessos desejos de derrubar a “bastilha vitorinista” e conquistar o poder com a tomada do Palácio dos Leões. Cenário de acontecimentos que ensejaram a construção e o enredamento de diversas narrativas, vazadas em diferentes *tropos* de linguagem. Como neste pitoresco “causo” relatado por Neiva Moreira em suas memórias:

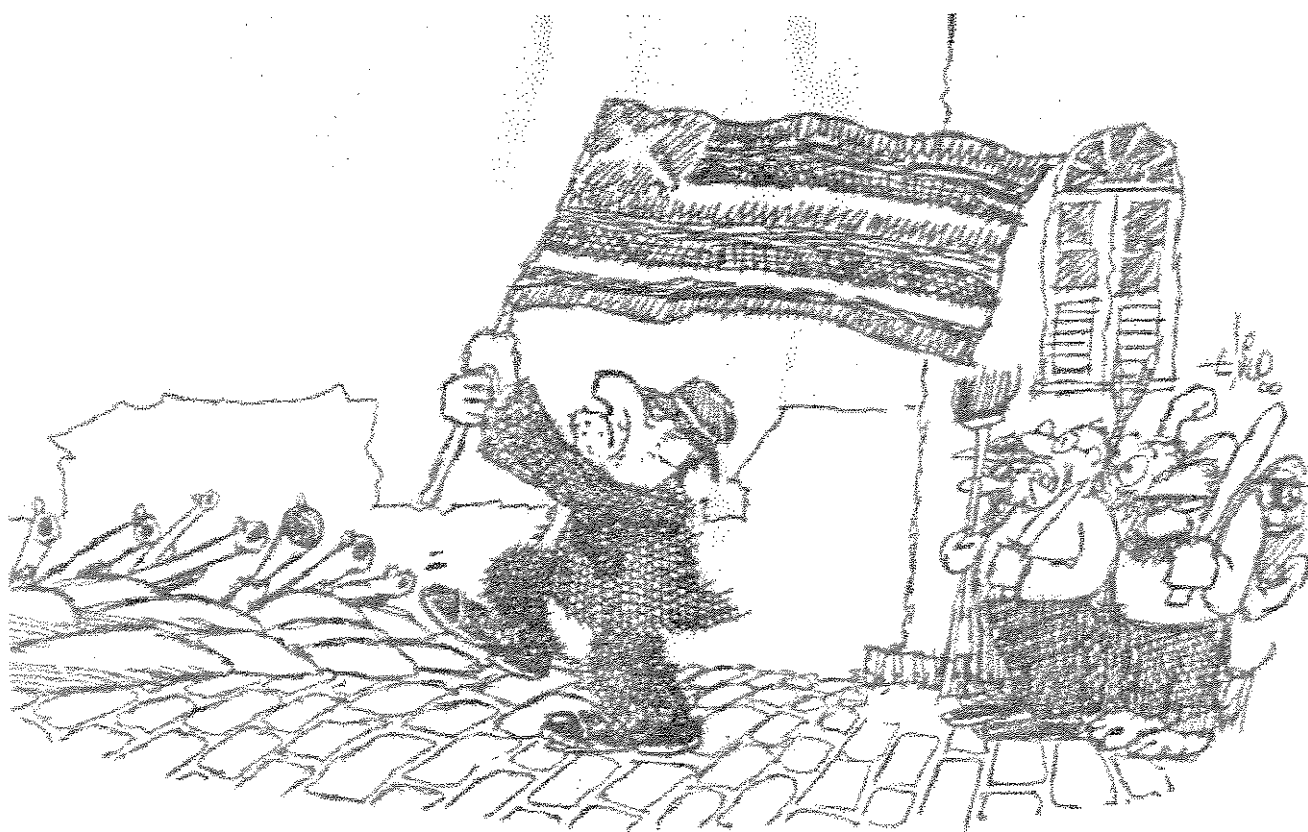
“Todos os dias tínhamos que programar novos atos para ‘manter o moral elevado’. Foi com esse propósito que encampamos a iniciativa do cantor e compositor Dick (Roney) Santos, que estimulava a agitação na cidade através do microfone na **Praça da Liberdade**. Com uma bandeira do Brasil, outra do Maranhão e ao som do hino da pátria, seu pequeno grupo tentou aproximar-se do Palácio dos Leões. A guarda policial começou reagindo a coronhadas, mas o ‘comando’ do Dick não estava para meias medidas e avançou. Os soldados utilizaram-se das metralhadoras. Dois ‘soldados da liberdade’ foram feridos... Dick, que conseguiu salvar, incólume, o pavilhão nacional, fez imensa barulheira com o episódio...”¹⁴²

Em nossa divertida e instrutiva conversa com o ex-vereador Walter Bessa, este se recordou de um “causo” semelhante, embora com um final burlesco (e não heróico, como o sugerido na estória supracitada): a proposta de invasão foi apresentada por um militante oposicionista conhecido por ser “meio doido”, o popular “Bota pra moer”. Após a proposta ter sido encampada, ele tomou a bandeira do Maranhão nas mãos e seguiu à frente do

¹⁴¹ In: **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.39, 45-6.

¹⁴² MOREIRA, 1989:80.

“comando”, mostrando-se disposto a enfrentar a soldadesca. Chegando no **Paralelo 38**, porém, ao ver os soldados bem armados, metralhadoras engatilhadas, “Bota pra moer” parou, refletiu, e disse a seus companheiros de aventura, *estendendo o estandarte estadual*: “pronto, eu trouxe até aqui, agora apareça um mais doido que eu para levar adiante”... Ninguém se apresentou.



A bandeira de “Bota Pra Moer”

FIGURA 8. Ilustração de Érico Junqueira para o jornal do Fórum Municipal de Cultura de São Luís. (“Bota pra moer – um jornal fora da linha”, ano I, n. 1, dez/2000, p.3).

Sob um certo ângulo, o “causo” da “reconquista” dos Leões sob o comando de “Bota pra moer” é paradigmático dos limites do movimento grevista, dos impasses relacionados às estratégias adotadas, assim como do radicalismo retórico e oportunista das lideranças, incapazes de levar às últimas conseqüências a suposta **balaiada urbana**. Tanto que o “causo” incorporou-se ao anedotário político local, sendo registrado por fontes orais e escritas, compondo um relato leve e engraçado, com pitadas de um (quase) heroísmo circense.¹⁴³

¹⁴³ Por exemplo, a estória é citada em vários depoimentos do Projeto *Memória de Velhos*. Já Lopes Bógea relata que o “nosso herói” chamava-se Antônio Lima, era natural de Caruaru/PE, sendo esmoler e matemático de “impressionante

Diferentes estratégias narrativas, perfazendo e construindo diversas estruturas de significação, compondo várias e conflitantes “imagens do passado”. Por sua vez, **O Imparcial**, em seu diário da *greve*, relatou com outra tônica uma “ameaça de invasão do Palácio dos Leões”, ocorrida a 10 de março:

“Na praça João Lisboa, enquanto os oradores falam e aumenta a multidão à proporção que o sol declina para o ocaso, o povo se exalta e, em dado momento, verdadeira massa humana avança em direção ao Palácio dos Leões, aos gritos de invasão da sede do governo. As tropas do Exército continuavam, porém, guarnecendo firmemente a linha de isolamento que se convencionara denominar de ‘paralelo 38’... Nessa ocasião, tivemos oportunidade de constatar várias manobras feitas pela força federal concentrada ao longo da avenida Pedro II, quando os exaltados marchavam em direção ao Palácio, estacando... [diante] da franca posição de combate em que se achavam os soldados do Exército. O povo soube, entretanto, respeitar a atitude firme do Exército e se aglomerou nesse ponto, de onde foi recuando, gradativamente, algum tempo depois”.¹⁴⁴

A ruptura do bloqueio militar pelos **soldados da Liberdade** só se verificou, efetivamente, quando foi assinado o armistício pelo qual o deputado César Aboud assumiria interinamente o governo estadual, até a resolução em definitivo do “caso maranhense”. Acompanhemos este momento através da reportagem de **O Imparcial**. Na tarde de 14 de março, “uma parte da multidão que se encontrava no Largo do Carmo se dirigiu para a avenida Pedro II, a fim de aclamar o governador César Aboud”. Segue-se um “momento de expectativa”: quando os manifestantes passaram pelo Palácio do Comércio, pararam por um instante. É que se encontravam perto do já famoso **Paralelo 38**. O que aconteceria? Haveria novo confronto? Não, a situação política havia dado uma guinada em favor das Oposições: “compreenderam... os populares que os soldados que ainda ali se encontravam não mais estavam em atitude de quem ia impedir a passagem”. Vitória! Vitória do povo! Explode a euforia popular com a expulsão de Eugênio Barros! “Assim, o povo, pela primeira vez depois de muitos dias, começou a transpor o ‘paralelo 38’, rumando para o Palácio do Governo”.¹⁴⁵

inteligência”, além de ser capaz de ler jornais de cabeça pra baixo, “mas ler mesmo” (BÓGEA, 1988:47-50). No final de 2000, o Fórum Municipal de Cultura lançou o tablóide “Bota Pra Moer – um jornal fora da linha”, em que o “herói sem bandeira” foi reapresentado ao público pelo jornalista Herbert Santos. O artigo relembra o célebre episódio e acrescenta que o personagem costumava “conversar com a Lua ao meio-dia” e “dar expediente” no abrigo velho da Praça João Lisboa.

¹⁴⁴ **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.20.

¹⁴⁵ **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.24-5.

“Os líderes coligados
A treze entraram em ação
Resolvendo parcialmente
O caso do Maranhão.

A quatorze César Aboud
Com festas e foguetões
Carregado pelo povo
Penetrava nos Leões”.
(*Jornal Pequeno*, 01/01/1952)

De metáfora militar e geográfica, o **Paralelo 38** chegou a assumir dimensões mais amplas no discurso coligado, sendo apontado como divisor de “linhas de conduta” entre governo e oposição. Divisor de águas entre o liberalismo político defendido pelas Oposições e o autoritarismo característico da **ocupação** vitorinista: traçado imaginário a demarcar os territórios ideológicos da “Coréia maranhense” (aproximando-se do papel simbólico de sua matriz asiática, portanto). Assim, “o nosso **Paralelo 38**”, como advertia o deputado Neiva Moreira em artigo de maio de 1951, passava pelos “esforços tendentes a moralizar a situação da Justiça e a estabelecer um clima de liberdade e garantias no Estado”, passava também pelos atos visando “à eliminação de todas as injustiças, violências e arbitrariedades existentes no interior e na capital”, assegurando a todos um regime de plenas garantias constitucionais.¹⁴⁶ Simultâneo lugar de diferença e de identidade, através do **Paralelo 38** podemos perceber a complexidade do jogo simbólico e da trama de representações acionadas pelo discurso dualista e maniqueísta das Oposições.

Mas não nos detenhamos por aqui, aproveitemos nossas boas relações com o espingardino general de cavalaria para obter um salvo-conduto que nos permita cruzar o **Paralelo 38**, sob a proteção de Nossa Senhora da Boa Morte, e seguir adiante pela avenida Pedro II até o Palácio dos Leões, em cujos jardins poderemos desfrutar, por um instante apenas, da bela paisagem formada pelo encontro das águas dos rios Anil e Bacanga com a Baía de São Marcos ao sol poente. Considerado “um dos mais imponentes do país”, de uma beleza sempre louvada pelos visitantes, “o histórico edifício da Avenida Maranhense” possuía uma significativa pinacoteca, com destaque para a coleção que pertencera ao

¹⁴⁶ Neiva Moreira, “Paralelo 38”. In: *Jornal do Povo*, 05/05/1951, p.2.

imortal ateniense Artur Azevedo.¹⁴⁷ Além da apreciação estética das “belas coleções de quadros de grande valor artístico”, poderemos cruzar, no palácio de luxuosos salões, com outro personagem de nosso passeio imaginário, o governador Eugênio Barros (codinome: o “usurpador”).

Sem o poder necessário para assumir o controle da situação, o governador empossado tomou a decisão de permanecer na sede do governo, sob a proteção das tropas do Exército. Na descrição de **O Imparcial**, durante a greve, “o Palácio dos Leões transformou-se em uma pequena fortaleza, dentro da qual o Sr. Eugênio Barros organizou a sua defesa”, com “ninhos” de metralhadora e peças de artilharia.¹⁴⁸ Já o matutino oposicionista, ao comentar a criação de uma “guarda de segurança popular” para a defesa do governador, afirmou: “não conhecíamos tal guarda, criada pelo Sr. Eugênio Barros, que nada mais fez nos seus 15 dias de permanência nos Leões do que encher o Palácio de capangas”.¹⁴⁹ Trancado a sete chaves em palácio, protegido por tropas do Exército e por jagunços bem armados (trazidos do interior do estado, conforme os relatos da oposição), o “coronel de Caxias” afirmou e reafirmou vezes sem conta a sua firme disposição de resistência, até a morte se preciso.

Logicamente, os oposicionistas construíram suas próprias interpretações: “não vamos longe em argumentar”, analisa o jornalista Celso Bastos, “a verdade, gritante, inelutável, aí está, aos olhos de todos. O falso governador não pôde governar. Prisioneiro no Palácio dos Leões, sentiu, em toda a sua extensão, a repulsa coletiva, o ódio de um povo”.¹⁵⁰ Não somente Eugênio Barros, mas todos aqueles identificados com a **ocupação**, e que buscaram em palácio refúgio contra as mobilizações de massa – já que “nenhum vitorinista dava as caras” – todos estes foram considerados “prisioneiros”, estando separados e protegidos da “sacrossanta fúria popular” apenas pelo cordão de isolamento imposto pelo Exército.

¹⁴⁷ **Jornal do Povo**, 11/04/1951, p.1. A Coleção Artur Azevedo foi adquirida pelo governo do Estado em 1910, constando, na época, de 92 quadros a óleo, 11.492 gravuras, 3.256 litografias, 360 desenhos, 350 águas-fortes e fotografuras, 7.544 retratos e 25 águas-fortes antigas (BEM, **Arte do Maranhão**, 1994:239).

¹⁴⁸ **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.89.

¹⁴⁹ **Jornal do Povo**, 15/03/1951, p.4.

¹⁵⁰ Celso Bastos, “A lição do povo”. In: **Jornal do Povo**, 15/03/1951, p.2.

Nas representações formuladas pelo discurso oposicionista, por um breve período, os "ocupantes" dos Leões não gozavam mais da tranquilidade necessária para tripudiar sobre a exploração e a miséria do povo maranhense. As seqüências evidenciando o sadismo do grupo político dominante foram fartamente utilizadas. A exemplo das cenas inumeráveis de orgias e bacanais regados a farto dinheiro público, tendo como cenário os jardins ou outras dependências do palácio, nos quais participavam políticos, juízes, assessores e outros componentes da "fauna vitorinista".¹⁵¹

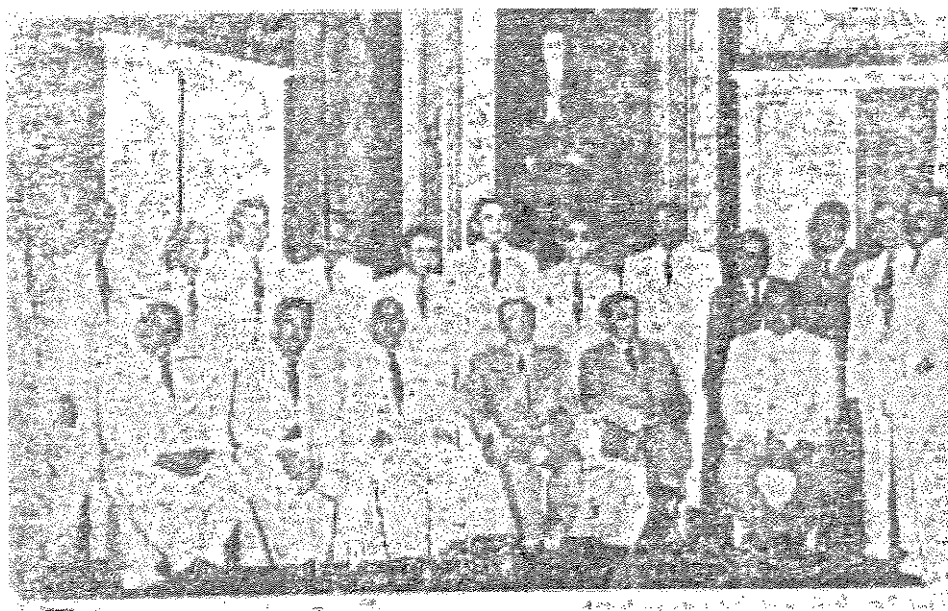


FIGURA 9. *Jornal do Povo*, 29/03/1951, p.1. "OS TRAIADORES DO POVO APRISIONADOS EM PALÁCIO – aí está o sr. Eugenio Barros, cercado pelos outros traidores do povo aprisionados em Palácio, durante os quinze dias de reação popular. São os deputados do PST... A pose do grupo trágico-cômico, que não pode esconder a expressão de medo, tal a neurose que os prendia às ante-câmaras palacianas, foi conseguida, depois de muito trabalho, por um repórter carioca, que só pode entrar nos Leões quando da posse do deputado César Aboud. Ao fundo, vê-se o retrato de Getúlio, reposto, muito de indústria, no salão nobre".

"Camarilha" sempre a planejar continuamente novas falcatruas, como os desvios de verbas federais (maliciosamente chamados de "casamentos com Dona Cota [Federal]"), ou obras irrealizadas, de que foi exemplo marcante a (não) construção da ponte sobre o rio Anil, na rumorosa estória que foi denominada de "o caso da ponte de São Francisco". Tema de versos bem picantes, consagrando a verve satírica do poeta e acadêmico José Chagas. "A idéia da ponte veio / num dia muito feliz / quando de estômago cheio / alguém entre arrotos quis / criar uma boa fonte / dessas verbas colossais / que podem servir de ponte / nas sujeiras abismais".¹⁵²

¹⁵¹ A transfiguração literária das idéias-imagens relativas às "orgias do poder" constitui um dos temas da novela *Da conveniência de fazer-se um deputado conveniente*, de Bandeira Tribuzi (1985).

¹⁵² CHAGAS, [1962]:15. Teremos, no próximo capítulo, a oportunidade de fazer maiores comentários sobre "o caso da ponte", retomado num relance pelo documentário "Maranhão 66"...

Ou ainda a “chacina” de 3 de agosto de 1950, a muitas vezes citada “Noite de São Bartolomeu”, em que, logo após presenciar o massacre da multidão em praça pública, “os mentores da masorca comemoravam o acontecimento a champagne e a boas gargalhadas”.¹⁵³ Sadismo, terror, violência e morte. Imagens alegóricas cristãs vezes sem conta reinventadas, como na seguinte passagem do romance “Praia do Desterro” (do jornalista Antônio Justa), em que os personagens Andrada e doutor Idjáber dialogam sobre São Luís incendiada:

— “Não se iluda, meu caro Andrada. Não nos resta nada a ganhar. Só poderemos somar novas perdas à nossa conta. A prova disto são incêndios que vêm ocorrendo nos bairros desta cidade, centenas e centenas de casas pobres do Lira e Cavaco foram demudadas em cinzas.

— Entretanto, atalhei, lembrando, os jornais dos opressores hoje apontam a oposição como incendiária.

— Na Roma de Nero também era assim. O Imperador ateou fogo à cidade e depois ficou a dedilhar a lira, louvando as chamas devorantes. Em seguida prendia os cristãos, untando-os com pez, transformando-os em tochas vivas e dizia ao povo que estava queimando os incendiários. A história, muita vez, se repete”.¹⁵⁴

No curto período de vigência do **Paralelo 38**, ao contrário, em decorrência do sucesso da insurreição popular, foi outra a linguagem visual adotada: cenas do inimigo sitiado, acuado e amedrontado; instantâneos dos “prisoneiros do Palácio dos Leões”; relatos de fugitivos e desertores em “desespero de causa” com o fim da **ocupação**. Telas grotescas da “obra de dedetização” a ser empreendida pelo governo de César Aboud, “expurgando os indesejáveis” – a “turma da Copa e Cozinha”, a “legião de sanguessugas”, os “velhos morcegos tão carinhosamente tratados por Victorino”.¹⁵⁵ “Dedetização” e “expurgo” como um primeiro passo do processo de julgamento em larga escala dos crimes de “lesa-democracia” do vitorinismo no Maranhão. Culminando numa seqüência sensorial e tragicômica: o quadro “Ambiente de fim de festa”, elaborado como um espelho em negativo, o avesso imagético da épica vitória da **Campanha de Libertação**.

¹⁵³ **Jornal do Povo**, 03/08/1951, p.1-2.

¹⁵⁴ JUSTA (1965:179-180). Militante da imprensa oposicionista (nas páginas d’**O Combate**), Antônio Justa recriou no romance *Praia do Desterro* inúmeros eventos da *greve de 1951*, tais como, os incêndios na periferia e as mortes de João Evangelista e José Prado. Andrada, personagem-narrador do romance, era, como o próprio autor, jornalista e militante de oposição ao domínio de Victorino Freire (nomeado através da personagem bíblica de Caim).

¹⁵⁵ **Jornal do Povo**, 28/03/1951, p.1.

“Os capangas estavam sonolentos e havia um odor de colchão velho... A despedida do Sr. Eugenio Barros foi um ato melancólico... Ataíde [oficial de gabinete] e outros prisioneiros estavam muito pálidos e sorumbáticos... O coronel [Eugênio] fez o que pôde para manter o clima. Falou na sua ‘missão no Rio’ e confessou que nada fez porque o povo não deixou... Nada disso interessava tanto quanto o ambiente de estalagem que se notava pelas janelas, projetando-se ao fundo. Havia de tudo. Metralhadoras, fuzis, camas, colchões e uma centena de capangas armados, com a missão de massacrar o povo, se no seu desespero invadissem o palácio. Era um quadro com nuances de tragédia. De alguns pontos de palácio vinha um odor desagradável de quarto fechado e de colchões mofados. A piscina estava cheia, mas ninguém a usava porque se esperava que o abastecimento fosse cortado... o povo se conservava ao largo, mais interessado nos capangas que ganhavam a rua. Temia-se que alguns saíssem vestidos de mulher e a curiosidade aumentou muito quando uma baiana de feições enérgicas saía pelo portão lateral. Muitos acreditavam fosse um chefe de capangas em trajes femininos”.¹⁵⁶

Nas trilhas do sagrado

“Poetas, meus irmãos, acompanhai meu grito!
 Maldigo a resignação infame dos covardes!
 – Eu prego a rebeldia estóica dos heróis
 e o Evangelho – a Liberdade!
 A Liberdade, meus irmãos,
 tem a forma simbólica da Cruz
 e a cor do sangue!
 – O sangue é o apanágio da Conquista!”
 (*Clamor da Hora Presente*, Nascimento Moraes Filho)

As técnicas e estratégias simbólicas adotadas pelas Oposições no decorrer da crise política dos anos 1950 estabeleceram, portanto, uma nova legibilidade do texto urbano, ressignificando diversos logradouros públicos da capital e inscrevendo novas representações sociais no espaço. Em verdade, disputando simbolicamente esses espaços, ao investi-los de novos sentidos e identificá-los com a luta contra o vitorinismo.

Em meio às comemorações do 14 de março, foi tecida mais uma trajetória significativa no mapa urbano, dentre as inúmeras construídas ao longo do movimento político – uma trajetória que nos interessa particularmente por evidenciar o **complexo amálgama entre religiosidade, tradição e política** que caracterizou os imaginários sociais elaborados

¹⁵⁶ “Ambiente de fim de festa”. In: *Jornal do Povo*, 15/03/1951, p.1,4.

e difundidos pelas Oposições Coligadas. Para acompanhá-la, podemos tomar, na praça João Lisboa, o bonde da SAELTPA que faz linha até a pitoresca vila do Anil, seguindo pelo antigo Caminho Grande, eixo da expansão urbana na década de 1950 – “corredor comprido”, “espécie de pescoço alongado” da cidade rumo ao interior da ilha, trifurcando-se no Anil, indo um braço para São José de Ribamar, outro para o balneário do Olho d’Água, e o terceiro para a Estiva, rumo ao continente.¹⁵⁷

Preparem-se, a viagem será longa (cerca de 8 km). Inicialmente cruzando toda a rua Grande até o Canto da Viração, o bonde descerá para a ampla avenida Getúlio Vargas, passando pelo canto da Fabril (onde ficam a têxtil Santa Izabel e o estádio do Moto Clube) e pela Vila Passos (do estádio municipal Nhozinho Santos). Depois, chegaremos ao Monte Castelo, com suas “residências modernas” e seus palacetes (das classes média e alta da cidade, a “gente bem”), região também de novos conjuntos habitacionais, financiados pela Caixa Econômica e pelo IPASE. Ainda no Monte Castelo – o antigo bairro do Areal, rebatizado em homenagem à campanha da FEB na Itália –, veremos, à nossa direita, a “Colônia de Psicopatas” Nina Rodrigues e a Escola Técnica, seguindo-se os bairros do Apeadouro, Jordoa e Caratatiua.

Logo após o recém construído quartel do 24º Batalhão de Caçadores (em frente à praça Duque de Caxias), o bonde alcançará o João Paulo, “famoso por suas mangueiras a cuja sombra vinham dançar os bumba-meu-boi”, no período das festas juninas: São João, São Pedro e São Marçal. Deste bairro, poderemos ver o Sanatório Getúlio Vargas, localizado no aprazível e afastado subúrbio de São Raimundo. Dali, o bonde cruzará ainda o novíssimo conjunto residencial do Filipinho (do Instituto dos Comerciantes), para chegar finalmente a nosso destino, o lugar conhecido como Outeiro da Cruz.¹⁵⁸ Ufa! Já estávamos perdendo o fôlego!

¹⁵⁷ Cf. CRUZ (1994:77) e JORGE (1950), especialmente o belo acervo fotográfico deste último. SAELTPA (Serviços de Água, Esgoto, Luz, Tração e Prensagem de Algodão): principal autarquia do Estado, anteriormente explorada, sob contrato, pela companhia norte-americana Ulen Management Company (JORGE, 1950:125).

¹⁵⁸ Cf. ainda MEIRELES (1964:87-92) e TRIBUZI (1992:114-5).

“Após o comício, houve impressionante **romaria** ao **Outeiro da Cruz**, com grande multidão, que homenageou a **memória** de José Prado, o **líder operário** assassinado por **sicários vitorinistas** no dia da posse do sr. Eugênio Barros”.¹⁵⁹

“O povo cantando, em delírio, **canções patrióticas**, empunhava lanternas e fochos, levando nos braços um quadro de **Nossa Senhora da Vitória** para uma **ladainha** frente ao marco que simboliza o nosso triunfo sobre os **holandeses**. Não se pode descrever o entusiasmo do **Maranhão**, àquela hora da noite, rumando, em massa compacta, para o Outeiro da Cruz, cantando e rezando pela **expulsão** do sr. Eugênio de Barros”.¹⁶⁰

Esta romaria, que não foi a primeira nem a última efetuada pelos **soldados da Liberdade**, adquiriu contornos especiais em função de sua elevada densidade simbólica, pois nela cruzam-se símbolos, emblemas e sinais de variados momentos da história maranhense, enfeixados e reunidos numa só prática político-religiosa que os transcende e assimila. Podemos admirar e compor a cena sob ângulos diversos, a partir de referentes outros. Via a apreciação de um quadro histórico: *A Primeira Missa no Brasil*, na versão acadêmica de Victor Meirelles (Academia Imperial de Belas Artes, 1861) ou na visão modernista de Cândido Portinari (Banco Boavista, 1948). Como quem interroga uma montagem alegórica e carnalizante do mesmo ritual: a seqüência triunfal de Dom Porfírio Diaz no filme *Terra em Transe* (1967). Ou ainda, na contemplação do painel tríptico *Fundação da Cidade de São Luís* do pintor Floriano Teixeira (1972), elaborado à maneira do *muralismo* mexicano.¹⁶¹

Ao crepúsculo, o som de cantos e tambores africanos pontua o início da seqüência. Sobre a colina, vemos, num *take* em câmera baixa, a cruz de pedra, ocupando o centro da tela, dominando e centralizando as atenções. Outeiro da Cruz, monumento em pedra de cantaria com 5 metros de altura, ornado com uma placa de mármore, onde se inscreveu: “A tradição popular consagrou este Monumento à memória dos bravos que, ao

¹⁵⁹ *Jornal do Povo*, 15/03/1951, p.4.

¹⁶⁰ *O Combate*, 15/03/1951, p.1.

¹⁶¹ Floriano Teixeira (1923/2000): pintor, desenhista, gravador e escultor. Participou da fundação do Núcleo Eliseu Visconti (1947), ateliê coletivo freqüentado por artistas e intelectuais modernistas em São Luiz. Além de exposições em vários estados, fez ilustrações de livros de Graciliano Ramos, Rubem Braga e Jorge Amado. O painel tríptico versando sobre a “Fundação” (óleo sobre tela, 2.18 x 2.18m cada) foi encomendado pelo Governo do Estado para compor o acervo da Pinacoteca do Palácio dos Leões (Cf. BEM, *Arte do Maranhão*, 1994:112). Uma reprodução do painel foi exibida por ocasião da *Mostra do Redescobrimento* (Brasil 500 anos) em São Luiz (dez/2000 a jul/2001).

mando de Muniz Barreiros e Teixeira de Melo, expulsaram os holandeses da Capitania”.¹⁶² Ao lado do cruzeiro, a imagem de Nossa Senhora da Vitória, miraculosa padroeira do Maranhão, sempre disposta a auxiliar seus fiéis súditos católicos em suas jornadas gloriosas contra o herege invasor – quer seja o huguenote francês, o flamengo aventureiro ou o pirata pernambucano, todos forçados “a no mar buscar guarida”. Ao fundo, a vegetação exuberante e dadivosa da terra: palmeirais, babaçuais, mangueirais, juçarais. Por todo o descampado distribui-se irregularmente a multidão de combatentes, os **soldados da Liberdade**, empunhando suas armas, levantando ao vento os estandartes do Brasil e do Maranhão, faixas e cartazes são discerníveis aqui e ali, alguns braços erguidos fazem o V da vitória.

Rostos firmes, expressões de júbilo apesar do cansaço, uns, ajoelhados, mostram-se contritos, outros, lábios entreabertos, não se sabe se entoando uma incelência em homenagem ao mártir operário – “Valei-me mãe das almas // Amiga da Mãe de Deus // A morte vem vindo // Ela vem sozinha // Ela vem dizendo: // Essa alma é minha”.¹⁶³ Ou se cantando de peito aberto algumas estrofes do hino estadual – “Era a guerra, a vitória, a morte e a vida // E, com a vitória, a glória entrelaçada // Caía do invasor a audácia estranha // Surgia do direito a luz dourada”.¹⁶⁴

Subitamente, uma mulher irrompe da multidão e sobe os poucos degraus do monumento até chegar ao pé da santa cruz. [Seria uma deusa grega, um *encantado*, ou a *manguda*?] Em uma das mãos, a aparição traz a pequena escultura de um anjo erguendo os louros da vitória. Na outra, um pergaminho, onde ficaram registradas em bronze as últimas palavras do líder desaparecido. Silêncio e expectativa. Ela abre o manuscrito e lê o testamento de Satú para ouvidos ansiosos: “Trabalhem sem desfalecimento pela grandeza de nossa terra querida, despidos de prevenções, sem ódios, animados do desejo cada dia

¹⁶² BRASIL, 1979:90.

¹⁶³ Incelência é um canto entoado à cabeça dos moribundos ou mortos. Acredita-se que as mesmas ajudam as almas a encontrarem o caminho do céu, atuando como luzes no caminho. É cantada sem acompanhamento instrumental, repetindo-se as quadrinhas doze vezes, porque são doze os apóstolos que preparam a chegada do morto no céu (RODRIGUES & SILVA, 1981:18-9).

¹⁶⁴ Trecho do Hino do Maranhão. Hino é um canto orquestrado em exaltação de uma nação, de um partido ou de uma instituição qualquer. É entoado em solenidades cívicas, eventos esportivos, às 4as de manhã no Colégio Marista e em mesas de bar (por absoluta falta de assunto). O Hino Maranhense data do início do século XX, sendo a música composta pelo maestro Antônio dos Reis Rayol (diretor da 1ª Escola de Música do Maranhão) e a letra por Antônio Batista Barbosa de Godóis (bacharel, jornalista, político, professor e historiador, fundador da cadeira nº 1 da Academia Maranhense de Letras, autor de uma “História do Maranhão” em 2 volumes, 1904). Cf. MEIRELLES (1972:109-10, 116) e MORAES (1977:193).

mais acentuado de levá-la aos seus altos e gloriosos destinos”.¹⁶⁵ Transe coletivo. Vivas, aplausos, tambores, pandeirões e matracas invadem a noite de São Luís, uma *Catirina* e um *cazumbá* se misturam rodopiando a uma *tribo de índio*.¹⁶⁶ Nas redondezas, um rádio toca uma das marchinhas preferidas do carnaval de 1950: “Não quero broto, não quero, / não quero não. / ... / o francês sabe escolher, / por isso ele não quer / qualquer mulher. / Papai Balzac já dizia, / Paris inteira repetia, / Balzac tirou na pinta, / mulher só depois dos trinta”.¹⁶⁷

A procissão ao Outeiro da Cruz evoca e simboliza outras cenas, projetando imagens de um passado idealizado: a fundação mítica do Maranhão (e do Brasil). *Fundatio*, imposição de “um vínculo interno com o passado como origem... um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e se conserva como perenemente presente”.¹⁶⁸ Explosão imagética. Transe ritual. Fundação da cidade de São Luís. Franceses e tupinambás.¹⁶⁹ A civilização chega na taba sob as bênçãos da cruz e da natureza. Invenção mítica da *Ilha Rebelde*. Romeiros combatentes da balaiada urbana festejando a expulsão do invasor em pleno carnaval. Cruz de pedra! Cruz operária! Rubra cruz de Liberdade!

Seguindo a romaria, penetramos em veredas pouco exploradas (e até mesmo esquecidas) do imaginário da *Ilha Rebelde* – **as trilhas do sagrado**. Já foi assinalado *en passant* que as estratégias simbólicas adotadas pelas Oposições imprimiram ao seu discurso político um **caráter místico e teológico**, expresso quer na satanização da imagem de Victorino Freire e dos agentes da **Ocupação**; quer nas idéias-imagens de “redenção”, “cruzada”, “libertação” para se (auto) referir ao movimento oposicionista; quer na larga utilização de alegorias bíblicas com relação aos eventos políticos. Nesse momento, passamos a analisar outra faceta deste processo de sacralização do político: a construção da história e da memória dos “heróis” e “mártires” da **Campanha de Libertação**, símbolos de

¹⁶⁵ JORGE, 1950:17.

¹⁶⁶ Aos “de fora”. *Encantado e manguda*: seres fantásticos da cultura popular maranhense. *Catirina* e *cazumbá*: personagens do auto do bumba-meu-boi. *Tribu de índio*: bloco tradicional do carnaval maranhense.

¹⁶⁷ Trata-se de “Balzaqueana”, de Nássara e Wilson Batista, na voz de Jorge Goulart. Cf. LENHARO, 1995:59.

¹⁶⁸ CHAUI (1994:21).

¹⁶⁹ Sobre o mito da fundação francesa de São Luiz, cf. LACROIX (2000), que localiza as origens do mito em fins do século XIX, como reforço à “ideologia da singularidade” do Maranhão, elaborada pelas elites locais como mecanismo de compensação à “decadência” econômica, social e cultural da província.

coragem e sacrifício. Signos da Morte. Metáforas do sangue de Cristo e dos mártires da Igreja. A Liberdade tem a cor do sangue!

Sangue! A “usurpação vitorinista se embebeu no sangue dos nossos mártires”.¹⁷⁰ **Ocupação** – tecnologia de produção da morte. Sangue! Crimes de sangue! Tributo que, “em todos os grandes movimentos da história”, entrou “obrigatoriamente... na composição da argamassa que consolida os edifícios das maiores conquistas do Homem”. Motivo de exaltação do matutino oposicionista, “o Maranhão agora vencerá: já temos material para o edifício da nossa tão suspirada Reconquista...”.¹⁷¹ Sangue! Sedentos morcegos vitorinistas! Últimas palavras, no “Leito Luz do Oriente”: “agora, próximo a seis meses, derramei quase a minha última gota de sangue... Sem uma esperança, sem ... sem nada, só esperando por Deus... Como hoje, tô aqui trêmulo, sem ter um pinga de sangue na minha veia”.¹⁷² São Luís, ilha ensangüentada! Veias abertas! O Sangue é o apanágio da Conquista!

Em nosso passeio pelas insondáveis trilhas do sagrado, será necessário transpassar limites de tempo e espaço, desvendando cenas e estórias da *Via Crucis* dos mártires da libertação, pensando estratégias políticas e simbólicas de glorificação e culto aos mortos, compondo outros mapas vivenciais e narrativos do texto urbano. Então, é hora de guarnicê, hora de botar a procissão na rua e seguir os passos da Quaresma cívica: paixão, morte e libertação. Numa trajetória ziguezagueante que nos conduzirá do Outeiro da Cruz até a necrópole da *Ilha Rebelde* – o cemitério do Gavião (ou São Pantaleão), espaço sagrado, ressignificado e politizado por diferentes práticas e representações adotadas pelos **maranhenses livres**. Invocando as bênçãos de São José de Ribamar, com hinos, orações e incelências em dia, sigamos os passos de procissão, serpenteando por ruas e ladeiras da velha cidade.

“E na sua frente estava escrito um nome simbólico: a grande Babilônia, a mãe das prostituições e das abominações da terra. E vi que a mulher estava embriagada com o sangue dos santos e com o sangue dos mártires de Jesus”. (Apocalipse 17:5-6)

¹⁷⁰ **Jornal do Povo**, 15/03/1951 p.2.

¹⁷¹ “Sangue na praça”. In: **Jornal do Povo**, 05/08/1950, p.2.

¹⁷² Entrevista com tuberculoso no Sanatório Getúlio Vargas. Cf. o documentário “Maranhão 66”.

1. Cidade do Senhor de La Ravardiére, terça-feira, 16 de janeiro de 1951. Funerais consagradores para Saturnino Belo. O fotógrafo Dreyfus Azoubel (dos Diários Associados) registra o cortejo fúnebre descendo a rua do Passeio em direção ao campo santo. "O seu enterro foi um espetáculo profundamente comovente e nunca visto. Cerca de trinta mil pessoas acompanharam seu corpo à última morada".¹⁷³
2. **Praça da Liberdade**, Quartel General das Oposições Coligadas, 1º de março de 1951. "Homenagens à memória do líder operário trucidado".¹⁷⁴ Azoubel produziu o instantâneo: "O POVO DE JOELHOS. O povo, na praça João Lisboa, ajoelha-se ante a passagem do corpo de José de Ribamar Prado".¹⁷⁵
3. Largo da Saudade, sexta-feira, 03 de agosto de 1951. "Romaria ao túmulo de um herói do povo". Programa de homenagens à memória do líder operário João Evangelista. Missa às 7h na Igreja do Carmo, visita ao túmulo às 9h, com concentração no largo do cemitério, "onde falarão oradores da Coligação" para as "centenas de operários de nossos bairros proletários". Em 1ª página, a foto do mártir: "braços cruzados, corpo gélido, na praça, por entre velas que o povo acendeu".¹⁷⁶ À noite, amigos lembraram a cena, acendendo novas velas na praça João Lisboa.

"Lá vai uma alma voando / Toda cercada de luz / Vai voando e vai pedindo / Abra as portas, meu Jesus".
 "Uma incelência à Estrela maguna / Alecrim verdadeiro, rosa manjerona".¹⁷⁷
4. Outeiro da Cruz, terça-feira, 25 de setembro de 1951. Chegada do Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima. "Apesar de não haver nenhum transporte, o povo, em massa, cerca de 15 mil pessoas, vai encontrar o Ministro, no Outeiro da Cruz, empunhando bandeiras, faixas e dísticos de boas-vindas, clamando, em altos brados, por *Justiça, Intervenção e Liberdade*".¹⁷⁸

¹⁷³ **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.41.

¹⁷⁴ **Jornal do Povo**, 02/03/1951, p.4.

¹⁷⁵ **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.46.

¹⁷⁶ **Jornal do Povo**, 01, 02, 03 e 04/08/1951.

¹⁷⁷ RODRIGUES & SILVA, 1981: 23,31.

¹⁷⁸ **Indicador Maranhense**, 1952:55.

5. Cemitério de São Pantaleão, 15 de janeiro de 1952. “A cidade se prostra e se comove”. “Consagração à memória de Satú”. Missa às 8h no Carmo, outra às 8:30h no cemitério. “A cidade, pela representação de suas classes, esteve, nos templos e no campo santo, chorando a perda do que se foi”. Romaria e inauguração do monumento tumular.¹⁷⁹ Na véspera, em sessão solene, tomou posse a nova diretoria da Academia de Letras, ocasião em que se prestou ainda uma homenagem especial à jovem escritora Maria da Conceição Neves Aboud pelo lançamento do livro “*Grades e Azulejos*”.¹⁸⁰
 6. Capela de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, Colégio Santa Teresa, 15 de janeiro de 1953. Data profunda tristeza povo Maranhão: 2º ano morte Saturnino Belo. Homenagens memória ilustre morto. Missa 6,30 (horário maranhense), devendo túmulo receber visita povo São Luís.¹⁸¹
 7. **Jornal do Povo**, sábado, 16 de janeiro de 1954. 1ª página. “Evocação de Satú”: “rompendo com os inimigos declarados do Maranhão... Satú preferiu ficar ao lado dos pequeninos... tornando-se intérprete e símbolo... das aspirações gerais da coletividade”. Cultura. Próximo livro a circular: “*Canção Inicial*”, autoria de José Sarney Costa, “um dos elementos mais lúcidos das letras contemporâneas maranhenses, organizador da página literária de **O Imparcial**, crítico, membro da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico”.¹⁸²
- “Babilônia em chamas, / Babilônia em chamas, / chamas da destruição. /
Olhe pros guetos / e veja a escravidão: / as vítimas da Pátria, / filhos da
opressão. / Vivendo, sofrendo, morrendo, / pra alimentar os donos da
situação, / os donos do poder”.¹⁸³
8. Macaúba, “cinturão operário” da ilha, dezembro de 1951. Os garotos José Lourenço e Iron Monteiro foram recomendados “a prêmios especiais de fim de ano” por seu

¹⁷⁹ **Jornal do Povo**, 15 e 16/01/1952.

¹⁸⁰ **O Combate** (14/01/1952, p.4) e **Indicador Maranhense**, 1953:70. Conceição Neves Aboud era sobrinha de Satú Belo. O romance *Grades e Azulejos* (1951) tem por cenário a capital, também conhecida como “cidade dos azulejos”. Em 1955, a escritora foi eleita para a Academia Maranhense de Letras, onde ocupa a cadeira nº 20 (cf. AML, 1999:70-71).

¹⁸¹ **Jornal do Povo**, 14 e 15/01/1953.

¹⁸² **Jornal do Povo**, 16/01/1954, p.1 e 7.

¹⁸³ “Babilônia em chamas”, música de Fauzi Beydoun, “pedrada” da banda de reggae Tribo de Jah.

desempenho e aplicação aos estudos na 1ª e 2ª séries, em que foram os “primeiros alunos” (com foto). Ambos estudam na “Escola Operária João Evangelista”, destinada aos filhos de trabalhadores da zona Macaúba/Codozinho/Lira, a qual é mantida pelo deputado estadual Neiva Moreira (PSP).¹⁸⁴

9. *Ilha Rebelde*, domingo, 03 de agosto de 1952. Chamados às urnas os eleitores do Anil, Lira, Areal, Estação, Ribamar e Iguaíba, setores “densamente oposicionistas”. Em editorial, Neiva Moreira recorda: “Evangelista, legenda do homem simples”. **Jornal do Povo** proclama: “a cidade reverencia a memória do herói do povo... varado pelas balas do vitorinismo numa noite de terror” (foto do cadáver), lembrando que “os amigos e companheiros de João Evangelista votam NÃO, em massa, no pleito de hoje”.¹⁸⁵
10. Periferia urbana, terça-feira, 29 de julho de 1952. Posse do novo sub-diretório distrital do PSP no Lira, “um dos mais fortes baluartes adhemaristas dos subúrbios”. Destaque para a “capacidade de luta dos homens e mulheres do bairro, cuja fibra João Evangelista expressou até o instante em que a bala assassina do vitorinismo o prostrou em praça pública”. “Casa do Bairro”: sede do partido, escola primária “Adhemar de Barros”, clube de recreação.¹⁸⁶

“Ó glorioso São Martinho, / Aos teus devotos / Mandai bom vinho. / Porque nos vedes / Em devoção, / Dai-nos por dia / Um bom pifão. / Para variar / Dai-nos cerveja, / Ou jurupiga, / Que bela seja. / Livrai a todos / De qualquer dano / P’ra festejar-vos / D’hoje a um ano”.¹⁸⁷

11. Cemitério do Gavião, sexta-feira, 11 de janeiro de 1952. “Café no túmulo do seu amigo Satú”. Depois de visitar vários bairros operários, o vice-presidente Café Filho (PSP), acompanhado de políticos e homens do povo, “prestou uma homenagem à memória do

¹⁸⁴ **Jornal do Povo**, 13/01/1952, p.3.

¹⁸⁵ **Jornal do Povo**, 03/08/1952. Trata-se de eleições suplementares em 11 urnas da capital, ainda relativas ao conturbado pleito de outubro de 1950.

¹⁸⁶ **Jornal do Povo**, 30/07/1952, p.1 e 5.

¹⁸⁷ Oração dos festejos de São Martinho, São Luís, 1873 (VIVEIROS, 1978:49). Pifão: bebedeira. Jurupiga: espécie de cachaça (expressões em desuso no linguajar regional).

seu amigo Satú Belo, cuja figura e cujas lutas cívicas recordou, com emoção”.¹⁸⁸ No Lira, Café visitou ainda os locais da sede distrital do PSP e da escola “Adhemar de Barros”, ambas destruídas por incêndios criminosos.

12. Maranhão, julho de 1953. Visita de Adhemar de Barros (PSP) lançando sua candidatura à presidência. Excursão por cidades do interior: regiões da Baixada, Mearim, Itapecuru, Noroeste, Médio e Alto Sertão. Chegada a São Luís. Comícios no Anil, João Paulo e Largo do Cemitério. Milhares de pessoas da Macaúba, Belira, Codozinho, Lira, Goiabal e Madre Deus aclamam o “dirigente populista”. Comício na **Praça da Liberdade**, “símbolo das lutas cívicas do povo”. Entrega de um “Manifesto Pró-candidatura” com 15 mil assinaturas.¹⁸⁹
13. Adhemar de Barros, segunda-feira, 27 de julho de 1953. “No Largo da Saudade destacou que já estava ligado, afetivamente, àquela zona, onde morara João Evangelista”, morto no atentado em 1950. “Apontando para as casuarinas do Cemitério do Gavião, reportou-se à figura de Saturnino Belo... uma vítima da injustiça e da maldade”. Romaria aos dois túmulos. Diálogo com o administrador, levando suavemente as mãos ao peito: “Apenas lhe peço suas melhores atenções para o túmulo do operário João Evangelista, que para mim é um símbolo da nossa luta. É um pedaço de meu coração”.¹⁹⁰

“Não conseguiu firmar o nobre pacto
Entre o cosmo sangrento e a alma pura...
Gladiador defunto, mas intacto
tanta violência, mas tanta ternura”.
(*Epitáfio para um poeta*, Mário Faustino)

São Luís, ilha cercada de Tradição, História e Religiosidade. Cidade sagrada e profana. Ilha de Fé. *Ilha Rebelde*. Vivendo numa época “em que a fé em Cristo se confunde com o amor à Pátria”. Cidade de romarias e cultos cívicos. De peregrinações pela Liberdade.

¹⁸⁸ **Jornal do Povo**, 13/01/1952, p.3. Café Filho veio a São Luís para a inauguração do ambulatório médico do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes), em companhia do presidente do órgão, o maranhense Henrique de La Rocque Almeida.

¹⁸⁹ **Jornal do Povo**, 24 a 28/07/1953.

¹⁹⁰ **Jornal do Povo**, 28/07/1953, p.1, 3 e 5.

Cidade semeada pelo sangue de heróis e mártires, plantando novas estruturas de significação do texto urbano. Cidade de transe ao som de tambores. Cidade-teatro, encenando em seus mais diversos e inusitados logradouros a **Campanha de Libertação**, compondo trajetórias narrativas múltiplas, muitas das quais confluem para o Campo Santo – Largo da Saudade e Cemitério do Gavião, transmudados em espaços cívicos, de comícios e manifestações de massa.

Sacralização do político. A percepção dos próprios contemporâneos já assinalava a formação de novos lugares significativos, de onde fantasmas e espectros passavam a rondar e influenciar os destinos da pólis. Em instigante artigo no jornal **O Combate**, o jornalista Amaral Raposo discutia a terminologia apropriada para qualificar o movimento político que agitava a cidade. Dizia: “Nossa trincheira é um túmulo”. E se recusava peremptoriamente a aceitar a idéia de uma “greve geral e pacífica”. Greve? Não. Havia algo mais, mais profundo e subterrâneo, algo ligado ao inconsciente coletivo, de raízes firmemente fincadas na “consciência popular”.

“Essa **romaria**, essa **procissão**, essa **jornada** deve ter uma classificação mais legítima e mais alta... **Há qualquer coisa de sobrenatural neste movimento**. Um espantoso milagre de unidade psicológica norteando, dirigindo, recompondo as fileiras da rebeldia, comanda as almas inconformadas, sem que estas, entretanto, lhe sintam a presença, a força e o domínio... Que é isto? Que energia é essa, tão forte que obrigou a Nação a voltar os olhos para nós, tão espetacular que o mundo inteiro se espanta e se comove? É que **‘os mortos cada vez mais governam os vivos’**. É que temos como trincheira um túmulo. É nesse túmulo que fincamos a bandeira de nossas reivindicações. É nesse túmulo que dorme, hoje, o corpo de um mártir, de um herói, de uma vítima, de um sacrificado. É que **estamos, enfim, sob inspiração de um grande espírito**. O espírito invencível daquele que se chamou, em vida, SATURNINO BELO!”.¹⁹¹

Sob o signo da Morte. O trauma representado pela trágica morte da liderança política. Tal idéia foi recentemente retomada por Eleodorio Fernandes, ao afirmar que “a disponibilidade especial da população ludovicense” em participar ativamente das manifestações, “nos levam a considerar como elemento maior a comoção a que foi acometida a massa ‘revolucionária’ depois do falecimento súbito e inesperado de Saturnino.

¹⁹¹ Amaral Raposo, “Nossa trincheira é um túmulo!”. In: **O Combate**, 05/03/1951, p.1.

Belo”.¹⁹² Embora fundamental, esta tese é parcial, pois centra seu foco apenas em um personagem, Satú Belo. Conforme nossa linha de argumentação, a compreensão da participação popular na *Greve de 1951* não pode ser desligada dos profundos impactos simbólicos e emocionais resultantes do conjunto de acontecimentos fatais, bem como das estratégias discursivas adotadas pelas Oposições, agitando o magma constitutivo dos imaginários sociais.

Quaresma cívica: paixão, morte e libertação. A morte do candidato oposicionista. A morte de anônimos combatentes em praça pública. A diplomação de Eugênio Barros com o atestado de óbito do concorrente. A cidade ardendo em chamas. A violência nua e crua da **Ocupação**. Traumas coletivos a sinalizar a finitude de todos e de cada um. A agitar corações e mentes, mobilizando representações imemoriais da morte. Mobilizando o enigma da morte. Transformando túmulos em bandeiras e trincheiras de luta. Revolvendo o discurso político das Oposições, acentuando seus caracteres mágico-religiosos. Incitando a novas práticas e trajetórias que redefinem o mapa urbano, produzindo as trilhas sagradas da *Ilha Rebelde*.

‘Os mortos cada vez mais governam os vivos’. Na fabricação dos heróis da **Campanha de Libertação**, podemos perceber várias facetas e artifícios de glorificação (alguns já mencionados), num processo que se estendeu por boa parte da década de 1950: as homenagens efetuadas na toponímia urbana e na nomenclatura de prédios públicos; a tentativa de construção da “Estátua da Liberdade do Maranhão”; o estabelecimento de datas cívicas comemoradas pelas Oposições (especialmente 15 de janeiro e 03 de agosto) com missas, romarias e comícios; a transformação de seus túmulos em local de peregrinação cívico-religiosa; a (re)construção da biografia e da trajetória dos mártires.

Poderemos perceber este último aspecto através da figura de João Evangelista. Em 05 de agosto de 1950, o **Jornal do Povo** publicou a (única) foto do cadáver do “trabalhador” e “herói do povo”, logo abaixo vinham seus dados: “João Evangelista Vieira, com 19 anos, funcionário público municipal, residente à Vila Macaúba, 76”. Nessa mesma edição, outros detalhes reveladores: o “pobre operário” tombou morto por uma bala na

¹⁹² FERNANDES, 1996:149.

cabeça, “ostentando no peito um retrato de Adhemar de Barros”, permanecendo seu cadáver na praça enquanto não se tomavam providências para removê-lo para a sede do PTB, onde seria velado. O jornal denunciou ainda as manobras governistas no sentido de responsabilizar as oposições pelos acontecimentos do dia 03, “mentindo e desvirtuando os fatos”.¹⁹³

Na edição de 06 de agosto, a denúncia: [o governador] “Sebastião Archer mandou tomar o cadáver”, ordenando à Polícia Militar que seqüestrasse e “escondesse do povo os restos de João Evangelista”. E a primeira homenagem ao “humilde e inocente operário”: na redação estiveram vários “operários e trabalhadores”, manifestando “o desejo de erguer um mausoléu condigno do seu infeliz companheiro”, para o qual o jornal estaria recebendo contribuições.¹⁹⁴ No dia 09, uma entrevista com a família do jovem mártir: “Mataram o nosso Evangelista e ainda querem que estamos alegres com o governo”.

Na entrevista se reiterava que a família do morto era “tradicionalmente oposicionista”, sendo registradas as declarações do “nosso amigo e correligionário” Deoclécio Chaves, “cunhado e pai de coração de Evangelista”. Este afirmou que, desde o Arari e o Itapecuru, “temos acompanhado a oposição. Em São Luís seguimos a orientação de D. Hildenê de Gusmão (presidente do diretório municipal do PSP), e o João era um getulista convicto”. Novas denúncias foram feitas contra o governo, por estar coagindo os familiares a prestar declarações em seu favor: “o senhor acha que podemos estar satisfeitos com o governo que nos impediu de ver o nosso Evangelista e de lhe velar o corpo? Que o enterraram de madrugada, às ocultas como se fosse um criminoso?”.¹⁹⁵

A luta entre governo e oposição pela posse simbólica do cadáver marcou, assim, o primeiro momento do processo de invenção do herói, prefigurado a partir de algumas representações chave: “operário”, “trabalhador”, “humilde”, “oposicionista”, “getulista”, “adhemarista”. Estas duas últimas prenunciando um conflito latente no interior do bloco oposicionista maranhense – o conflito entre PTB e PSP, na medida em que ambos procuravam se legitimar politicamente a partir do ideário trabalhista, buscando suas bases de

¹⁹³ *Jornal do Povo*, 05/08/1950, p.1-4.

¹⁹⁴ *Jornal do Povo*, 06/08/1950, p.3.

¹⁹⁵ *Jornal do Povo*, 09/08/1950, p.3-4.

sustentação na máquina burocrática sindical e na ação política junto às camadas de operários e trabalhadores urbanos. Dados os limites de nosso trabalho, não temos muitos elementos para aprofundar a análise do conflito PSP/PTB, nem outros conflitos internos da Coligação, nos restringindo a fazer algumas indicações sobre a atuação do maior partido de oposição (o PSP).

Em agosto de 1951, o **Jornal do Povo** relembrou “a noite mais trágica do terror vitorinista”, convocando “todas as classes sociais” a “cultuar a memória do mártir João Evangelista Vieira”, o “bravo líder operário imolado à causa da nossa redenção”. João Evangelista: “modesto operário”, “homem simples do povo”, “herói popular”. Homenagear o “mártir operário”, com missa, romaria e comício em frente a seu túmulo, significava antes de mais nada um ritual de renovação de votos, reafirmação para os vivos do “compromisso de luta contínua até a vitória definitiva”, reafirmação da própria identidade dos **soldados da Liberdade**, enfim, “um auto de fé nos destinos da nossa terra”.

Narrando os fatos da “Noite de São Bartolomeu”, o matutino afirmou que o “objetivo central” da repressão seria “a eliminação do então governador de São Paulo” (com foto de Adhemar), cujo apoio foi decisivo para a vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950. A caminhonete que conduzia Adhemar pela rua do Sol foi “metralhada, no meio de uma escuridão mortal”. Iniciado o massacre em praça pública, “dentro de segundos caía, fulminado, um líder operário. Era João Evangelista que trazia no peito o retrato de Adhemar de Barros, num emblema que era um símbolo das aspirações populares na luta contra a tirania”. O jovem trabalhador, portanto, “defendeu, com o seu sacrifício, a própria vida de Adhemar de Barros”. Por isso, seu cadáver foi “arreatado a líderes populares, negado à família e enterrado clandestinamente”, tudo para que “não houvesse o grande enterro que iria levar ao Campo Santo aquela mesma multidão incomputável que levou Satú à última morada”.¹⁹⁶

Imagética cristã: a **Ocupação** converteu o Maranhão em sangue e fez morrer os seus filhos. As cenas da morte daquele que “tinha o nome de um mártir de Jesus” foram posteriormente reelaboradas no já citado romance “Praia do Desterro”. Vejamos a

¹⁹⁶ **Jornal do Povo**, 03/08/1951 (p.1-2) e 04/08/1951 (p.3).

dramaticidade da cena em *Justa* 18:127-136. Numa cidade agitada pelo “calor do verão e da política”, o povo da “velha *Atenas*” aguardava ansiosamente “as palavras de um dos pregadores da restauração trabalhista”, o governador de São Paulo. Mas ser trabalhista no Maranhão era “semelhante a declarar-se cristão na Roma de Nero”, por isso a conspiração contra a “gente simples” – conspiração urdida nas trevas, “nos porões escuros dos velhos sobrados de São Luís”, onde “estavam os adversários engatilhando armas e aguardando apenas o sinal para ensangüentar a Praça de João Lisboa”. [Avanço na cena]. “O braço de Caim pairava não apenas sobre o povo da ilha de São Luís, mas também por cima da gente do interior do Maranhão”. Repentinamente, “irrompeu cerrada fuzilaria contra os manifestantes indefesos e inofensivos”. [Cristãos caminhando para a morte no *Coliseum* – sequência de *Quo Vadis?*].¹⁹⁷

“Era coisa tenebrosa. Era horrível de ver-se. Uma cidade com o governador encastelado em palácio. A população entregue ao pânico, tudo envolto em trevas. Velas acesas na praça onde jazia a primeira vítima de um crime que apenas se iniciava naquela noite, noite sem fim! O trucidamento, o sangue rubro daquela gente humilde corria para que o algoz fosse sempre algoz! Para que o poder se assentasse sempre na injustiça... Havia sangue por toda parte, era o vórtice da desordem, da tirania!... indaguei de vários operários o nome do companheiro morto, todos repetiam: João Evangelista, João Evangelista... João Evangelista... Tinha o nome de um mártir de Jesus, disse o doutor Idjáber”.¹⁹⁸

Mártir cristão, **soldado da Liberdade**, herói da vila da Macaúba, herói do bairro operário do Lira. A construção da memória do herói da *Ilha Rebelde* passou por sucessivos deslocamentos semânticos, que transformaram o “humilde e inocente operário” João em um “líder operário” e depois em um “mártir operário”. João Evangelista – herói do povo, herói dos bairros operários, herói trabalhador. João Evangelista – jovem “pobre e preto”, que “com o seu sacrifício promoveu a ressurreição de tantas consciências e serviu de exemplo martirológico”.¹⁹⁹

¹⁹⁷ *Quo Vadis?* (1951). Superprodução da Metro-Goldwyn-Mayer (MGM). Direção de Mervyn LeRoy. Com Robert Taylor, Deborah Kerr e Peter Ustinov no elenco.

¹⁹⁸ *JUSTA*, 1965:127-131,136.

¹⁹⁹ MACHADO, 1996:194-5. O autor cita a “conversão à política” do poeta Ferreira Gullar, até então um “moço pacato” dedicado apenas à literatura, que se demitiu do cargo de locutor da Rádio Timbira (oficial) por se negar a divulgar as “vergonhosas desculpas com que o governo do Estado procura disfarçar a matança”, da qual foi testemunha ocular. A nota oficial apontava os “comunistas” e “baderneiros” como responsáveis pela morte do operário (FERREIRA GULLAR, 1998:10).

“... os subúrbios de São Luís – Diamante, Baixinha, Céu, Codózinho, Alto do Bode, Vila Operária, etc., apertados entre os manguezais do Anil e do Bacanga, zonas pouco hospitaleiras, que vivem subordinadas ao fluxo e ao refluxo das marés. É o trecho em que as habitações mais pobres – casas de pau-a-pique, cobertas com palmas de babaçu – aparecem com frequência, a atestar o baixo nível de vida de seus moradores, em sua maioria gente de cor negra. A chamada Vila das Macaúbas constitui um aglomerado de verdadeiras palafitas, por se achar colocada dentro do próprio manguezal”.²⁰⁰

As estratégias de fabricação do herói se confundem, no caso, com as estratégias de inserção do PSP no “cinturão operário” da ilha, nos bairros e subúrbios da cidade. “Cinturão operário” onde buscou organizar sua estrutura partidária (via diretórios distritais) e onde desenvolvia práticas de “paternalismo filantrópico junto às populações de mais baixa renda do Maranhão”, visando cumprir o “programa social” do partido e angariar adesões.²⁰¹

Na reconstrução das cenas da chacina se aprofunda a identificação partidária com o PSP e com a liderança “populista”. Tal identificação foi peça importante nas estratégias locais de lançamento da candidatura de Adhemar de Barros à presidência da República, obtendo sucesso relativo na medida em que o político paulista conquistou expressivas votações no Maranhão em 1955 e 1960. Por outro lado, tais estratégias políticas e simbólicas cumpriram seu papel na consolidação do PSP como o 2º maior partido no Estado e líder incontestado da oposição ao vitorinismo. Contando com um jornal de grande circulação na capital (**Jornal do Povo**), financiado pela máquina partidária do PSP paulista, bem como por seus parlamentares estaduais, a seção maranhense do PSP criou espaços onde desenvolver sua política “populista” junto às massas populares urbanas.²⁰²

Em contraste com o PTB (que tinha em mãos a estrutura sindical e previdenciária), o PSP não contou em larga escala com recursos de poder oriundos da utilização clientelista da máquina estatal, embora isso possivelmente tenha ocorrido em

²⁰⁰ AZEVEDO, Aroldo de. “São Luís do Maranhão”. In: AZEVEDO & MATTOS, 1951:80.

²⁰¹ CALDEIRA, 1978:79.

²⁰² Sendo assim, discordamos das afirmações de SAMPAIO (1982:127-8) de que o PSP “se resumia à seção regional de São Paulo”, onde valia a vontade férrea de Adhemar de Barros – o que o transformou no “símbolo do partido de um homem só” (e de um Estado só, complementamos). Apesar de financiado pela seção paulista (por quanto tempo?), o PSP maranhense criou formas próprias de ação política, financiamento e penetração eleitoral. O assunto, contudo, ainda carece de maiores investigações...

municípios do interior, onde o PSP conquistou inúmeras prefeituras e importantes aliados políticos em conhecidos coronéis. No entanto, a penetração político-eleitoral do PTB foi fortemente influenciada pela posterior adesão ao vitorinismo, razão pela qual um estudioso afirmou que o PTB maranhense “teve, dentro de sua linha de ação, a finalidade quase exclusiva de dar suporte ao PSD local e, por extensão, ao próprio *vitorinismo*”, assumindo as feições de um “partido conservador”.²⁰³

Mas, cessada a rápida digressão, voltemos aos roteiros sagrados... Se na pessoa de Evangelista percebe-se a construção da imagem do herói operário, do homem simples do povo em luta contra a opressão, outras foram as idéias-imagens associadas à figura de Saturnino Belo. Neste momento, a fabricação do herói assume outras nuances. Em primeiro lugar, Satú personificava o ideal de heroísmo e sacrifício em favor do Maranhão, do homem “que chegou a sacrificar a própria vida na luta pela redenção de sua terra, que ele tanto amou”.²⁰⁴ Farol brilhante a orientar e dirigir “a mentalidade política de uma era em crise, o sonho libertário de um povo em desespero”. Farol catalisador, por meio do qual os **maranhenses livres** reencontraram-se consigo mesmos, com “a crença e a fé no idealismo que de tantas vitórias iluminara nossas tradições, nosso passado e nossa história”, na fórmula do jornalista Amaral Raposo.²⁰⁵

Primeiro **soldado da Liberdade**, Satú foi ainda um “Idealista”, que “tombou, vitimado pelos golpes da solércia, que ainda dispunha do poder, para a perpetração da infâmia”.²⁰⁶ “Espírito invencível” de heroísmo e idealismo, complementado por inúmeras qualidades pessoais: “brilho de inteligência”, “nobreza de caráter”, “bondade”, “humildade”, “homem do povo” que “não perdeu essas qualidades quando a fortuna lhe abriu perspectivas novas”. O conjunto formando a imagem do líder carismático, considerado um “autêntico condutor de massas”, pois Satú “obteve a glória da consagração popular, apanágio dos

²⁰³ CALDEIRA, 1978:84. A aproximação do PTB maranhense com o vitorinismo se iniciou logo após a *Greve de 1951*, tendo se consolidado nas eleições presidenciais de 1955, quando o partido repetiu no Estado a aliança PSD/PTB, elegendo Juscelino Kubitschek para a presidência da República e Mattos Carvalho (PSD) para o governo do Estado (cf. ainda BUZAR, 1998:261).

²⁰⁴ “Consagração à memória de Satú”. In: *Jornal do Povo*, 16/01/1952, p.1.

²⁰⁵ Amaral Raposo, “No dia de hoje, há um ano”. In: *O Combate*, 15/01/1952, p.1 e 6.

²⁰⁶ “Preito de saudade”. In: *Jornal do Povo*, 16/01/1952, p.2.

excepcionais, dos fortes e dos que são simples e humanos em contacto com o povo”.²⁰⁷ Um toque adicional na montagem do “modelo-ideal” de líder foi dado através da elaboração das imagens de “pioneirismo” e “reformador social”: ele seria “um homem de empresa” que vislumbrava “uma nova era de progresso social na indústria”, sempre buscando o “entendimento entre patrões e operários”, razão pela qual desfrutava de “enorme simpatia no seio dos humildes e dos pobres”.²⁰⁸

Produz-se uma releitura da trajetória pessoal de Saturnino Belo de modo a exaltar qualidades pessoais e políticas, fabricando o mártir da **Campanha de Libertação**. Homem antenado com os problemas sociais, conciliador e reformador da sociedade, capaz de comandar a reconquista da liberdade do Maranhão e de conduzir reformas sociais com o intuito de incorporar à cidadania a massa de “pobres e humildes”. Mas, por outro lado, líder das “classes conservadoras” (leia-se, empresariais), sendo sócio de uma das mais “fortes e conceituadas firmas comerciais” da praça de São Luís, na qual começou como simples empregado. Modelo, portanto, do “homem-que-venceu-na-vida-com-seu-próprio-esforço” (o *selfmade-man*, para usar o arquétipo do capitalismo norte-americano). Modelo do homem vencedor, na família, nos negócios, na política, e “no coração dos seus conterrâneos”.²⁰⁹

Satú, líder carismático, líder popular, líder empresarial, “líder indomável” da **ilha**. Homem de posses, razão pela qual sua família pôde patrocinar a construção de um monumento comemorativo, único efetivamente concretizado e inscrito no cenário urbano. O “Monumento Tumular a Saturnino Belo”, escultura em bronze (dimensões 3.00 x 0.93 x 1.20m) sobre uma base de mármore negro, localizado na sepultura nº 9, da secção I do Cemitério do Gavião (a ala nobre do principal campo santo municipal).²¹⁰ A obra foi encomendada ao vargem-grandense Flory Lisboa Gama, consagrado escultor, que

²⁰⁷ Maria da Conceição Neves Aboud, “Tio Satú”. In: **Jornal do Povo**, 15/01/1952, p.2.

²⁰⁸ Neiva Moreira, “Traço de uma era de autonomia política e social”. In: **Jornal do Povo**, 16/01/1953, p.2.

²⁰⁹ **O Imparcial**, suplemento-extra, 16/04/1951, p.41,44. O jornal reproduz matéria datada de 17/01/1951, em que se faz o necrológio do candidato das Oposições Coligadas.

²¹⁰ A área para o monumento foi doada à família pela Lei nº 244, de 15 de maio de 1951 (publicada no **DOEM**, 25/05/1951, p.3). Sendo o projeto apresentado pelo vereador pessepeista Heider Freitas (in: **DOEM**, 20/04/1951, p.5-6).

conquistou a Medalha de Prata no Salão Nacional de Belas Artes (1940) e o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro (1948), o qual lhe possibilitou viajar e estudar na Europa.²¹¹



“Nossa trincheira é um túmulo”

Monumento a Saturnino Belo

FIGURA 10. A mulher (de feições “atenienses”) segura na mão direita um pequeno globo, sobre o qual ergue-se um anjo. Este, por sua vez, sustenta nos braços os louros da vitória. Aos pés da deusa, o atleta caído, o vigoroso herói morto. Fotos de George Igor, o fotógrafo “treme-treme”.

Monumentum, do verbo latino *monere*, “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. Jacques Le Goff assinala que desde a Antiguidade o termo comporta dois sentidos, sendo ou uma obra comemorativa ou um monumento funerário, “destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa”.²¹² Cumprindo essa dupla função, o monumento a Saturnino Belo transformou-se num sustentáculo dos rituais cívico-religiosos da **Campanha**

²¹¹ A obra de Flory Gama é vasta, constando do acervo de várias instituições, tais como: Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Colégio Pedro II (RJ), Hospital do Câncer de Paris, Museu de Belas Artes de Buenos Aires, Parlamento da Índia (Monumento a Indira Gandhi). Foi ainda autor das máscaras mortuárias de Newton Sá, Catulo da Paixão Cearense, Lindolfo Collor e Getúlio Vargas. Cf. BEM, *Arte do Maranhão*, 1994:118-123.

²¹² LE GOFF, 1996:535.

de Libertação, local de espetáculos e performances do teatro político maranhense. Sua localização é privilegiada, pois ainda hoje é possível observá-lo da praça da Saudade. No entanto, nos dias atuais, passados quase 50 anos, quase ninguém na cidade possui os **olhos de ver** necessários para contemplá-lo, ocorrendo o que Robert Musil disse dos monumentos em geral: “Não há nada no mundo tão invisível como os monumentos”.²¹³



“Os mortos cada vez mais governam os vivos”

FIGURA 11. Outro ângulo do monumento, com destaque para o herói, que com uma das mãos sustenta o anjo da vitória, e com a outra segura um pergaminho. Ao fundo, a casuarina farfalhante.

Na década de 1950, entretanto, o monumento incorporava ao espaço urbano a visibilidade da luta contra a **Ocupação**, constituindo-se num suporte da memória coletiva da *Ilha Rebelde*. O “artístico túmulo” foi inaugurado solenemente em janeiro de 1952, tornando-se um ponto de referência obrigatório nas trajetórias dos **soldados da Liberdade**. Sobre o

²¹³ Apud FREIRE, 1997:100. Em seu livro, voltado para a investigação dos monumentos no imaginário político contemporâneo, Cristina Freire tece interessantes considerações sobre a questão, algumas das quais incorporamos à nossa própria análise.

mesmo escreveu a futura acadêmica Conceição Neves Aboud, propondo-se a interpretar a linguagem plástica e alegórica da escultura:

“Seu túmulo, é uma síntese de sua vida e só os corações de sua esposa e filhos, cheios de saudade, poderiam idealizá-lo. Tem beleza quase suave nas linhas clássicas. Arrojo e luta, na rocha rude que fere o atleta caído, cujos músculos e fortaleza, tio Satú possuía na alma intrépida. A mulher que se curva, ofertando a Vitória ao homem ferido inexoravelmente, porém não vencido, é a Pátria, o Maranhão que o abençoou... Ele sempre quis repousar em terra maranhense, nesse pequenino cemitério, embalado pelo farfalhar das casuarinas tristonhas. Parecia adivinhar que aqui não ficaria só. Há sempre alguém na sua tumba, ofertando flores pobres e orações ingênuas, porque sua saudade está bem viva naqueles que o amavam e dele esperavam tanto... dele, que só a morte venceu...”²¹⁴

Cemitério de São Pantaleão, terça-feira, 15 de janeiro de 1952. Desde as primeiras horas da madrugada, a cidade despertou enlutada. A “ordem do dia” já era do conhecimento de todos os **soldados da Liberdade**: consagração à memória de Saturnino Belo. “Na igreja do Carmo e no Cemitério, o povo dobrou os joelhos, de alma voltada para o Céu, orando pela alma do grande Morto”. Após a celebração da missa campal no Largo da Saudade, houve grande romaria ao interior do Campo Santo, onde os alunos da Escola “Adhemar de Barros” prestaram também suas homenagens ao mártir da Libertação.

Lá pelas dez horas, os jornaleiros já quase não tinham exemplares do **Jornal do Povo** e d'**O Combate** para oferecer. Atraídos pela multidão, chegavam os pregoeiros, vendendo mingau, manuê, derressol e pirulito, anunciando, no calor da manhã: “sorvete, sorvete / compre sorvete p’ra refrescar / que o sorvete é bem gostoso / sorvete de coco e taperebá!”.²¹⁵ Muitos leram com vivo interesse as palavras da sobrinha de Satú sobre o monumento, comparando-as às suas próprias impressões, sua hermenêutica pessoal. Trocando idéias a respeito do valor político e estético da escultura em bronze, bem como sobre Flory Gama – jovem escultor que recebera do literato Viriato Correa a exclamação tipicamente ateniense: “Tem finalmente um escultor a terra em que nasci!”.²¹⁶

²¹⁴ Maria da Conceição Neves Aboud, “Tio Satú”. In: **Jornal do Povo** (15/01/1952, p.2) e **O Combate** (15/01/1952, p.6).

²¹⁵ BÓGEA & VIEIRA (1980:108). As canções do livro *Pregões de São Luís* foram gravadas em vinil pelos autores em 1988, num disco patrocinado pela Secretaria Estadual de Cultura. Por ocasião da 2ª edição (FUNCMA, 1999), o livro foi acompanhado pelos pregões musicados, agora em CD.

²¹⁶ Artigo de Viriato Correa no jornal *A Noite* (Rio de Janeiro, 06/01/1949). Apud BEM, *Arte do Maranhão*, 1994:121.

Outro assunto das rodas de conversa do DIVA foi a homenagem à escritora Conceição Aboud (ocorrida na véspera na “Academia de Louros e Letras”), especialmente o discurso do professor Mata Roma, tema de *mexericos* que se prolongaram por meses a fio.²¹⁷ A discussão sobre o *maranhensismo* do romance foi acalorada... Alguém lembrou de mostrar a propaganda de *Grades e Azulejos*: “tome parte neste romance, vivido em São Luiz, talvez na sua rua, nessa calçada que você pisa agora, num sobrado de azulejos parecido com o seu... Dê de festas a quem você ama, as horas agradáveis de sua leitura”.²¹⁸

14^o passo da procissão cívica. Cemitério de São Pantaleão. A romaria pelas trilhas do sagrado continuou ao longo do dia, embalada pelo farfalhar e pelo choro das casuarinas. Flores, velas, incelências, terços, cruzes e soluços acompanham os combatentes em sua jornada pelos estreitos corredores do cemitério. Flores ingênuas e orações pobres. Alguns se lembram de homenagear os entes queridos que ali repousam, outros, de visitar os demais mártires oposicionistas. Inúmeros balaies ousam a experiência física do toque no bronze e no mármore do monumento. Ambígua sensação de frio e calor cívico...

Já nos céus de poucas nuvens, o colorido dos papagaios de papel, arribando e lanceando. O entoar das orações sendo cortado, de vez em quando, pelos gritos alegres dos meninos ou pela voz de um pregoeiro: “Olha a laranja, D. Arcanja. / É doce que é uma beleza, D. Tereza. / Tem tangerina, D. Felismina”.²¹⁹

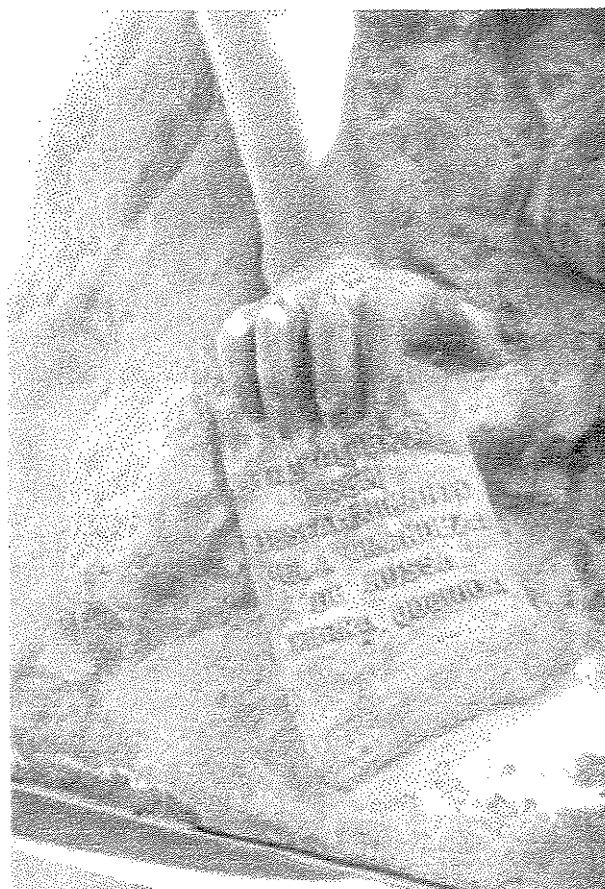
Vem chegando a noite, alumiada pelo clarão das velas e da lua cheia. Os romeiros dispersam-se. É hora dos mortos. Revitalizados pela devoção coletiva, a mulher e o atleta parecem erguer ainda mais alto o pequeno anjo da vitória, transmutado em tocha cuja tímida luz procura devassar as trevas da **ocupação** vitorinista. Dos lábios mágicos da mulher (já sabemos quem seria?) ecoa o mandamento político:

²¹⁷ Só lembrando: DIVA (Departamento de Informações da Vida Alheia), órgão desregulamentador do nobre esporte timbira, a arte de *mexericar*. Sua matriz, como não poderia deixar de ser, estava localizada na praça João Lisboa.

²¹⁸ Anúncio de *Grades e Azulejos*, “à venda nas livrarias Universal, Moderna, Tribuna e Colegial”. In: **O Combate**, janeiro/1952.

²¹⁹ BÓGEA & VIEIRA (1980:20). Os autores acrescentam que “esse é o refrão que se costuma ouvir nas ruas desta velha cidade de azulejos coloridos, a *ilha rebelde* como era chamada em 1951, por ocasião de famosa greve... Esse refrão, cantado em tom gozador pelos vendedores de laranjas, ganha os becos e vielas da capital timbira, chega às praças e avenidas e, hoje, está plenamente inserido no linguajar popular de nossa gente”.

“Se o sonho é de Liberdade / e a seiva se faz de sangue, / rosa brotará do chão: / um dia será verdade / o sonho de Bequimão. / Um sonho de Liberdade / que brilha sobre a cidade / e é chama pura que há de / um dia fazer verdade / o sonho de Bequimão”.²²⁰



“Não há nada no mundo tão invisível como os monumentos”
 FIGURA 12. Detalhe da mão do herói e do pergaminho (testamento), onde se lê:
 “Trabalhemos sem desfalecimento pela grandeza de nossa terra querida”.

Monumentum, fazer recordar, iluminar, instruir, (in)formar. Monumento a Satú. Sacralização da política. Ponto focal do político e do sagrado. Chama pura, breve farol da liberdade a evocar as lutas populares dos maranhenses. Lugar de memória e de tradição. Estátua da Liberdade do Maranhão. *Monumentum*. Trágica luta humana contra a ação destruidora e corrosiva do tempo. Não há nada mais invisível...

²²⁰ Bandeira Tribuzi, “O Herói”. In: TRIBUZI, 1986:230.

O monumento de linhas clássicas constituiu-se, portanto, como referência no espaço de um tempo. Tempo em que a fé em Cristo se confundia com o amor à Pátria maranhense. Tempo mítico de mártires e heróis, de medo e violência, do terror da **Ocupação** e do terror nuclear, mas também de mobilizações e revoltas, de balaçadas urbanas, de Coréias e revoluções (brancas ou não). Tempo de aprender a ler o mundo em signos de morte nos jornais. Tempo, tempo, tempo, tempo, vou te fazer um pedido... Lugar significativo na experiência urbana, de grandes investimentos afetivos e simbólicos, a escultura de Flory Gama, encimando o Cemitério do Gavião, constituiu-se como alegoria em bronze da **Campanha de Libertação**. Farol, marco e monumento no **mapa imaginário da Ilha Rebelde**.

5. “O Diabo na Terra onde até o Sol mente”

“A verdade que vos digo é que no Maranhão não há verdade”
(Padre Antônio Vieira).

São Luís, *Atenas Brasileira*, 31 de janeiro de 1966. A cidade acordou em festas com a posse do novo governador, José Sarney Costa, eleito pelas Oposições Coligadas. A data foi entusiasticamente saudada pela imprensa oposicionista. Era o “Dia da Independência do Maranhão”, o “nosso 7 de Setembro”, o “Dia da Queda da Bastilha Vitorinista-Newtista”, a “Hora da Libertação”.¹ Eis o legado político da **Campanha de Libertação**: o resgate das tradições cívicas e culturais dos **maranhenses**. O novo governo prometia adotar um programa liberal de “moralização dos costumes políticos”, realizado sob a severa vigilância de baionetas caladas da ditadura militar.

O significado histórico do momento foi construído no calor da hora, sendo ainda hoje repetido nos círculos palacianos: a ascensão de José Sarney ao poder representaria “a mudança radical numa estrutura político-administrativa marcada por 20 anos ininterruptos de corrupção”, sob a tutela do senador Victorino Freire (PSD), representante-mor da **Ocupação** – uma longa noite de trevas sob o jugo de Caim, tempo de “puídas que não levavam a lugar nenhum”.² O jornalista Lago Burnett complementou que o Maranhão “conseguiu se libertar sozinho [e o apoio da ditadura?], depois de 20 anos consecutivos de submissão ao regime de opressão e injustiça social”, conseguindo “emergir da longa noite de dominação vitorinista, de incompetência administrativa, de descalabro econômico, de mediocridade política”.³

Fundatio. Rituais de fundação do **Maranhão Novo**, estabelecendo um controle imaginário sobre o tempo coletivo. Ocorrendo durante a temporada pré-carnavalesca, a posse contou com uma programação bastante variada. Começando com uma salva de foguetes a zero hora, pretendendo significar que “a partir daquele instante uma nova era será contada para o Maranhão”.⁴ A queima de fogos deu início ao carnaval, com a população a

¹ Cf. os seguintes jornais: *Jornal Pequeno*, 29/01/1966; *Jornal do Dia*, 28 e 29/01/1966; *O Imparcial*, 30 e 31/01/1966.

² Lago Burnett. “O significado da vitória”. In: *Jornal do Dia*, 30/01/1966, p.9.

³ Lago Burnett. “Maranhão não pode ficar só depois da Libertação”. In: *Jornal do Dia*, 08/02/1966, p.5 (artigo transcrito do *Jornal do Brasil*).

⁴ Coluna “Jámenes escreve: Diário da Cidade”, in *Jornal Pequeno*, 26/01/1966, p.4.

cantar nas ruas o jingle de campanha – o baião “Meu voto é minha lei / para Governador José Sarney” – em ritmo de samba.⁵

O espetáculo político-carnavalesco teve continuidade ao longo do dia, com missa em Ação de Graças; jogo de futebol; cinema gratuito; abertura do Palácio dos Leões à visitação pública; almoço de confraternização. Visando assegurar a massiva participação popular, além de todas as atrações oferecidas, a comissão organizadora utilizou-se ainda de outros artifícios: ponto facultativo nas repartições estaduais, feriado municipal, transporte gratuito. Em nota oficial, a Associação Comercial do Maranhão conclamou as “classes produtoras” (leia-se, o comércio, a indústria e os bancos) a suspenderem suas atividades.⁶

Constituição de novos territórios políticos e simbólicos. À tarde, houve o compromisso de posse perante a Assembléia Legislativa, seguido de parada e desfile militar. Logo após, a multidão saiu em passeata da praça Deodoro, seguindo pela rua da Paz. Novas trajetórias coletivas sendo construídas no mapa imaginário da *Ilha Rebelde*. Trilhas de acesso simbólico ao poder. Os combatentes, formando verdadeira onda humana, não mais se concentraram na **Praça da Liberdade**. Não, eles seguiram em frente, cruzando bravamente o (antigo) **Paralelo 38**, sob as bênçãos de Nossa Senhora da Vitória. Ninguém precisou estacar, entregar a bandeira estadual e apelar para um “mais doido”...

Ritual de passagem. Não somente céus e terra, mas também eles – **soldados da Liberdade** – eram testemunhas, romeiros e andarilhos dos “longos, trabalhosos, ásperos e heróicos caminhos” que os conduziram àquele momento. Deslocamentos semânticos combinados a deslocamentos espaciais, reinventando simbolicamente os espaços públicos, estabelecendo outras hierarquias e territorialidades. Processo de construção de uma nova legitimidade do exercício do poder político no Maranhão, a partir dos imaginários sociais manejados pelas Oposições Coligadas. Adiante, a ampla avenida Pedro II e o Palácio dos Leões, lugares de poder. Palácio de portas abertas, cujos leões de bronze não mais barravam a entrada do “Maranhão das ruas”, que vitorioso, cantava em altos brados,

⁵ *Jornal Pequeno*, 01/01/1966, p.1

⁶ *O Imparcial*, 28/01/1966, p.1

“Expulsaste o flamengo aventureiro, / E o forçaste a no mar buscar guarida. / Dois séculos depois, disseste ao luso: / A Liberdade é o sol que nos dá vida”.⁷

Encontro de um líder com o povo. O ponto culminante das festividades foi o comício em frente ao Palácio do Governo, onde o governador Sarney discursou em rede de rádio e TV, “debaixo de verdadeiro bombardeio de foguetes e ao som de tambores, das Escolas de Samba, e das palmas da multidão incalculável, que lotava a referida avenida”. Sinais de renovação e de prestígio do líder populista (indícios de uma estratégia de marketing pessoal). Segundo um comentarista, o espetáculo foi “indescritível”, com “mais de 100 faixas e cartazes, com dísticos, sintetizando as esperanças do povo no seu novo governante”. Povo, que, “em delírio”, ouviu o pronunciamento de Sarney, “registrando-se empurrões, gritos, requebros dos integrantes das escolas de samba, charangadas, etc”.⁸

Cinema, Feriado e Cultura Popular. A comemoração prolongou-se noite adentro com a realização de inúmeros bailes carnavalescos. Um jornalista assinalou que “segunda-feira foi um dia de muita pagodeira... Foi realmente um dia infernal para a turma que gosta da pagodeira de momo”. Os clubes populares – Urussanga, Saravá, Carcará, Estrela Dalva, Tri-Campeão, Nosso Clube do Anil – abriram suas portas para “receberem gratuitamente os foliões maranhenses... Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos também estiveram dando as suas voltas pelo centro da cidade. A enchente nem se conta. Muita gente de cabeça cheia pulou à vontade”.⁹ Noite de festas no cinturão operário da *Ilha Rebelde*. Noite de muitas orações a São Martinho...

“Maria, engoma a minha fantasia / Que este ano a escola tem que vencer / Já tenho até o samba preparado / Pra ser cantado na hora que a escola descer... Pois é, pois é, pois é / A ginga se faz no corpo / E o compasso é no pé (bis)”.¹⁰

⁷ Trecho do Hino Maranhense.

⁸ *Jornal Pequeno*, 01/01/1966, p.1

⁹ *Diário da Manhã*, 02/02/1966, p.2

¹⁰ “Maria, engoma a minha fantasia”, samba do compositor popular Cristóvão Colombo da Silva ou Cristóvão “Alô Brasil”. Sambista e repentista, trabalhou como operário de fábricas têxteis. Morador e boêmio do bairro da Madre Deus, onde é membro histórico do bloco Fuzileiros da Fuzarca e da Escola de Samba Turma do Quinto. Cf. os CD’s: “Memória: Música no Maranhão” (Comissão Maranhense de Folclore, 1997) e “Alô Brasil – Cristóvão Colombo da Silva” (Fundação Cultural do Maranhão, 1999).

Política, Carnaval e Literatura. Estratégias de construção da imagem pública do líder populista. Auto-representação de Sarney como “síntese” das tradições maranhenses: *Atenas Brasileira e Ilha Rebelde*, “o poeta e o político liberal”.¹¹ A posse da nova diretoria da AML estava prevista para a terça-feira (1º de abril), como parte das festividades político-carnavalescas, contudo, foi adiada para o dia 11 do mesmo mês, data em que o acadêmico Sarney Costa finalmente assumiu a presidência da “Casa de Antonio Lobo”. Construção da legitimidade política com base nos lugares de tradição.¹²

Comício, Futebol e Carnaval. Show de cidadania, pois, “incalculável massa humana, numa concentração cívica inédita na História do Maranhão, ocupou literalmente toda a vasta extensão da praça Pedro II”, havendo o desfile de “numerosos cordões carnavalescos, blocos e escolas de samba, transformando o ambiente em verdadeiro carnaval, tão grande era a alegria do povo”.¹³ De dentro da pagodeira infernal e da confusão inebriante de corpos, gestos e falas, envolto no vórtice da desordem, um intelectual angustiado balbuciou: [para ser lido ao som de Villa-Lobos]

“Qual o sentido da coerência? / Dizem que é prudente observar a História sem sofrer. / Até que um dia, pela consciência, / A massa tome o poder... / Ando pelas ruas e vejo o povo magro, apático, abatido. / Esse povo não pode acreditar em nenhum partido. / Esse povo alquebrado, cujo sangue sem vigor. / Esse povo precisa da morte mais do que se possa supor. / O sangue que estimula no irmão a dor. / O sentimento do nada que gera o amor. / A morte como fé e não como temor”.¹⁴

¹¹ José Sarney Costa foi eleito para a AML em 1952 (aos 22 anos), ocupando a cadeira nº 22 (AML, 1999:75-7). Logo após a vitória em outubro de 1965, foi também eleito para a presidência da Academia de [Louros e] Letras (cf. *O Imparcial*, 27/01/1966, p.1).

¹² Não analisaremos a construção da trajetória de José Sarney, remetendo à leitura de GONÇALVES (2000, caps. 2-3).

¹³ *O Imparcial*, 01/02/1966, p. 1-2.

¹⁴ Fala *in off* de Paulo Martins, na sequência do “Encontro de um líder com o povo” (*Terra em Transe*). Cf. ROCHA (1985: 311-2), transcrevo o texto do filme, que guarda pequenas diferenças em relação ao roteiro.

Outro retrato em branco e preto, a maltratar provincianos corações*

“O filme a que vão assistir foi rodado na cidade do Rio de Janeiro. Tudo o que verão na tela é absolutamente verdadeiro. A câmera captou os fatos no momento em que aconteciam. Não há atores nesse filme. Veremos aqui as pessoas reais em suas vidas reais – nossos amigos, vizinhos, contemporâneos. Nós, os habitantes comuns de uma cidade da América Latina”.¹⁵

Panis et Circenses. Em meio às batalhas de confete e serpentina, deve ter passado despercebida à maioria a presença em São Luís do cineasta baiano Glauber Rocha (27 anos), que veio, juntamente com o produtor Luís Carlos Barreto e equipe, para a cobertura do evento. Dessa experiência resultou um documentário, monumento (in)visível de um tempo – *MARANHÃO 66: posse do governador José Sarney*.

Nessa época, o cineasta cinema-novista já ascendia à condição de mito devido ao vertiginoso sucesso internacional de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964). O sucesso, contudo, não era suficiente para bancar a produção de seu próximo filme, *Terra em Transe* (1967). Por isso, em 1965 e 1966, fez dois “trabalhos de encomenda”, os documentários *Amazonas*, *Amazonas* e *Maranhão 66*. Esta última “encomenda” não somente contribuiu para garantir sua sobrevivência pessoal, como também abriu as portas de um patrocínio para *Terra em Transe* (através do Banco do Estado do Maranhão – BEM).

Assim, num domingo, três de abril de 1966, dois meses após as filmagens, *A Posse do Governador José Sarney* estreou nas telas do luxuoso Cine-Teatro Éden, o maior cinema da capital. Na véspera, o **Jornal do Dia** anunciara sua apresentação extra, afirmando que o documentário conteria “uma visão impressionante editada por Glauber Rocha sobre o grande acontecimento político”.¹⁶ No dia de estréia, a manchete do matutino assinalava que “São Luís, seus azulejos e contrastes, o interior maranhense, a sua miséria e a grande festa que o Povo fez no dia em que levou José Sarney ao Governo do Estado – constituem os temas principais do filme”. Em breves palavras, a reportagem tentou orientar o “olhar” do

* Paráfrase de “Retrato em branco e preto”, música de Chico Buarque e Antônio Carlos Jobim, gravada no LP “Chico Buarque de Hollanda Vol.3” (Rio de Janeiro: RGE, 1969).

¹⁵ Trecho de abertura do filme-documentário “*A opinião pública*”, do cineasta Arnaldo Jabor (preto-e-branco, 72’, 1966). Considerado “o 1º filme de longa-metragem em *cinema-verdade*”, começa com um fundo escuro sobre o qual são projetadas estas palavras admonitórias das intenções estéticas do cineasta, em narração do locutor Fernando Garcia.

¹⁶ **Jornal do Dia**, 02/04/1966, p.2

expectador, indicando a direção em que se deveria pensar o curta-metragem, ou seja, oferecendo ao público os seus **olhos de ver**. O documentário, assim, mostraria “o Maranhão que José Sarney encontrou”, com suas misérias e mazelas, mas, por outro lado, indicaria as potencialidades econômicas do estado, simbolizadas pelo babaçu. Seria um apelo, um **grito** de ajuda ao resto do Brasil.¹⁷



FIGURA 13. Comício da Pedro II: o “transe” das massas. A *Ilha Rebelde* volta às ruas. No canto esquerdo, a imagem desfocada de uma “câmera na mão”, registrando cenas de *Maranhão 66*. Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

Contudo, apesar do esforço didático-político do jornal sarneísta, a exibição de *Maranhão 66* gerou uma intensa polêmica, que se estendeu por semanas. As “estratégias de agressão” adotadas por Glauber no documentário, especialmente a montagem vertical (imagem e som independentes entre si), acabaram surtindo os efeitos desejados: estranhamento, paralisia, problematização. Em lugar de “aplausos-unânicos-a-exaltar-a-genialidade-de-Glauber-Rocha”, as reações do público à “estética da violência” foram bem mais complexas e diversificadas.

¹⁷ *Jornal do Dia*, 03/04/1966, p.1.

“— Chocante! — é em geral o lacônico comentário de quantos assistiram ao curta-metragem *Maranhão 66*”, resumiu o colunista social de “Passarela”.¹⁸ Outro colunista publicou que “foi muito comentado o complemento cinematográfico... mostrando apenas o **lado podre do Maranhão**. As opiniões se entrecrocavam com favoráveis e contrários à produção”.¹⁹ Estas assertivas foram até comedidas diante de outras... “Nem pretendo descobrir quem financiou e por que o fez, o **filme criminoso** que apresenta a nossa tão decantada, bela e atraente Capital na **imagem mais grotesca, irreal e tendenciosa**”, exclamou indignado o Monsenhor Ladislau Papp.²⁰

O teor exacerbado dos pronunciamentos não deve causar surpresa. Afinal, até então, apenas *en petit comité* se tinha noção do roteiro e da narrativa de *Maranhão 66*. Foi um segredo bem guardado, apenas entrevisto nas palavras de Lago Burnett, ao comentar, no mês de fevereiro, que o cineasta estava “fazendo um documentário para o Governador das **condições em que o Estado foi deixado por seus antigos donatários**”, seguido da lembrança de que, daí a cinco anos [ou 35?], seria necessário compará-lo com os resultados da administração Sarney.²¹ Outra ligeira menção apareceu no dia 1º de abril (dois dias antes da estréia), quando o **Jornal do Dia** alardeou a possibilidade do cineasta e sua equipe virem ao Maranhão para filmar *Terra em Transe*, anunciando para breve a presença dos atores Leonardo Vilar e Fernanda Montenegro em São Luiz. A reportagem acrescentou que a esperada “segunda experiência cinematográfica” de Glauber no Maranhão se seguiria ao “documentário de quinze minutos... [retratando] o **imenso potencial econômico do nosso Estado**”.²²

Um **retrato do Maranhão**, composto através da imagem em movimento. Um Maranhão de azulejos, babaçuais e contrastes. Favoráveis ou não, a maioria das opiniões parece partilhar da convicção segundo a qual o filme documentário seria uma expressão legítima do real. Afinal, já havia no país uma cultura cinematográfica (ligada ao gênero documentário) que, via de regra, girava em torno de duas temáticas: a exaltação ufanista do

¹⁸ **Jornal do Dia**, 13/02/1966, p.2.

¹⁹ Coluna “Jámenes escreve”, **Jornal Pequeno**, 07/04/1966, p.4.

²⁰ Monsenhor Papp, “Documentário”. In: **Jornal Pequeno**, 07/04/1966, p.2.

²¹ Lago Burnett. “Maranhão não pode ficar só depois da Libertação”. In: **Jornal do Dia**, 08/02/1966, p.5.

²² “Maranhão será Terra em Transe: filme de Glauber”. In: **Jornal do Dia**, 01/04/1966, p.5.

Brasil (a mitologia do “berço esplêndido”) e os rituais do poder. Eram documentários baseados numa concepção histórico-naturalista, que buscava oferecer ao espectador a ilusão de estar diante dos fatos narrados, propondo uma leitura única da história, sem questionamentos e contradições.²³ Muitos dos que se pronunciaram sobre *Maranhão 66* adotavam o pressuposto do documentário enquanto um discurso fílmico que tenderia à reprodução da realidade.

Contudo, o desencadear de acesa polêmica logo evidenciou os limites da concepção histórico-naturalista, pois foram colocados em xeque os procedimentos adotados na realização do curta-metragem: a escolha das locações, a seleção dos entrevistados (e sua autenticidade), a montagem e a manipulação de imagens. Debate estético (e técnico) em torno do gênero documentário que não pode ser dissociado, em nosso caso, do embate entre as correntes políticas da época, nem da disputa em torno das idéias-imagens e das representações sociais sobre o Maranhão, os maranhenses e sua identidade.

Debate político e estético com seus limites provincianos, bem verdade, mas motivado essencialmente pelas “estratégias de agressão” postas em prática pelo cineasta cinema-novista. Um questionamento sobre *Maranhão 66* que passava por uma problematização da linguagem cinematográfica, suas formas narrativas, seus processos de montagem, seus impactos emocionais junto ao público. Questionamento que apontava implicitamente na direção de pensar o filme documentário enquanto uma modalidade de discurso que tende a construir e/ou interpretar a realidade (ou, em outros termos, elaborar e difundir representações sobre a chamada realidade), e não simplesmente reproduzi-la especularmente.

Para melhor desenvolver nossa análise, fizemos a seguir a decupagem do documentário, buscando evidenciar sua estrutura de enredamento (relacionada por sua vez a um outro discurso, o de Sarney), a peculiar combinação de tipos de montagem, as formas de utilização do som direto, de ângulos e movimentos de câmera – ou seja, os mecanismos de construção de um **retrato 3x4 do Maranhão**. Dadas as limitações de nossa formação na

²³ Acompanhamos o histórico apresentado por BRASIL (1995).

área, o esquema apresentará obviamente problemas aos olhos dos iniciados, mas são riscos necessários...

DIFILM
apresenta
MARANHÃO 66
posse do governador josé sarney

uma produção
MAPA
LUIZ CARLOS BARRETO

som direto de eduardo scorel
edição de joão ramiro mello
produção de josé viana

reportagem cinematográfica de
GLAUBER ROCHA
FERNANDO DUARTE

Abreviaturas e expressões usadas:

1. Decupagem: técnica cinematográfica que consiste na coordenação de som e imagem com o roteiro estabelecido. No caso, desconstrução do resultado final (o documentário e sua narrativa) em seqüências.
2. Montagem horizontal: imagem e som sincronizados / tempo real.
3. Montagem vertical: imagem e som independentes entre si.
4. Som direto: técnica de captação do som e da imagem simultaneamente (o cinema normalmente utiliza a dublagem).
5. Diálogo:
 - voz IN (aquele que fala está em campo)
 - voz OFF (aquele que fala não está em campo).
6. Ângulo:
 - câmera alta (que filma de cima para baixo)
 - câmera baixa (que filma de baixo para cima).
7. Movimentos de câmera:
 - E – D (para a direita) / D – E (para a esquerda)
 - T – F (para frente, zoom) / F – T (para trás)
 - C – B (para baixo) / B – C (para cima)
 - close / movimento circular / panorâmica
 - “chicote” (movimento veloz em panorâmica, sentido de corte, ruptura)

Nº seq.	IMAGEM	SOM
1	- montagem vertical - créditos do documentário	Som direto Batuque de carnaval / Escolas de Samba e blocos
55"	- casarão colonial / beco escuro no Portinho (C – B) - Fonte do Ribeirão (mov. trás) / carranca (close)	carnavalescos (início e fim do documentário)
2	montagem horizontal	Som direto
19"	- close na tuba / banda da Polícia Militar - Sarney caminhando (mov. E – D) - batalhão da PM perfurado com armas em riste	Marcha (banda da PM)
3	montagem horizontal	Som direto
55"	missa em Ação de Graças / Sarney na escadaria da Igreja da Sé / cercado pelo povo / a câmara se afasta até que ele se "perde" na multidão / carro levando Sarney até o Palácio dos Leões / multidão na Praça da Sé (Av. D. Pedro II)	Sinos dobram / cânticos de missa / sons de multidão / ruídos / gritos

Nº seq.	IMAGEM	SOM
4	montagem horizontal	Som direto
39"	- comício na praça da Sé / multidão que lota toda a praça / faixa onde se lê: "SINDICATO..." - Sarney e comitiva subindo o palanque / Sarney, braços levantados, gesticulando, sobe na tribuna - Imagens da multidão feitas sobre os ombros de Sarney "chicote" em diagonal E – D: de Sarney à multidão	Sons da multidão / multidão grita "Sarney, Sarney..." / ruídos / tiros de rojão, foguetes / multidão grita "Sarney, Cafeteira, Sarney, Cafeteira..."
	- Discurso de posse (1ª parte): "diagnóstico" do Maranhão (3'15") / som direto "O repúdio" (subtítulo publicado em SARNEY, 1970:24) (ao longo do discurso são ouvidos tiros de rojão e aplausos espaçados)	
5	montagem vertical	"Recebo na praça pública o direito de governar o Maranhão, direito que me foi dado pela vontade soberana do povo. O nosso céu e a nossa terra testemunharam os longos, trabalhosos, áspetros e heróicos caminhos que nos conduziram a esta tarde, a esta solenidade e a este instante. O mandato que venho de receber tem a marca da luta, tem a chama..." [Voz OFF]
37"	- movimentos de zoom da câmera (efeito de ruptura) - fábrica abandonada / máquinas paradas / galpão em ruínas / velhas paredes (mov. E – D) - câmera em passeio lento	

Nº seq.	IMAGEM	SOM
6	montagem vertical	"... da mais autêntica vontade popular, da liberdade de escolher e preferir, da consciência das opções."
38"	- palafitas / homens, mulheres e crianças (parados) / periferia de São Luís - câmera em movimento lento passeia no interior da palafita / sob as tábuas do chão, vê-se o mangue - panorâmica das palafitas (D – E)	"O Maranhão não suportava mais, nem queria, o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais, com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero, das púidas que não levam a lugar nenhum,..." [Voz OFF]
7	montagem vertical	"... senão a um estágio em que o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso." [aplausos]
46"	câmera passeia lenta em mov. circular, desvendando os aposentos: Penitenciária de Pedrinhas / buraco no teto / camas / armários / grades / banheiros / prédio em ruínas	"O Maranhão não quer a desonestidade no governo, a corrupção nas repartições e nos despachos..." ["Muito bem", aplausos]
7a	- câmera passeia pelo chão destruído, subindo até encontrar 2 homens (presos) atrás de uma grade - homens parados (presos) / câmera se aproxima e os revela em mov. D – E	"O Maranhão não quer a violência como instrumento da política para banir direitos os mais sagrados, que são os da pessoa humana,..." [Voz OFF]

Nº seq.	IMAGEM	SOM
8	- montagem vertical - Visão do largo e da Igreja do Carmo (câmera em mov. circular D – E) - pessoas, carros e comércio / câmera caminha de frente, passando pelos carros em movimento - lotação / movimento das pessoas (câmera próxima mostra a confusão na saída do lotação)	“... nem a impunidade dos assassinos garantidos pelos delegados e a liberdade reduzida apenas... [aplausos] a uma oportunidade para abastardar os homens.” “O Maranhão não quer mais a Coletoria como uma caixa privada a angariar díizimos inexistentes, para inexistentes arcas reais, que não são inexistentes porque se pode pronunciar os nomes dos beneficiários e identificá-los ao longo destes anos de corrupção.” [aplausos] [Voz OFF]
9	- montagem vertical - Sanatório Getúlio Vargas: menino doente / câmera em lento mov. D – E até se fixar no menino (close) / eco: “mortalidade infantil” - mov. D – E até rapaz tuberculoso deitado / close / rapaz estático e de olhos parados - mov. D – E até um cartaz na parede: “Leito Luz do Oriente”	“O Maranhão não quer a miséria, a fome e o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária, de xistossoma, como um exercício do cotidiano. O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático e de olhos parados e ficar caudatário, marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir, enquanto nossa Terra, mergulhada na podridão, não podia marchar nem caminhar”. [Voz OFF]

Nº seq.	IMAGEM	SOM
	Entrevistas: tuberculoso e enfermeira / som direto	
10	montagem horizontal	"Há ano o doutor Kenard me deu alta, como curado. Então, agora, próximo a seis meses, derramei quase a minha última gota de sangue, e, como prova, ontem, também, todos os meus colegas viram, eu derramar até a última gota do meu sangue... Sem uma esperança, sem ... sem nada, só esperando por Deus. Esperava uma operação, mas tô vendo que ... que me acabo sem fazer essa operação. Como hoje, tô aqui trêmulo, sem ter um pingão de sangue na minha veia". [Voz IN]
31"	- rapaz tuberculoso fala ao microfone de cabeça baixa, chorando / microfone e mão do repórter - câmera faz lento movimento F – T – F / close - ao fundo (um pouco desfocado): "Leito Luz do Oriente"	
11	montagem horizontal	"Pois bem, então o caso é o seguinte: que nós aqui os funcionários, nós nunca recebemos o salário, ganhamos 25 conto... e o salário de família nós nunca recebemos". [Voz IN]
11"	enfermeiras com máscaras (close) / pessoas em volta / movimento lento D – E / microfone	

Nº seq.	IMAGEM	SOM
	• Discurso (2ª parte): as “soluções”, o projeto do Maranhão Novo (2’24”) • “No povo, a esperança” (subtítulo publicado em SARNEY, 1970:30)	
12	• montagem vertical	“Como iremos abrir novas estradas? Como iremos formar os nossos técnicos? Como iremos construir os nossos portos? Como poderemos ...” [Voz OFF]
11”	• Sanatório: mulher tuberculosa (pele e osso, olhos imensos a fitar) / câmera se aproxima • homem negro em convulsão, escarrando sangue (hemoptise) / close / câmera recua	
13	• montagem vertical	“... industrializar o Maranhão e criar novos empregos? Como iremos mudar a face do Maranhão 100% pobre quanto a habitação, vestiário e alimentação?”
15”	• urubus levantam vôo / lixão de São Luís (margens do rio Bacanga) / fumaça / meninos, homens e urubus vasculhando o lixo • panorâmica D – E	“Temos uma reserva humana de uma força ...” [Voz OFF]

Nº seq.	IMAGEM	SOM
14	montagem vertical	"... muito grande. Temos os nossos olhos, nesta tarde, no começo do governo, voltados para aquela barragem de cimento, que atravança o Parnaíba e que nos acena com uma mensagem de progresso, e que se chama Boa Esperança. O Parnaíba domado para que o Piauí e o Maranhão possam transformar aquele 'castelo no deserto', como os técnicos chamavam a usina da Boa Esperança, em a zona mais próspera do Norte e Nordeste, onde será o maior campo para investimentos." [Voz OFF]
35"	- lavradores: homens, mulheres, crianças e velhos / mulher pitando cachimbo (close) dá de beber a uma criança (close) - perfil em close de velho lavrador	
15	montagem vertical	"Palmeiras, aqui plantadas pela natureza, e no Maranhão está a maior reserva do mundo de gordura vegetal: nos 150 mil km² cobertos de babaçu e que cada vez mais iremos exportar, valorizar, industrial e mostrar ao Brasil que ele pode ser, em vez de um problema, uma grande solução para todos nós."
40"	- câmera baixa mostra palmeira de babaçu / mov. circular mostra a copa das palmeiras (D – E) - close em homem quebrando côco babaçu / câmera fixa no machado / som: "industrial" - close em mulher quebrando côco / mov. E – D mostra monte de côcos / processo da quebra - câmera E – D: homem caminhando na mata	"O Marquês de Pombal, em carta que fez ao governador do Maranhão, Mello e Póvoas, dizia que 'dois deuses os antigos representavam com os olhos fechados: a Deusa da Justiça e a ...' [Voz OFF]

Nº seq.	IMAGEM	SOM
16	montagem horizontal	"... Deusa do Amor, prova de que eles não eram cegos, porque justiça cega e amor cego são grandes perigos para quem governa nestas paragens'. E advertia que não se deviam erigir aqui templos a estas divindades."
43"	- Sarney no palanque: discurso nas mãos / gestos / microfones / câmara baixa - mov. diagonal E – D: das pessoas no palanque à multidão (quieta, ouvindo atenta) / câmara alta	"Vamos com os olhos desvendados para a realidade, viver a paixão deste Governo novo. Viver todas as horas, todos os minutos, todos os dias. Paixão que hoje é alegria e é sorriso, e amanhã, trabalho e perseverança, para construir o Maranhão da liberdade e do progresso, da grandeza e da felicidade. Muito obrigado meus amigos." [Voz IN]
17	montagem horizontal	Som direto
14"	- close em Sarney no final do discurso / força e expressividade do líder populista: braços erguidos, V da vitória, gesticulação "chicote" (em diagonal E – D) de Sarney à multidão / o povo na praça: palmas, gestos, acenos, festa	Palmas, gritos / ruídos da multidão / tiros de rojão

Nº seq.	IMAGEM	SOM
18	montagem vertical	Som direto Ruídos da multidão em festa
6"	- mulher negra no mercado, sentada - mulher, negra e velha, sentada no chão com criança no colo (paradas) - câmera recua e mostra a porta de uma palafita	
19	montagem vertical	Som direto
12"	- Vista panorâmica (E – D) do centro histórico / câmara alta (tomada feita no prédio do BEM) - porto, Cais da Sagração, barcos, ponta d'areia e ponta de São Francisco, telhados, rio Anil, rua do Egito, mais telhados / alicerces da inacabada ponte de São Francisco	Carnaval / batucada / pagodeira da posse
20	montagem horizontal	Som direto
22"	- São Luiz à noite (imagens escuras / câmara fixa): festa e carnaval popular pela posse - mov. E – D – E acompanhando um bloco de "tribo de índio" / multidão em volta - faixa: "[Município ou sindicato de Santa?] Luzia em homenagem ao GOV. JOSÉ SARNNEY"	Carnaval / pagodeira Escolas de samba e blocos tradicionais (acaba a imagem) (acaba o som)

O cotidiano nos “campos de concentração”

“Aquela afirmativa de Miguel Pereira – o Brasil é um vasto hospital –... seria exata e incontestável... para o hinterland maranhense, se a palavra hospital, por definição, não implicasse na idéia de tratar os doentes, o que não se verifica entre nós”. (Pedro Neiva de Santana)

Noite de estréia. Ávido interesse da platéia, afinal o documentário foi um dos temas mais comentados nas rodas de conversa durante os últimos dias. Em frente ao Cine-Teatro Éden formou-se uma pequena fila que avançava pela rua Grande. “Roupas de domingo”. Pessoas de distintos níveis na escala social estavam presentes: “populares” e “gente bem”. Também “artistas” e “intelectuais atenienses”, prestigiando o genial cineasta do Cinema Novo, com certa ponta de vaidade pelo que o curta-metragem representaria para a cultura maranhense. Em clima de expectativa, as luzes se apagaram. De início, a agradável sensação de estar em casa, pois tudo é familiar, do batuque carnavalesco aos azulejos e casarões coloniais. A maltratada fonte do Ribeirão, com suas carrancas e lendas – de serpentes, tesouros e galerias subterrâneas.

Alguém achou estranho, mas não comentou, a tomada feita de um beco sujo, escuro e feio no bairro do Desterro. Mas havia que ler os créditos do cine-jornal. “— Por que vieram logo no começo?”.

A sequência seguinte reforça os efeitos de similaridade, pois o documentário parece não destoar de outros já vistos sobre os rituais do poder. A marchinha executada pela banda da Polícia Militar pontua os primeiros momentos da cerimônia (contrastando com a batucada inicial). A câmera faz um close na tuba e a seguir designa os demais componentes da banda marcial. Logo após, vemos Sarney caminhando em direção ao seu “anunciado destino” de nova liderança política do Maranhão. Então, um corte na montagem, que reintroduz a presença militar por meio de imagens do batalhão de polícia (em prontidão de armas), prestes a ser revistado.

A banda e o batalhão, consoante a escritura fílmica, compõem a moldura da cena por onde Sarney transita, com desenvoltura de mestre-sala, por sobre ruas e avenidas,

por dentro de mangues e babaçuais do Maranhão. Assim, de maneira assaz sutil, a montagem realizada pelo cineasta sinaliza para a existência de relações (perigosas?) entre o governador e a ditadura militar (a qual se constitui, sob vários ângulos, numa espécie de ausência onipresente em *Maranhão 66*).



“Os clarins da banda militar tocam para anunciar...”

FIGURA 14. Desfile militar nas festividades de posse (Praça Deodoro).
Ao fundo, Sarney e família, em primeiro plano na escadaria da Biblioteca Pública.
Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

A temporalidade do evento foi reconstruída no curta-metragem, de modo que, após assistir com a família à missa em Ação de Graças na Catedral da Sé, o governador José Sarney entra num carro preto oficial e segue em carreata, cercado pela multidão [tomadas em câmera alta], até o palanque erguido em frente ao Palácio dos Leões, onde foi realizada a transmissão do cargo pelo vice-governador em exercício, Alfredo Duailibe.

Imagens da multidão em festa, o som direto das palmas, vivas e rojões, as faixas de comitês de bairro e de sindicatos de trabalhadores. Gritos de louvação aos líderes emergentes: “Sarney, Cafeteira... Sarney, Cafeteira... Sarney, Cafeteira...”. Líderes representativos da dupla vitória obtida pelos bravos e irredutíveis **maranhenses livres**: a **Libertação do Maranhão** e a conquista da autonomia política de São Luiz – única capital brasileira que não havia recobrado, no pós-45, o direito de eleger seu principal mandatário. A prefeitura deixara de ser “um escritório anexo do Executivo Estadual”, comemorou o “jornal das grandes multidões”.²⁴ Afinal, como já advertira o jornalista Celso Bastos por ocasião da *greve de 1951*, “a mais oposicionista de todas as cidades do Brasil deveria ter o seu prefeito eleito”, pois concentraria a “massa mais politizada do Estado”, “um povo admirável, politicamente amadurecido”.²⁵

Na platéia do Cine Éden, a curiosidade e procura por rostos conhecidos no palanque: “—Lá está o Antônio Dino, o Sabóia, dona Marly Sarney, Alexandre Costa...”. Alguém reconheceu um parente no meio do povo e comentou com o amigo ao lado: “—Tu viste o...? Vai ficar todo orgulhoso quando souber...”.

TV ELDORADO

apresenta

Encontro de um líder com o povo

Vitória da *Ilha Rebelde*. A ascensão do governador até ocupar a tribuna de honra [câmera baixa]. Diversidade de efeitos da montagem. Um estranho ângulo de câmera (um “papagaio de pirata”, nos ombros de Sarney), querendo oferecer ao espectador a visão do próprio líder político, seus **olhos de ver**. A montagem designa os atores sociais em cena e suas relações espaciais e políticas. Câmera alta: uma panorâmica da avenida Pedro II. Câmera baixa: Sarney na tribuna, acenando para o povo. Um “chicote” em diagonal E – D: de Sarney (no alto) à multidão (em baixo).

²⁴ *Jornal Pequeno*, 13/04/1965, p.1 (apud PAIVA, 1999:83).

²⁵ Celso Bastos, “Frente única pró-autonomia da Ilha”. In: *Jornal do Povo*, 30/03/1951, p.2.

“Inicia-se, nesta hora histórica, o **governo do povo**. A gente da Ilha, de coragem extraordinária, está nas ruas, vibrante e feliz, comemorando, nas manifestações de seu entusiasmo, a **festa da liberdade** de nossa terra, que José Sarney redimiu com seu civismo. Os homens e mulheres dos **bairros humildes** de S. Luís, sofridos, mas detentores de fibra, exultam de alegria, sentindo as emoções de uma luta que custou tantos sacrifícios. A minha **querida e heróica cidade**, que tem reafirmado a sua **tradição de bravura**, cidade dos meus sonhos e ideais, das minhas lutas, dos pregões nativistas, vive as glórias de nossa emancipação, que marca o fim dos velhos métodos políticos e dos baixos processos administrativos”.²⁶

Súbito, o estourar mais forte de um foguete. [Quebra.] Os movimentos consecutivos de zoom dificultam a percepção das imagens. [Ruptura no ritmo da montagem]. Dentre o público, alguém se perguntou: “—Seria um alto-falante, ou o quê?”.

[Efeitos de surpresa e estranhamento marcando o início da montagem vertical]. Ouve-se, então, José Sarney exclamando (voz off): “Recebo na praça pública o direito de governar o Maranhão...”. Não sem espanto, uma ex-operária reconheceu na tela prateada a fábrica têxtil onde durante anos deixara seu sangue e suor [convertidos em mais-valia absoluta]. Num instante, ela rememorou a antiga agitação da fabril, as companheiras de trabalho, acordar de manhãzinha e não ter hora pra voltar, o desemprego e as novas (e velhas) dificuldades.²⁷ O lento vagar da câmera desvendando ruínas e decadência.

“Simultaneamente fecham as portas várias fábricas de tecidos na capital, desempregando milhares de operários... A perda de dinamismo econômico da capital modera seu poder de atração populacional. Mesmo crescendo apenas 4,3% ao ano... São Luís é incapaz de incorporar à vida econômica esse acréscimo populacional, resultando daí uma enorme expansão de palafitas que em 1969 atingiram aproximadamente o número de 7.000, abrigando uma população estimada de 40.000, em condições infra-humanas”.²⁸

A transição das imagens é quase imperceptível, uma parede da fábrica vê-se transformada em parede de barro. [Relação linear de causa e efeito.] Palafitas, periferia urbana. O dinamismo da seqüência é ditado pela câmera, revelando as péssimas condições de moradia, enquanto as pessoas em quadro permanecem paradas, observando (algo espantadas) a equipe de filmagem. Palavras soltas ao vento (voz off): “terras férteis,

²⁶ Eyder Paes, “Governo do Povo”. In: **Jornal Pequeno**, 31/01/1966, p.2.

²⁷ Segundo os dados parciais levantados por MELO (1990:111), o número de operários da indústria têxtil apresentou a seguinte evolução: 3.871 (em 1945), 3.691 (em 1956), 3.231 (em 1958), 2.107 (em 1959), 1.998 (em 1960), 257 (em 1968).

²⁸ “São Luís: síntese histórica da formação urbana”. In: TRIBUZI, 1992:115. O texto data de 1970, sendo originalmente escrito pelo economista para a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA).

babaçuais, miséria, fome, desespero”. Palafitas, tábuas e mangue [caranguejo e maré, caranguejo peixe é]. Verifica-se uma primeira convergência entre som e imagem na montagem vertical, outras se seguirão... A montagem acompanha o “diagnóstico”, tecendo a visibilidade do “repúdio” ao Maranhão que José Sarney encontrou...

Algumas pessoas começam a ficar inquietas nas confortáveis poltronas do Cine Éden: a (des)agradável sensação de estar em casa. “Tome parte neste romance, vivido em São Luiz, talvez na sua rua, nesse lamaçal que você pisa agora, num barracão parecido com o seu...”.

“Daí por que na Baixinha / há duas noites metidas uma na outra: a noite / sub-urbana (sem água / encanada) que se dissipa com o sol / e a noite sub-humana / da lama / que fica / ao longo do dia / estendida / como graxa / por quilômetros de mangue / a noite alta / do sono (quando / os operários sonham) / e a noite baixa / do lodo embaixo / da casa” (*Poema Sujo*, Ferreira Gullar).²⁹

Transição sem rupturas. [Ainda relações de causa e efeito.] A câmera baixa focaliza um imenso buraco num canto de teto [de onde?]. A voz off prossegue: “... o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso” (aplausos). As primeiras cenas deixam dúvidas sobre o lugar: seria um hospital, um colégio, o leprosário do Bonfim? Aos poucos, alguns conseguem identificar a Penitenciária de Pedrinhas.³⁰ De novo, a dinâmica é dada pelos movimentos de câmera, perscrutando lentamente e inquisidoramente os ambientes (sujos e destruídos) e os “vegetais de carne e osso”. Ainda o “repúdio” do novo governador: corrupção, violência, impunidade, assassinos e delegados mancomunados (mais aplausos da multidão). **Signos de morte da ocupação** vitorinista.

Alguns se scandalizaram com as cenas, passando a dica para o “Língua de Trapo” – hábil colaborador do **Jornal Pequeno** e profundo conhecedor das rodas de *mexericos* da cidade – o qual perguntou, cobrando providências: porque, depois da exibição do documentário “mostrando o **lado podre** do Maranhão, inclusive a situação dos

²⁹ In: GULLAR, 1999:243. O *Poema Sujo* foi escrito em Buenos Aires (1975), durante o exílio do poeta.

³⁰ Localizada na zona rural da capital, a nova penitenciária havia sido construída durante o governo Newton Bello (1961-65) para substituir a antiga, situada no histórico prédio da Câmara Municipal de Alcântara, a *cidade morta*.

presidiários de Pedrinhas”, o governador ainda não havia providenciado “um jeito de dar condições humanas aos homens que vegetam no referido presídio?”.³¹

Da prisão, o curta-metragem conduz o espectador a outro ponto no mapa da ilha, este mais afeito aos imaginários urbanos: o Largo do Carmo, a histórica **Praça da Liberdade**. O *coração da cidade* está batendo cheio de vida e dinamismo. O moderno e o colonial. Carros, corre-corre e trilhos de bonde. Igreja, sobrados e casas comerciais. O discurso prossegue: “o Maranhão não quer mais...”: dízimos, coletoria e corrupção (aplausos). A câmera sente o (mínimo) pulsar de vida urbana, acompanhando e amplificando a sensação de velocidade, ao realizar, primeiro, um giro rápido de quase 180 graus, e depois, ao caminhar na contramão atrapalhando o tráfego. Velocidade que distorce as referências espaciais. De uma Kombi lotação saem algumas dezenas de pessoas em confusão. [Contraponto narrativo.] Largo do Carmo: verniz de modernidade em meio à caótica decomposição da cidade colonial (captada em sua inércia nas demais seqüências). Coração pulsante de uma *cidade morta*, a apodrecer e se transformar em amontoados de ruínas verdes.

“E que melhor se vê uma cidade / quando – como Alcântara – / todos os habitantes se foram / e nada resta deles (sequer / um espelho de aparador num daqueles / aposentos sem teto) – se não / entre as ruínas / a persistente certeza de que / naquele chão / onde agora crescem carrapichos / eles efetivamente dançaram / (e quase se ouvem vozes / e gargalhadas / que se acendem e apagam nas dobras da brisa)” (*Poema Sujo*, Ferreira Gullar).

A escritura do documentário acompanha os postulados e técnicas do *cinema-verdade*, movimento surgido na Europa no final da década de 1950 e que influenciou fortemente o Cinema Novo. Tomar a realidade “sem artifícios”, “câmera na mão” (sem tripé, *travellings* feitos à mão), “sem maquiagem”, sem ambientes que não sejam reais, “para mostrar o verdadeiro rosto e gesto do homem” – eis algumas das propostas do *cinema-verdade*.³² Várias seqüências de *Maranhão 66* acompanham quase à risca essa lição, tal

³¹ Coluna “Língua de Trapo”. In: **Jornal Pequeno**, 13/04/1966, p.2.

³² Tendo o francês Jean Rouch como um de seus principais expoentes, o *cinema-verdade* foi ainda possibilitado pelo avanço tecnológico (equipamentos mais leves de som e imagem), que estimulou um cinema feito nas ruas, no contato direto com a população, captando a “realidade imediata” (ao contrário do padrão prevalecente do cinema de estúdio). Neste sentido, pode ser interpretado como uma das variantes do realismo na arte. Cf. BENTES (1997:25-6) e RAMOS (1987:362-5).

qual enunciada pelo próprio Glauber: a idéia seria fazer “um tipo de documentário em que se usa o som direto, entrevistando pessoas,..., procurando captar o maior realismo possível,..., [procurando] pelo som direto e pela imagem refletir uma verdade, uma realidade”.³³

Corta! Próximo passo na elaboração de um outro mapa subjetivo de São Luiz. Um mapa do “repúdio”, dos **campos de concentração** mantidos pelo vitorinismo. “O Maranhão não quer mais...”: mortalidade infantil, tuberculose e malária. A câmera lentamente focaliza um menino doente em seu leito (convergência entre som e imagem). Poucos na platéia têm dúvidas acerca do lugar: Sanatório Getúlio Vargas.³⁴ Afinal, suas péssimas condições foram exaustivamente denunciadas pelas Oposições durante a campanha eleitoral. Tanto, que o governador Sarney foi visitá-lo em seu primeiro dia de governo e a primeira-dama tomou a seu encargo a organização de uma campanha visando à recuperação da casa de saúde.³⁵ As filmagens ali realizadas ocupam uma posição nuclear na narrativa do documentário, quer acompanhando o discurso de Sarney (seqüências 9 e 12), quer coletando depoimentos de populares (seqüências 10 e 11).

“No que concerne à mortalidade infantil, os coeficientes encontrados... oscilam no último trimestre [1963] de 210,32 a 168,84 por mil, números verdadeiramente aterrorizantes, **as cifras que choram** de que fala eminente estatístico, [um] atestado tristemente eloqüente de nosso **atraso**, ou, para usar a linguagem da moda, de nosso **subdesenvolvimento**”.³⁶

Corta! A câmera continua sua pesquisa no hospital, tendo a preocupação não de registrar o local em si, mas sim seus tristes hóspedes. Um lento movimento para a esquerda conduz até um jovem tuberculoso, que está deitado sob a aura do *Leito Luz do Oriente*. Sincronia da montagem som/imagem: “O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático e de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir...”. Personificação alegórica, o rapaz é o Maranhão,

³³ Glauber Rocha, *Revolução do Cinema Novo* (apud: GOMES, 1997:161).

³⁴ Durante o passeio pelas *trilhas do sagrado*, passamos ao largo do sanatório, localizado no então aprazível subúrbio de São Raimundo, nas proximidades do bairro do João Paulo.

³⁵ *Jornal Pequeno*, 02/02/1966, p.1.

³⁶ SANTANA, 1963: 3,7. O médico e político Pedro Neiva de Santana, de tradicional família do agreste maranhense, exerceu inúmeros cargos públicos, dentre os quais destacamos: Prefeito de São Luís (Estado Novo, 1937/45), Secretário de Planejamento (governo Sarney, 1966/70), 1º Reitor da Fundação Universidade do Maranhão (depois UFMA, 1967), Governador de Estado (1971/1974), membro da AML (cadeira nº 39). Dados obtidos em NUNES (2000:338), que procura pensar a relação entre médicos e política no Maranhão.

condensado numa imagem emblemática. Um **signo da morte**, porquanto marginal de toda forma de progresso, condenado pelo simples desejo de querer viver.

“Tinha a tuberculose em Pirapemas, mas era demais de tuberculoso no Pindaré. A tuberculose é muito mais perigosa do que a lepra e o pessoal não tinha muito medo não. Deixavam o cara dentro de casa e separavam a comida, o prato, a caneca, a tigela dele. A lepra botavam fora de casa: coisa horrível! Tuberculoso ou leproso era doente que não tinha jeito. Nunca houve cura. O sujeito podia ir logo comprando uma mortalha”.³⁷

[Descontinuidade.] A montagem produz um corte inesperado na narrativa fílmica, que até então acompanhava *pari passu* o discurso de Sarney [voz a falar sobre e a defender o desenvolvimento do Maranhão], para introduzir um comentário externo. *Maranhão 66*, uma alegoria da Ocupação vitorinista – a onipresença da doença, do grotesco e da morte em terras timbiras. O Maranhão sob o **signo da violência**: um imenso **campo de concentração** da democracia, hospital-laboratório de experiências e tecnologias de produção da morte.

“Com a tuberculização tão larga que temos, não é possível confiar na grandeza do nosso futuro. Mais que a sífilis, a verminose, o paludismo e a própria lepra, influi a tuberculose nos nossos destinos; e mais que os de hoje, são justamente os nossos homens de amanhã que ela ameaça de invalidar! Todos nos devemos, pois, combinar, para o combate decisivo que nos cumpre mover-lhe à nefasta ação avassaladora!”.³⁸

[Montagem horizontal.] Composição de um quadro expressionista [à maneira de *O Grito*, do pintor norueguês Edvard Munch], tendo a **peste branca** como fonte inspiradora. Atmosfera carregada. Microfone a postos: uma entrevista no sanatório, um diálogo com a Morte entre quatro paredes – numa tentativa desesperada de ganhar tempo, pois ela não aceitou jogar damas nem bilhar. O depoimento aflora sem que se conheça a pergunta que o provocou, parece surgir naturalmente do nada.

³⁷ CONCEIÇÃO, 1980:74. Em seu livro de memórias, o líder camponês Manoel da Conceição fala das condições de vida e trabalho no meio rural maranhense, dos processos de organização e luta dos camponeses, assim como dos conflitos com latifundiários e com o Estado nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

³⁸ LISBOA, 1949:83. Médico e político, Achilles Lisboa foi membro da AML (cadeira nº 14) e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Prefeito de Cururupu (MA), Diretor do Jardim Botânico (RJ), Governador de Estado (1935/36), Naturalista do Museu Nacional (RJ). Consultar NUNES, 2000:303.

“–Fala, Povo! Fala!” [Técnicas do *cinema-verdade*.] Eis o grito de morte do tuberculoso, “outra voz” a dizer coisas do Maranhão. É uma voz periférica a confrontar o respeitável público com as imagens grotescas da decadência física relacionada à doença: sangue, pele, ossos, olhos e lágrimas. Jovem a soluçar e derramar pelo microfone sua **última gota de sangue** enquanto espera a intervenção divina, talvez da idílica e desfocada *Luz do Oriente*.

“Falar somente uma linguagem rouca,
Um português cansado e incompreensível,
Vomitando o pulmão na noite horrível
Em que se deita sangue pela boca!”.
(*Os Doentes*, Augusto dos Anjos)

Logo, uma segunda voz também se pronuncia – uma enfermeira reclamando do atraso no pagamento dos baixos salários. Evidencia-se uma diferença entre os personagens em foco: a fala repleta de “erros” gramaticais das pessoas do povo contrasta com a fala culta e estilizada (segundo a norma gramatical) do governador acadêmico. Ambigüidades. A narrativa rompe, nesse momento, a primazia da fala concedida ao governador para orquestrar um dueto e depois um trio, variando os ângulos de abordagem e de composição do **retrato do Maranhão**. A polifonia enquanto elemento da escrita do documentário. Técnica fílmica e política de dar a palavra ao Povo, atitude até certo ponto inovadora, mas, por outro lado, uma quase que exigência do discurso populista de Sarney (“não podia morrer sem gritar”) e das concepções políticas e estéticas do cineasta baiano.

“As vozes que aqui se ouviam eram **gritos roucos e vazios**, que se perdiam por não serem escutados, porque não significavam nada, senão a voz bolorenta de anacronismo. Por todo o Maranhão espalharam-se **métodos de tortura, de extorsão, do saque**, do marasmo e do não-fazer; do deixa, do larga, do espera, do fica-aí, do está-dando, do não-adianta; enfim, as luzes baixas que não aquecem e não iluminam. Até onde a responsabilidade da Nação brasileira está comprometida neste **campo de concentração** que era o nosso Estado? Nesta **ilha de atraso** em que estamos?”.³⁹

³⁹ SARNEY, 1970: 27. O livro *Governo e Povo* foi saudado pelo intelectual Odylo Costa, filho como “um documentário de ação”, pois “antes de ser matéria, a ação foi verbo”. *Fiat Lux!*

Juntas, as diversas vozes comporiam “o **grito do Maranhão** ao resto do Brasil, precisando de ajuda, pois o Estado não poderia ficar só depois de sua Libertação” – conforme a leitura proposta pelas Oposições Coligadas. Ou seriam “falsos mendigos”, “farsantes contratados”, dentre os quais “supostas enfermeiras que se apresentam mascaradas, para malsinar a administração Newton Belo” – segundo a corrente política rival.⁴⁰ O artifício de intercalar à fala de Sarney um comentário externo (os depoimentos em montagem horizontal) cumpre ainda outra função narrativa: possibilitar a edição do discurso de posse, que ficou reduzido a pouco mais de 5 minutos (dos mais de 30 iniciais). Tal artifício permitiu estabelecer uma linha de sucessão temporal entre as duas partes do discurso (seqüências 9 e 12), provocando uma impressão de continuidade sem prejuízo a uma certa inteligibilidade da narrativa fílmica.

“O **Maranhão** não quer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático e de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir enquanto nossa Terra, mergulhada na **podridão**, não podia marchar nem caminhar. [Corte no discurso.] Por isso **nós gritamos**, por isso nós morremos, por isso nós resistimos à **ocupação**, por isso não se apagou em nossos corações a miragem desta tarde que um dia haveríamos de ver, quando encontraríamos o **caminho perdido da tradição maranhense**”.⁴¹

O contraponto formado pela pluralidade de vozes não consegue, entretanto, obliterar a linha-mestra da narrativa fílmica, que retoma seu fio condutor, enquanto a câmera prossegue no desvendamento dos doentes. Mais vítimas da **peste branca**. Uma magérrima mulher parece querer se esconder por trás de um lençol imundo. Um homem negro, em estágio terminal, sofre uma convulsão diante da câmera e escarra sangue num urinol (a terrível hemoptise, na linguagem médica).

“Descender dos macacos catarríneos,
Cair doente e passar a vida inteira
Com a boca junto de uma escarradeira,
Pintando o chão de coágulos sanguíneos!”
(*Os Doentes*, Augusto dos Anjos)

⁴⁰ Editorial “Perversidade Governamental”. In: *Diário da Manhã*, 06/04/1966, p.2.

⁴¹ SARNEY, 1970:24.

Estômagos mais sensíveis começam a ficar embrulhados. Evidência dos limites da concepção do filme histórico-naturalista. Agressão ao público, consoante a lógica enunciada pelo alucinado poeta Paulo Martins: “*Esse povo precisa da morte mais do que se possa supor. / O sangue que estimula no irmão a dor. / O sentimento do nada que gera o amor. / A morte como fé e não como temor*”. Ruptura da “ilusão de realidade”, subjacente ao estilo do cine-documentário.

“—Não! — exclamou um espectador indignado — assim também já era demais!”. Mostrar a “**bela e atraente**” capital do Maranhão na “**imagem mais grotesca, irreal e tendenciosa**” era demais. Questionamento do **retrato do Maranhão**. Pois, a “ilusão de verdade” da *reportagem cinematográfica* estava definitivamente quebrada, maltratando provincianos corações, incitando respostas enérgicas, demandando o exercício da censura. Indignado, o Monsenhor Ladislau Papp perguntou: “por que o povo não reagiu na altura?”. “Por que não exigiu das autoridades a suspensão imediata da apresentação?”. Lamentavelmente, faltaria aos maranhenses “este nobre bairrismo, que permite críticas entre nós, mas nos uma quando lá fora querem nos desmoralizar explorando nossas deficiências”. No Maranhão, “nós mesmos nos desmoralizamos”, nos encarregando de “lavar a nossa ‘roupa suja’ no tanque público do país”.⁴²

Efeitos estéticos: agitação dos sentidos e paralisia. Contudo, a platéia não reagiu, pelo menos não de imediato, nem da forma desejada pelo piedoso sacerdote. Pois nas telas foi projetado um “filme feio e triste”, espelho em negativo da sociedade maranhense. Composição de um **retrato 3x4** a partir daquilo considerado **intolerável** pela sociedade: o outro, o marginal, o feio, o doente, o pobre, o lixo. Outros **olhos de ver**.

Pedagogia da dor, revelando ambigüidades, contradições, colonizações. A violência é “a mais nobre manifestação cultural da fome”. A violência simbólica como estímulo à dor e à problematização da cena, remetendo a outras cenas. Ataque sensorial ao espectador, estabelecendo o confronto de sua sensibilidade com o grotesco, o mórbido, o

⁴² Monsenhor Papp, “Documentário”. In: **Jornal Pequeno**, 07/04/1966, p.2.

terrível, o repulsivo, o imundo – ataque que provoca ambivalência de sentimentos e alimenta as paixões políticas e estéticas.⁴³

Geografia da fome. Fabricação de um micro-cosmos em branco-e-preto do **subdesenvolvimento**: a onipresença da peste, do grotesco e da morte no Terceiro Mundo. No *Manifesto da Eztetyka da Fome*, o Cinema Novo apresenta suas armas. “–Fala, Glauber! Fala!”: “a fome latina... é o nervo de sua própria sociedade”. Esta “a **trágica originalidade** do Cinema Novo: nossa originalidade é **nossa fome** e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida”. Discurso para o outro, civilizado e colonizador. “–Fala, Glauber! Fala!”: a fome “para o europeu é um estranho **surrealismo tropical**. Para o brasileiro é uma **vergonha nacional**”.⁴⁴ Cinema-guerrilha: a diferença brasileira/latino-americana pensada através da eztetyka cinematográfica.

Cinema-verdade. O cineasta faz experimentações com a linguagem do cinema-documentário, testando (e rompendo) os limites e possibilidades da concepção histórico-naturalista. Crítica interna da forma, através da explicitação da importância do processo de montagem na produção de significados e efeitos-conhecimento. A montagem como elemento de dinamização da expressividade e de provocação. Um jogo com fragmentos da realidade, a ser combinados e recombinaados pelo olhar estético do cineasta. Um jogo com a descontinuidade, com a “interrupção da ordem lógica das seqüências, criando blocos autônomos de imagens”, causando estranhamento.⁴⁵ *Maranhão 66*: montagem vertical combinada ao grotesco alegórico, pincelando um **retrato** despedaçado das terras timbiras, com sua galeria de famintos e doentes.

Linguagem da dor. Rapidamente, o espectador se confronta e espanta diante dos mecanismos de construção da *reportagem cinematográfica*, do processo de seleção e manipulação de imagens que é inerente à narrativa fílmica (que é inerente a qualquer

⁴³ Sobre os efeitos temáticos da alegoria, cf. FLETCHER (1990:220-278).

⁴⁴ Acompanhamos algumas sendas interpretativas sugeridas a partir da leitura de BENTES (1997) e XAVIER (1983). As citações são do *Manifesto da Estética da Fome* (ROCHA, 1965:167-8), apresentado por Glauber durante a Resenha do Cinema Latino-Americano (Itália, 1965).

⁴⁵ GOMES, 1997:390. O autor discute a questão da *linguagem* na filmografia de Glauber, ressaltando a singular concepção e importância do processo de montagem para o cineasta. Para uma discussão sobre cinema e montagem, cf. LEONE & MOURÃO, 1993.

narrativa...). Teste irônico: a estética da agressão, quando aplicada à forma do documentário, produz a problematização da cena, buscando o distanciamento crítico do olhar.

Descolonização política e cultural: o cinema como guerrilha e pedagogia.

Movimento em panorâmica. Uma nuvem de urubus levanta vôo e “passeia entre os girassóis”, compartilhando sua rapinagem com homens e meninos no lixão de São Luís. A fumaça lembra vagamente um campo de guerra. Ao fundo, as águas mansas do rio Bacanga, dois barcos recolhidos na maré baixa, o mangue. “—Realmente, aquele jantar vai ficar pra outro dia, está bem?”, uma jovem murmura baixinho a seu par.

“Mas o que mais distancia / essa noite da Baixinha / das outras / é o cheiro: melhor dizendo / o mau cheiro / que ela tem como certos animais / na sua carne de lodo / e daí poder dizer-se / que a noite na Baixinha / não passa, não / transcorre: / apodrece” (*Poema Sujo*, Ferreira Gullar).

Mapas narrativos do Maranhão em disputa. Um editorialista indignado escreveu dias depois que o Estado estava sendo representado na “**figura grotesca** de um **mendigo** de último grau de miserabilidade, esfaimado e esfarrapado, como um vilão desnudo, da cabeça aos pés”. A seguir, formulou críticas à estratégia sarneísta do “quanto pior, melhor”, ao mostrar somente o **lado podre** do Maranhão. Tudo isso com o objetivo de “causar ‘suspense’ e valorizar a obra cinematográfica dos **comunistas** contratados para a elaboração dessa ‘obra-prima’ idealizada pelo ‘**camarada**’ **governador Caos**”.⁴⁶ Moscou, eles não mostram...

⁴⁶ “Horizontes Sombrios”. In: *Diário da Manhã*, 23/04/1966, p.2. O matutino era ligado ao grupo político do ex-governador Newton Bello, vitorinista de origem.

TV ELDORADO

apresenta

O “milagre maranhense”

“Como iremos mudar a face do Maranhão 100% pobre?”. Com a vitória das Oposições Coligadas na **batalha da Liberdade**, ouve-se, agora, o anúncio do **Maranhão Novo**. [Uma região em busca de sua identidade perdida: Tradição, História, Cultura, Fé e Progresso.] Assim, o discurso do governador reelabora o mito da prodigalidade e excepcionalidade do **maranhense**: “Temos uma reserva humana de uma força muito grande...”.

“Os **caboclos** do Itapecuru... formam uma população **socialmente inferiorizada, indolente** – sobretudo os homens – que vegeta numa vida miserável nas fazendas, cultivando roças e criando porcos... **O caboclo maranhense é um vencido**; a condição de dependência econômica, a tradição escravagista, a indolência o derrotaram. A sua função social quase se reduz à de um mero reprodutor da espécie. As mulheres, porém, trabalham desde tenra idade. Desde os 6 ou 7 anos começam a quebrar côco para se vestir e se enfeitar, mas aos 16 ou 17, na maioria, se prostituem. Os laços de família são frouxos”.⁴⁷

Lavradores riem para a câmera, enquanto ao fundo uma estrada de terra aponta na direção do “futuro”. A geografia da miséria se completa com imagens do interior do estado. Um “centro”, com casas de lavradores (em Bacabal, no vale do Mearim). A lentidão dos movimentos de câmera potencia a situação de apatia e atraso no meio rural: close numa mulher negra acendendo um cachimbo, uma criança barriguda toma água numa lata, uma família, um velho lavrador de perfil. Uma pessoa comenta na platéia, lembrando-se das práticas dos coronéis do sertão: “— Não mostraram nada”. Outros possíveis **retratos do Maranhão...**

“Fogo no gado. **O gado está comendo roça, fogo no gado...** Nessa época começaram a se instalar novos fazendeiros, aumentando os conflitos com os trabalhadores no vale dos rios Pindaré-Mirim e Mearim. Os trabalhadores

⁴⁷ VALVERDE, 1957: 397, 410. Geógrafo (dos quadros do Conselho Nacional de Geografia), Orlando Valverde produziu seu texto enquanto membro do Grupo de Estudos do Babaçu, criado pelo governo Juscelino Kubitschek em março de 1957 com o objetivo de apresentar, em “bases racionais e científicas”, sugestões para o desenvolvimento de sua produção.

consideravam justa a luta contra o gado que comia as roças. Eles começaram a se associar no sindicato do Pindaré-Mirim com o objetivo de serem defendidos nos seus interesses. Esse fluxo de trabalhadores reivindicando a entrada no sindicato levou à necessidade da fundação de novos sindicatos... Fundamos o primeiro sindicato de Santa Luzia, que passou a ser um sindicato mais forte do que o de Pindaré-Mirim porque lá é que tinha gado solto comendo arroz por todo canto”.⁴⁸

Ainda em off, a voz do governador anuncia a usina de Boa Esperança, energia para dinamizar o investimento capitalista na agricultura e na indústria, estimulando as economias do Piauí, Ceará e Maranhão. Promessas de um **Maranhão Novo**: usina hidrelétrica, porto do Itaqui, riquezas minerais, a bacia de Barreirinhas com “outra esperança e outra certeza, que é o **petróleo do Maranhão** escondido há milhões de anos e guardado para **explodir neste ano de 66**, o ano que consolida nossa vitória”. [Expansão do capital monopolista para a Amazônia, sob o patrocínio da ditadura militar].⁴⁹

“Oh, yes! Nós temos babaçu! Pra dar e vender!”. A enunciação das promessas prossegue: terras férteis, vales úmidos e “... palmeiras!”. [O corte na edição do discurso.] A câmera baixa mostra uma palmeira de babaçu, depois faz uma panorâmica da copa das árvores. Mas, “que é o babaçu? É uma palmeira, é um côco... A palmeira de babaçu dá, pode-se dizer figuradamente, **frutos de ouro**... O babaçu é um fruto milagroso. Tem dezenas de aplicações práticas...”.⁵⁰ Mito da natureza rica e abundante.

Dentre o público, muitos suspiros aliviados, o pior já passou... A (des)agradável sensação de estar em casa. De estar no Maranhão, a formosa “terra das palmeiras onde canta o sabiá”: ariri, buriti, carnaúba, dendê, licuri, macaúba. Terra de babaçuais ondulantes, desde os anos 1910/20 apontados como promessa de redenção econômica.

Babaçu, “**riqueza do sertão**”. Pomo de ouro, [assentado em relações sociais de superexploração do trabalhador rural pelo comércio e pelo latifúndio], extraído pelo mais

⁴⁸ CONCEIÇÃO, 1980:112. Rememorando as lutas dos camponeses (os *caboclos*) no interior do estado, Manoel da Conceição comenta a adoção da estratégia radical de “fogo no gado”, adotada pelo movimento no início dos anos 1960.

⁴⁹ SARNEY, 1970:31. A extração de petróleo em Barreirinhas foi considerada inviável economicamente pela PETROBRAS na década de 1980 (embora alguns falem em sua retomada no início do século XXI). Já o porto do Itaqui e a barragem de Boa Esperança foram financiadas por verbas federais.

⁵⁰ AZEVEDO, 1943:120, 123. Sobre a “civilização do babaçu” há extensa bibliografia, dentre a qual mencionamos: ABREU (1931), AMARAL FILHO (1990), ANDRADE (1970 e 1973), GALVÃO (1955), MAY (1990), VALVERDE (1957).

rudimentar processo: imagens de um homem e uma mulher quebrando coquilhos, um homem de facão na mão caminha pela mata dos cocaís. [Cenas de trabalho absolutamente atuais em 2001.] O documentário produz o contraponto entre o “arcaico” e o “moderno”, entre o “diagnóstico” e as “soluções” projetadas pelo (auto)proclamado porta-voz do Maranhão. Promessas de “exportar, valorizar e industrializar...”.

“retocai o céu de anil
bandeiras no cordão
grande festa em toda a nação
despertai com orações
o avanço industrial
vem trazer nossa redenção!”
(*Parque Industrial*, Tom Zé)

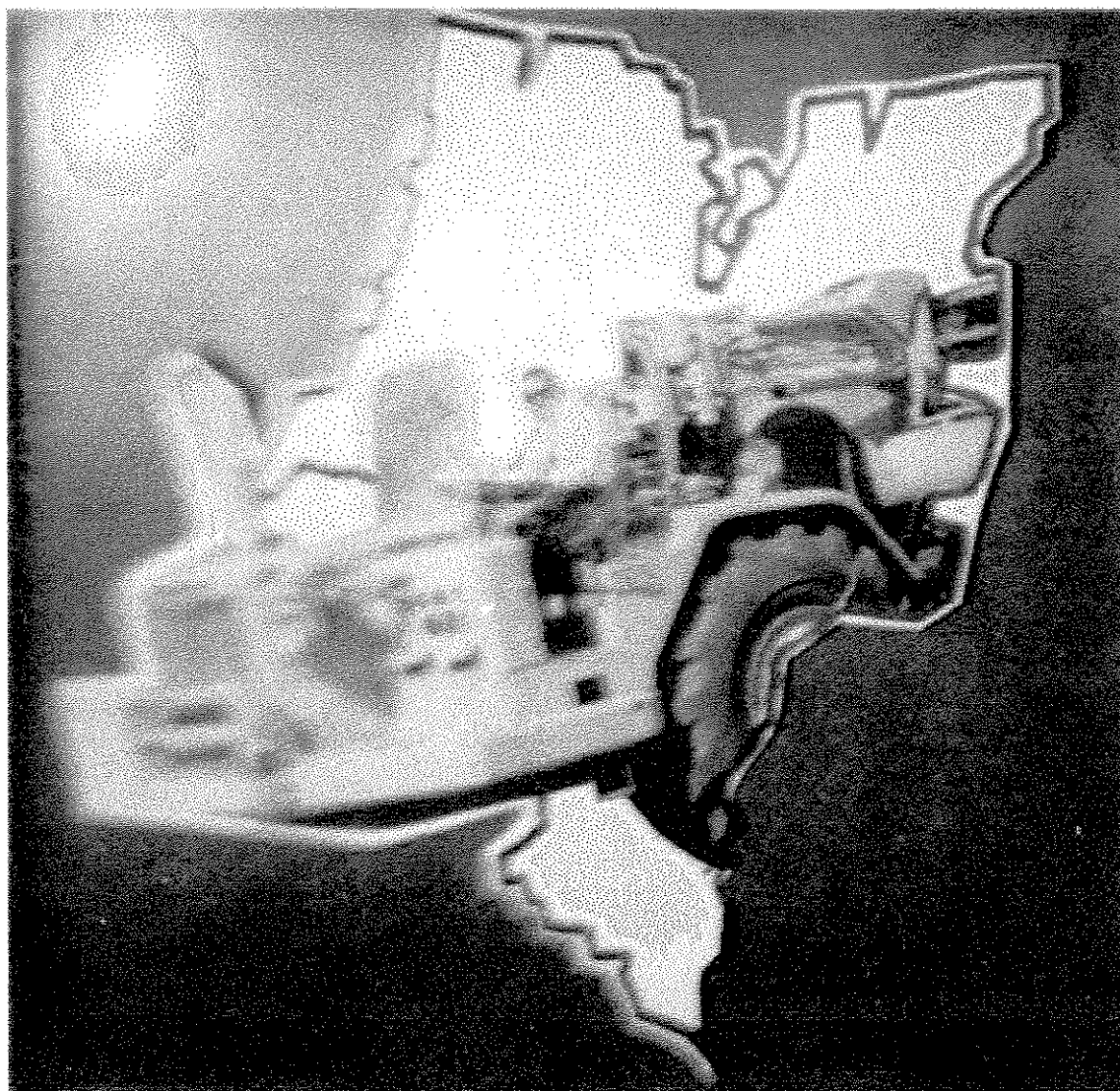
Invenção do **Maranhão Novo**. Uma aventura em busca da identidade regional perdida: Tradição, História, Cultura, Fé e Progresso. Re-invenção: reencontro com o “passado de glórias”, através do resgate da posição de destaque do Maranhão no seio da nação brasileira. Busca da **Idade de Ouro** da economia maranhense, quando São Luís era a 4ª cidade brasileira e as elites escravistas mandavam seus filhos estudar na Europa. Tempo mítico estabelecido pela historiografia tradicional a partir da “ideologia da decadência”, das idéias-imagens e representações sociais formuladas pelas elites regionais como padrão explicativo para pensar a evolução econômica estadual.⁵¹ Época de reformas ilustradas empreendidas pelo Marquês de Pombal, de revolução industrial, de criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755/1778), que “transformou a nossa **penúria em fartura**, a nossa **pobreza em riqueza**. Deve-lhe o Maranhão o surto de progresso que desfrutou nos últimos quarenta anos do período colonial”. Tempo de “**o branco algodão tornar negro o Maranhão**”, através da implantação do sistema agro-exportador escravista.⁵²

Sábios conselhos do Marquês: estar com “os olhos desvendados para a realidade”. Com que **olhos de ver**? A visibilidade do Maranhão em 1966: **campo de concentração** da democracia e **ilha de atraso, marginal do progresso**. O discurso formula implicitamente um paralelo histórico: Pombal / Sarney – aquele, o mítico demiurgo,

⁵¹ Sobre este ponto ver ALMEIDA (1982), GONÇALVES (2000) e o meu próprio texto “Ruínas Verdes” (1999).

⁵² VIVEIROS, 1954:74 (1º volume da *História do Comércio do Maranhão*).

instaurador da **Idade de Ouro** econômica; este, (auto)representando-se como idealizador de um outro, novo e velho Maranhão – ambos compartilhando uma **visão fáustica** do mundo. Reiteração, portanto, de uma concepção cíclica da história regional, postulando o progresso e o desenvolvimento como forma de superação da situação de **decadência** historicamente herdada, mas deveras acentuada pelo vitorinismo.



“Lembrança do Maranhão Novo”

FIGURA 15. Elaboração imagética da mística desenvolvimentista.

De dentro do mapa estadual se projeta um potente e viril trator, dirigido por José Sarney.

Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

Meta-História. A invenção do **Maranhão Novo** enquanto processo de (re)construção das bases da *Atenas Brasileira / Ilha Rebelde*. Na primeira etapa: a vitória da

batalha da Liberdade, com o fim da ocupação e seus campos de concentração. Na segunda etapa: a nova batalha do progresso, com a superação do atraso. “Construir o Maranhão da liberdade e do progresso, da grandeza e da felicidade” (“Muito bem!” Aplausos). Promessas...

“Nós, no Maranhão, no primarismo das nossas soluções e dos nossos problemas, somos uma parcela desse mundo em transformação, na **busca de dias melhores**. Aqui, os frutos da **luta coletiva** estão nascendo... Renovamos as nossas esperanças em [19]64. Sabemos que ele será um ano difícil, mas de vitórias. É impossível evitar a participação cada dia maior das imensas **massas marginais** no processo político. É a **presença do povo** exigindo dias melhores. Que esta consciência de luta e de vitória seja a tônica a guiar as nossas fundadas quimeras neste ano novo”.⁵³

Maranhão 1970: imagens de “modernidade”. Ao final do mandato (1966/1970), com o lançamento de *Governo e Povo* (coletânea de discursos), o governador Sarney pretendeu prestar contas de suas “realizações” e das “mudanças” verificadas no Estado. *Governo e Povo*, um “*documentário de ação*” visando demonstrar a eficácia do verbo: *Fiat Lux!* Na apresentação, o acadêmico Odylo Costa filho ressaltou que “guiava-o a **visão fáustica**, em que o Goethe da velhice pôs toda a força dos ideais da civilização ocidental, ‘volúpia de agir e beleza’, salvando o Fausto da desgraça pelo ato de semear, secar o pântano e erguer a cidade”.⁵⁴

Seria, portanto, o “milagre maranhense” – coetâneo do “milagre brasileiro” (1968/73) – mais um filho dileto e bastardo do processo de modernização autoritária imposto pelo regime militar, com a colaboração ativa das elites estaduais. Segundo reportagem especial da revista **Veja**, ocorreria no Maranhão “um surto de desenvolvimento” considerado pelo Banco do Nordeste como o mais acentuado da região, “surto” que propiciou ao Estado

⁵³ José Sarney, “64: Luta e Vitória” (*Jornal do Povo*, 01/01/1964, p. 1). Às vésperas do golpe de 64, o então deputado nacionalista José Sarney (da “Bossa Nova” udenista) lançava, nas páginas do porta-voz do PSP maranhense, sua candidatura ao governo do estado.

⁵⁴ Palavras de Odylo Costa filho, na “orelha” de *Governo e Povo* (SARNEY, 1970). O escritor ocupava a cadeira nº 12 da AML, para a qual foi eleito em 1954 (AML, 1999:49).

saltar do quinto para o quarto lugar entre os Estados nordestinos (abaixo da Bahia, Pernambuco e Ceará).⁵⁵

“Volúpia de agir e de beleza”. Vontade de poder. Fusão imaginária do mito regional da **Idade do Ouro** (associado ao Marquês de Pombal) com a mística nacional-desenvolvimentista, elaborada e difundida em suas diferentes tendências desde Vargas e JK, desde Volta Redonda e Brasília, retroalimentada com a ascensão dos militares ao poder em abril de 1964 (o mito/desejo do **Brasil – Grande Potência**). [A ausência onipresente no documentário: o “apagamento” dos vínculos do novo governo estadual com a ditadura militar.] “Este é um país que vai pra frente, ô, ô, ô, ô, ô...”.

“Não poderíamos, contudo, ter encontrado esta tarde se não tivéssemos tido a **determinação do governo do Marechal Castelo Branco**, no sentido de que as eleições fossem livres e que fossem limpas... Teremos do Governo Federal a ajuda necessária para podermos realizar uma administração eficiente. Ele que nos deu Boa Esperança como obra prioritária, que dinamizou aqui as pesquisas do petróleo, que nos deu condições institucionais de eleições livres certamente ajudará este Governo a dar o passo que o Maranhão espera”.⁵⁶

Corta! Montagem horizontal (seqüências 16 e 17). Câmera baixa: Sarney na tribuna falando ao povo, microfones, as mãos seguram o discurso, gestos firmes e enérgicos. Movimento lento para a direita, de modo a visualizar as pessoas no palanque (a “classe política”). A câmera alta se fixa na multidão, ouvindo, silenciosa, atenta, hipnotizada (por longos 18 segundos). O plano é estático, sendo animado pela voz off, bem como pelo dinamismo da câmera, que realiza uma panorâmica E – D. Ainda câmera alta (enquadramento por trás): em primeiro plano, as autoridades no palanque (de costas), ao fundo o mar de gente se estendendo até a Igreja da Sé. Câmera baixa: close em Sarney finalizando o discurso, braços erguidos, V da vitória, acenos para a multidão. [O carisma do líder populista.] “Chicote” em diagonal E – D: de Sarney (no alto) à multidão (em baixo). Câmera alta: delírio e explosão do “Maranhão das ruas”, palmas, gritos e rojões. Cenas da política de massas. Transe coletivo.

⁵⁵ “Um novo Maranhão” (Veja, n.79, 11/03/1970, p.33). A matéria foi publicada às vésperas da desincompatibilização de Sarney do cargo de governador, visando concorrer pela ARENA a uma vaga no Senado da República. O destaque da reportagem foi dado à inauguração de Boa Esperança pelo general-presidente Médici em fins de março/1970.

⁵⁶ SARNEY, 1970:32-3.

A montagem e a angulação de câmera explicitam e constroem a teatralidade e a hierarquia que presidem a cerimônia de posse (vide ainda a seqüência 4). As relações no espaço funcionam como modos de constituição do real: a um espaço assim hierarquizado pela câmera correspondem relações entre forças sociais também hierarquizadas – a relação direta, mas desigual, entre líder e povo. Espacialização dos atores em jogo: o governador Sarney e as massas populares da *Ilha Rebelde*.

“Quem diz **São Luís**, diz **Maranhão**; quem diz Maranhão, diz João de Barros, historiador e donatário; diz holandeses vindos, plantando canaviais; diz portugueses, lutando do Desterro ao **Outeiro da Cruz**; diz das **revoluções populares**, da **Balaiada**, da Cabanada; diz da **cidade viva e livre, sem peias**, mesclando esse espírito em que a **ironia** e a **alegria** refrescam e alimentam tanto quanto esse vento que, correndo mundo, aqui desemboca, entre o Bacanga e o Anil, levando ares do Maranhão aos vales dos nossos rios, das nossas pequeninas cidades e de nossos perdidos quebradores de côco, em suas choupanas... Agradeço ao **Povo de São Luís**, desta cidade de São Luís que foi sempre **baluarte da resistência e decisiva presença na luta**”.⁵⁷

Disputa simbólica e construção da legitimidade política. Por um lado, fabricação da imagem pública do governador a partir de “modelos formadores” assentados nos imaginários sociais: **maranhense**, **soldado da Liberdade**, “bom político” (liberal), literato **ateniense**, demiurgo. Por outro, elaboração da imagem do líder populista por meio da linguagem cinematográfica: através da visibilidade dos rituais do poder e da hierarquização do espaço (na montagem horizontal); como também através de um mecanismo mais sutil que perpassa todo o documentário – o movimento dos personagens em cena conjugado ao trabalho de câmera. Mais precisamente, o contraste entre o dinamismo associado à figura de Sarney (caminhando, falando, gesticulando – enfim, ativamente ascendendo ao poder) e a apatia e passividade do povo, constituído pelos diversos **marginais do progresso** (desempregados, palafitados, presidiários, doentes, catadores de lixo, lavradores – os “bichos de carne e osso”).

A passividade do povo é desvendada pela câmera, a qual é dotada de ampla autonomia para se movimentar, pesquisar e designar a cena. Colabora ainda para tal construção imagética o fato da câmera se mover lentamente, como se tivesse sido

⁵⁷ SARNEY, 1970:28, 33.

“contaminada” pela *apatia* e *indolência* do ambiente social circundante (ver seqüências 5-7, 9, 12-15). A problematização, portanto, ocorre ao nível da linguagem. Pois, de certa forma, o ritmo lento do documentário seria o próprio ritmo de uma sociedade subdesenvolvida – o **ritmo histórico da fome**.

Já nas seqüências em que o povo é nomeado através da multidão, esta aparece como coadjuvante do espetáculo cívico-carnavalesco de consagração do poder político – quer aplaudindo e ovacionando o líder, quer ouvindo-o hipnotizada. O próprio ato de dar a palavra ao povo (segundo os pressupostos do *cinema-verdade*) se reveste de contradições e ambigüidades, pois realizado como decorrência de imperativos da política de massas e circunscrito a um espaço sob controle do cineasta (e da liderança populista). Dessa forma, é possível entender a linguagem de *Maranhão 66* como “palco de conflitos ideológicos e estéticos” do cineasta em “sua relação com a temática popular”, com a **representação do povo** em seus filmes (de ficção ou documentários).⁵⁸ Conflitos tanto mais presentes e acentuados nesse caso específico, sendo o documentário uma “obra de encomenda”...

Estes elementos narrativos de *Maranhão 66* (com suas contradições inerentes) foram retomados em *Terra em Transe* (1967), momento em que o cineasta pôde dispensar-lhes um melhor tratamento do ponto de vista estético-político, produzindo uma peça alegórica e didática de crítica ao populismo.⁵⁹ Nesse sentido, pensar as interfaces entre as duas películas não significa simplesmente atribuir correspondências entre personagens reais e de ficção (como pretende Rossini Corrêa de forma reducionista), mas sim pensar essas interfaces ao nível da **escritura fílmica**, da linguagem cinematográfica e suas formas narrativas. Perspectiva que, em sua radicalidade, implica em lançar um olhar sobre as nebulosas e instáveis fronteiras entre *verdade* e *ficção*, através dessa singular imbricação entre História e Cinema – **o Maranhão será *Terra em Transe*...**

⁵⁸ Seguimos sugestão de BERNARDET (1985:6), que, em sua pesquisa sobre o cinema documentário do período 1960/1980, procura discutir do ponto de vista da temática e da linguagem o que denomina de “imagens cinematográficas do povo”. *Maranhão 66*, no entanto, não foi incluído nem sequer citado em sua filmografia.

⁵⁹ Para uma discussão sobre *Terra em Transe* como desconstrução e crítica do populismo, sob perspectivas teóricas diversas, cf. BENTES (1997), GERBER (1982), MAGALHÃES & STAM (1977), XAVIER (1993) e WUILLEUMIER (1977). Obviamente, o filme comporta uma variada gama de leituras, destacamos essa perspectiva apenas em função das questões que pretendemos discutir.

TV ELDORADO

apresenta

Para Governador vote em Felipe Vieira

A trajetória de ascensão ao poder de um líder populista. Com uma narrativa sintética e linear, a seqüência de *Terra em Transe* identifica as etapas de um processo eleitoral: a campanha, eleição e posse de Felipe Vieira (José Lewgoy) em Alecrim (província de um país imaginário chamado **Eldorado**). Uma banda de música executa marchinhas que emprestam às cenas um elemento algo cômico e circense.⁶⁰

Representação da política de massas como festa e espetáculo. A teatralidade é reforçada pelos movimentos, gestos e falas do *candidato popular* em seu contato corpo-a-corpo com o eleitorado: abraços, beijos, apertos de mão, discursos, a fingida atenção às falas do povo, imprensa, assessores e cabos eleitorais – enfim, manipulação satírica e burlesca dos clichês do “demagogo populista”. Dessa forma, Felipe Vieira não possui propriamente uma personalidade ou “vida interior”, seus traços remetem a uma condição mais geral de personificação de forças sociais.⁶¹ No caso, a imagem (algo caricatural) do líder populista e carismático, “progressista” e “reformista”.⁶² O “mundo”, a multidão e a câmera parecem girar ao seu redor. Por isso, o ritmo da montagem é dinâmico e vertiginoso, acompanhando o frenesi e a agitação que cercam o candidato.

Ação! Câmera alta: visão de uma ladeira numa comunidade do interior (poderia ser a periferia urbana), lá em baixo está Felipe Vieira discursando num comício (som direto):

⁶⁰ Cf. ainda o roteiro de *Terra em Transe* (ROCHA, 1985). Felipe Vieira tem como principais assessores Paulo Martins (um intelectual progressista) e Sara (uma militante do partido comunista). Paulo (Jardel Filho) e Sara (Glauce Rocha) mantêm uma relação amorosa e uma ação política conjunta. Em um diálogo, Paulo afirma enfaticamente: “Precisamos de um líder!”. Daí resulta a conversa de ambos com Vieira, onde acertam o lançamento de sua candidatura ao governo de Alecrim. Ao final desta seqüência, um angustiado Paulo Martins começa a duvidar de suas próprias convicções...

⁶¹ Seguimos as indicações de XAVIER (1993:54-5), que aponta a **personificação** como um elemento estrutural de *Terra em Transe*. Conforme essa esquematização, teríamos ainda: Dom Porfírio Diaz (líder conservador e cristão), Júlio Fuentes (burguesia nacional), Sara (militante comunista), Jerônimo (líder sindical), EXPLINT (imperialismo, a “estrutura ausente” do filme). A exceção (parcial) é o personagem Paulo Martins, que, apesar de representar um arquétipo da intelectualidade progressista, possui uma maior complexidade em sua composição. Para uma discussão teórica sobre a personificação e seus efeitos alegóricos, cf. FLETCHER, 1990 (especialmente o cap. I, “The Daemonic Agent”, p.25-69).

⁶² Assim, enquanto personificação de um “tipo social”, Felipe Vieira pode ser comparado a Sarney, como a JK, ou a Vargas, Jânio, Jango. Ou a uma mistura de todos eles e mais alguns. Fica ao gosto do freguês...

“–Melhores dias para os pobres e vida nova para todos, minha gente! Pois é! É assim que vai ser!”. A câmera [na mão] desce o morro e se aproxima do candidato, a multidão aplaude e grita: “Vieira, Vieira, Vieira...”. A bandinha marca o compasso da cena.

Montagem paralela: alternância de momentos da campanha, ora no campo, ora na cidade (no que parece ser um comício dentro de um ginásio): “Vieira, Vieira, Vieira...”. Numa cena, uma mulher se aproxima do candidato, que a abraça e diz: “–Fala, minha velha! Pode falar, não tenha medo não!”. A seguir aparece Felício (líder camponês), que apresenta de maneira hesitante e subserviente as demandas de sua comunidade: “... água para nossas terras melhorar... se o senhor quiser também, o senhor podia, pode...”. Paternalmente, Felipe Vieira exclama, “–Fala, meu filho!”, e pede que um assessor “tome nota de tudo”.

Câmera alta: Vieira sobe a ladeira carregando no colo uma criança negra, ao seu lado um padre se destaca na multidão. [As relações no espaço, definidas pelo trabalho de câmera e pela montagem, constroem paulatinamente o movimento ascensional do líder popular.] Câmera baixa: numa tribuna improvisada, o candidato discursa, dedo em riste, cercado de assessores e repórteres. De sua fala alucinada e obsessiva são ouvidos somente alguns trechos: “Legítimos representantes do povo!... povo!... povo!”.

Eldorado (país interior, atlântico), uma tarde de janeiro. A capital da província de Alecrim acordou em festas com a posse do novo governador, Felipe Vieira. Câmera alta: tomadas de uma grande massa popular que ocupa as escadarias da igreja matriz e depois acompanha o carro oficial em passeata. Palmas e gritos da multidão, ruídos distantes de alto-falantes, o repicar dos sinos da catedral. [*Maranhão 66*: duas tomadas e o som direto do documentário foram inseridas na ficção, para marcar o momento da festa e o delírio popular. A redenção das massas pelo Messias esperado].⁶³

⁶³ Em entrevista ao repórter Ernildo Santos, o cineasta Zelito Viana (produtor de *MA 66*) afirmou que Glauber já tinha intenção de usar parte do material do documentário em *Terra em Transe*. Colaboramos com o jornalista na preparação da matéria “Maranhão em Transe”, publicada em *O Imparcial* (25/06/2000, Caderno Ímpar, p.5-6). A reportagem foi motivada pela exibição de *Maranhão 66* durante o 23º Festival Guarnicê de Cine e Vídeo (promovido pelo DAC/UFMA), como “forma de homenagem aos 70 anos do senador José Sarney”. Além de Zelito Viana, foram entrevistados Lúcia Rocha (mãe do cineasta) e Eduardo Escorel (técnico de som).

Câmera baixa: numa sacada/palanque, bem no alto, está Felipe Vieira acenando, tendo ao lado apenas um assessor. O som off da multidão, que grita repetidamente: “*Vieira, Vieira, Vieira...*”. [A chegada ao poder. Separação e disposição nítida dos elementos. Hierarquização da relação líder-povo.] Aos poucos, vai entrando em cena um conjunto de forró com seus característicos chapéus de couro. Oba! Daqui a pouco deve começar o arrasta-pé, animado pelo baião “*Meu voto é flecha certa, pra Governador Felipe Vieira*”. [Espetáculo político-forrobodesco. Transe coletivo.]

Os sons do comício diminuem até o completo silêncio. [Ruptura. Descontinuidade na montagem.] Vemos Paulo e Sara abraçados num jardim, depois sentados em uma mesa ao fundo, a câmera se aproxima lentamente, girando em torno da mesa, onde os dois escrevem e trabalham, fazendo planos de governo. O fluxo da narrativa é interrompido para introduzir um **comentário externo**: as reflexões do poeta Paulo Martins após a vitória, seu amargurado e quase impotente monólogo interior (em off). “–*Fala, Paulo! Fala!*”. O ritmo da montagem é lento para demarcar a consciência dilacerada do intelectual progressista frente aos paradoxos da política populista. “–*Fala, Paulo! Fala!*” [O personagem faz, de certa forma, a pergunta não dita, impronunciada em *Maranhão 66*]:

“E vencemos! As coisas que vi naquela campanha! Uma **tragédia** muito maior do que nossas próprias forças. Na calma da mesma varanda onde tínhamos planejado em festa a luta, eu, agora a teu lado, pensava nos problemas que surgiriam e me perguntava **como responderia o Governador eleito às promessas do candidato**. Sobretudo, eu perguntava a mim e aos outros **como reagiriamos nós?**”.

Silêncio total após as dúvidas e angústias do poeta. Vemos outra cena de *Maranhão 66*, desta vez uma lenta panorâmica D – E do comício na avenida Pedro II: o palanque vazio, a tribuna de honra ainda vazia, bandeiras, a multidão atenta e calada, faixas e cartazes de saudação ao novo governador da província de Alecrim. Silêncio e imobilidade que buscam provocar a reflexão sobre a experiência política, seus limites, contradições e perplexidades; bem como a (auto)análise do papel do intelectual em todo esse processo. Um silêncio revelador (caso pensemos na cena nacional após o golpe de 64) da crise vivenciada pelas esquerdas após o fracasso de suas propostas de uma **revolução brasileira**.

A *Eztetyka da Fome* produziu um “*Cidadão Kane* de esquerda”, na expressão do cineasta.⁶⁴ As experimentações políticas, estéticas e financeiras em torno de *Maranhão 66* – a campanha eleitoral, *cinema-verdade*, som direto, imagens da multidão, estética da agressão, o patrocínio do BEM (*em busca do ouro*) – sendo revertidas para a ficção tropicalista. **O Maranhão será Terra em Transe**. Ou, em outra formulação do próprio Glauber, a *História do Brasil* seria “apenas um grande *Maranhão 66* sem a menor complacência com a situação colonial”.⁶⁵

Corta! Montagem vertical (seqüência 18). O som direto ainda registra os sons da alegria e do delírio popular. Dois brevíssimos flash-backs, para sublinhar (pela repetição) a miséria e o abandono gerais: uma mulher negra sentada em frente ao que parece ser uma quitanda; uma velha segura uma criança no colo, o recuo da câmera permite discernir a porta de uma palafita, e lá dentro, na penumbra, a silhueta de um menino. A câmera se movimenta, enquanto as pessoas estão inertes. “—Será que esse tal de Glauber Rocha não esquece disso, não?”, exclamou-se.

“E como nenhum rio apodrece / do mesmo modo que outro rio / assim o rio Anil / apodrecia a seu modo / naquela parte da ilha de São Luís. / Mesmo porque / para que outro rio / pudesse apodrecer como ele / era preciso que viesse / por esse mesmo caminho / passasse no Matadouro / e misturasse seu cheiro de rio ao cheiro / de carniça / e tivesse permanentemente a sobrevoá-lo / uma nuvem de urubus / como acontece com o Anil antes / de dobrar à esquerda / para perder-se no mar” (*Poema Sujo*, Ferreira Gullar).

A batucada carnavalesca cadencia uma panorâmica do centro histórico da capital provinciana. Fotogramas da **cidade morta**. O encontro das águas, o Cais da Sagração, árvores e barcos, telhados coloniais, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a rua do Egito. Na outra margem, duas extremidades de terra, conhecidas por Ponta de São Francisco e Ponta d’Areia (esta um agradável balneário). A gravação foi feita com a maré baixa, o que permite visualizar um estranho e inconcluso caminho: os alicerces de uma ponte inacabada avançando na lama do rio Anil. Mais uma das “obras” da **Ocupação**. Pois a

⁶⁴ BENTES, 1997:36-7.

⁶⁵ Carta de Glauber Rocha a Raquel Gerber, 01/09/1976 (In: BENTES, 1997: 611). O comentário refere-se ao filme *História do Brasil* (lançado pelo cineasta em 1974).

ponte, de várias pedras fundamentais e fonte de generosas verbas federais, já havia sido [oficialmente] “concluída” e “inaugurada” pelo situacionismo estadual.

“Esse lugar é uma maravilha! / Mas como é que faz pra sair da ilha? / Pela ponte, pela ponte... / A ponte não é de concreto / Não é de ferro, não é de cimento / A ponte é até onde vai o meu pensamento / A ponte não é para ir nem pra voltar / A ponte é somente atravessar / Caminhar sobre as águas desse momento” (*A Ponte*, de Lenine e Lula Queiroga).

(In)visibilidade da corrupção e do descalabro administrativo no Maranhão. Eis, (não) projetado na tela prateada do Cine-Teatro Éden (em 2 ou 3 segundos!), o rumoroso *Caso da ponte do São Francisco*, constantemente recitado durante os comícios oposicionistas. Tema predileto da “língua ferina” do Largo do Carmo. “Causo” que, uma vez transfigurado em poesia satírica e irreverente pelo poeta José Chagas, tornou-se um “testemunho direto da época mais sombria da nossa história política”.⁶⁶ Ponte fantasmagórica, de ultramoderna, secreta e infernal engenharia. Ponte feita de furto, logo pintada em furta-cor.⁶⁷

Ponte de São Franci\$co

“Talvez eu não entenda / (que entender é dos sábios) / a história ou a lenda / da ponte, em vossos lábios. / Mas sei que quem governa / tem lá sua ciência, / e que a ponte é eterna / por não ter existência. /.../ Sei de vosso projeto / de fantasia exata: / construir de concreto / uma ponte abstrata /.../ Mas nem é bom que eu conte / ao quanto me arrisco, / se salto da ponte / de São Francisco. / Se salto? Se falo, / que a ponte é verbal / enchendo intervalo / entre o vago e o irreal. / Pois que a ponte liga / governo e oposição / numa linha de intriga / entre o que é nada e o que é não”.⁶⁸

Tambores na noite de São Luís. A mesma batucada (em som direto) com que se abriu o documentário (e cuja origem era indefinida) volta na última seqüência auto-explicando-se, “focalizando a função carnavalesca” que foi o ritual de posse.⁶⁹ Noite profana de muitas orações a São Martinho: “Aos teus devotos, mandai bom vinho”. Política e carnaval. Ritual de redenção das massas pelo Messias esperado. A pagodeira de Momo

⁶⁶ MACHADO, 1996:123.

⁶⁷ O candidato das Oposições Coligadas transformou a ponte em compromisso de campanha. Assim, não por acaso, o já citado “documentário de ação” (*Governo e Povo*, 1970) traz na capa uma foto colorida da inauguração da Ponte de São Francisco [também Ponte José Sarney!] em fevereiro de 1970.

⁶⁸ CHAGAS, [1962]:4-5. Parte I do poema satírico, em que “o poeta confessa sua ignorância ao Senhor das Verbas e os riscos que corre ao falar da ponte”. Sábia advertência.

⁶⁹ Editorial “Perversidade Governamental”. In: *Diário da Manhã*, 06/04/1966, p.2.

prolongou-se noite adentro nas ruas e nos clubes populares. O baião de João do Vale animava o arrasta-pé: “*meu voto é minha lei, governador é Zé Sarney*”. Ou ainda:

“Meu samba é a voz do povo / Se alguém gostou / Eu posso cantar de novo (refrão) / Eu sou a flor / Que o vento jogou no chão / Mas ficou um galho / Pra outra flor brotar / A minha flor o vento pode levar / Mas o meu perfume / Fica boiando no ar / Meu samba é a voz do povo / Se alguém gostou / Eu posso cantar de novo... Carcará...”⁷⁰

Por um breve instante, um solitário farol em mármore e bronze piscou no cemitério do Gavião. Uma aparição fantasmagórica relê o testamento político de um “herói” já quase esquecido pelas multidões de **soldados da Liberdade**. Lembranças de comícios, marchas e romarias, de greves e procissões – tempo da fundação mítica da *Ilha Rebelde*, presença de um passado que não cessa de se atualizar e se conservar nos imaginários sociais, embora ao custo, às vezes, da ruína de monumentos invisíveis.

“Cercada de águas e sonhos, / de glória, de maresia, / a ilha é sobretudo circundada / de Poesia. /.../ Cada ilha só sobrevive / e afirma sua rebeldia / se sabe alçar a pura asa / da Poesia. /.../ Não há passado passado / (todo o futuro o proclama) / se foi passado na chama / da Liberdade” (*O Signo*, Bandeira Tribuzi).

Noite profana. Iluminação precária, a câmera acompanha uma “tribo de índio”, brincadeira de rua tradicional no carnaval ludovicense. O olhar da câmera se detém numa faixa de saudação [talvez do sindicato de Santa Luzia?]. Índios timbiras, sioux, tupinambás, guaranis, apaches e guajajaras – valorosos guerreiros balaios reunidos para testemunhar a fundação do **Maranhão Novo**. A vida é combate e carnaval na *Ilha Rebelde*.

Então, o alívio de muitos na platéia. Foram dez longos e penosos minutos. Zunzunzum geral. Alguns esticam as pernas, bocejam, outros se levantam e deixam a sala de exibição. “—O *Rolls Royce Amarelo* que ficasse pra depois”. Os debates sobre a *maranhensidade* do documentário foram acalorados...

⁷⁰ *A Voz do Povo*, samba de João do Vale e Luiz Vieira. Este samba foi composto em homenagem ao ex-deputado federal Neiva Moreira (PSP), quando partiu para o exílio em junho de 1964. *A Voz do Povo* fala de resistência à ditadura militar, sendo gravada em 1965, inicialmente por Alaíde Costa e o Jongo Trio, e depois pelo próprio João do Vale, no LP *O poeta do povo* (PASCHOAL, 2000:72-3). Cf. ainda MOREIRA (1989:204-5) e SILVA (1980:42-8).

O “Embaixador da Miséria”

“O homem está na cidade / como uma coisa está em outra / e a cidade está no homem / que está em outra cidade / ... / mas variados são os modos / como uma coisa / está em outra coisa / ... / cada coisa está em outra / de sua própria maneira / e de maneira distinta / de como está em si mesma...”.
(*Poema Sujo*, Ferreira Gullar)

Representações estéticas da cidade em jogo, gerando uma polêmica cujos contornos não foram definidos nem demarcados pelos alinhamentos políticos então vigentes. Diferentes e contraditórios olhares sobre São Luiz. [Com Z ou com S?]. O cronista José Chagas, preocupado com a **imagem externa** do estado, reconheceu alguma validade na argumentação dos críticos do documentário, afinal, “a impressão de nossa capital lá fora é de espantar o turista mais afeito. Pois ninguém há de querer passar **uma temporada no inferno**”, como Rimbaud e Dante. A título de exemplo, menciona, bastante ressentido, a expressão usada pelo colunista social Ibraim Sued para se referir à capital maranhense: “uma cidade onde só há carroças de burro”.

Ainda conforme o articulista do **Jornal do Dia**, a contratação de Glauber Rocha (diretor premiado e aclamado pelos críticos da sétima arte) não foi aleatória, pois “o filme foi feito com o objetivo de provocar um impacto tremendo no espectador”, sendo “chocante para muitos maranhenses”. Tendo dirigido *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, o cineasta foi por isso mesmo escolhido pelo governador “para filmar, desta vez, somente o **Diabo na terra onde até o Sol mente**, como exclamava o Padre Antônio Vieira”.⁷¹

“Quer pesar o Sol um Piloto nesta Cidade onde estamos, e não no porto, onde está surto o seu navio, senão com os pés em terra: toma o Astrolábio na mão com toda a quietação e segurança. E que lhe acontece? Coisa prodigiosa! Um dia acha que está o Maranhão em um grau; outro dia em meio; outro dia em dois; outro dia em nenhum. E esta é a causa por que os Pilotos que não são práticos nesta Costa areiam, e se têm perdido tantos nela. De maneira que o Sol, que em toda a parte é a regra certa e infalível por onde se medem os tempos, os lugares, as alturas, em chegando à terra do Maranhão, até ele mente. **E terra onde até o Sol mente, vede que verdade falarão aqueles sobre cujas cabeças e corações ele influi**”.⁷²

⁷¹ José Chagas, “Cinematografia governamental”. In: **Jornal do Dia**, 10/04/1966, p.3.

⁷² *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma* (na Igreja Maior da Cidade de São Luís no Maranhão. Ano de 1654). Cf. VIEIRA, 2000:520.

Cinema-verdade. Outros paralelos e meridianos, nem sempre cartesianos. Coordenadas ambivalentes. Avançando em sua argumentação, José Chagas aponta a ingenuidade dos deputados que quiseram proibir a exibição do documentário fora do Estado. Primeiro, porque o cine-jornal já havia sido exibido em outras capitais antes mesmo de chegar ao Maranhão. Segundo, porque seria “o cúmulo do **sadismo** gastar dinheiro com o propósito exclusivo de levar o maranhense a ver no cinema aquilo que ele já está vivendo na realidade”.

Então, uma proposta mediadora: por que não, em lugar da proibição, estabelecer uma contraposição? Exibir ao lado de *Maranhão 66* um outro documentário, *Maranhão sempre Belo*, produzido por Rosemberg sob encomenda do governo Newton Belo (aliás, um modesto título de duplo sentido imediato...). Dessa forma, ambos os documentários mostrariam “verdades” sobre o Maranhão, mas “verdades parciais”.

“Ao contrário do *Maranhão 66*, de Sarney, em preto-e-branco (e não podia deixar de ser mesmo em preto-e-branco), o *Maranhão sempre Belo* do governo passado [1961-5] era colorido e com muita razão, uma vez que ali só se via o lado róseo de nosso estado. Há quem pense que, no caso, era de vergonha que o Maranhão aparecia róseo, aos olhos dos curiosos. De qualquer modo, São Luís surgia na tela em todo o seu esplendor, fazendo poses de **cartão-postal**. E tudo era belo, sempre belo... Vendo [ambos], o espectador podia tirar a média e sair do cinema com a idéia de um Maranhão mais ou menos exato. **Nem inferno nem paraíso. Apenas um purgatório meio exigente...** Se ao menos chégássemos a realizar um filme tipo *Pagador de Promessas*, ainda bem”.⁷³

(Re)construção dos imaginários urbanos. Disputa e mediação entre diversas representações e linguagens cinematográficas, entre diferentes construções imagéticas e mapas subjetivos da cidade. Com que **olhos de ver**? A Estética “Patrimônio da Humanidade” ou a *Eztetyka da Fome*? O Monsenhor Ladislau Papp, em seu citado artigo, propugna pela “terra adorada”. Era preciso “mostrar os nossos **monumentos históricos e artísticos** com o fim de atrair turistas e capitais, visando mostrar os reais valores do povo em seu **folclore**”. Apresentar o “**pouco de bem**” que se estava fazendo: a usina elétrica do Tirirical, as barragens do Batatã e Sacavém, a construção da Faculdade de Medicina e do Hospital do

⁷³ José Chagas, “Cinematografia governamental”. In: *Jornal do Dia*, 10/04/1966, p.3. Infelizmente, não pudemos localizar outras referências a *Maranhão sempre Belo*.

Câncer, a ampliação do Hospital Geral, a construção de novas avenidas. *Maranhão sempre Belo* – esta a representação “adequada” de São Luiz, e não aquela proposta no filme “artisticamente montado, mas criminosamente idealizado”, que, com suas impurezas, “deve ter **manchado** a tela prateada do Éden”.⁷⁴

“Os vícios da língua são tantos, que fez Drexélio um Abecedário inteiro, e muito copioso deles. E se as letras deste Abecedário se repartissem pelos Estados de Portugal; que letra tocara ao nosso Maranhão? Não há dúvida, que o **M. M – Maranhão**, **M – murmurar**, **M – motejar**, **M – maldizer**, **M – malsinar**, **M – mexericar**, e, sobretudo, **M – mentir**: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente. **Novelas** e **Novelos** são as duas moedas correntes desta terra: mas têm uma diferença, que as Novelas armam-se sobre nada, e os Novelos armam-se sobre muito, para tudo ser moeda falsa”.⁷⁵

Para que público? O **surrealismo tropical** transmutado em **vergonha estadual**. O colunista Jámenes procurou manter uma atitude “imparcial”, mostrando as razões de cada lado. Tanto dos que “estão envergonhados com o filme, que poderia receber o nome de **O embaixador da Miséria**”; quanto daqueles que defendem o mesmo, afirmando que “aquilo é a mais pura das realidades, misturada com a melhor **técnica desmoralizante** em matéria de destruir uma administração política que passou” (no caso, o governo Newton Belo). Uns, querendo que “aquelas verdades não fossem levadas para fora do Estado”; outros, desejando o contrário, “para que as autoridades da República olhassem e vissem o **Maranhão verdadeiro**”. Então, com ambigüidade salomônica, o jornalista sentenciou: “que aquilo é verdade não se pode negar, que não deveria ser levado para fora do Maranhão também não se pode contestar”.⁷⁶ Lavagem de roupa suja no tanque público do país. Lavar roupa todo dia, que agonia...

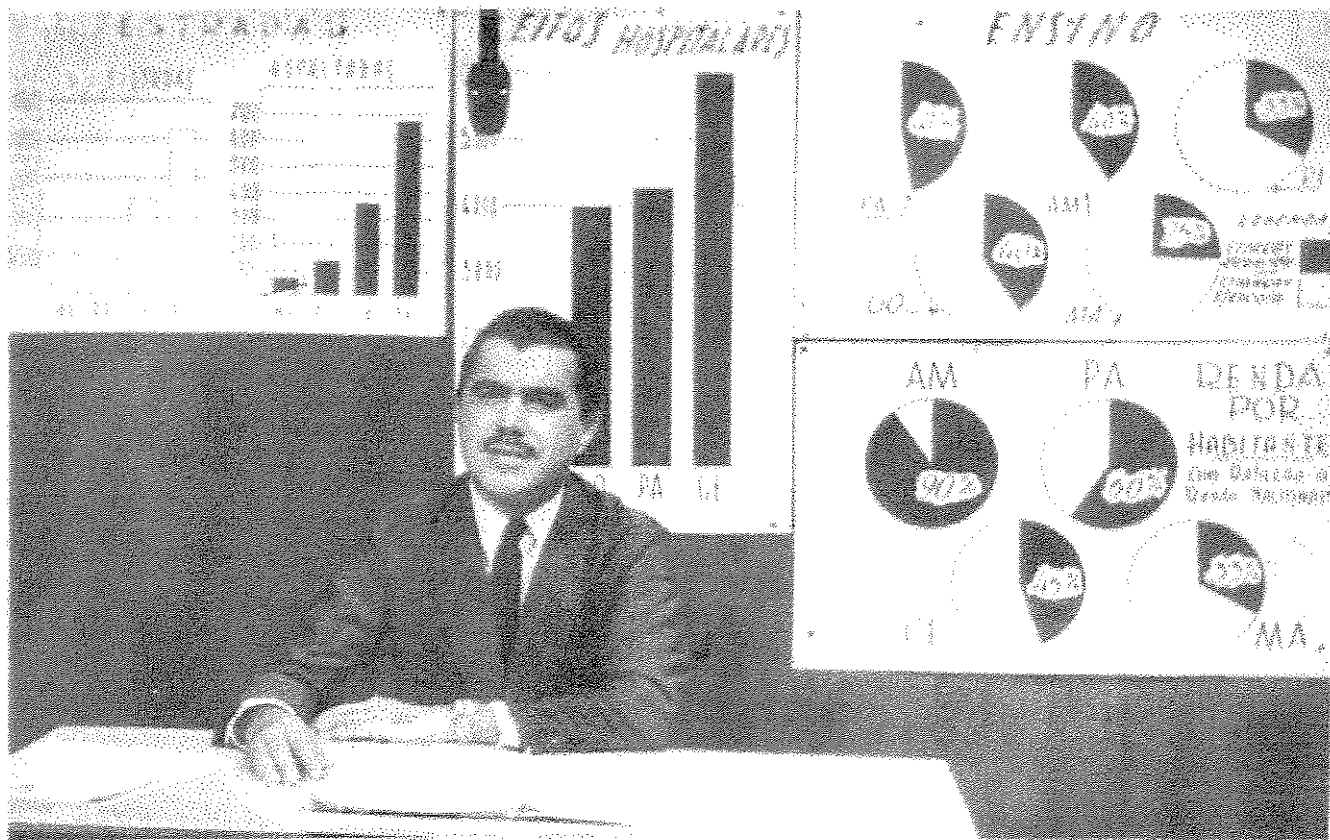
Com que roupa? [De fardão.] A polêmica ainda repercutia, quando, a 11 de abril, o acadêmico José Sarney Costa foi empossado na presidência da Academia de Letras, em concorrida cerimônia. Acossado pelas críticas ao documentário, respondeu indiretamente, afirmando que “falar de Maranhão” é falar de tradição, de poetas, de riqueza,

⁷⁴ Monsenhor Papp, “Documentário”. In: *Jornal Pequeno*, 07/04/1966, p.2.

⁷⁵ Padre Antônio Vieira, *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma*. In: VIEIRA, 2000:519-20. O jesuíta refere-se à circulação de novelos de fios de algodão como moeda no Maranhão do século XVII.

⁷⁶ Coluna “Jámenes escreve: Diário da Cidade”. In: *Jornal Pequeno*, 07/04/1966, p.4 e 18/04/1966, p.8.

de passado. “Mas, o que devemos afirmar, hoje, é que somos um **Estado pobre, miserável, de estatísticas terríveis. Não envergonha mostrar e é crime encobrir**”.



TV ELDORADO apresenta: “As cifras que choram”

FIGURA 16. Pronunciamento de Sarney pela televisão. As tabelas estatísticas (estradas, leitos, ensino e renda) apontam o **atraso** do Maranhão mesmo quando comparado a outros estados ditos pobres (AM, CE, GO, PA, PI).

Arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana.

Citando os historiadores Mário Meireles e Jerônimo de Viveiros, o novo presidente da AML resgata a identidade entre “a época áurea de nossas letras” e “a fase de prosperidade da economia maranhense”. [Um retorno obsessivo: a mítica **Idade de Ouro** pombalina]. Por isso, estabelecia seu compromisso de “**restaurar** as nossas letras e artes” juntamente com a “**restauração**” da economia do Estado. Pois, “a **fome** é bom tema para obras de ficção, não para o **criador da obra de arte** e a **tuberculose** deixou de ser a fonte

inspiradora dos **poetas**".⁷⁷ [*Maranhão 66* – apocalíptica eztesyka latino-americana da fome, da peste e da morte].

Não sabemos se havia, nesta questão, divergências estéticas entre o novo ocupante dos Leões e o jornalista Leucipo Teixeira [com Glauber talvez houvesse...].⁷⁸ Porquanto, o colunista do **Jornal do Dia** destacou precisamente a "genialidade" de Glauber, ao realizar uma "pequena obra-prima cinematográfica", pois tratava-se de "um filme-impacto em expressiva linguagem cinematográfica e num estilo renovador do documentário". Além da "qualidade artística", o "povo" teria aplaudido no filme o seu "valor histórico". *Maranhão 66* – "um testemunho para a história", "exemplo da decisão dos maranhenses ao condenar erros graves e crônicos e preferir o Progresso e a Liberdade".

Composição polissêmica de um **retrato do Maranhão**. O *ateniense* Leucipo apresentou uma interessante proposta de leitura do documentário a partir de sua estrutura narrativa. De um lado, "expressivos flashes da realidade maranhense: a miséria, os **signos da violência**, as evidências da omissão do Poder Público, mas também, as belezas tradicionais e as riquezas potenciais". Tece-se, desta forma, a narrativa grotesca da Ocupação. Esboço de uma geopolítica do torrão maranhense: configuração imagética do espaço estadual como uma **ilha do atraso**, micro-cosmos do **subdesenvolvimento**, mas também espaço mítico e edênico da natureza exuberante e bela (com sua promessa permanente de **pomos de ouro**, de rios de leite e mel, incitando desejos faústicos de **desenvolvimento**).

"Se o sonho é de Liberdade / e a seiva se faz de sangue, / rosa brotará do chão: / um dia será verdade / o sonho de Bequimão. / Não haverá Companhia / do Grão-Pará & Maranhão / devorando sangue e vida, / vontade, sonho e ação, / direitos, lucros, franquias, / quando o sangue for a seiva / que faça brotar as rosas / do sonho de Bequimão" (*O Herói*, Bandeira Tribuzi).

Esta a moldura do acontecimento mais relevante: "a comemoração do reencontro do Estado com suas tradições". A narrativa épica da Libertação, com o restabelecimento dos mecanismos de controle sobre o **tempo regional**. Ansiado reencontro

⁷⁷ SARNEY, 1966:6-8. O discurso de posse na AML foi denominado "Cultura e Governo".

⁷⁸ Leucipo Teixeira: pseudônimo do jornalista Bandeira Tribuzi. Cf. sua biografia em CORREA (1982 e 1989).

em praça pública, “onde massa popular de dezenas de milhares de pessoas aplaudiam a **libertação** do Estado dos vícios políticos, da mesquinha, da falta de grandeza para respeitar o **passado** e encarar o **futuro**”. O articulista conclui afirmando que “insulto ao Maranhão” foi feito por aqueles cuja “conduta no Poder” condenou “nossa Terra ao atraso”, transformando-a “no **campo de concentração** da Democracia brasileira”.⁷⁹

Signos da violência versus tradições de liberdade – um titânico e celestial combate em um **decadente Maranhão 66**. Dois eixos narrativos, portanto – eixos combinados, contrapostos e contraditórios a conformar e cumprir uma função político-pedagógica. A estrutura narrativa foi composta conforme uma lógica dualista, operando a partir da elaboração de pares antitéticos. **Deus e o Diabo na terra onde até o Sol mente**. Assim, o enredo possui um caráter bifronte, sendo organizado para expor a evolução simultânea de duas linhas de pensamento: o discurso de posse de José Sarney e o discurso fílmico de Glauber Rocha.

Complexa operação de enredamento com base em duas matrizes discursivas, que guardam diferenças e afinidades entre si, que dialogam e disputam a produção de sentido, mas que, em função dessa mesma duplicidade, ampliam as possibilidades de outras leituras e outros olhares. Verifica-se uma convivência tensa entre estas diferentes escrituras, revelando ambigüidades e contradições, constituindo um documento-monumento para a história. Contudo – e isto é fundamental –, as duas matrizes narrativas são convergentes em um ponto essencial: sua visão teleológica da história, enquanto duelo entre o épico e o grotesco, entre o moderno e o arcaico.⁸⁰ Dualismo alegórico também em seu sentido teológico e didático, o qual, conforme assinala Angus Fletcher, “implica na oposição radical entre duas substâncias independentes, mutuamente irreduzíveis e mutuamente antagônicas:

⁷⁹ Leucipo Teixeira, “Assim é... se lhe parece”. In: **Jornal do Dia**, 06/04/1966, p.3.

⁸⁰ Para uma discussão acerca das questões da narrativa e da teleologia na filmografia de Glauber Rocha (em especial nos filmes *Deus e o Diabo* e *Terra em Transe*), cf. XAVIER (1983 e 1993). Este autor define a narrativa teleológica nos seguintes termos: “a teleologia, como forma particular de organizar o tempo, se afirma na medida em que a sucessão dos fatos ganha sentido a partir de um ponto de desenlace que define cada momento anterior como etapa necessária para que se atinja o *telos* (fim), coroamento orgânico de todo um processo” (XAVIER, 1993:12).

em suma, a oposição entre o Bem Absoluto e o Mal Absoluto, que pode ser encontrada numa variedade de doutrinas maniqueístas”.⁸¹

Maranhão 66: uma variedade de olhares e interpretações, gerando a complexificação da rede discursiva. As querelas em torno do documentário permitem vislumbrar ainda alguns outros elementos das estratégias políticas e simbólicas adotadas pelos diversos grupos políticos, na medida em que envolviam ofensivas e contra-ofensivas entre os mesmos.

Devido ao clima generalizado de brutal e sangrenta repressão às esquerdas, aberto no país pelo golpe militar de 1964 (apoiado na “doutrina de segurança nacional”, que identificava no “inimigo interno”, especialmente o comunista, o alvo a combater no contexto da Guerra Fria), os atores políticos ligados a Victorino Freire e ao ex-governador Newton Belo desenvolveram ampla campanha contra o novo governo, na figura de Sarney e seus assessores, acusando-os de “vermelhos”, “nacionalistas”, “subversivos” e “bolchevistas”, com o objetivo de produzir *manu militari* uma “virada de mesa” na política regional (no que se mantinham dentro da lógica de ação coletiva da **estratégia periférica**).

As relações anteriores do deputado José Sarney com a ala “progressista” da UDN (a “Bossa Nova”), com as “posições nacionalistas” e com os comunistas foram constantemente ressaltadas, assim como o seu “oportunismo” político, quando aderiu à “Revolução Redentora de 1964”.⁸² *Boatos, novelas e mexericos* eram freqüentes, boa parte dos quais envolvendo um possível veto militar à candidatura de Sarney em 1965 ou mesmo a cassação de seus direitos políticos.

Ademais, a conjuntura política nacional voltara a ficar tensa e acirrada, após os resultados negativos obtidos pelo regime militar nas eleições de outubro de 1965. Neste

⁸¹ FLETCHER, 1990:222. Trecho traduzido: “This is not the dualism of double meanings, but dualism in its theological sense, where it implies the radical opposition of two independent, mutually irreducible, mutually antagonistic substances: in short, the opposition of Absolute Good and Absolute Evil, such as one finds in a variety of Manichaeic doctrines”.

⁸² Veja-se a (re)construção da trajetória pessoal de Sarney – desde o amparo inicial no PSD vitorinista, passando pela mudança para a UDN, até sua “guinada de 180 graus”, para, “como por encanto”, cair “nos braços da Revolução” (leia-se, golpe militar) – feita por Victorino Freire em suas memórias, capítulo sugestivamente intitulado “O trampolim de José Sarney ou O salto do canguru” (FREIRE, 1978:273-8).

pleito, candidatos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek (PSD) foram vitoriosos em estados críticos na correlação de forças nacional: Minas Gerais (com Israel Pinheiro) e Guanabara (Negrão de Lima). [Mas, no distante e “frágil” Maranhão, a vontade política do centro se impôs, ou, de um ângulo diverso, a **estratégia periférica** das Oposições Coligadas foi bem sucedida...].

A derrota político-eleitoral da ditadura precipitou uma nova “onda autoritária” (capitaneada pela “linha-dura” militar), com a edição do Ato Institucional nº 2 (out/1965) e depois do AI-3 (fev/1966), por meio dos quais foram decretados: o estabelecimento de eleições indiretas para governadores e presidente da República; a extinção dos partidos políticos; a outorga ao Executivo Federal da faculdade de intervenção nos estados; o início de uma nova temporada de cassações de mandatos e direitos políticos.⁸³ O recrudescimento do regime gerou especulações sobre novas cassações, bem como lançou incertezas sobre a posse dos eleitos em outubro de 1965. Além disso, provocou a reestruturação do sistema partidário, num processo bastante intrincado de formação dos novos partidos: a ARENA (o “partido da Revolução”) e o MDB (a oposição “consentida” pelo regime).

TV ELDORADO

apresenta

A “caça às bruxas”

No decorrer da campanha anticomunista, um caso de bastante repercussão foi o do poeta Bandeira Tribuzi, que havia exercido os cargos de diretor do **Jornal do Povo** e presidente da Frente de Mobilização Popular no Maranhão.⁸⁴ O jornalista foi preso no quartel do 24º BC, em abril de 1964, sendo demitido do emprego no DNER, além de ter seus direitos políticos cassados (era suplente de deputado estadual pelo PSP). Considerado pelos órgãos de segurança um reconhecido “adepto do credo vermelho”, Tribuzi respondeu a Inquérito

⁸³ Cf. FLEISCHER (1994:166-8) e SKIDMORE (1976:377-8).

⁸⁴ Bandeira Tribuzi (1927/1977), jornalista, poeta e economista. Participou do “grupo modernista” maranhense, militante político de esquerda (preso e cassado pela ditadura militar), colaborador de proa dos governos José Sarney (1966-70) e Pedro Neiva de Santana (1971-75). Em sua biografia do autor do Hino de São Luís, CORRÊA (1982 e 1989) discute as controversas relações pessoais, poéticas e políticas entre Tribuzi e José Sarney.

Policia Militar na Auditoria da 10ª Região Militar (Fortaleza), junto “com outros elementos considerados subversivos”.⁸⁵ No IPM (de nº 05/65) era acusado de ser “um dos chefes do Partido Comunista em São Luís”, juntamente com Maria José Aragão, atuando na organização partidária, na campanha de legalização do PCB e na realização de “Cursos Básicos”, “onde manifestou aulas da Doutrina Comunista, nas quais eram pregadas a Subversão da Ordem Política e Social, com a finalidade de estabelecer uma ditadura da classe proletária”.⁸⁶

Na prisão, enviou à líder comunista Maria Aragão, sua companheira de cárcere, singelos versos dos quais ela se recorda em suas memórias: “*Pastores da noite junto a Maria / Neste Natal de ansiedade / Vemos que a estrela anuncia / O Cristo da liberdade*”.⁸⁷ Após sua soltura, não seguiu o caminho do exílio como tantos outros, permanecendo no estado, onde veio a se tornar uma figura-chave do governo Sarney, na área de assessoria e planejamento econômico (SUDEMA). Tribuzi escrevia regularmente no **Jornal do Dia** (sob o citado pseudônimo de Leucipo Teixeira), tornando-se seu diretor-redator quando este foi comprado por Sarney (em 1968) e posteriormente transformado no jornal **O Estado do Maranhão** (1973).⁸⁸

Baterias antiaéreas contra o mito. Primeiro round: a *Eztetyka da Fome*. A exibição de *Maranhão 66* forneceu à ex-situação estadual novas munições e argumentos para fortalecer a campanha anticomunista, que atingiu em cheio o “**camarada Glauco**”.

⁸⁵ Pedido de Busca nº 97 DSI/MJ (Confidencial), da Divisão de Segurança e Informações/Ministério da Justiça, de 10/02/1969. Os pedidos de busca eram utilizados, entre outras coisas, para obter informações e monitorar pessoas que ocupavam cargos públicos, ou, nos termos da “lógica” repressiva, detectar “comunistas infiltrados na administração”. No pedido acima mencionado foram arrolados, além de Tribuzi, ex-deputados estaduais (cassados em 1964), um coronel reformado e cassado pelo AI-1 (1964) e um ex-presidente de sindicato. Todos exercendo “cargos de confiança” no Executivo ou no Legislativo estaduais.

⁸⁶ Pedido de Busca nº 041/77 (Confidencial) – PM-2/Polícia Militar do Maranhão, de 18/05/1977. O pedido contém um resumo das acusações formuladas no IPM. Cf. Acervo DOPS/MA (arquivo 01 / código 07: subversão / pasta 105), no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

⁸⁷ ARAGÃO, 1992:155.

⁸⁸ A história do **Jornal do Dia** foi marcada por inúmeras mudanças. Foi fundado em março de 1953 por Arimatheyra Athayde, com a proposta de ser um jornal neutro e apertidário. Contudo, em setembro do mesmo ano foi comprado pelo deputado Emerson Bacelar (PSD), que o dirigiu até 1959, quando passou para as mãos do deputado Alberto Aboud (então no PTB). Este era um grande empresário do ramo comercial, tendo adquirido o controle do matutino com o objetivo de sustentar suas pretensões políticas. No período anterior ao golpe de 1964, o jornal apoiou, com reservas, o governo João Goulart e as propostas de *Reformas de Base*, mantendo ligações com as Oposições Coligadas (embora, às vezes, também pendesse para o lado do grupo vitorinista, seguindo as oscilações do proprietário). Após o golpe, o jornal sofreu a censura dos militares, sendo inclusive ameaçado de fechamento; mas, ao contrário do **Jornal do Povo**, permaneceu funcionando, vindo a se tornar num dos principais porta-vozes das Oposições na conjuntura 1964/66. Cf. GALVÃO (1999:53-62).

Aproveitando-se da reviravolta autoritária na conjuntura, o **Diário da Manhã** (ligado ao grupo de Newton Belo) criticou acerbamente o documentário, apontando-o como “obra-prima” realizada por “bolcheviques” e idealizada pelo “**camarada governador Caos**”. Segundo o jornal, ao apresentar apenas “a parte negativa da cidade”, o cineasta “esqueceu-se” que “São Luís é ponto turístico do Brasil”. O Maranhão não era “essa caricatura grotesca, deprimente e vergonhosa”, exibida no cinema e projetada na imprensa, “em que pontificam egressos dos cárceres que a Revolução instituiu para punir os traidores da Pátria”.⁸⁹

Assim, *Maranhão 66* seria uma “**subversão criminosa**”, uma “**película chantagem**, rodada e exibida por conta do erário público estadual”. Recomendado por Sarney, o diretor teria tentado realizar, na Bahia e no Pará, “filmes semelhantes àquela ‘beleza’ que aqui conseguiu levar a cabo, a bom dinheiro, por encomenda do mesmo Dr. Sarney”, contudo, o projeto não foi bem sucedido. Enquanto que, na Guanabara e em São Paulo, outros “**filmes de misérias**”, montados pelo “dito ‘camarada’ Glauco” não puderam ser exibidos, “por interdição da **censura** dos governos locais”. *Novelas e novelos* são a moeda corrente da terra...

Em editorial, o matutino argumenta que o filme poderia ter sido rodado nos “**mocambos**” de Recife e Olinda, nas “**favelas**” da “Cidade Maravilhosa”, ou na **periferia** de qualquer metrópole. [E não somente nas **palafitas atenienses**]. O curta-metragem só não poderia representar a “infeliz Moscou”, onde a miséria dos bairros suburbanos fica escondida por trás de “muros artísticos”, os “celebrados painéis murais, dissimulando as **terríveis zonas proibidas**, que são as **delícias do Paraíso Vermelho**”. Moscou, eles não mostram...

Baterias contra o mito. Segundo round: o traidor da “Pátria-mãe-gentil”. Assim, o **Diário** construiu de maneira explícita a necessidade de mobilização do aparato policial-militar de repressão e censura para combater o subversivo e revolucionário *cinema-verdade*. O matutino explorou politicamente a prisão do cineasta (em novembro/1965), lembrando que o “chefe da ‘cinematografia oficial’, ‘camarada’ Glauber Rocha” foi o “‘intelectual’ que participou daquela ‘manifestação’ ao Presidente Castello Branco, à entrada do Hotel Glória,

⁸⁹ Manchete “Perversidade de Sarney em filme de misérias”. In: **Diário da Manhã**, 05/04/1966, p.1. Cf. ainda, **Diário da Manhã**, 06/04/1966, p.3; 16/04/1966, p.2.

façanha que lhe valeu algumas horas de 'repouso' numa 'gaiola' do DOPS da Guanabara".⁹⁰ Esta manifestação ocorreu por ocasião de uma reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos) no Rio de Janeiro, momento em que diversos intelectuais organizaram um protesto contra a ditadura, sendo detidos, além do **camarada Glauco**, Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro, Flávio Rangel, Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves e Jaime Rodrigues (o "Octeto da Glória").⁹¹

Repercussão internacional. Da Europa, intelectuais se solidarizam (Francois Truffaut, Jean-Luc Godard, Alain Resnais, Abel Gance, entre outros), enviando telegrama de protesto ao governo do marechal Castello Branco. Em telegrama pessoal, o cineasta Gianni Amico comemora: "*Vecchia puttana adorata*. Então conseguistes ir para a prisão. *L'Avanti* já tinha previsto há um ano. Tinhas vocação". Glauber Rocha marcava pontos na construção do seu mito. Segundo Ivana Bentes, "o sucesso de *Deus e o Diabo* colocou Glauber numa posição de destaque na cena internacional... [ele] é investido do mito com o sucesso internacional e a agitação política".⁹²

TV ELDORADO

apresenta

Biografia de um aventureiro

Baterias contra o **mau maranhense**. Obviamente, a campanha anticomunista teve outros alvos em mira... Desconstrução da imagem pública de José Sarney por seus opositores: "insuflador vermelho", "comunista" e "subversivo", "gastador", "corrupto" e "incompetente", "prestidigitador de auditórios de subúrbio", dotado de "altas virtudes políticas demagógicas". Demonização do adversário, segundo uma lógica maniqueísta, através da sobreposição de imagens metafóricas, compondo uma figura grotesca, terrível, maquiavélica,

⁹⁰ Coluna "O Que se Diz...". In: **Diário da Manhã**, 13/04/1966, p.2.

⁹¹ Com versões algo diferentes entre si, a prisão é ressaltada em todas as biografias de Glauber: BENTES (1997:35-6), PIERRE (1996:61-2), TEIXEIRA (1997:187-9), VENTURA (2000:239-241). Cf. ainda o *site* da Fundação Tempo Glauber (<http://tempoglauber.cjb.net>). Segundo Tereza Ventura, a manifestação teria sido organizada pelo comitê cultural do PCB, que esperava contar com uma concentração (que não houve) de operários e estudantes. A autora, contudo, se equivoca ao citar a prisão do poeta Thiago de Mello (em lugar de Jaime Rodrigues).

⁹² BENTES, 1997:35.

ameaçadora – personificação alegórica do próprio “mal”. Agenciamento de imagens e representações coadunadas com o ideário ultraconservador da “doutrina de segurança nacional”, em suas críticas aos “esquerdistas”, “populistas” e “corruptos” do regime político pré-64.

Construção de fontes alternativas de legitimação política. Disputa política e simbólica que, se esperava, pudesse mobilizar a “opinião pública” (muito especialmente a “opinião militar”, da chamada “linha-dura”) contra o novo governador, provocando a sua cassação. Dessa vez, a **estratégia periférica** de conquista do poder político regional foi reeditada pelos antigos setores dominantes. [De fora para dentro: ou a “libertação” ou a “escravização” do Estado, conduzindo a uma prática usual de “golpismos” e “governismos” dos dois lados da política estadual].

Em cáustico editorial, o **Diário da Manhã** buscou construir uma fórmula estilística de impacto para pensar o futuro, afirmando que, “das cinzas fumegantes” do solo arrasado: [profecia ou simples amargura de derrotado?]

“O carrasco do Maranhão”

“... surgirá uma esplendorosa **Sarneylandia** – símbolo nortista de um **renascentismo lunático**, fruto dourado do sonho hipnótico de um turco ou beduíno caviloso, que jurou implantar, aqui, as virtudes calculistas e absorventes do **orientalismo nababesco**”.

“– **Ave Sarney**, os que te elegeram, hoje sacrificados e desiludidos, tristemente te saúdam e te contemplam a face convulsa de **ilusionista** impiedoso, encarnação de **carrasco** da tua própria terra sacrificada aos teus **caprichos** e à tua **vaidade** desmedida”.⁹³

[Metáfora (*meta-phorein*), transportar, trazer para outro lugar.] Interessante observar que, consoante a estratégia adotada pelo matutino, foi questionada a (autoconstruída) identidade de José Sarney como **bom maranhense**, em sua dupla condição: político e literato. Não apenas o novo ocupante dos Leões seria “carrasco” do estado, arrasando-o e submetendo-o a seus “caprichos” e “vaidade pessoal”, fazendo parte

⁹³ “O Carrasco do Maranhão”. In: **Diário da Manhã**, 17/04/1966, p.2.

de uma “campanha de desmoralização” da província. Tornando-se, portanto, “**Embaixador da miséria**”, ao comprometer a **imagem externa** do Maranhão.

Mas também o “escritor” Sarney Costa “forçou e invadiu” a Academia Maranhense de Letras – “templo da imortalidade precária e duvidosa” – e “hoje entope a poltrona presidencial da Casa de Antônio Lobo”, pois não teria qualidades literárias para ali estar. E mais, o “cidadão travestido de poeta” um dia teve “a infelicidade” de lançar “um livrinho”, *Canção Inicial* (1954), “à guisa de produção poética, enfeixando frioleiras tão ridículas, que se ajustavam mais ao título *Canção Crepuscular*, porque revelam o produto de uma **mentalidade delirante**, debatendo-se para libertar-se de um **espírito atrofiado**”.⁹⁴ Assim, o matutino faz a condenação do “escritor” José Sarney, de seus (inexistentes) méritos poéticos, lançando dúvidas sobre o “senso justiceiro” dos acadêmicos ao elegê-lo presidente da AML.

Contudo, as críticas nunca chegam a abalar os alicerces imaginários da identidade regional: o mito da *Atenas Brasileira*. Para além das disputas e controvérsias (políticas, literárias e estéticas) entre os diversos grupos políticos, havia a força transcendente e imanente do mito fundador, do qual todos compartilhavam – **o mito da excepcionalidade da terra e da gente**, magma de significações instituído e instituinte dos imaginários sociais, onipresente nos corações, mentes e práticas sociais dos (**bons** ou **maus**) **maranhenses**.

Outrossim, as críticas formuladas aos membros da AML não obscurecem o valor próprio da instituição enquanto **lugar de tradição**, pois aquele “nobre sodalício foi fundado por homens de extraordinários dotes de inteligência e cultura”, os quais “deram lustre ao Maranhão e ajudaram a enriquecer o patrimônio cultural do Brasil”. São Luiz do Maranhão, a *Atenas Brasileira* – os imaginários sociais se constituindo simultaneamente em lugar e objeto de disputa dos conflitos políticos, sociais e culturais.

Baterias contra o “revanchismo”. Ainda segundo o **Diário da Manhã**, o documentário serviria “apenas como tema político de *Zé Meu Filho*”, cuja “idéia fixa” e “labor

⁹⁴ **Diário da Manhã**, 10/04/1966, p.2; 17/04/1966, p.2.

insano” seria “denegrir a reputação e obscurecer a obra administrativa de seu antecessor, julgando, com isso, engrandecer-se aos olhos do Brasil”. Para tanto, manteve uma postura de “candidato em campanha” e orquestrou uma “dispendiosa propaganda” através da “imprensa oficiosa, do rádio e da **cinigrafia subversiva**”. Desta maneira, o filme de “**propaganda das misérias de nossa terra**” serviria para demonstrar “os baixos **propósitos demagógicos** de um governante” que não hesitaria em “gastar dinheiros públicos com promoções que tais”; atestando ainda, ser “o sr. Sarney... peça fundamental no sistema de desmoralizar, lá fora, o **conceito de evolução do Estado e o caráter dos maranhenses**”.⁹⁵

Sob um ponto de vista diverso (e complementar), entretanto, a ofensiva midiática levada adiante pelo novo governador cumpria funções outras (além do óbvio objetivo de autopromoção), pois significava, nos termos dos novos detentores do poder político estadual, “o **grito do Maranhão** que não podia ficar sozinho depois de sua **Libertação**”. Evidencia-se uma deliberada representação do Estado sob o **signo do subdesenvolvimento** (em seus componentes, a miséria, a fome, o analfabetismo, a peste, a morte), ao lado da representação das **riquezas potenciais**, como parte de uma estratégia mais ampla de captação de recursos financeiros junto ao governo ditatorial, às agências de desenvolvimento regional (SUDAM e SUDENE), às fontes de financiamento internacional (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e outras), bem como de atração de investimentos por parte do grande capital nacional e internacional. Seria a “**batalha do Progresso com Justiça social**”, sucedânea da “**batalha da Liberdade**”, consoante a propaganda oficial.⁹⁶

Confessos desejos de maior inserção do espaço regional no processo de modernização capitalista autoritária e conservadora em curso no país. Assim, a viagem do **Embaixador** à Europa em dezembro de 1965, “em demanda de melhores mercados,

⁹⁵ Fizemos um mix das seguintes edições do **Diário da Manhã**: 5, 6, 10, 14, 23 e 24/04/1966. A expressão “Zé Meu Filho” encontra-se incorporada ao folclore político estadual, fazendo referência a supostas práticas fraudulentas que o pai de Sarney (então desembargador) teria adotado com o intuito de eleger o filho deputado federal nos anos 1950. Assim, o pai-desembargador diria aos colegas juizes, por ocasião das apurações: “estes votos aqui vão para Zé, meu filho”. Novelas são a moeda corrente...

⁹⁶ “Batalha do Progresso” cujos “resultados” podem ser parcialmente aquilatados, inúmeros “grandes projetos” e mais de trinta anos depois, através da recente divulgação (dezembro/2000) pelo IBGE dos dados relativos às contas regionais, que apontam o Maranhão como o Estado de menor PIB per capita do Brasil. Este o perpétuo “milagre maranhense”, com suas onipresentes “cifras que choram”...

investimentos e expansão da economia maranhense”, especialmente visando canalizar capitais para a industrialização do babaçu.⁹⁷ Ou a realização em São Luís de reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE em abril de 1966 (apenas uma semana após a exibição de *Maranhão 66...*). Desejos faústicos de desenvolvimento: participação do **diplomata** no 1º Encontro de Investidores do Nordeste, promovido em Fortaleza pela Confederação Nacional da Indústria (junho/1966), momento em que o stand do governo oferecia em letras garrafais os recursos naturais do Estado à cupidez do empresariado (nesse caso, do setor madeireiro e da indústria de móveis do centro-sul): “Nobres FLORESTAS de lei, somente o Maranhão tem no Nordeste”.⁹⁸

Mas havia outras estratégias políticas e simbólicas em jogo. Mesmo aliados admitiam que Sarney ainda mantinha “a **atitude**, perfeitamente dispensável, **do candidato**, que o governador confessa sinceramente não poder deixar de ser em momento algum”.⁹⁹ Já para os adversários políticos, o significado seria outro, de cunho psicológico: obsessão por revanche. E não somente contra o ex-governador Newton Belo (ponto central da defesa sustentada pelo **Diário da Manhã**). Em suas memórias, Victorino Freire sustenta que a ascensão ao governo “não fora suficiente para que Sarney se realizasse”. Ao contrário, “tornara-se uma **obsessão...** proceder, através de imensa **propaganda pessoal**, à destruição do que chamava de **obscurantismo de uma oligarquia de vinte anos**”. Victorino arremata em tom irônico, lembrando que fora pelas mãos dessa mesma oligarquia “que o **novo Messias** havia entrado para a política maranhense...”.¹⁰⁰

⁹⁷ “Sarney de regresso”, *Jornal do Maranhão*, 16/01/1966, p.1. Cf. ainda *Jornal Pequeno*, 04/01/1966, p.1.

⁹⁸ A frase consta de uma foto do evento (arquivo áudio-visual da Fundação da Memória Republicana). Não pretendemos estabelecer uma discussão das “políticas de desenvolvimento” implementadas pelo governo Sarney, para o que remetemos o leitor à nossa bibliografia.

⁹⁹ José Chagas, “Cinematografia governamental”. In: *Jornal do Dia*, 10/04/1966, p.3.

¹⁰⁰ FREIRE, 1978:273 (grifo do autor).

TV ELDORADO

apresenta

Biografia de um aventureiro II

Com o objetivo de lançar a candidatura de Felipe Vieira à presidência, Paulo Martins celebra uma aliança com o magnata Júlio Fuentes, recebendo deste *carta branca* para dirigir o jornal e a televisão do seu império empresarial. Paulo prepara então uma ofensiva midiática visando desmoralizar e destruir a imagem pública de Dom Porfírio Diaz.¹⁰¹ O cinema-documentário como instrumento de luta político-ideológica, uma arma política de denúncia. Um filme dentro do filme, tecendo a narrativa tensa e plural de *Terra em Transe*.

Montagem vertical. Várias seqüências de Dom Porfírio Diaz, envolto em densa simbologia relacionada à tríade **fé, poder e violência** – desfilando em carro aberto com um crucifixo e uma bandeira negra (uma antecipação de sua futura coroação...), andando nos jardins e nas sacadas de seu palácio barroco, empunhando um revólver. Sempre sozinho em cena, o personagem vai adquirindo progressivamente ares de um louco, salteador e oportunista, obcecado pela idéia fixa de transformar, a todo custo, até pela “harmonia universal dos infernos”, seu **Eldorado** natal em uma “civilização”. [A teatralidade da política se desloca agora para os espaços da direita conservadora. “O transe e a decadência estão presentes tanto na direita quanto na esquerda”, diria Glauber em entrevista]. Simultaneamente, a voz off de Paulo Martins anuncia/denuncia:

“O carrasco de Eldorado”

“E atenção, senhoras e senhores. Vejam como se faz um político... Em 1937 recebia dinheiro alemão e fazia campanha **pró-nazista**. Em 1939 passou a receber **dinheiro americano** e fez campanha para levar o país à guerra. Em 1945 entrou para o **Partido Comunista** e combateu os americanos. Em 1947 traiu o Partido e se aliou aos grupos da **extrema direita**, elegendo-se deputado. Pulou da Câmara para o Senado e depois conspirou para derrubar três presidentes. De **fascista a revolucionário**, da corrupção ao suborno e do suborno ao crime, sempre com o

¹⁰¹ Lembramos que a **personificação alegórica** é um elemento estrutural de *Terra em Transe*. Assim, Júlio Fuentes representaria a “burguesia nacional”, com quem as “esquerdas” pretendiam se aliar no processo da “revolução brasileira”. Já Dom Porfírio Diaz seria o perfil do líder cristão-conservador, apoiado pelas multinacionais, considerado o principal adversário das forças “progressistas”. Cf. a nota 61 supra.

nome de Deus na boca, enganando o povo e seus próprios sócios na quadrilha que assalta o poder...”¹⁰²

Na história e na ficção, as provas do crime são dispostas através do percurso das imagens na montagem vertical. No filme, a voz off constrói a denúncia, enquanto as imagens compõem um perfil grotesco e maquiavélico de Diaz. No documentário, as imagens constituem as provas dos **crimes de lesa-democracia** perpetrados pelo vitorinismo, enquanto a voz off anuncia promessas de redenção. Em ambos, uma representação do documentário como arma política de denúncia, numa demonstração / problematização do poder dos meios de comunicação na política contemporânea.

Um libelo acusatório contra a **Ocupação**. Eis as “condições em que o Estado foi deixado por seus **antigos donatários**”, os quais nunca respeitaram a **Convenção de Genebra**: fábricas falidas, desemprego, fome, palafitas, desrespeito aos direitos humanos, prisões e hospitais abandonados, pontes e “obras” furta-cor, atraso e ausência de perspectivas. Decadência e subdesenvolvimento. O curta-metragem faz um inventário das modalidades de **campos de concentração**: imagens do “holocausto estadual” e da “libertação dos prisioneiros de guerra”. O governador teria declarado à imprensa carioca que, já no primeiro dia de seu mandato, apresentaria “obras”, pois seriam “fechados todos os campos de concentração mantidos pelo seu antecessor” no interior e na capital do Estado.¹⁰³

Inventário previamente estabelecido, pois, segundo Zelito Viana, foi “o próprio Sarney [quem] pautou as locações onde nós gravaríamos as cenas de miséria”.¹⁰⁴ [Explicitação do papel da montagem na construção dos “efeitos-conhecimento”]. Portanto, uma escolha pessoal e cuidadosa dos “cenários” e elementos de denúncia do vitorinismo-newtismo; seleção baseada tanto nos discursos de campanha, quanto na manipulação de imagens e representações sociais elaboradas pelas Oposições Coligadas. Escolha restritiva, que impôs certos limites à ação do cineasta, sem, no entanto, sufocar sua liberdade criadora

¹⁰² Cf. o roteiro do filme (ROCHA, 1985:309).

¹⁰³ José Chagas, “Campos de concentração”. In: *Jornal do Dia*, 15/02/1966, p.3.

¹⁰⁴ Entrevista ao jornalista Ernildo Santos (*O Imparcial*, 25/06/2000, Caderno Ímpar, p.5-6). Um dado assaz instigante é o relato de uma segunda visita da equipe da Mapa Filmes (sem Glauber desta vez): novamente contratada por Sarney, “para registrar as benfeitorias realizadas por ele em seu primeiro ano de mandato”. Nas palavras de Zelito, “o curioso é que não conseguimos fazer o documentário e o Sarney até brincou com a gente dizendo que nós éramos bons para fazer críticas e não para falar bem”. Impossibilidade de construção de um *Maranhão sempre Belo*? Ironias da história...

[mesmo porque havia uma convergência fundamental entre o político e o esteta da fome: dar visibilidade ao **signo da moda – o subdesenvolvimento**]. Daí, a viva tensão presente na escritura de *Maranhão 66*, enquanto um diálogo entre duas formas narrativas, com suas ambigüidades e contradições.

“Obsessão por revanche” ou “moralização dos costumes políticos”? Conforme um editorial de **O Imparcial**, o curta-metragem fazia parte de um amplo processo de denúncia dos crimes da **Ocupação**. Na 1ª fase, era necessário mostrar a “situação em que foi encontrado o Estado”, “sem esconder o vergonhoso”. Já na 2ª fase, era preciso “revelar à imprensa e ao rádio, do Estado e do País, nomes, pessoas e roubalheiras da situação substituída a 3 de outubro”. Era preciso “mostrar, ao nu, a **corrupção** que nos infelicitou durante anos”. Encerrando o argumento, o editorial afirmava:

“O povo conhece as ruas, as escolas e os hospitais. Não há nada de extraordinário o aparecimento em filmes. Mas o povo não conhece a **escrita do Estado**, não conhece o **Tesouro do Estado** e não sabe do que aconteceu durante longos anos de escuridão... Pois é o medo dessa segunda fase que está levando os homens da situação derrubada a investirem contra o filme verdadeiro. É o **medo da justiça** e, principalmente, o **medo da condenação** de um povo espoliado durante anos... Toda a campanha contra o filme em exibição constitui prelúdio do desespero ante a iminência de **punições severas de figurões** que se cevaram na exploração do erário maranhense”.¹⁰⁵

Para fazer um acerto de contas radical com o passado, seria necessário instaurar um **Tribunal de Nuremberg** para julgar os **crimes de lesa-democracia** do vitorinismo. Esta a legitimação política e simbólica do primeiro ato jurídico do novo governo: a criação de uma **Comissão Central de Inquérito**, com o intuito de promover uma devassa na gestão de Newton Belo, uma “devassa geral em todos os setores da oligarquia que governava o Estado há mais de 20 anos”.¹⁰⁶ Comissão que, para garantir sua “imparcialidade”, teria como presidente um militar diretamente designado pelo Marechal-presidente Castelo Branco.

¹⁰⁵ “Prelúdio do desespero”. In: **O Imparcial**, 08/04/1966, p.1.

¹⁰⁶ Cf. **Jornal Pequeno** (02/02/1966, p.4) e **O Imparcial** (29/01/1966, p.1).

Esta a fórmula encontrada pelo governador para obter o apoio político do regime ditatorial, postulando o papel do militar como “árbitro incontestado da Nação” e assumindo o discurso conservador de combate à corrupção do regime político anterior. Em decorrência das investigações levadas a efeito por esta Comissão de Inquérito, o ex-governador Newton Belo teve os seus direitos políticos cassados por 10 anos (ainda em 1966), por decisão da cúpula militar, amparada no arcabouço autoritário do Ato Institucional nº 2 (AI-2).¹⁰⁷

TV ELDORADO

apresenta

O golpe e a Coroação

Artimanhas da **estratégia periférica**. O quadro grotesco resultante do amálgama liberalismo / populismo / golpismo / autoritarismo presente nas práticas e discursos das Oposições Coligadas se completa com mais uma pincelada: o discurso de José Sarney em cadeia nacional de rádio na noite de 19 de novembro de 1965 (poucos dias após a edição do AI-2). Neste discurso, o recém-eleito agradeceu penhoradamente ao Marechal Castelo Branco pela campanha de combate à fraude eleitoral [*Os mortos agradecem a tranqüilidade nas eleições!*], bem como apresentou suas propostas de “transformação do Maranhão”.

A seguir, enumerou algumas das “vitórias da Revolução de 31 de março”, destacando e defendendo a extinção dos partidos políticos. A conclusão foi cartesianamente cristalina: com tais medidas “revolucionárias”, “*as oligarquias começaram a ruir em todos os quadrantes do Brasil*”.¹⁰⁸ [Vivas aos democratas! Viva!] O regime militar como “antídoto” eficaz ao autoritarismo das relações sociais e políticas existentes no Maranhão [e em todo o Brasil], conformando e produzindo uma singular [e absurdamente racional, do ponto de vista das elites] “democratização pelo alto”, pela “via autoritária”. [Vivas aos democratas da ARENA! Viva!]

¹⁰⁷ Cf. MEIRELES, 1980:392.

¹⁰⁸ “Sarney exalta a Revolução”. In: *Jornal Pequeno*, 20/11/1965, p.1.

A ascensão ao poder de um líder conservador. Dom Porfírio Diaz caminha, segurando a bandeira negra e o crucifixo. A câmera acompanha o seu movimento (em 1º plano), enquanto ele discursa:

“A democracia é o exercício da vontade do povo. Nós fomos eleitos pelo povo, logo somos delegados da sua vontade. Executamos, pois, o nosso dever histórico pressionando o Presidente no sentido de exterminar Vieira e seus agentes, ramificados por todos os cantos de Eldorado!”.

Plano médio. Diaz no sopé de uma montanha. A câmera se aproxima em zoom, enquadrando-o bem no centro. Ao fundo, baixinho, uma toada africana. Diaz prossegue seu caminhar, erguendo as insígnias do poder.

“O meu desígnio é Deus! A minha bandeira é o trabalho! O meu destino é a felicidade! O meu princípio é a pureza de caráter!”.

Câmera baixa. O líder golpista já está no alto, no pico da montanha. O crucifixo e a bandeira. Um zoom até podermos ver seu rosto febril. Um outro ângulo: a bandeira negra tremulando ao vento. Um novo zoom marcando o movimento ascensional.

“A Pátria é intocável! A Família é sagrada! A minha Esperança é um sol que brilha mais... Este sol iluminará nossos passos. Em cada noite há uma aurora. As manhãs não tardam!... As manhãs radiosas, vivas, eternas, imutáveis, perenes, infinitas!”.

Diaz em 1º plano, a câmera se aproxima fazendo um close. Uma marcha triunfal começa a ser executada, enquanto Dom Porfírio Diaz desfila em carro aberto pelas ruas da capital. A bandeira e o crucifixo. Vitória da contra-revolução. Golpes de Estado se espalharão por toda a América Latina. Um travelling aéreo. As matas de **Eldorado**.

Palácio do Governo. No topo da escadaria, o novo imperador tropical, coberto por um exuberante manto. Em 1º plano está a coroa real erguida pelas mãos fortes do *Conquistador Português*. Um close na coroa. Um close em Dom Júlio Fuentes (o “burguês nacionalista”) que ri escancaradamente. Uma guarda de honra presta homenagem com as espadas desembainhadas. No centro da cena, um impávido Diaz, ladeado pelo Padre Gil e Júlio Fuentes, duas belas mulheres a seus pés, um índio com seu imenso cocar, o

Conquistador Português sustenta a coroa por sobre a cabeça do “ungido de Deus”. Ao fundo, sacerdotisas fazem gestos rituais.

“Sabe, no fundo eu sou um sentimental. Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo. Além da sífilis, é claro. Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar, meu coração fecha os olhos e, sinceramente, chora... E, se a sentença se anuncia, bruta, mais que depressa a mão cega executa. Pois que senão o coração perdoa” (*Fado Tropical*, Chico Buarque e Ruy Guerra).

A composição da sequência é barroca e tropicalista. A *Primeira Missa*. Uma atualização do **mito fundador**: a harmonia do encontro colonizador/colonizado, emoldurado por Deus e pela Natureza. Meta-narrativa. Re-invenção de **Eldorado**, quiçá um **Eldorado Novo**: Fé, Tradição, História, Cultura e Progresso. Uma procissão absurda e disparatada de modernismos e arcaísmos, de dualismos (aparentemente) irreconciliáveis.

Silêncio! Dom Porfírio Diaz é coroado Imperador. [Vivas! Aplausos!] A convicção com que pronuncia seu discurso de posse não consegue esconder a loucura e a desrazão inerentes à direita conservadora e à sua **visão fáustica** do universo. “O transe e a decadência estão presentes tanto na direita quanto na esquerda”. *Deus e o Diabo na terra onde até o sol mente*.

“Aprenderão! Aprenderão! Dominarei esta terra, botarei estas históricas tradições em ordem! Pela força, pelo amor da força, pela **harmonia universal dos infernos** chegaremos a uma civilização!”¹⁰⁹

E assim, senhoras e senhores, mui querido e respeitável público, se encerra nossa ópera-boi (ou seria bufa?) – comédia ligeira de lances dramáticos e (pseudo)heróicos, de tiradas geniais e hilárias, de personagens sérios, pomposos e vaidosos, já outros, nem tanto, de muitos boatos e mexericos (que afinal são as **artes da terra**). Qualquer dia, um afoito e desinibido áulico poderá escrever um roteiro (ou, quem sabe, uma **saga maranhense**) visando sua representação pelo prestigiado corpo de baile do Teatro Artur

¹⁰⁹ Cf. a sequência da coroação de Dom Porfírio Diaz em *Terra em Transe* e ainda o roteiro (ROCHA, 1985: 318-24).

Azevedo, com o título talvez de “*A Segunda Jornada Milagrosa, ou das maravilhas da Campanha de Libertação*”. Não faltarão aplausos [e recursos]...

De nossa parte, contentamo-nos em pensar que, hoje, várias décadas depois, a trajetória das Oposições Coligadas – da *Greve de 1951* à eleição de “Zé meu filho”, com o correspondente processo de fabricação, reformulação e manipulação dos imaginários sociais – não pode deixar de ser interpretada como farsa. Uma comédia épico-burlesca de consequências políticas e sociais trágicas, bem verdade, mas ainda uma farsa... Pois, no Maranhão de novelas e novelas se vive, para tudo ao final ser moeda falsa.

6. Fontes e bibliografia

6.1. Acervo de instituições

- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP)
- Arquivo Público do Estado do Maranhão
- Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- Biblioteca Pública Benedito Leite (São Luiz)
- Casa de Cultura Josué Montello (São Luiz)
- Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (São Luiz)
- Centro de Criatividade Odylo Costa, filho (São Luiz)
- CPDOC – Fundação Getúlio Vargas (RJ)
- Departamento de Assuntos Culturais – DAC / UFMA
- Fundação da Memória Republicana / Memorial José Sarney (São Luiz)

6.2. Periódicos

- O Combate – “A vida é combate...”
- Diário da Manhã – “Um jornal vibrante, uma arma do povo”
- Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEM)
- O Estado de São Paulo (acervo do AEL – UNICAMP)
- O Imparcial (órgão dos Diários Associados)
- Indicador Maranhense – “Anuário Independente” (1947, 1952, 1953, 1955)
- Jornal do Dia (depois “O Estado do Maranhão”)
- Jornal do Maranhão – Semanário de Orientação Cristã (órgão do Secretariado Arquidiocesano da CNBB)
- Jornal do Povo – “Contra a opressão e a injustiça social”
- Jornal Pequeno – “o jornal das grandes multidões”
- malazarte (mensário de cultura). São Luiz, ano I, n. 1-2, 1948.

6.3. Filmes e documentários

- *O Mundo em notícias* – Documentário/reportagem sobre a crise política de 1951 em São Luiz do Maranhão. Preto-e-branco, 8’.
- *Maranhão 66: posse do governador José Sarney* – Reportagem de Glauber Rocha e Fernando Duarte. Curta metragem, 35 mm, preto-e-branco, 10’.
- *Terra em Transe* – Direção e roteiro de Glauber Rocha. Ficção, 35mm, preto-e-branco, 115’, 1967.

6.4. Bibliografia geral

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O Engenho Anti-Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. “Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”. In: **Resgate**. São Paulo, n. 2, p. 48-55, 1991.
- ALMEIDA, Maria H. Tavares de & SORJ, Bernardo (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. 31. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.
- ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP / FAPESP / CNPq, 2001, p. 15-36.
- AVELLAR, José Carlos. **Deus e o diabo na terra do sol**: a linha reta, o melaço de cana e o retrato do artista quando jovem. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux**: mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.
- _____. “Imaginação Social”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem. V.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENTES, Ivana. “O devorador de Mitos”. In: BENTES, Ivana (org.). **Glauber Rocha: Cartas ao Mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 9-74.
- BENTES, Ivana (org.). **Glauber Rocha: Cartas ao Mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BILHARINHO, Guido. **Cem Anos de Cinema Brasileiro**. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 1997.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da USP, 1994.
- _____. **Tableaux Berlinoises** (Walter Benjamin e a cultura da República de Weimar). São Paulo: USP, 1984. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). **Textos políticos da História do Brasil**. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/txtpolit.html>. Acesso em: ago. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998.
- BRASIL, Umbelino. “O filme documentário como *documento da verdade*”. In: **Olho da História** (revista de história contemporânea). Salvador, UFBA, n. 1, 1995.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- _____. “História como alegoria”. In: **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, 9 (25), p. 197-212, 1995.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e prática dos seus programas**. 2. ed. rev. aum. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- CHARTIER, Roger. "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. "Raízes teológicas do populismo no Brasil". In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.19-30.
- _____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: ago. 2001.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe (1964/1984): partidos e eleições num Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DEBERT, Guitta Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DE DECCA, Edgar. "Memória e Cidadania". In: **O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: 1991, p.129-136.
- DICIONÁRIO Enciclopédico Ilustrado Formar**. São Paulo: Editora Formar, 1966. v.I.
- DUMOULIN, Olivier. "Decadência (noção de)". In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- FERREIRA, Jorge Luís. "O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto". In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-45)**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.
- _____. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? : alternativas democráticas à crise política (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FLEISCHER, David. "Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro". In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994, p. 154-197.
- FLETCHER, Angus. **Allegory: the theory of a symbolic mode**. 3. ed. New York: Cornell University Press, 1990.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: FAPESP/ SESC/ Annablume, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva / FAPESP / Editora da UNICAMP, 1994.
- GERBER, Rachel et al. **Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Cinema, 1).
- GERBER, Rachel. **O Mito da Civilização Atlântica: Glauber Rocha, Cinema, Política e a Estética do Inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GOMES, João Carlos Teixeira. **Glauber Rocha, esse vulcão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Atual, 1986.
- HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. **A formação do Estado Populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.
- INCISA, Ludovico. "Populismo". In: BOBBIO, Norberto et al (org.). **Dicionário de Política**. 7. ed. Brasília: Editora da UnB, 1995, p. 980-6.
- KOTHE, Flávio. **A Alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.
- LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (ogs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- _____. **Cantores do Rádio – a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- LEONE, Eduardo & MOURÃO, Maria Dora. **Cinema e Montagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- MAGALHÃES, Maria Rosa & STAM, Roberto. "Dois encontros do líder com o povo: uma desconstrução do populismo". In: GERBER, Rachel et al. **Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 148-156.
- MAGNE, Augusto. **Dicionário etimológico da língua latina** (famílias de palavras e derivações vernáculas). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. v. II.
- MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- _____. "Modernismo revisitado". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.220-238, 1988.
- MICELI, Sergio. "Carne e osso da elite política brasileira pós-1930". In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991. Tomo III, v. 3, n. 10, cap. XI, p. 557-596.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: **Projeto História**. São Paulo, 10, p. 7-28, 1983.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- PIERRE, Sylvie. **Glauber Rocha: textos e entrevistas com Glauber Rocha**. Campinas: Papirus, 1996.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Fernão (org.). **História do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.
- RAMOS, Fernão. "Os novos rumos do Cinema Brasileiro (1955-1970)". In: RAMOS, Fernão (org.). **História do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987, p. 299-397.
- RIBEIRO, Renato Janine. "A filosofia política na história". In: **Filosofia Política**. Porto Alegre, L & PM, p. 117-126, 1985.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ROCHA, Glauber. "Uma estética da fome". **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 165-170, julho/1965.
- _____. "A destruição dos Mitos (ou o Paraíso Perdido)". In: GERBER, Rachel. **O Mito da Civilização Atlântica: Glauber Rocha, Cinema, Política e a Estética do Inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 236-243.
- _____. **Roteiros do Terceyro Mundo**. Rio de Janeiro: Alhambra / Embrafilme, 1985.
- SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global Editora, 1982.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e Castigo: partidos e gerais na política brasileira**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- SCHMITTER, O'DONNELL & WHITEHEAD (orgs.). **Transições do Regime Autoritário - América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SILVA, Fernando Teixeira da & COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes". In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.205-271.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930/1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964/1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SOUZA, Célia Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STEPAN, Alfred (org.). **Os militares: da abertura à Nova República**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SZONDI, Peter. **Introduction a l'Herméneutique Littéraire**. Paris: Éditions du CERF, 1989.
- TRONCA, Ítalo Arnaldo. **As máscaras do medo: lepra e Aids**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

- VENTURA, Tereza. **A poética polytica de Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000.
- XAVIER, Ismail. **Sertão Mar: Glauber Rocha e a Estética da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **Alegorias do Subdesenvolvimento**: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1992.
- _____. "Teoria literária e escrita da História". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1994a.
- _____. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994b.
- WUILLEUMIER, Marie-Claire Ropars. "A montagem e a cena ou dois estatutos do povo". In: GERBER, Rachel et al. **Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.157-169.

6.5. Bibliografia Maranhão

- ABREU, S. Fróes. **Na Terra das Palmeiras**: estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Perfis acadêmicos**. 4. ed. São Luís: Edições AML, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís: CPT/MA, 1981. (Transformações econômicas e sociais no campo maranhense, 5).
- _____. **A ideologia da decadência**: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1982.
- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ARAGÃO, Maria. **A razão de uma vida** (depoimentos colhidos por Antônio Francisco). São Luís: SIOM, 1992.
- AZEVEDO, Aroldo de & MATTOS, Lino Dirceu de. **Viagem ao Maranhão (julho de 1950)**. São Paulo: FFCL/USP, 1951, boletim n. 120, geografia n. 6.
- AZEVEDO, Raul de. "O babaçu do Brasil". In: **Cultura Política** (revista mensal de estudos brasileiros). Rio de Janeiro, ano III, n. 33, p. 120-3, out/1943.
- BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO (BEM). **Arte do Maranhão 1940-1990**. São Luís: [s.n.], 1994.
- BELLO FILHO, Wilson de Barros. **História do planejamento econômico no Maranhão**: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento. São Luís: UFMA, 1998. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

- BÓGEA, Lopes. **Pedras da rua**. São Luís: [s.n.], 1988.
- BÓGEA, Lopes & VIEIRA, Antônio. **Pregões de São Luís**. São Luís: Edições FUNC, 1980. (2. ed. São Luís: FUNCMA, 1999).
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis: UNESP, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.
- BRASIL, Assis (org.). **A poesia maranhense no século XX** (antologia). Rio de Janeiro: Imago; São Luiz: SIOGE, 1994.
- BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.
- BUZAR, Benedito. **A greve de 51**: os trinta e quatro dias que abalaram São Luís. São Luís: Editora Alcântara, 1983.
- _____. **Polítiqueiros, politicalha, politiquice, politicagem e política do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1989.
- _____. **Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965)**. São Luís: LITHOGRAF, 1998.
- _____. **Vitorinistas & oposicionistas (biografias)**. São Luís: Lithograf, 2001.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. "As eleições de 1974 no Maranhão". In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, n. 43, p. 37-68, 1976.
- _____. "Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão". In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, separata n. 46, p. 57-89, 1978.
- _____. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30. Campinas: UNICAMP, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)**: estudo microsociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX. São Paulo: USP, 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CANEDO, Eneida V. S. Ostria de. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80**. São Luís: [s.n.], 1993.
- CHAGAS, José. **O caso da ponte de São Francisco**. 2. ed. São Luís: Gráfica Jaguar, [1962].
- _____. **Apanhados do chão**. São Luís: Edições UFMA, 1994.
- CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**: depoimentos sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CORRÊA, Rossini. **Pela cidade do homem**: uma interpretação de Bandeira Tribuzi. São Luís: Edições UFMA, 1982.
- _____. **O modernismo no Maranhão**. Brasília: Corrêa & Corrêa Editores, 1989.
- _____. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.
- COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja**: a atuação da CPT no Maranhão (1976/1981). São Luís: UFMA, 1994. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.

- _____. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: 1997a.
- _____. **A invenção do “Maranhão Novo”**: a modernidade no discurso das elites políticas regionais. São Luís: 1997b. (projeto de pesquisa apresentado à seleção de Mestrado da UNICAMP).
- _____. **Baiando com Catirina e Pai Francisco**: desejo e malandragem no auto do Bumba-meu-boi. Campinas: 1999a.
- _____. **As “ruínas verdes”**: tradição e decadência no imaginário social. Campinas: 1999b.
- CRUZ, Arlete Nogueira da. **A parede** (romance). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961. (2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994).
- _____. **Trabalho manual** (prosa reunida). Rio de Janeiro: Imago / Fundação Biblioteca Nacional, 1998.
- CRUZ, Ernesto. **Igrejas e sobrados do Maranhão** (São Luís e Alcântara). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.
- CRUZ, Selma Marinho da. “... **Assaltos carnavalescos, corsos, tertúlias dançantes...**”: aspectos do lazer da elite ludovicense nas décadas de 1940 e 1950. São Luís: UFMA, 2000. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1998.
- FERNANDES, Eleodorio Chagas. **A crise política no Maranhão de 1951**. São Luís: UFMA, 1996. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- FERREIRA GULLAR. **Cadernos de Literatura Brasileira**. São Paulo, n. 6, set/1998.
- FIGUEIREDO, Sílvia da Glória Durans. **O Jornal Pequeno e o Golpe de 64**: um estudo histórico sobre a relação entre imprensa e poder. São Luís: UFMA, 1999. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- FREIRE, Victorino. **A laje da raposa (memórias)**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978.
- FREYRE, Gilberto. “Presença de Guimarães Rosa e outras presenças”. In: _____. **Vida, forma e cor**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- GALVÃO, Maria de Fátima da Silva. **Visão dos jornais maranhenses sobre o Golpe de 64**. São Luís: UFMA, 1999. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- GALVÃO, Roberto. “Introdução ao conhecimento da área maranhense abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia”. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 17 (3), p. 239-299, jul/set 1955.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA / PROIN (CS), 2000.
- GULLAR, Ferreira. **Cidades inventadas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- _____. **Toda Poesia (1950-1999)**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório**: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. São Luís: ALUMAR, 1995. (Coleção Documentos Maranhenses, 11).
- JORGE, Miécio de Miranda (org.). **Álbum do Maranhão**. São Luís: 1950.
- JUSTA, Antônio. **Praia do Desterro** (romance). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000.
- LEFEVRE, Renée & COSTA FILHO, Odylo. **Maranhão: São Luís e Alcântara**. São Paulo: Nacional / EDUSP, 1971.
- LISBOA, Achilles. **Profilaxia da tuberculose**. São Luiz: Serviço de Imprensa Oficial, 1949.

- LISBOA, João Francisco. **Eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão**. São Luís: Alhambra, s.d. (Coleção Documentos Maranhenses, reedição dos fascículos 1 a 4 do **Jornal de Tímon**, junho a setembro de 1852).
- LÔBO, Antônio. **Os novos Atenienses** (subsídio para a História Literária do Maranhão). 2. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1970. (1. ed.: 1909).
- LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970. (1. ed.: **O Torrão Maranhense**, 1916).
- MACEDO, Eurico Telles de. **O Maranhão e suas riquezas**. Bahia: [s.n.], 1947.
- MACHADO, Nauro. **As esferas lineares** (4 estudos maranhenses). São Luís: Edições SECMA, 1996.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Casa de Cultura Josué Montello. **Catálogo de publicações editadas no Maranhão**. São Luís: 1991.
- _____. **Fontes de pesquisa para a história do Maranhão**. São Luís: 1992.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de Velhos**. Depoimentos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense. V. 2. São Luís: LITHOGRAF, 1997.
- MAY, Peter H. **Palmeiras em chamas**: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. São Luís: EMAPA / FINEP / Fundação Ford, 1990.
- MEIRELES, Mário. **São Luís, cidade dos azulejos**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1964.
- _____. **Símbolos nacionais do Brasil e estaduais do Maranhão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- _____. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural, 1980. (1. ed.: 1960).
- MELO, Magnólia Bandeira de. **Índice toponímico do centro histórico de São Luís**. São Luís: Edições UFMA, 1991.
- MELO, Manoel Caetano Bandeira de. "Josué Montello". In: COUTINHO, Afrânio (dir.). **A literatura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EdUFF, 1986, v. V, p. 467-475.
- MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos**: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960). São Luís: SIOGE, 1990.
- MOHANA, João. **Maria da Tempestade** (romance). 7. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1978.
- _____. **A grande música do Maranhão**. 2. ed. São Luís: SECMA, 1995.
- MONTELLO, Josué. **Janelas Fechadas** (romance). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.
- _____. **A décima noite** (romance). 3. ed. São Paulo: Martins Editora, 1965. (1. ed.: 1959).
- _____. **Cais da Sagração** (romance). 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. (1. ed.: 1971).
- _____. **Os tambores de São Luís** (romance). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- _____. **A noite sobre Alcântara** (romance). Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- _____. **Largo do Desterro** (romance). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MORAES, Jomar. **Bibliografia crítica da literatura maranhense**. São Luís: Departamento de Cultura, 1972.
- _____. **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: SIOGE, 1976. (2. ed. aum. São Luís: SIOGE, 1977).
- _____. **O Rei Touro e outras lendas maranhenses**. São Luís: SIOGE, 1980.

- _____. **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Legenda, 1995.
- MORAIS FILHO, Nascimento. **Clamor da Hora Presente**. 2. ed. São Luís: Edição Fora ALCOA, 1988. (1. ed.: 1955).
- MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada** (depoimento a José Louzeiro). Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.
- _____. **Neiva Moreira: o jornalista do povo** (organizado por Benedito Buzar). São Luís: LITHOGRAF, 1997.
- MOREIRA NETO, Euclides Barbosa. **Primórdios do cinema em São Luís**. São Luís: Cine-Clube Uirá/ UFMA, 1977.
- NUNES, Patrícia Maria Portela. **Medicina, poder e produção intelectual**. São Luís: Edições UFMA / PROIN (CS), 2000.
- OLINTO, Antonio. "A décima noite". In: _____. **A verdade da ficção** (crítica de romance). Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1966, p. 210-2.
- OLIVEIRA, Antônio Augusto Pires de. **O capitão da Serra Negra**: relatos de Gonçalo Moreira Lima. São Paulo: Martins, 1982.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Estudo a respeito da montagem ideológica do "Maranhão Novo" (1966-1971)**. São Luís: UFMA, 1997. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- PAIVA, José Manoel Mendes. **Cassino político maranhense**: opiniões e flashes sobre dois jogadores. São Luís: UFMA, 1999. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- PASCHOAL, Márcio. **Pisa na fulô, mas não maltrata o carcará**: vida e obra do compositor João do Vale, o Poeta do Povo. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 2000.
- PAXECO, Fran. **O Maranhão**: subsídios históricos e corográficos. 2. ed. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1998. (1. ed. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1913).
- REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão em tempo de ditadura**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo de Paulo Ramos durante o Estado Novo. São Luís: UFMA, 1992. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Maranhão.
- RIBEIRO, Paulo Rios. **"Greve de 51": mito ou verdade?** São Luís: UFMA, 1997. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.
- RODRIGUES, Jocy Neves & SILVA, Laura Jane Nunes e. **Ritos fúnebres populares do Maranhão**. São Luís: Edições UFMA, 1981.
- RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo (política e educação)**. São Luís: SIOGE, 1993.
- SANTANA, Pedro Neiva de. **Considerações a respeito dos problemas de Saúde Pública e Assistência Médica no interior do Estado do Maranhão**. Trabalho apresentado na II Reunião das Classes Produtoras. São Luís: [s.n.], ago/1963.
- SANTOS, Pedro Braga dos. "Victorino Freire ou o discurso autoritário". In: **Revista FIPES**. São Luís, 1 (2), p. 59-66, jul/dez 1980.
- SARNEY, José. **Cultura e Governo**. Maranhão: Departamento de Cultura do Estado, 1966.
- _____. **Governo e Povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.
- _____. **Norte das Águas** (contos). São Paulo: Martins, 1970.

- _____. "Um presidente homenageia um artista". In: PIERRE, Sylvie. **Glauber Rocha: textos e entrevistas com Glauber Rocha**. Campinas: Papirus, 1996, p. 211-3.
- SERRA, Astolfo. **Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SILVA, Nilton Costa. **Vida e arte em João do Vale**. São Luís: Edições FUNC / SIOGE, 1980.
- SIRKIS, Marcelo. "Uma câmera e muitas idéias". In: **O Estado do Maranhão**, Caderno Alternativo, 14/03/1999, p.3.
- TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.
- _____. **Da conveniência de fazer-se um deputado conveniente** (novela). São Luís: SIOGE, 1985. (edição póstuma do texto de 1961).
- _____. **Rosamonde (o Touro da Morte)**. São Luís: SIOGE, 1985. (edição póstuma / peça teatral).
- _____. **Poesia Reunida**. São Luís: Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão / Alhambra, 1986.
- _____. **Estudos inéditos**. São Luís: SIOGE, 1992. (edição póstuma com textos do período 1962-1977).
- VALVERDE, Orlando. "Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte". In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 19 (4), p.381-420, out/dez 1957.
- VIEIRA, Antônio. **Sermões: Padre Antônio Vieira**. Tomo I. São Paulo: Hedra, 2000.
- VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. 2. ed. Maranhão: Olímpica, 1971.
- _____. **Folclore Brasileiro: Maranhão**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.
- _____. **Populário maranhense** (bibliografia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Luís: SECMA, 1982.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975. (1. ed.: 1950).
- _____. **História do Comércio do Maranhão (1612-1934)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954/1964. 3 v. (2. ed. fac-similar. São Luís: ACM, 1992).
- _____. **Quadros da vida maranhense**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978.